USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS

CNPJ 60.894.730/0001-05 NIRE 313.000.1360-0 Companhia Aberta

MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

25 DE ABRIL DE 2018

ÍNDICE

1 – Mensagem da Administração	p. 03
2 – Orientações para Participação na Assembleia Geral	
2.1 Participação Presencial	
2.1.1. Acionistas Pessoas Físicas2.1.2. Acionistas Pessoas Jurídicas2.1.3. Acionistas Representados por Procuração2.1.4. Acionistas Estrangeiros	p. 05p. 05p. 06p. 06
2.2 – Participação por voto a distância	p. 06
3 – Edital de Convocação	p. 13
4 – Informações sobre as Matérias objeto da Ordem do Dia	p. 16
Anexo 1.1 – Boletim de Voto a Distância para Deliberações Objeto da Ass Geral Extraordinária	sembleia p. 27
Anexo 1.2 – Boletim de Voto a Distância para Deliberações Objeto da Ass Geral Ordinária	sembleia p. 33
Anexo 2 – Material sobre o encerramento amigável da Ação de Responsa Civil movida contra o ex-Diretor Presidente da Companhia	bilidade p. 43
Anexo 3 – Informações Exigidas pelo Art. 9º da Instrução CVM 481/2009	p. 63
Anexo 4 – Informações exigidas pelo Anexo 9-1-II à Instrução CVM nº 481 proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2018	/2007 e p. 255
Anexo 5 – Informações Exigidas pelo Art. 12 da Instrução CVM 481/2009	p. 264
Anexo 6 – Informações sobre os Candidatos ao Conselho de Administraç	ão p. 282
Anexo 7 – Informações sobre os Candidatos ao Conselho Fiscal	p. 314

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Com o objetivo de facilitar sua participação, encaminhamos ao conhecimento de V.Sas. o Manual para a Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária ("Assembleia Geral") da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("Usiminas" ou "Companhia"), a ser realizada em 25 de abril de 2018, às 13:00h.

Em nome da Administração da Companhia, convidamos V.Sas. a comparecer à Assembleia Geral para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia:

Em Assembleia Geral Extraordinária:

(1) Proposta de encerramento amigável da Ação de Responsabilidade Civil movida pela Companhia contra o seu Ex-Diretor Presidente, cuja propositura foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 27.04.2017 ("Ação de Responsabilidade"), mediante renúncia pela Companhia à pretensão formulada na Ação de Responsabilidade, conforme o artigo 487, III, 'c', do Código de Processo Civil, sem qualquer pagamento, reembolso ou indenização de parte a parte, cada uma destas assumindo e pagando (direta ou indiretamente) todos os custos de seus respectivos advogados (incluindo despesas e honorários contratuais e sucumbenciais) e respectivas custas e despesas processuais.

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017:
- (2) Destinação do lucro líquido apurado no exercício social de 2017 e a aprovação do orçamento de capital para o exercício social de 2018;
- (3) Proposta da administração para pagamento de dividendos e definição da data de seu respectivo pagamento;
- (4) Fixação da verba global da remuneração dos administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2019;

- (5) Eleição dos Membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2020, incluindo a deliberação sobre o número de vagas a serem preenchidas nesta eleição;
- (6) Eleição do Presidente do Conselho de Administração; e
- (7) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2019, bem como fixação da respectiva remuneração.

Entendemos que as informações ora disponibilizadas possibilitam um posicionamento antecipado de nossos acionistas e facilitam a tomada de decisão. Nossa equipe de Relações com Investidores está à disposição para dirimir eventuais dúvidas ou para orientá-los.

2 – ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

2.1. - PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL

Conforme disposto no artigo 8°, § 2°, do Estatuto Social da Companhia, solicitamos que os acionistas que pretendam participar da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, pessoalmente ou por meio de procuradores, enviem, até as 13:00hs do dia 23 de abril de 2018, para a sede da Companhia, localizada na Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 – Bairro Engenho Nogueira – Belo Horizonte - MG, CEP 31310-260, aos cuidados da Secretaria de Governança, cópia autenticada dos seguintes documentos:

2.1.1. ACIONISTAS PESSOAS FÍSICAS

- Documento de identificação com foto; e
- Comprovante da titularidade de ações, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição escrituradora nos 5 (dias) que antecedem a realização da Assembleia, ou extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição prestadora de serviços de custódia fungível de ações nominativas.

2.1.2. ACIONISTAS PESSOAS JURÍDICAS

- Último estatuto ou contrato social consolidado e a documentação societária que comprove a representação legal do acionista (i.e.: ata de eleição dos diretores);
- Documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto;
- Comprovante da titularidade de ações, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição escrituradora nos 5 (dias) que antecedem a realização da Assembleia, ou extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição prestadora de serviços de custódia fungível de ações nominativas; e
- No caso de Fundos de Investimento: (i) o último regulamento consolidado do fundo, (ii) estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e a documentação societária que comprove a representação legal do administrador ou gestor (ata de eleição dos

diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), e (iii) documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor com foto.

2.1.3. ACIONISTAS REPRESENTADOS POR PROCURAÇÃO

- Além dos documentos indicados acima, o instrumento original de procuração, o qual deverá ter sido outorgado há menos de 1 (um) ano, sendo que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/1976; e (ii) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado; e
- Documento de identificação do procurador com foto.

A Companhia não exige o reconhecimento de firma nos instrumentos de procuração.

2.1.4. ACIONISTAS ESTRANGEIROS

Os acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os acionistas brasileiros, sendo dispensados os procedimentos de apostilamento, notarização e consularização, exigindo-se, porém, a tradução juramentada dos documentos lavrados em língua estrangeira.

A Companha ressalta que, conforme dispõe o § 2º do artigo 5º da Instrução CVM nº 481/2009, os acionistas poderão participar da Assembleia Geral ainda que não realizem o depósito prévio dos documentos acima indicados, desde que os apresentem antes do início dos trabalhos da Assembleia Geral.

2.2. PARTICIPAÇÃO POR VOTO A DISTÂNCIA

Conforme previsto nos artigos 21-A e seguintes da Instrução CVM nº 481/2009, os acionistas da Companhia poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de

voto em relação às matérias objeto da Assembleia mediante o preenchimento e envio dos documentos denominados Boletim de Voto a Distância para Deliberações Objeto da Assembleia Geral Extraordinária ("Boletim para AGE") e Boletim de Voto a Distância para Deliberações Objeto da Assembleia Geral Ordinária ("Boletim para AGO" e, em conjunto com o Boletim para AGE, "Boletins"), que constam dos Anexos 1.1 e 1.2 ao presente Manual e estarão disponíveis para impressão no site da Companhia e no da CVM.

Note-se que, apesar de se tratar de uma única Assembleia Geral, em razão de questões procedimentais, haverá um Boletim para a matéria da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária (Boletim para AGE) e outro Boletim para as matérias a serem apreciadas no âmbito da Assembleia Geral Ordinária (Boletim para AGO).

De todo modo, o envio de qualquer um dos Boletins (para AGE ou para AGO), implicará a participação do acionista e a contagem das ações de sua propriedade para o quórum de instalação da Assembleia Geral, mesmo em relação às matérias para as quais o acionista não enviou o Boletim.

Para tanto, os Boletins deverão ser recebidos no prazo de até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 18.04.2018 (inclusive). Eventuais Boletins recebidos após essa data serão desconsiderados.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio dos Boletins, deverá fazê-lo por uma das opções abaixo descritas:

2.2.1. Por instruções de preenchimento transmitidas ao escriturador da Companhia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações escrituradas pelo Banco Bradesco S.A. e que não estejam depositadas em depositário central:

O acionista titular de ações que não estejam depositadas em depositário central e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços poderá transmitir as suas instruções de voto ao agente escriturador das ações de emissão da Usiminas, o Banco Bradesco S.A., observadas as regras por ele determinadas.

Para tanto, os acionistas deverão comparecer a qualquer uma das Agências Bradesco em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, durante o horário de expediente bancário local, munido dos Boletins impressos, preenchidos, rubricados e assinados, bem como dos documentos relacionados na tabela abaixo, para que as informações constantes dos Boletins sejam transferidas para os sistemas do Bradesco.

Documentos a serem apresentados na			
Agência Bradesco, juntamente com os	Pessoa	Pessoa	Fundos de
Boletins	Física	Jurídica	Investimento
CPF e Documento de identidade com foto			
do acionista ou de seu representante legal			
*	X	Χ	X
Contrato Social ou Estatuto Social			
consolidado e atualizado **	-	Χ	Х
Documento que comprove os poderes de			
representação **	-	Χ	Х
Regulamento consolidado e atualizado do			
fundo	-	-	Х

^{*} Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento dos Boletins ao agente escriturador em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 18.04.2018 (inclusive).

Em caso de dúvidas, os acionistas poderão entrar em contato com o Bradesco, por meio dos seguintes canais:

TEL: 0800 701 1616

e-mail: 4010.acecustodia@bradesco.com.br

O Bradesco informa que os dados acima foram inseridos apenas para que o acionista possua um canal para esclarecer eventuais dúvidas relativas ao envio dos Boletins ao agente escriturador. Entretanto, o Bradesco não aceitará o

^{**} Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

recebimento dos Boletins por meio de envio eletrônico, sendo certo que só serão considerados os Boletins que forem apresentados através de qualquer agência Bradesco, nos termos e condições especificados neste Manual da Assembleia.

2.2.2. Por instruções de preenchimento transmitidas aos seus respectivos agentes de custódia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Nesse caso o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados por seus respectivos agentes de custódia.

O acionista titular de ações depositadas na Central Depositária da B3 e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletins, bem como os documentos e informações por eles exigidos para o exercício de tal faculdade.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento dos Boletins para seus agentes de custódia em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 18.04.2018 (inclusive), salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus agentes de custódia.

Conforme determinado pelo artigo 21-S da Instrução CVM 481/2009, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

2.2.3. Mediante encaminhamento dos Boletins Diretamente à Companhia

Os acionistas poderão ainda, alternativamente aos procedimentos descritos nos itens 2.2.1 e 2.2.2 acima, enviar seus Boletins diretamente à Companhia.

Para tanto, os acionistas deverão imprimir os Boletins (que constam do Anexo 1.1 e Anexo 1.2 ao presente Manual e estarão disponíveis no *site* da Companhia e no da CVM), preenchê-los, rubricar todas as páginas e assiná-los. Na sequência, os acionistas deverão enviar os Boletins, devidamente preenchidos, rubricados e assinados, para o seguinte endereço postal: Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 — Bairro Engenho Nogueira — Belo Horizonte - MG, CEP 31310-260, aos cuidados da Secretaria de Governança, juntamente com a cópia autenticada dos documentos descritos abaixo:

Pessoas físicas

documento de identidade com foto do acionista.

Pessoas jurídicas

- último estatuto ou contrato social consolidado e a documentação societária que comprove a representação legal do acionista (i.e.: ata de eleição dos diretores);
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

Fundos de investimento

- último regulamento consolidado do fundo;
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata de eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração);
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

A Companhia não exige o reconhecimento de firma dos Boletins emitidos no território brasileiro e o apostilamento, notarização ou consularização daqueles emitidos fora do País, sendo exigida, porém, a tradução juramentada dos documentos lavrados em língua estrangeira.

Os Boletins, acompanhados dos documentos acima indicados, deverão ser recebidos pela Companhia, independentemente da data em que forem postados, até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 18.04.2018 (inclusive). Eventuais Boletins recebidos pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

O acionista poderá também, se preferir, antecipar o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando as vias digitalizadas dos Boletins e dos documentos acima referidos para o endereço eletrônico dri@usiminas.com.

De qualquer modo, é indispensável que a Companhia receba a via original dos Boletins e a cópia autenticada dos demais documentos encaminhados anteriormente por e-mail pelo acionista, no prazo de 7 (sete) dias antes da data da Assembleia Geral, isto é, até o dia 18.04.2018, no seguinte endereço: Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 – Bairro Engenho Nogueira – Belo Horizonte - MG, CEP 31310-260, aos cuidados da Secretaria de Governança.

Em até 3 (três) dias do recebimento dos referidos documentos, a Companhia informará ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado no item 2.1 dos Boletins, sobre o seu recebimento e sua aceitação.

Caso os Boletins não estejam devidamente preenchidos ou acompanhados dos documentos comprobatórios acima descritos, eles serão desconsiderados e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado no item 2.1 dos Boletins, informando-o da necessidade de retificação ou reenvio dos Boletins ou dos documentos que o acompanham (desde que haja tempo hábil), descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá enviar nova instrução de voto à Companhia, caso entenda necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada.

Caso haja divergências entre os Boletins recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa de votação proveniente do escriturador para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto do escriturador prevalecerá, de acordo com as disposições do artigo 21-W, §2º, da Instrução CVM nº 481/2009.

2.2.4. Informações Gerais

A Companhia ressalta que:

- encerrado o prazo de votação a distância, ou seja, em 18.04.2018, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo na Assembleia Geral, presencialmente ou por procuração, mediante solicitação, explícita, de desconsideração das instruções de voto enviadas via Boletins, antes da colocação da(s) respectiva(s) matéria(s) em votação;
- não serão considerados para fins de cômputo dos votos os Boletins enviados por acionistas que não sejam elegíveis para votar na Assembleia ou na respectiva deliberação;
- para fins de cômputo dos votos serão consideradas apenas as ações de titularidade de cada acionista na data de realização da Assembleia, independente da data de envio dos respectivos Boletins, sendo que caso o acionista aliene ações entre a data de envio dos respectivos Boletins e a data de realização da Assembleia, os votos relacionados às ações alienadas serão desconsiderados;
- a instrução de voto proveniente de determinado CPF ou CNPJ será atribuída a todas as ações detidas por aquele CPF ou CNPJ, de acordo com as posições acionárias fornecidas pelo escriturador, na data da Assembleia; e
- conforme previsto no artigo 21-X da Instrução CVM nº 481/2009, as instruções de voto a distância serão consideradas normalmente na hipótese de eventual adiamento da Assembleia ou caso seja necessária a sua realização em segunda convocação, desde que o eventual adiamento ou realização em segunda convocação não ultrapassem 30 (trinta) dias da data inicialmente prevista para sua realização em primeira convocação.

3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS

CNPJ 60.894.730/0001-05 NIRE 313.000.1360-0 Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

Ficam os senhores Acionistas convocados para se reunirem no dia 25 de abril de 2018, em primeira convocação, em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária ("Assembleia"), às 13:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011, bairro Engenho Nogueira, Belo Horizonte/MG, a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos:

Em Assembleia Geral Extraordinária:

(1) proposta de encerramento amigável da Ação de Responsabilidade Civil movida pela Companhia contra o seu Ex-Diretor Presidente, cuja propositura foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 27.04.2017 ("Ação de Responsabilidade"), mediante renúncia pela Companhia à pretensão formulada na Ação de Responsabilidade, conforme o artigo 487, III, 'c', do Código de Processo Civil, sem qualquer pagamento, reembolso ou indenização de parte a parte, cada uma destas assumindo e pagando (direta ou indiretamente) todos os custos de seus respectivos advogados (incluindo despesas e honorários contratuais e sucumbenciais) e respectivas custas e despesas processuais.

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017;
- (2) Destinação do lucro líquido apurado no exercício social de 2017 e aprovação do orçamento de capital para o exercício social 2018;
- (3) Proposta da administração para pagamento de dividendos e definição da data de seu respectivo pagamento;

- (4) Fixação da verba global da remuneração dos administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2019;
- (5) Eleição dos Membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2020, incluindo a deliberação sobre o número de vagas a serem preenchidas nesta eleição;
- (6) Eleição do Presidente do Conselho de Administração; e
- (7) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2019, bem como fixação da respectiva remuneração.

Para participar na Assembleia, os acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento de identificação com foto; (ii) documentos que comprovem a representação legal do acionista pessoa jurídica; (iii) no caso dos acionistas representados por procuração, instrumento de mandato que atenda aos requisitos estabelecidos na legislação e regulamentação aplicável; e (iv) comprovante da titularidade de ações, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição escrituradora nos 5 (dias) que antecedem a realização da Assembleia, ou extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição prestadora de serviços de custódia fungível de ações nominativas.

Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita que cópias dos documentos acima mencionados sejam enviados à sede da Companhia com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas da data da realização da Assembleia, nos termos do artigo 8º, § 2º, do Estatuto Social.

O acionista também poderá exercer seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância. Neste caso, até o dia 18 de abril de 2018 (inclusive), o acionista deverá transmitir instruções de preenchimento, enviando o respectivo boletim de voto a distância: 1) ao escriturador das ações de emissão da Companhia; 2) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou 3) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, o acionista deve observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/2009 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia, bem como no respectivo Manual para Participação na Assembleia.

Nos termos da Instrução CVM nº 165/1991, conforme alterada pela Instrução CVM nº 282/1998, o percentual mínimo para requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) do capital votante.

Os documentos pertinentes às matérias objeto da Ordem do Dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da própria Companhia (www.usiminas.com).

Belo Horizonte, 24 de março de 2018.

Elias de Matos Brito
Presidente do Conselho de Administração

4 - DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS PARA A DELIBERAÇÃO SOBRE AS MATÉRIAS OBJETO DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2018

Em atenção ao disposto na Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos a seguir os documentos e informações relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 25 de abril de 2018, às 13:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 – Bairro Engenho Nogueira – Belo Horizonte - MG:

4.1. Proposta de encerramento amigável da Ação de Responsabilidade Civil movida pela Companhia contra o seu Ex-Diretor Presidente, cuja propositura foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 27.04.2017 ("Ação de Responsabilidade"), mediante renúncia pela Companhia à pretensão formulada na Ação de Responsabilidade conforme o artigo 487, III, 'c', do Código de Processo Civil, sem qualquer pagamento, reembolso ou indenização de parte a parte, cada uma destas assumindo e pagando (direta ou indiretamente) todos os custos de seus respectivos advogados (incluindo despesas e honorários contratuais e sucumbenciais) e respectivas custas e despesas processuais.

Na Assembleia Geral Ordinária de 27.04.2017, foi aprovado o ajuizamento da Ação de Responsabilidade contra o Sr. Rômel Erwin de Souza, ex-Diretor Presidente da Companhia. A Ação de Responsabilidade tem como fundamento o fato de o Sr. Rômel Erwin de Souza ter celebrado individualmente um Memorando com a Mineração Usiminas S.A. ("MUSA"), estabelecendo determinadas diretrizes para a renegociação do contrato de fornecimento de minério de ferro produzido pela MUSA para a Usiminas ("Offtake Agreement"). A Ação de Responsabilidade foi ajuizada pela Companhia em 21.07.2017 e tramita na 22ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte/MG, sob o n° 5099839-08.201.8.13.0024.

Posteriormente à propositura da Ação de Responsabilidade, a Usiminas celebrou com a MUSA aditivo ao *Offtake Agreement*, cujas bases foram fixadas em *Term Sheet* aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 24.08.2017.

Nos termos do referido aditivo, o volume de minério que a Companhia está obrigada a adquirir da MUSA (*take or pay*), a partir de 2018 e até o fim de 2021, foi reduzido de 4,0 milhões de toneladas para 2,3 milhões de toneladas anuais, sem pagamento de qualquer compensação à MUSA em virtude de tal redução. A partir de 2022, a Usiminas e a MUSA definirão, de comum acordo, os volumes de minério que deverão ser adquiridos anualmente pela Companhia.

O aditivo ao *Offtake Agreement* prevê ainda a alteração da forma de precificação do minério, a fim de, entre outros aspectos envolvidos, excluir o custo logístico relativo à Usina de Cubatão, a qual não recebe minério de ferro da MUSA desde o início de 2016. Também constam do referido aditivo cláusulas mais objetivas para o pagamento de bônus e penalidades, assim como a adoção de um critério padronizado de medição de qualidade e granulometria do minério fornecido pela MUSA, em linha com as atuais práticas de mercado.

Adicionalmente, a Usiminas e a MUSA também celebraram um acordo (*Settlement Agreement*) regulando determinadas condições relacionadas ao fornecimento de minério da MUSA à Usiminas nos anos de 2016 e 2017. De acordo com tal instrumento, a Usiminas ficou dispensada de pagar a diferença entre o volume de minério anteriormente previsto no *Offtake Agreement* e o volume efetivamente adquirido pela Companhia nos anos de 2016 e 2017

Diante desse cenário, a Diretoria da Usiminas consultou o escritório Eizirik Advogados sobre a conveniência para a Companhia de, à luz do status atual do processo, encerrar amigavelmente a Ação de Responsabilidade.

Em seu Parecer, o escritório Eizirik Advogados manifestou o entendimento, em síntese, de que "como em razão da celebração do aditamento e do Settlement Agreement, os alegados prejuízos decorrentes do MOU tornaram-se de muito difícil, senão inviável, comprovação na prática, passaram a ser remotas as possibilidades de sucesso na Ação de Responsabilidade", motivo pelo qual, entre outros, concluiu que "o encerramento da Ação de Responsabilidade, nos termos acima especificados [isto é, "sem qualquer pagamento, reembolso ou indenização de parte a parte, cada uma destas assumindo e pagando (direta ou indiretamente) todos os custos de seus respectivos advogados (incluindo despesas e honorários contratuais e sucumbenciais) e respectivas custas e despesas processuais)"], constitui medida que melhor atende aos interesses da Usiminas".

Em 21 e 23.02.2018, o Sr. Rômel Erwin de Souza enviou e-mail à Usiminas confirmando por escrito que concorda "com a renúncia da Usiminas, dos direitos suscitados e pleitos formulados na Ação de Responsabilidade, hipótese na qual, neste cenário de composição amigável, informo que eu pretendo, ao mesmo tempo em que realizada a referida renúncia pela Usiminas, renunciar aos pleitos, incluindo danos morais e materiais que eu possa ter contra a Usiminas derivados da Ação de Responsabilidade", colocando-se "à disposição para oportunamente assinar os documentos necessários para a implementação destas questões", bem como esclarecendo ser sua intenção de que "o encerramento da Ação de Responsabilidade ajuizada pela Usiminas contra mim, seja feito de forma que cada parte arque com os honorários de seus próprios advogados e com as despesas e custas a que tiverem dado causa".

Em 23.02.2018, a Diretoria da Usiminas, considerando (i) a manifestação recebida do Sr. Rômel Erwin de Souza confirmando sua concordância com o encerramento amigável da Ação de Responsabilidade sem pagamento, reembolso ou indenização de parte a parte; e (ii) o parecer do escritório Eizirik Advogados, que foi aprovado pelo Departamento Jurídico da Companhia, recomendou submeter à Assembleia Geral a proposta de encerramento amigável da Ação de Responsabilidade.

Em 02.03.2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, por unanimidade, a recomendação da Diretoria de encerramento amigável da Ação de Responsabilidade, bem como a submissão da matéria à Assembleia Geral.

Constituem Anexos ao presente Manual (Anexo 2) o Parecer elaborado pelo escritório Eizirik Advogados, os e-mails enviados à Companhia pelo Sr. Rômel Erwin de Souza e as atas das reuniões da Diretoria e do Conselho de Administração realizadas, respectivamente, em 23.02.2018 e 02.03.2018.

4.2. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Em conformidade com o artigo 9º, *caput* e § 1º, da Instrução CVM nº 481/2009, disponibilizamos aos acionistas, no Anexo 3 ao presente Manual, os seguintes documentos:

- I Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31.12.2017;
- II Parecer dos Auditores Independentes;
- III Cópia das Demonstrações Financeiras;
- IV Parecer do Conselho Fiscal:
- V Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes;
- VI Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras;
- VII Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência;
- VIII Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas DFP; e
- IX Parecer do Comitê de Auditoria.

4.3. Destinação do lucro líquido apurado no exercício social de 2017 e a aprovação do orçamento de capital para o exercício social de 2018.

A Administração da Companhia submete aos acionistas a proposta de destinação dos resultados face à apuração do lucro líquido no exercício social findo em 31.12.2017, no montante total de R\$233.015.976,48, que, deduzido da parcela destinada à reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei n° 6.404/1976, no valor de R\$11.650.798,82, perfaz um lucro líquido ajustado total de R\$221.365.177,66.

Do montante total de R\$221.365.177,66, apurado a título de lucro líquido ajustado para o exercício social findo em 31.12.2017, o valor equivalente a (i) R\$55.341.294,41 deverá ser distribuído como dividendo obrigatório aos acionistas, na forma do artigo 24, § 5°, do Estatuto Social, e (ii) R\$166.023.883,24 deverá ser retido com base em orçamento de capital na forma prevista no artigo 196 da Lei n° 6.404/1976 e no artigo 24, § 6° do Estatuto Social, conforme proposto pela Administração da Companhia.

Para melhor compreensão da proposta de destinação dos resultados, o Anexo 4 ao presente Manual contém as informações exigidas pelo Anexo 9-1-II à Instrução CVM nº 481/2009, bem como a proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2018.

4.4. Proposta da Administração para pagamento de dividendos e definição da data de seu respectivo pagamento.

O valor dos dividendos para distribuição aos acionistas é de R\$55.341.294,41, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$0,043210713 por ação ordinária e R\$0,047531784 por ação preferencial.

A Administração da Companhia propõe que o dividendo obrigatório seja pago no dia 30.05.2018, aos titulares de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia na data base de 25.04.2018. Consequentemente, as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas "ex dividendos" a partir do dia 26.04.2018. O valor do dividendo proposto não estará sujeito à atualização monetária ou remuneração correspondente entre a data de declaração pela Assembleia Geral e a data de seu efetivo pagamento, bem como está isento de IRRF, de acordo com o artigo 10 da Lei n° 9.249/1995.

4.5. Fixação da verba global da remuneração dos Administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2018.

Em reunião realizada em 22.03.2018, o Conselho de Administração aprovou propor aos acionistas a fixação da remuneração global dos Administradores, para o período até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2019, no valor de até R\$ 30.297.084,00. Neste sentido, em conformidade com o artigo 12 da Instrução CVM nº 481/2009, disponibilizamos aos acionistas, no Anexo 5 ao presente Manual, as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência.

O valor da remuneração global dos administradores aprovado pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 27.04.2017 foi de R\$19.766.417,00.

O quadro a seguir demonstra o valor efetivamente pago pela Companhia a seus administradores desde a Assembleia Geral Ordinária de 27.04.2017:

	Remuneração Global Paga
Conselho de Administração	R\$ 3.816.333,33
Diretoria Estatutária	R\$ 9.967.841,08
Total	R\$ 13.784.174,41

A diferença entre os valores aprovados e os valores efetivamente pagos é de R\$ 5.982.242,59. Tal diferença justifica-se principalmente em função do seguinte:

- 1. Ao se fixar a verba global da remuneração dos Administradores em 2017 foi levada em consideração a composição da Diretoria Estatutária com: 1 CEO e 4 Diretores Vice-Presidentes, porém, só foram de fato preenchidas as seguintes posições: 1 CEO e 3 Diretores Vice-Presidentes, o que reduziu o custo de remuneração da Diretoria.
- 2. Tendo em vista que a remuneração global dos administradores foi aprovada para o período compreendido entre maio/2017 e abril/2018, ainda estão pendentes de pagamento os valores correspondentes à remuneração dos administradores para os meses de março e abril de 2018.

A diferença entre os valores propostos no exercício social anterior e no presente exercício justifica-se pelos seguintes motivos:

- Reajuste nos Honorários dos Diretores Estatutários, aprovado pelo Conselho de Administração em Novembro/2017;
- 1 Cadeira adicional de Vice-Presidente, conforme Acordo de Acionistas a ser celebrado pelos membros do bloco de controle da Companhia, nos termos do Fato Relevante datado de 08/02/2018;
- Alteração nos Targets de ICP dos Diretores Estatutários, de 6 para 12 honorários/ano em Dezembro/2017; e
- Reservas: 10% da verba total do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, já incluída verba para possível Programa de Incentivo de Longo Prazo.

4.6. Eleição dos Membros do Conselho de Administração, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2020, incluindo a deliberação sobre o número de vagas a serem preenchidas nesta

Considerando o fim do mandato de 2 (dois) anos dos atuais Conselheiros, eleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2016, faz-se necessária a eleição dos novos membros do Conselho de Administração, em atendimento ao disposto no artigo 132, inciso III da Lei nº 6.404/1976, os quais exercerão seu mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2020.

Tendo em vista que o artigo 12 do Estatuto Social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração será composto por até 15 (quinze) membros, caberá à Assembleia Geral, previamente à eleição dos Conselheiros, definir o número de vagas a serem preenchidas nesta eleição.

A Companhia recebeu de seus acionistas controladores a proposta para que o Conselho de Administração seja composto, no mandato a ser iniciado após a realização da Assembleia Geral, por até 8 membros, dos quais 7 deverão ser eleitos pelos acionistas na Assembleia Geral e 1 (um) será nomeado representante dos empregados da Companhia, conforme previsto no artigo 12, §§1° e 2° do Estatuto Social.

O número de membros acima informado poderá ser aumentado por decisão a ser tomada pelos acionistas na própria Assembleia nas seguintes hipóteses: (i) caso haja requerimento de adoção do sistema de voto múltiplo que perfaça os requisitos legais e regulamentares aplicáveis (*caput* e Parágrafo Primeiro do Artigo 141 da Lei nº 6.404/1976 e Instrução CVM nº 165/1991); ou (ii) caso os acionistas minoritários exerçam o direito de eleger membros do Conselho de Administração em votação em separado, desde que sejam atendidos os requisitos previstos nos Parágrafos Quarto a Sexto do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76.

Ressalte-se que, nos termos da Instrução CVM nº 165/1991, conforme alterada pela Instrução CVM nº 282/1998, o percentual mínimo para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na presente eleição é de 5% (cinco por cento) do capital votante.

A Companhia recebeu as seguintes indicações dos acionistas controladores para os cargos de membros do Conselho de Administração:

Candidato	Cargo	Acionista que Indicou	
Ruy Roberto Hirschheimer	Membro Efetivo do	Grupo NSSMC	
	Conselho de Administração	Grupo NSSINIC	
Kazuhiro Egawa	Membro Efetivo do	Grupo NSSMC	
	Conselho de Administração	Grapo receivio	
Antonio Mendes	Membro Efetivo do	Grupo NSSMC	
	Conselho de Administração	Orupo Noomo	
Rita Rebelo Hora de Assis	Membro Efetivo do	Previdência Usiminas	
Fonseca	Conselho de Administração	i revidencia Osiminas	
Oscar Montero Martínez	Membro Efetivo do	Grupo T/T	
	Conselho de Administração	Grupo 1/1	
Ronald Seckelmann	Membro Efetivo do	Grupo T/T	
	Conselho de Administração	Gтаро 1/1	
Elias de Matos Brito	Membro Efetivo do	Grupo T/T	
	Conselho de Administração	Grupo 1/1	
Hironobu Nose	Membro Suplente do	Grupo NSSMC	
	Conselho de Administração	Grupo NSSINIC	
Hirohiko Maeke	Membro Suplente do	Grupo NSSMC	
	Conselho de Administração	Grupo NGGINIO	
Ichiro Sato	Membro Suplente do	Grupo NSSMC	
	Conselho de Administração	Grupo NSSINIC	
Gileno Antônio de Oliveira	Membro Suplente do	Previdência Usiminas	
	Conselho de Administração	i revidencia Osiminas	
Guilherme Poggiali de	Membro Suplente do	Grupo T/T	
Almeida	Conselho de Administração	G10p0 171	
Mario Giuseppe Antonio	Membro Suplente do	Grupo T/T	
Galli	Conselho de Administração	Οιαρό 1/1	
Fernando Duelo Van	Membro Suplente do	Grupo T/T	
Deusen	Conselho de Administração	G1upo 1/1	

Além disso, em 29.03.2018, a Companhia recebeu do acionista minoritário Geração Futuro L. Par Fundo de Investimento em Ações ("Geração L Par") a indicação dos Srs. Paulo Roberto Evangelista de Lima (titular) e Guilherme Silva Roman (suplente) para concorrer aos cargos de membros do Conselho de Administração nas vagas previstas pelo artigo 141, § 4º, incisos I e II, e § 5º da Lei nº 6.404/1976, destinadas à eleição em separado pelos minoritários titulares de ações ordinárias e/ou preferenciais.

Em conformidade com o disposto no artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009 e nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, as informações sobre os candidatos acima relacionados constam do Anexo 6 ao presente Manual.

A Companhia informa que, em conformidade com o artigo 12, §1°, do Estatuto Social, foi realizada eleição em 29.01.2018, na qual o Sr. Luiz Carlos de Miranda Faria (titular) e o Sr. Edílio Ramos Veloso (suplente) foram eleitos para integrar o Conselho de Administração da Companhia, na qualidade de representantes dos empregados. As informações sobre os representantes escolhidos pelos empregados também constam do Anexo 6 ao presente Manual.

4.7. Eleição do Presidente do Conselho de Administração.

De acordo com o artigo 12, § 3º, do Estatuto Social, a Assembleia Geral deverá escolher um dos membros eleitos do Conselho de Administração para presidi-lo.

A Companhia recebeu de seus acionistas controladores a indicação do Sr. Ruy Roberto Hirschheimer para exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração até a Assembleia Geral Ordinária de 2020.

4.8. Eleição dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2019, bem como fixação da respectiva remuneração.

A Companhia recebeu as seguintes indicações dos acionistas controladores para os cargos de membros do Conselho Fiscal:

Can	didato		Cargo		Acionista que Indicou	
Wanderley	Rezende	de	Membro	Efetivo	do	Grupo NSSMC

Souza	Conselho Fiscal		
Lúcio de Lima Pires	Membro Efetivo do	Previdência Usiminas	
	Conselho Fiscal	i revidencia Osiminas	
Paulo Frank Coelho da	Membro Efetivo do	Grupo T/T	
Rocha	Conselho Fiscal	Отиро 1/1	
Masato Ninomiya	Membro Suplente do	Grupo NSSMC	
	Conselho Fiscal	Grupo NSSINIC	
Ely Tadeu Parente da	Membro Suplente do	Previdência Usiminas	
Silva	Conselho Fiscal	Previdencia Osiminas	
João Paulo Minetto	Membro Suplente do	Grupo T/T	
	Conselho Fiscal	Grupo 1/1	

Além disso, em 29.03.2018, a Companhia recebeu do acionista minoritário Geração L Par a indicação dos Srs. Aloisio Macário Ferreira de Souza (titular) e Luiz Fernando Sachet (suplente) para concorrer aos cargos de membros do Conselho Fiscal, na vaga prevista pela alínea "a" do § 4º do artigo 161 da Lei nº 6.404/1976, destinada à eleição em separado pelos minoritários titulares de ações preferenciais.

Adicionalmente, em 17.04.2018, a Companhia recebeu do acionista minoritário Tempo Capital Principal Fundo de Investimento de Ações a indicação da Sra. Domenica Eisenstein Noronha (titular) e Mauricio Rocha Alves de Carvalho (suplente) para concorrer aos cargos de membros do Conselho Fiscal na vaga prevista pela alínea "a" do § 4º do artigo 161 da Lei nº 6.404/1976, destinada à eleição em separado pelos minoritários titulares de ações ordinárias.

A Companhia recebeu ainda, em 20.04.2018, do acionista minoritário Banco BTG Pactual S.A., a indicação do Sr. Paulo Roberto Batista Machado candidato ao cargo de membro titular do Conselho Fiscal, e da Sra. Vanessa Claro Lopes como respectivo suplente.

Em conformidade com o disposto no artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009 e nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, as informações sobre os candidatos acima relacionados constam do Anexo 7 ao presente Manual.

A Companhia propõe que a remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal seja fixada no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor da média da

remuneração atribuída aos Diretores da Companhia, nos termos do artigo 163, \S 3°, da Lei nº 6.404/1976.

* * *

ANEXO 1.1 – BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA PARA DELIBERAÇÕES OBJETO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS

CNPJ 60.894.730/0001-05 NIRE 313.000.1360-0 Companhia Aberta

Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a ser realizada 25.04.2018 BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA PARA DELIBERAÇÕES OBJETO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. Nome ou razão social do acionista (sem abreviações)				
2. CNPJ ou CPF do acionista	2.1. Endereço de e-mail do acionista para recebimento de comunicações da Companhia relacionadas ao Boletim			

3. Orientações de preenchimento do Boletim de Voto a Distância

Inicialmente, cabe esclarecer que, por questões procedimentais, serão adotados dois boletins de voto a distância no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária da Companhia a ser realizada em 25 de abril de 2018, um boletim para a matéria da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária e outro boletim para as matérias a serem apreciadas no âmbito da Assembleia Geral Ordinária.

De todo modo, o envio de qualquer um dos boletins de voto a distância (seja o boletim relacionado à matéria da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária ou o boletim relacionado às matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral Ordinária) implicará a participação do acionista e a contagem das ações de sua propriedade para o quórum de instalação da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, mesmo em relação às matérias para as quais o acionista não enviou o boletim.

Caso opte por exercer o seu direito de voto a distância em relação à matéria da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária, nos termos dos artigos 21-A e seguintes da Instrução CVM nº 481/2009, o acionista deverá preencher o presente Boletim de Voto a Distância para Deliberações Objeto da Assembleia Geral Extraordinária ("Boletim"), que somente será considerado válido e os votos aqui proferidos contabilizados no quórum da Assembleia Geral, se observadas as seguintes instruções: (i) todas as páginas deverão ser rubricadas; e (ii) a última página deverá ser assinada pelo acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente.

Não será exigido o reconhecimento das firmas apostas no Boletim, tampouco o seu apostilamento, notarização ou consularização, exigindo-se, porém, a tradução juramentada dos documentos enviados em anexo ao Boletim que estejam lavrados em língua estrangeira.

Em 18.04.2018 (inclusive), expira o prazo para o recebimento do Boletim devidamente preenchido, conforme instruções abaixo.

Importante ressaltar que, para o Boletim produzir efeitos, o dia 18.04.2018 deverá ser o último dia para o seu RECEBIMENTO por uma das 3 formas a seguir elencadas, e não o último dia para a sua postagem. Se o Boletim for recebido após o dia 18.04.2018, os votos não serão computados.

4. Orientações de entrega do Boletim de Voto a Distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do Boletim deverá fazê-lo por uma das 3 (três) opções abaixo descritas:

I. <u>Por instruções de preenchimento transmitidas ao agente escriturador das ações de emissão da Companhia</u>

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações escrituradas pelo Banco Bradesco S.A. e que não estejam depositadas em depositário central:

O acionista titular de ações que não estejam depositadas em depositário central e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços poderá transmitir as suas instruções de voto ao agente escriturador das ações de emissão da Usiminas, o Banco Bradesco S.A., observadas as regras por ele determinadas.

Para tanto, os acionistas deverão comparecer a qualquer uma das Agências Bradesco em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, durante o horário de expediente bancário local, munido do Boletim impresso, preenchido, rubricado e assinado, bem

como dos documentos relacionados na tabela abaixo, para que as informações constantes do Boletim sejam transferidas para os sistemas do Bradesco:

Documentos a serem apresentados na			
Agência Bradesco, juntamente com o	Pessoa	Pessoa	Fundos de
Boletim	Física	Jurídica	Investimento
CPF e Documento de identidade com			
foto do acionista ou de seu representante			
legal *	Х	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social			
consolidado e atualizado **	-	X	X
Documento que comprove os poderes de			
representação **	-	X	X
Regulamento consolidado e atualizado			
do fundo	-	-	X

^{*} Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim ao agente escriturador em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 18.04.2018 (inclusive).

II. <u>Por instruções de preenchimento transmitidas aos seus respectivos agentes de custódia</u>

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Nesse caso o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados por seus respectivos agentes de custódia.

O acionista titular de ações depositadas na Central Depositária da B3 e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para o exercício de tal faculdade.

^{**} Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para seus agentes de custódia em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 18.04.2018 (inclusive), salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus agentes de custódia.

Conforme determinado pelo art. 21-S da Instrução CVM 481/2009, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

III. Por envio diretamente à Companhia

Esta opção pode ser utilizada por qualquer acionista da Companhia:

Os acionistas poderão ainda, alternativamente aos procedimentos descritos nos itens I e II acima, enviar seus Boletins diretamente à Companhia.

Para tanto, os acionistas deverão imprimir o presente Boletim, preenchê-lo, rubricar todas as páginas e assiná-lo. Na sequência, os acionistas deverão enviar o Boletim, devidamente preenchido, rubricado e assinado, para o seguinte endereço postal: Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 — Bairro Engenho Nogueira — Belo Horizonte - MG, CEP 31310-260, aos cuidados da Secretaria de Governança, juntamente com a cópia autenticada dos documentos descritos abaixo:

Pessoas físicas

documento de identidade com foto do acionista.

Pessoas jurídicas

- último estatuto ou contrato social consolidado e a documentação societária que comprove a representação legal do acionista (i.e.: ata de eleição dos diretores);
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

Fundos de investimento

- último regulamento consolidado do fundo;
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata de eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração);
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

O acionista poderá também, se preferir, antecipar o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando as vias digitalizadas do Boletim e dos documentos acima referidos para o endereço eletrônico dri@usiminas.com.

De qualquer modo, é indispensável que a Companhia receba a via original do Boletim e a cópia autenticada dos demais documentos encaminhados anteriormente por e-mail pelo acionista, no prazo de 7 (sete) dias antes da data da Assembleia Geral, isto é, até o dia 18.04.2018, no seguinte endereço: Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 – Bairro Engenho Nogueira – Belo Horizonte - MG, CEP 31310-260, aos cuidados da Secretaria de Governança.

Em até 3 (três) dias do recebimento dos referidos documentos, a Companhia informará ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado no item 2.1 do Boletim, acerca de seu recebimento e de sua aceitação.

Caso o Boletim não esteja devidamente preenchido ou acompanhado dos documentos comprobatórios acima descritos, este será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado no item 2.1 do Boletim, informando-o da necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham (desde que haja tempo hábil), descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

Caso haja divergências entre o Boletim recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa de votação proveniente do escriturador para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto do escriturador prevalecerá, de acordo com as disposições do artigo 21-W, §2º, da Instrução CVM nº 481/2009.

5. Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia

Endereço Postal: Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 – Bairro Engenho Nogueira – Belo Horizonte - MG, CEP 31310-260, aos cuidados da Secretaria de Governança

Endereco Eletrônico: dri@usiminas.com

(Obs: O envio do Boletim por meio eletrônico tem apenas a finalidade de antecipar o conteúdo do voto e não dispensa o envio e recebimento tempestivo da via física do Boletim.)

6. Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato

Banco Bradesco S.A.

Em caso de dúvidas, os acionistas poderão entrar em contato com o Bradesco, por meio dos seguintes canais:

TEL: 0800 701 1616

e-mail: 4010.acecustodia@bradesco.com.br

O Bradesco informa que os dados acima foram inseridos apenas para que o acionista possua um canal para esclarecer eventuais dúvidas relativas ao envio do Boletim ao agente escriturador. Entretanto, o Bradesco não aceitará o recebimento de Boletins por meio de envio eletrônico, sendo certo que só serão considerados os boletins que forem apresentados em qualquer agência Bradesco, nos termos e condições especificados no item 4.I deste Boletim.

Deliberações / Questões Objeto da Assembleia Geral Extraordinária

Deliberação Simples

7. Aprovar a proposta de encerramento amigável da Ação de Responsabilidade Civil movida pela Companhia contra o seu Ex-Diretor Presidente, cuja propositura foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 27.04.2017 ("Ação de Responsabilidade"), mediante renúncia pela Companhia à pretensão formulada na Ação de Responsabilidade, conforme o artigo 487, III, 'c', do Código de Processo Civil, sem qualquer pagamento, reembolso ou indenização de parte a parte, cada uma destas assumindo e pagando (direta ou indiretamente) todos os custos de seus respectivos advogados (incluindo despesas e honorários contratuais e sucumbenciais) e respectivas custas e despesas processuais:

ANEXO 1.2 – BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA PARA DELIBERAÇÕES OBJETO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS

CNPJ 60.894.730/0001-05 NIRE 313.000.1360-0 Companhia Aberta

Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a ser realizada 25.04.2018 BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA PARA DELIBERAÇÕES OBJETO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Nome ou razão social do acionista (sem abreviações)				
2. CNPJ ou CPF do acionista	2.1. Endereço de e-mail do acionista para recebimento de comunicações da Companhia relacionadas ao Boletim			

3. Orientações de preenchimento do Boletim de Voto a Distância

Inicialmente, cabe esclarecer que, por questões procedimentais, serão adotados dois boletins de voto a distância no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária da Companhia a ser realizada em 25 de abril de 2018, um boletim para a matéria da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária e outro boletim para as matérias a serem apreciadas no âmbito da Assembleia Geral Ordinária.

De todo modo, o envio de qualquer um dos boletins de voto a distância (seja o boletim relacionado à matéria da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária ou o boletim relacionado às matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral Ordinária) implicará a participação do acionista e a contagem das ações de sua propriedade para o quórum de instalação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, mesmo em relação às matérias para as quais o acionista não enviou o boletim.

Caso opte por exercer o seu direito de voto a distância em relação às matérias a serem apreciadas no âmbito da Assembleia Geral Ordinária, nos termos dos artigos 21-A e seguintes da Instrução CVM nº 481/2009, o acionista deverá preencher o presente Boletim de Voto a Distância para Deliberações Objeto da Assembleia Geral Ordinária ("Boletim"), que somente será considerado válido e os votos aqui proferidos contabilizados no quórum da Assembleia Geral, se observadas as seguintes instruções: (i) todas as páginas deverão ser rubricadas; e (ii) a última página deverá ser assinada pelo acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente.

Não será exigido o reconhecimento das firmas apostas no Boletim, tampouco o seu apostilamento, notarização ou consularização, exigindo-se, porém, a tradução juramentada dos documentos enviados em anexo ao Boletim que estejam lavrados em língua estrangeira.

Em 18.04.2018 (inclusive), expira o prazo para o recebimento do Boletim devidamente preenchido, conforme instruções abaixo.

Importante ressaltar que, para o Boletim produzir efeitos, o dia 18.04.2018 deverá ser o último dia para o seu RECEBIMENTO por uma das 3 formas a seguir elencadas, e não o último dia para a sua postagem. Se o Boletim for recebido após o dia 18.04.2018, os votos não serão computados.

4. Orientações de entrega do Boletim de Voto a Distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do Boletim deverá fazê-lo por uma das 3 (três) opções abaixo descritas:

IV. <u>Por instruções de preenchimento transmitidas ao agente escriturador das ações de emissão da Companhia</u>

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações escrituradas pelo Banco Bradesco S.A. e que não estejam depositadas em depositário central:

O acionista titular de ações que não estejam depositadas em depositário central e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços poderá transmitir as suas instruções de voto ao agente escriturador das ações de emissão da Usiminas, o Banco Bradesco S.A., observadas as regras por ele determinadas.

Para tanto, os acionistas deverão comparecer a qualquer uma das Agências Bradesco em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, durante o horário de expediente bancário local, munido do Boletim impresso, preenchido, rubricado e assinado, bem

como dos documentos relacionados na tabela abaixo, para que as informações constantes do Boletim sejam transferidas para os sistemas do Bradesco:

Documentos a serem apresentados na			
Agência Bradesco, juntamente com o	Pessoa	Pessoa	Fundos de
Boletim	Física	Jurídica	Investimento
CPF e Documento de identidade com			
foto do acionista ou de seu representante			
legal *	Х	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social			
consolidado e atualizado **	-	X	X
Documento que comprove os poderes de			
representação **	-	X	X
Regulamento consolidado e atualizado			
do fundo	-	-	Х

^{*} Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim ao agente escriturador em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 18.04.2018 (inclusive).

V. <u>Por instruções de preenchimento transmitidas aos seus respectivos agentes de custódia</u>

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Nesse caso o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados por seus respectivos agentes de custódia.

O acionista titular de ações depositadas na Central Depositária da B3 e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por esses determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para o exercício de tal faculdade.

^{**} Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para seus agentes de custódia em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até 18.04.2018 (inclusive), salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus agentes de custódia.

Conforme determinado pelo art. 21-S da Instrução CVM 481/2009, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

VI. Por envio diretamente à Companhia

Esta opção pode ser utilizada por qualquer acionista da Companhia:

Os acionistas poderão ainda, alternativamente aos procedimentos descritos nos itens I e II acima, enviar seus Boletins diretamente à Companhia.

Para tanto, os acionistas deverão imprimir o presente Boletim, preenchê-lo, rubricar todas as páginas e assiná-lo. Na sequência, os acionistas deverão enviar o Boletim, devidamente preenchido, rubricado e assinado, para o seguinte endereço postal: Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 — Bairro Engenho Nogueira — Belo Horizonte - MG, CEP 31310-260, aos cuidados da Secretaria de Governança, juntamente com a cópia autenticada dos documentos descritos abaixo:

Pessoas físicas

documento de identidade com foto do acionista.

Pessoas jurídicas

- último estatuto ou contrato social consolidado e a documentação societária que comprove a representação legal do acionista (i.e.: ata de eleição dos diretores);
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

Fundos de investimento

- último regulamento consolidado do fundo;
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata de eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração);
- documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

O acionista poderá também, se preferir, antecipar o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando as vias digitalizadas do Boletim e dos documentos acima referidos para o endereco eletrônico dri@usiminas.com.

De qualquer modo, é indispensável que a Companhia receba a via original do Boletim e a cópia autenticada dos demais documentos encaminhados anteriormente por e-mail pelo acionista, no prazo de 7 (sete) dias antes da data da Assembleia Geral, isto é, até o dia 18.04.2018, no seguinte endereço: Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 – Bairro Engenho Nogueira – Belo Horizonte - MG, CEP 31310-260, aos cuidados da Secretaria de Governança.

Em até 3 (três) dias do recebimento dos referidos documentos, a Companhia informará ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado no item 2.1 do Boletim, acerca de seu recebimento e de sua aceitação.

Caso o Boletim não esteja devidamente preenchido ou acompanhado dos documentos comprobatórios acima descritos, este será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado no item 2.1 do Boletim, informando-o da necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham (desde que haja tempo hábil), descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

Caso haja divergências entre o Boletim recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa de votação proveniente do escriturador para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto do escriturador prevalecerá, de acordo com as disposições do artigo 21-W, §2º, da Instrução CVM nº 481/2009.

5. Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia

Endereço Postal: Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 – Bairro Engenho Nogueira – Belo Horizonte - MG, CEP 31310-260, aos cuidados da Secretaria de Governança

Endereco Eletrônico: dri@usiminas.com

(Obs: O envio do Boletim por meio eletrônico tem apenas a finalidade de antecipar o conteúdo do voto e não dispensa o envio e recebimento tempestivo da via física do Boletim.)

6. Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, com nome, endereço físico e eletrônico, telefone e pessoa para contato

Banco Bradesco S.A.

Em caso de dúvidas, os acionistas poderão entrar em contato com o Bradesco, por meio dos seguintes canais:

TEL: 0800 701 1616

e-mail: 4010.acecustodia@bradesco.com.br

O Bradesco informa que os dados acima foram inseridos apenas para que o acionista possua um canal para esclarecer eventuais dúvidas relativas ao envio do Boletim ao agente escriturador. Entretanto, o Bradesco não aceitará o recebimento de Boletins por meio de envio eletrônico, sendo certo que só serão considerados os boletins que forem apresentados em qualquer agência Bradesco, nos termos e condições especificados no item 4.1 deste Boletim.

Deliberações / Questões Objeto da Assembleia Geral Ordinária

Deliberação Simples
7. Aprovar as contas dos administradores, as demonstrações financeiras e o
relatório anual da administração referentes ao exercício findo em 31 de
dezembro de 2017:
[] Aprovar
Deliberação Simples
8. Aprovar a proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício
social de 2017, com o (i) pagamento do montante de R\$55.341.294,41 como
dividendo obrigatório aos acionistas, e (ii) a retenção de R\$166.023.883,24 com
base em orçamento de capital, conforme previsto no artigo 196 da Lei nº
6.404/1976 e no artigo 24, §6° do Estatuto Social:
[] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se
Deliberação Simples
9. Aprovar a proposta da Administração para distribuição do dividendo
obrigatório no valor de R\$0,043210713 por ação ordinária e R\$0,047531784 por
ação preferencial de emissão da Companhia, a serem pagos em 30.05.2018,
aos acionistas titulares de ações de emissão da Companhia na data base de
25.04.2018:
[] Aprovar
Deliberação Simples
10. Fixar a remuneração global anual dos Administradores para o período até a
Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2019 no valor de até
R\$30.297.084,00:
[] Aprovar
Deliberação Simples
11. Fixação do número de membros do Conselho de Administração:

Composição do Conselho e Administração por 8 membros, sendo 7 eleitos pelos acionistas e 1 (um) nomeado como representante dos empregados da Companhia:		
[] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se		
Questão Simples		
12. Deseja requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos		
membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 141 da Lei nº		
6.404/1976?		
[] Sim [] Não [] Abster-se		
Eleição do Conselho de Administração por Chapa Única		
12.1. Eleição de todos os nomes que compõem a chapa indicada pelo Bloco de Controle, quais sejam, membros efetivos - Ruy Roberto Hirschheimer, Kazuhiro Egawa, Antonio Mendes, Oscar Montero Martínez, Guilherme Poggiali de Almeida, Elias de Matos Brito, Rita Rebelo Hora de Assis Fonseca, e respectivos suplentes: [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se		
12.2. Caso um dos candidatos que compõem a chapa indicada pelo Bloco de		
Controle deixe de integrá-la, os votos correspondentes às suas ações podem		
continuar sendo conferidos a tal chapa?		
[] Sim [] Não [] Abster-se		
12.3. Eleição de membros do Conselho de Administração, se for adotado o		
sistema de voto múltiplo:		
Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos em percentuais igualitários pelos membros da chapa que você escolheu? [A distribuição igualitária considerará a divisão do percentual de 100% entre os membros da chapa escolhida até as duas primeiras casas decimais, sem arredondamento. As frações de ações apuradas a partir da aplicação do percentual resultante não serão alocadas para nenhum candidato, sendo desconsideradas no procedimento de voto múltiplo, hipótese em que o acionista poderá não votar com a totalidade de suas ações] [] Sim [] Não [] Abster-se		
Caso tenha respondido não em relação à pergunta anterior, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos nos seguintes percentuais (obs: os votos somente serão considerados caso o somatório dos números inseridos nos quadros abaixo equivalha a, no máximo, 100%):		

	Ruy Roberto Hirschheimer - [] % dos votos a ser atribuída ao candidato
	Kazuhiro Egawa - [] % dos votos a ser atribuída ao candidato
	Antonio Mendes - [] % dos votos a ser atribuída ao candidato
	Oscar Montero Martínez - [] % dos votos a ser atribuída ao candidato
	Guilherme Poggiali de Almeida - [] % dos votos a ser atribuída ao candidato
	Elias de Matos Brito - [] % dos votos a ser atribuída ao candidato
	Rita Rebelo Hora de Assis Fonseca - [] % dos votos a ser atribuída ao candidato
	Total – 100% dos votos
admi	
brand com	O acionista somente pode preencher este campo caso tenha deixado em co os campos 12.1 a 12.3 acima e seja titular ininterruptamente das ações as quais vota durante os 3 meses imediatamente anteriores à realização esembleia Geral. Deseja solicitar a eleição em separado de membro do conselho de administração, nos termos do art. 141, § 4º, I, da Lei nº 6.404, de 1976? [] Sim [] Não [] Abster-se
13.1. acion I, da caso ininte	O acionista somente pode preencher este campo caso tenha deixado em co os campos 12.1 a 12.3 acima e seja titular ininterruptamente das ações as quais vota durante os 3 meses imediatamente anteriores à realização esembleia Geral. Deseja solicitar a eleição em separado de membro do conselho de administração, nos termos do art. 141, § 4º, I, da Lei nº 6.404, de 1976? [] Sim [] Não [] Abster-se Eleição em separado de membro do Conselho de Administração por istas minoritários detentores de ações ordinárias (artigo 141, § 4º, inciso Lei nº 6.404, de 1976). O acionista somente pode preencher este campo tenha deixado em branco os campos 12.1 a 12.3 acima e seja titular erruptamente das ações com as quais vota durante os 3 meses atamente anteriores à realização da Assembleia Geral. Candidatos - Srs. Paulo Roberto Evangelista de Lima (titular) e Guilherme Silva Roman (suplente):
13.1. acion I, da caso ininte imedi	O acionista somente pode preencher este campo caso tenha deixado em co os campos 12.1 a 12.3 acima e seja titular ininterruptamente das ações as quais vota durante os 3 meses imediatamente anteriores à realização sembleia Geral. Deseja solicitar a eleição em separado de membro do conselho de administração, nos termos do art. 141, § 4º, I, da Lei nº 6.404, de 1976? [] Sim [] Não [] Abster-se Eleição em separado de membro do Conselho de Administração por istas minoritários detentores de ações ordinárias (artigo 141, § 4º, inciso Lei nº 6.404, de 1976). O acionista somente pode preencher este campo tenha deixado em branco os campos 12.1 a 12.3 acima e seja titular truptamente das ações com as quais vota durante os 3 meses atamente anteriores à realização da Assembleia Geral. Candidatos - Srs. Paulo Roberto Evangelista de Lima (titular) e

preferenciais a fim de eleger para o conselho de administração o candidato com o			
maior número de votos dentre todos aqueles que, constando deste boletim de voto			
a distância, concorrerem à eleição em separado?			
[] Sim [] Não [] Abster-se			
14. Requisição de eleição em separado de membro do conselho de			
administração por acionistas minoritários detentores de ações preferenciais			
sem direito a voto ou com voto restrito O acionista somente pode preencher			
este campo caso seja titular ininterruptamente das ações com as quais vota			
durante os 3 meses imediatamente anteriores à realização da assembleia			
geral:			
Deseja solicitar a eleição em separado de membro do conselho de administração,			
nos termos do art. 141, § 4º, II, da Lei nº 6.404, de 1976?			
[] Sim			
14.1. Eleição em separado de membro do Conselho de Administração por			
acionistas minoritários detentores de ações preferenciais (artigo 141, § 4º,			
inciso II, da Lei nº 6.404, de 1976). O acionista somente pode preencher este			
campo caso seja titular ininterruptamente das ações com as quais vota			
durante os 3 meses imediatamente anteriores à realização da Assembleia			
Geral.			
One distance One Davida Dahanta Evan maliata da Lima (titulan) a			
Candidatos - Srs. Paulo Roberto Evangelista de Lima (titular) e			
Guilherme Silva Roman (suplente):			
• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •			
Guilherme Silva Roman (suplente): [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se			
Guilherme Silva Roman (suplente): [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se Caso se verifique que nem os titulares de ações com direito a voto nem os titulares			
Guilherme Silva Roman (suplente): [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se Caso se verifique que nem os titulares de ações com direito a voto nem os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito perfizeram,			
Guilherme Silva Roman (suplente): [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se Caso se verifique que nem os titulares de ações com direito a voto nem os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito perfizeram, respectivamente, o quórum exigido nos incisos I e II do § 4o do art. 141 da Lei nº			
Guilherme Silva Roman (suplente): [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se Caso se verifique que nem os titulares de ações com direito a voto nem os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito perfizeram, respectivamente, o quórum exigido nos incisos I e II do § 4o do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976, você deseja que seu voto seja agregado aos votos das ações			
Guilherme Silva Roman (suplente): [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se Caso se verifique que nem os titulares de ações com direito a voto nem os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito perfizeram, respectivamente, o quórum exigido nos incisos I e II do § 4o do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976, você deseja que seu voto seja agregado aos votos das ações preferenciais a fim de eleger para o conselho de administração o candidato com o			
Guilherme Silva Roman (suplente): [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se Caso se verifique que nem os titulares de ações com direito a voto nem os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito perfizeram, respectivamente, o quórum exigido nos incisos I e II do § 4o do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976, você deseja que seu voto seja agregado aos votos das ações preferenciais a fim de eleger para o conselho de administração o candidato com o maior número de votos dentre todos aqueles que, constando deste boletim de voto a			
Guilherme Silva Roman (suplente): [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se Caso se verifique que nem os titulares de ações com direito a voto nem os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito perfizeram, respectivamente, o quórum exigido nos incisos I e II do § 4o do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976, você deseja que seu voto seja agregado aos votos das ações preferenciais a fim de eleger para o conselho de administração o candidato com o maior número de votos dentre todos aqueles que, constando deste boletim de voto a distância, concorrerem à eleição em separado?			
Guilherme Silva Roman (suplente): [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se Caso se verifique que nem os titulares de ações com direito a voto nem os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito perfizeram, respectivamente, o quórum exigido nos incisos I e II do § 4o do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976, você deseja que seu voto seja agregado aos votos das ações preferenciais a fim de eleger para o conselho de administração o candidato com o maior número de votos dentre todos aqueles que, constando deste boletim de voto a			
Guilherme Silva Roman (suplente): [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se Caso se verifique que nem os titulares de ações com direito a voto nem os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito perfizeram, respectivamente, o quórum exigido nos incisos I e II do § 4o do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976, você deseja que seu voto seja agregado aos votos das ações preferenciais a fim de eleger para o conselho de administração o candidato com o maior número de votos dentre todos aqueles que, constando deste boletim de voto a distância, concorrerem à eleição em separado? [] Sim [] Não [] Abster-se			
Guilherme Silva Roman (suplente): [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se Caso se verifique que nem os titulares de ações com direito a voto nem os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito perfizeram, respectivamente, o quórum exigido nos incisos I e II do § 4o do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976, você deseja que seu voto seja agregado aos votos das ações preferenciais a fim de eleger para o conselho de administração o candidato com o maior número de votos dentre todos aqueles que, constando deste boletim de voto a distância, concorrerem à eleição em separado?			
Guilherme Silva Roman (suplente): [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se Caso se verifique que nem os titulares de ações com direito a voto nem os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito perfizeram, respectivamente, o quórum exigido nos incisos I e II do § 4o do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976, você deseja que seu voto seja agregado aos votos das ações preferenciais a fim de eleger para o conselho de administração o candidato com o maior número de votos dentre todos aqueles que, constando deste boletim de voto a distância, concorrerem à eleição em separado? [] Sim [] Não [] Abster-se			
Guilherme Silva Roman (suplente): [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se Caso se verifique que nem os titulares de ações com direito a voto nem os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito perfizeram, respectivamente, o quórum exigido nos incisos I e II do § 4o do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976, você deseja que seu voto seja agregado aos votos das ações preferenciais a fim de eleger para o conselho de administração o candidato com o maior número de votos dentre todos aqueles que, constando deste boletim de voto a distância, concorrerem à eleição em separado? [] Sim [] Não [] Abster-se 15. Eleição do Presidente do Conselho de Administração. Eleição do Sr. Ruy Roberto Hirschheimer para o cargo de Presidente do			
Guilherme Silva Roman (suplente): [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se Caso se verifique que nem os titulares de ações com direito a voto nem os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito perfizeram, respectivamente, o quórum exigido nos incisos I e II do § 4o do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976, você deseja que seu voto seja agregado aos votos das ações preferenciais a fim de eleger para o conselho de administração o candidato com o maior número de votos dentre todos aqueles que, constando deste boletim de voto a distância, concorrerem à eleição em separado? [] Sim [] Não [] Abster-se 15. Eleição do Presidente do Conselho de Administração. Eleição do Sr. Ruy Roberto Hirschheimer para o cargo de Presidente do Conselho de Administração até a Assembleia Geral Ordinária de 2020:			
Guilherme Silva Roman (suplente): [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se Caso se verifique que nem os titulares de ações com direito a voto nem os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito perfizeram, respectivamente, o quórum exigido nos incisos I e II do § 4o do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976, você deseja que seu voto seja agregado aos votos das ações preferenciais a fim de eleger para o conselho de administração o candidato com o maior número de votos dentre todos aqueles que, constando deste boletim de voto a distância, concorrerem à eleição em separado? [] Sim [] Não [] Abster-se 15. Eleição do Presidente do Conselho de Administração. Eleição do Sr. Ruy Roberto Hirschheimer para o cargo de Presidente do Conselho de Administração até a Assembleia Geral Ordinária de 2020: [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se			
Guilherme Silva Roman (suplente): [] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se Caso se verifique que nem os titulares de ações com direito a voto nem os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito perfizeram, respectivamente, o quórum exigido nos incisos I e II do § 4o do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976, você deseja que seu voto seja agregado aos votos das ações preferenciais a fim de eleger para o conselho de administração o candidato com o maior número de votos dentre todos aqueles que, constando deste boletim de voto a distância, concorrerem à eleição em separado? [] Sim [] Não [] Abster-se 15. Eleição do Presidente do Conselho de Administração. Eleição do Sr. Ruy Roberto Hirschheimer para o cargo de Presidente do Conselho de Administração até a Assembleia Geral Ordinária de 2020:			

Bloco de Controle, quais sejam, membros efetivos - Wanderley Rezende de

Souza, Paulo Frank Coelho da Rocha, Lúcio de Lima Pires e respectivos suplentes:			
[] Aprovar [] Rejeitar [] Abster-se			
17. Eleição em separado de membro do Conselho Fiscal por acionistas			
minoritários detentores de ações preferenciais:			
Candidatos - Srs. Aloisio Macário Ferreira de Souza (titular) e Luiz			
Fernando Sachet (suplente)			
[] Aprovar			
Deliberação Simples			
18. Fixar a remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal no valor			
correspondente a 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração			
atribuída aos Diretores da Companhia, nos termos do artigo 163, § 3º, da Lei nº			
6.404/1976:			
[] Aprovar			

ANEXO 2 - MATERIAL SOBRE O ENCERRAMENTO AMIGÁVEL DA AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL MOVIDA CONTRA O EX-DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA

RIO DE JANEIRO

R. Santa Luzia, 651 - 34º andar Rio de Janeiro RJ Cep 20021-903

Fax: (21) 2262-7784

Tel.: (21) 3906-8200 / 2240-4724

Antonio Carlos Verzola Marcus de Freitas Henriques Maria Lucia de Araujo Cintra

Renata Moritz Serpa Coelho

Andrea Braga

Nelson Eizirik

Luis Andre Azevedo

SÃO PAULO R. Padre João Manuel, 923 - 13º andar São Paulo SP Cep 01411-001 Tel.: (11) 3061-2552

Alexandre Chede Travassos Juliana Botini Hargreaves Vieira Ana Carolina Weber Adriana M. R. Ferreira Luiza P. da Cunha P. de Oliveira Camila Tinoco Giovanna Rennó Duque

eizirik@eizirik.com.br

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2018.

À Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3011 Belo Horizonte – MG

At: Dr. Bruno Lage de Araujo Paulino

Prezados Senhores,

Conforme solicitado, analisamos a questão formulada por V.Sas., referente à conveniência para a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. -Usiminas ("Usiminas" ou "Companhia") de, à luz do status atual do processo e tendo revisto todos os materiais e alegações ali constantes até 19.02.2018, encerrar amigavelmente a ação de responsabilidade ajuizada em face do Sr. Rômel Erwin de Souza ("Sr. Rômel de Souza"), ex-Diretor Presidente da Companhia, mediante renúncia à pretensão formulada na ação, conforme o artigo 487, inciso III, alínea "c", do Código de Processo Civil, sem qualquer pagamento, reembolso ou indenização de parte a parte, cada uma destas assumindo e pagando (direta ou indiretamente) todos os custos de seus

Eizirik ADVOGADOS

respectivos advogados (incluindo despesas e honorários contratuais e sucumbenciais) e respectivas custas e despesas processuais.

1 - Dos Fatos

Em 23.03.2017, o Conselho de Administração da Usiminas reuniu-se extraordinariamente para apurar a conduta do Sr. Rômel de Souza, à época Diretor Presidente da Companhia, no que se referia à celebração, por este isoladamente, do documento denominado *Memorandum of Understanding* ("MOU") com a Mineração Usiminas S.A. ("MUSA"), controlada da Companhia. O referido MOU tinha por objetivo estabelecer algumas premissas que deveriam nortear a renegociação do *Offtake Agreement*, contrato que regula o fornecimento de minério de ferro produzido pela MUSA para a Usiminas ("*Offtake Agreement*").

Na referida reunião, o Conselho de Administração da Companhia entendeu, por maioria de votos dos seus membros, que a assinatura do MOU pelo Sr. Rômel de Souza, sem a prévia autorização do Conselho de Administração e sem estar acompanhado de outro Diretor, caracterizaria violação ao Estatuto Social da Usiminas, razão pela qual foi aprovada a sua destituição do cargo de Diretor Presidente.

Em 27.04.2017, foi realizada Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Usiminas, na qual, entre outras matérias, foi colocada em deliberação "proposta de autorização à Companhia para que ajuíze ação de responsabilidade contra o Sr. Rômel Erwin de Souza", conforme consta da ata da AGO.

Por maioria dos votos dos acionistas presentes à AGO, foi aprovada a proposta para autorizar a Companhia a propor ação de responsabilidade contra o Sr. Rômel de Souza, com fulcro nos artigos 158, inciso II e 159 da Lei das S.A..

A referida ação foi efetivamente ajuizada pela Companhia em 21.07.2017¹, conforme Fato Relevante divulgado na mesma data, e encontrase atualmente em curso na 22ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte – MG, sob o nº 5099839-08.2017.8.13.0024 ("Ação de Responsabilidade").

Posteriormente à propositura da Ação de Responsabilidade, o Conselho de Administração da Usiminas aprovou, por unanimidade, em reunião realizada em 24.08.2017, a celebração de um *Term Sheet* vinculante com a MUSA, estabelecendo determinadas alterações no *Offtake Agreement*, em condições mais vantajosas para a Usiminas.

Adicionalmente, o Conselho de Administração também autorizou a Diretoria da Companhia a celebrar o aditivo ao *Offtake Agreement*, contemplando as alterações estabelecidas no referido *Term Sheet*, o qual foi efetivamente assinado em 05.12.2017.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em tal data, nos termos do referido aditivo o volume de minério que a Companhia passou a estar obrigada a adquirir da MUSA (*take or pay*), a partir de 2018 e até o fim de 2021, foi reduzido de 4,0 milhões de toneladas para 2,3 milhões de toneladas anuais, sem pagamento de qualquer compensação à MUSA. Ademais, a partir

_

¹ O Sr. Rômel de Souza apresentou contestação em 06.10.2017, tendo a Usiminas apresentado réplica à contestação em 21.11.2017.

de 2022 as partes definirão, de comum acordo, os volumes de minério a serem adquiridos anualmente pela Companhia.

O aditivo ao *Offtake Agreement* também (i) alterou a forma de precificação do minério, a fim de, entre outros aspectos, excluir o custo logístico relativo à Usina de Cubatão, a qual não recebe minério de ferro da MUSA desde o início de 2016; (ii) estabeleceu cláusulas mais objetivas para o pagamento de bônus e penalidades; e (iii) adotou um critério padronizado de medição de qualidade e granulometria do minério fornecido pela MUSA, em linha com as práticas de mercado atuais.

Além do referido aditivo, a Usiminas e a MUSA também celebraram, na mesma data, um acordo ("Settlement Agreement"), segundo o qual a Usiminas ficou dispensada de pagar a diferença entre o volume de minério anteriormente previsto no Offtake Agreement (4,0 milhões de toneladas por ano) e o volume efetivamente adquirido pela Companhia nos anos de 2016 e 2017.

Em razão do exposto acima, a Usiminas requer que seja avaliada, com base em todo o conteúdo atual do processo em referência, bem como nos fatos acima relativos aos contratos firmados com a MUSA e seus efeitos para a Companhia, a conveniência de encerrar a Ação de Responsabilidade, conforme acima especificado.

2 – Da Ação de Responsabilidade Civil Contra os Administradores

A disciplina da responsabilidade civil tem por fim viabilizar a reparação de prejuízos eventualmente provocados em razão da infração a um dever jurídico imputável ao agente.

A Lei das S.A. dispensou tratamento específico às ações de responsabilidade, estabelecendo no artigo 159 que "compete à companhia, mediante prévia deliberação da assembleia geral, a ação de responsabilidade civil contra o administrador, pelos **prejuízos causados** ao seu patrimônio" (grifamos).

São 3 (três) os requisitos necessários para a procedência da ação de responsabilidade civil contra o administrador: (i) a prática de ato ilícito, em violação ao disposto no artigo 158 da Lei das S.A.; (ii) o **prejuízo** ao patrimônio da companhia, sendo essencial a **demonstração do dano**, que não pode ser apenas presumido ou hipotético, devendo ser certo e atual; e (iii) o nexo de causalidade, sendo indispensável estabelecer a relação direta de causa e efeito entre a conduta do administrador e o dano sofrido pela companhia.

Mesmo quando há indícios de que o administrador atuou de forma ilegal, a companhia não é obrigada a mover a ação de responsabilidade, uma vez que, por se tratar de decisão soberana, a assembleia geral deve pesar (i) a gravidade do ilícito; (ii) os danos efetivamente causados; (iii) os custos e os benefícios do ajuizamento da ação; e (iv) as reais possibilidades de êxito da demanda.

Para a propositura da ação prevista no artigo 159 da Lei das S.A., é imprescindível a prévia autorização da assembleia geral, pois a decisão assemblear constitui condição especial de procedibilidade da ação.

A ação pode ser intentada diretamente pela companhia contra o administrador – ação social "ut universi" – ou por intermédio de seus acionistas – ação "uti singuli".

Em qualquer destas hipóteses, como o fundamento da ação de responsabilidade é a **recomposição dos prejuízos causados à companhia**, ela é que será sempre a beneficiária de seu resultado. Assim, mesmo quando a ação de responsabilidade for movida pelo acionista, nas hipóteses autorizadas pelo artigo 159 da Lei das S.A., este atua como substituto processual, isto é, age em nome próprio, mas na defesa do interesse da sociedade, devendo ser ressarcido das despesas incorridas no processo.

O pagamento dos custos ao acionista depende não apenas do êxito da ação, mas também do efetivo recebimento pela companhia do valor da condenação. Por isso, quando são baixas as possiblidades de obter um resultado econômico satisfatório, muitas vezes, tanto a sociedade como os acionistas decidem não ajuizar a ação de responsabilidade. Da mesma forma, quando os prejuízos são ressarcidos independentemente de ação de responsabilidade, essa não se justifica, pois perde o seu objeto.

Nada impede que a sociedade aceite receber extrajudicialmente a indenização relativa aos danos sofridos ou que, mesmo após a eventual deliberação sobre o ajuizamento da ação de responsabilidade, renuncie à sua propositura, desde que haja aprovação expressa em assembleia geral, único órgão competente para decidir a matéria. Da mesma forma, a companhia poderá eventualmente desistir de ação de responsabilidade já proposta, hipótese em que também deverá haver prévia autorização da assembleia geral.

3 – Resposta à Consulta

Conforme analisado no item anterior, a ação de responsabilidade civil regulada no artigo 159 da Lei das S.A. tem por fim exclusivo a **reparação dos danos** causados pelos administradores ao patrimônio da companhia.

Neste sentido, a Ação de Responsabilidade foi proposta com o objetivo de obter a recomposição dos **prejuízos** que teriam, alegada ou presumivelmente, sido sofridos pela Usiminas em razão da assinatura do MOU individualmente pelo Sr. Rômel de Souza.

A propósito, ressalte-se que, conforme referido, a caracterização de prejuízos **efetivos e concretos** que tenham sido sofridos pela sociedade constitui elemento essencial para a procedência e êxito da ação de responsabilidade em face do administrador.

Ou seja, ainda que eventualmente se decida, no âmbito da Ação de Responsabilidade, que a assinatura do MOU pelo Sr. Rômel de Souza tenha sido ilegal e violado o Estatuto Social da Usiminas, tal ação deverá ser julgada improcedente caso não possam ser comprovados os efetivos danos que o ato praticado pelo ex-Diretor Presidente tenha causado ao patrimônio da Companhia.

Nos termos da petição inicial da Ação de Responsabilidade, tais prejuízos decorreriam, dentre outros fatores, da circunstância de que as bases estabelecidas no MOU teriam sido "extremamente prejudiciais aos interesses da Companhia".

No entanto, à época da aprovação da propositura da Ação de Responsabilidade, ocorrida na AGO realizada em 27.04.2017, a Usiminas ainda não havia assinado com a MUSA o *Term Sheet* vinculante, o qual

estabeleceu os termos e condições para a posterior celebração do aditamento ao *Offtake Agreement* e do *Settlement Agreement*, em condições mais vantajosas para a Companhia.

Com a assinatura do aditamento ao *Offtake Agreement* e do *Settlement Agreement* com a MUSA, as chances de êxito da Usiminas na Ação de Responsabilidade, em nosso entendimento, diminuíram consideravelmente.

Como em razão da celebração do aditamento ao Offtake Agreement e do Settlement Agreement os alegados prejuízos decorrentes do MOU tornaram-se de muito difícil, senão inviável, comprovação na prática, passaram a ser remotas as possibilidades de sucesso na Ação de Responsabilidade.

Adicionalmente, é importante salientar que a Ação de Responsabilidade teria um trâmite longo, uma vez que, pela própria natureza da ação, seria necessária a realização de perícias, o que também implicaria mais custos para a Usiminas (sem boas perspectivas de recuperação, conforme acima mencionado).

Tendo em vista que os argumentos que originalmente serviram de base para a propositura da Ação de Responsabilidade atualmente se mostram enfraquecidos, a eventual perda da ação por parte da Usiminas – cenário que, em razão dos fatos concretos aqui analisados, é provável – importaria ainda na condenação da Companhia ao pagamento de honorários de sucumbência ao Sr. Rômel de Souza.

4 - Conclusão

Conforme analisado em detalhes acima, concluímos que as chances de sucesso da referida demanda judicial tornaram-se remotas e o encerramento da Ação de Responsabilidade, nos termos acima especificados, constitui medida que melhor atende aos interesses da Usiminas.

Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

Nelson Eizirik

Marcus de Freitas Henriques

Alexandre Chede Travassos

De: Romel Erwin Souza [mailto:romelerwin@hotmail.com] Enviada em: sexta-feira, 23 de fevereiro de 2018 09:21

Para: Kazuhiro Egawa; MONTERO Oscar TERNIUM; Sergio Leite de Andrade; Bruno Lage de

Araujo Paulino

Assunto: Processo nº 5099838-08.2017130024

Para:

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas

Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation

Ternium Investiments S.à r.l.

Senhores Kazuhiro Egawa, Oscar Montero, Sergio Leite de Andrade, Bruno Paulino,

Em complemento à minha comunicação lhes enviada no dia 24/02/18, confirmo minha intenção de que o encerramento da Ação de Responsabilidade ajuizada pela Usiminas contra mim, seja feito de forma que cada parte arque com os honorários de seus próprios advogados e com as despesas e custas a que tiverem dado causa.

Atenciosamente,

Rômel Erwin de Souza

De: Romel Erwin Souza [mailto:romelerwin@hotmail.com] Enviada em: quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018 13:57

Para: Kazuhiro Egawa; MONTERO Oscar TERNIUM; Bruno Lage de Araujo Paulino; Sergio Leite de Andrade

Assunto: Processo nº 5099838-08.2017.130024

Para:

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.- Usiminas

Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation

Ternium Investiments S.à r.l.

Senhores Kazuhiro Egawa, Oscar Montero, Sergio Leite de Andrade, Bruno Paulino

Tomei conhecimento pela imprensa do Fato Relevante publicado pela Usiminas em 08/02/18, informando ao mercado o acordo firmado pelos acionistas co-controladores da Usiminas. Desde então, meus advogados têm sido contatados por advogados representando Usiminas e NSSMC indagando se eu estaria interessado em (i) suspender o andamento da Ação de Responsabilidade nº 5099838-08.2017.130024 ajuizada contra mim; e (ii)encerrar a referida disputa por meio da renuncia, por parte da Usiminas, aos direitos nela discutidos e aos pedidos nela formulados (art. 487, III, c, do Código Civil)

Por esta comunicação, confirmo por escrito minha concordância (i) em imediatamente suspender o andamento da Ação de Responsabilidade pelo período improrrogável de 90 (noventa) dias, conforme solicitado, e (ii)com a renuncia da Usiminas, dos direitos suscitados e pleitos formulados na Ação de Responsabilidade, hipótese na qual, neste cenário de composição amigável, informo que eu pretendo, ao mesmo tempo em que realizada a referida renuncia pela Usiminas, renunciar aos pleitos, incluindo danos morais e materiais, que eu possa ter contra a Usiminas derivados da Ação de Responsabilidade. Coloco me à disposição para oportunamente assinar os documentos necessários para a implementação destas questões, após a devida revisão pelos meus advogados.

Esclareço apenas que a renuncia que pretendo oportunamente outorgar em favor da Usiminas na Ação de Responsabilidade abrange os atos praticados contra mim até esta data. Esta renuncia não deve ser interpretada de forma a me impedirdes pleitear meus direitos (incluindo pleitos de potenciais danos morais e/ou materiais) contra qualquer empresa ou indivíduo que, a partir desta data teça considerações difamatórias ou desrespeitosas a meu respeito.

Esta comunicação substitui e prevalece sobre o email por mim enviado em 19?02?18.

Atenciosamente, Rômel Erwin de Souza

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS

CNPJ/MF 60.894.730/0001-05 NIRE 313.000.1360-0 Companhia Aberta

Ata da Reunião de Diretoria da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A – USIMINAS. A Diretoria considera aprovada em 23 de fevereiro de 2018 a decisão tomada por meio de mensagens eletrônicas.

Participantes:

Sergio Leite de Andrade, Diretor Presidente, Diretor Vice Presidente de Tecnologia e Qualidade e Diretor Vice Presidente Comercial; Tulio Cesar do Couto Chipoletti, Diretor Vice-Presidente Industrial; Ronald Seckelmann, Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores e Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias; Takahiro Mori, Diretor Vice Presidente de Planejamento Corporativo; César Augusto Espíndola Bueno, Assessor Especial da Presidência. Bruno Lage de Araujo Paulino, Secretário.

Assuntos/Deliberações:

Itens para Deliberação

I – Ação de Responsabilidade - A Diretoria, tendo em vista (i) a manifestação recebida do ex-Diretor Presidente Rômel Erwin de Souza; e, (ii) o parecer do escritório Eizirik Advogados, que foi aprovado pelo Departamento Jurídico da Companhia, recomendou, por unanimidade, que o Conselho de Administração submeta à Assembleia Geral, proposta de retirada da Ação de Responsabilidade movida pela Companhia contra tal ex-Diretor Presidente, com a renúncia à pretensão formulada na ação, pela Usiminas, conforme artigo 487, inciso III, alínea "c" do Código de Processo Civil, sem qualquer pagamento, reembolso ou indenização por qualquer das partes da Ação de Responsabilidade para a outra, e cada parte da Ação de Responsabilidade arcando e pagando (direta ou indiretamente, incluindo pela aplicação de acordos de indenização ou arranjos similares tais como D&O, seguro e políticas, etc) por qualquer e todas as taxas e despesas de seus respectivos advogados (incluindo, sem limitação, honorários contratuais e honorários de sucumbência) e suas respectivas custas e despesas processuais.

Encerramento - Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, sendo lavrada a respectiva ata no Livro próprio, com a assinatura dos Diretores presentes e do secretário. Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2018.

Sergio Leite de Andrade

Diretor Presidente, Diretor Vice Presidente de Tecnologia e Qualidade e Diretor Vice-Presidente Comercial

Ronald Seckelmann

Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores e Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias

Tulio Cesar do Couto Chipoletti

Takahiro Mori

Diretor Vice-Presidente Industrial

Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

Bruno Lage de Araujo Paulino Secretário

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS

CNPJ/MF 60.894.730/0001-05 NIRE 313.000.1360-0 Companhia Aberta

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS. No dia 02 de março de 2018, o Conselho de Administração considera adotada a decisão transcrita nesta ata e decidida por meio de mensagens eletrônicas.

Conselheiros Participantes – Elias de Matos Brito, Presidente; Kazuhiro Egawa, Wanderley Rezende de Souza, Antonio Mendes, Oscar Montero Martinez, Simone Galante Alves, Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca, Gesner José Oliveira Filho, Ricardo Antonio Weiss, Francisco Augusto da Costa e Silva e Luiz Carlos de Miranda Faria. Secretário Geral – Bruno Lage de Araújo Paulino.

Fica registrado que os Conselheiros apresentaram manifestações de votos que serão anexadas à presente ata e arquivadas no livro de atas do Conselho de Administração.

Ordem do Dia:

Itens para Aprovação

I – Deliberar sobre a recomendação da Diretoria Estatutária de retirada da Ação de Responsabilidade movida contra o ex-Diretor Presidente e, caso aprovada, convocar Assembleia Geral Extraordinária para 6 de abril de 2018, 13hs, para deliberar sobre o tema - O Conselho aprovou, por unanimidade, a recomendação da Diretoria Estatutária de retirada da Ação de Responsabilidade movida contra o ex-Diretor Presidente, conforme material disponível no Portal do Conselho, desde que essa deliberação seja submetida à aprovação em conjunto com a Assembleia Geral Ordinária de 2018 ("AGO") a ser realizada em 25 de abril de 2018, como um item extraordinário de deliberação anterior aos itens ordinários da agenda da AGO.

Encerramento - Nada mais sendo tratado, deu-se por encerrada a reunião, sendo a presente ata lavrada no Livro próprio, com a assinatura dos Conselheiros e do Secretário. Belo Horizonte, 02 de marco de 2018.

Elias de Matos Brito Presidente

Wanderley Rezende de Souza

Kazuhiro Egawa

Antonio Mendes

Oscar Montero Martinez

Simone Galante Alves

Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca

Gesner José Oliveira Filho

Ricardo Antonio Weiss

Francisco Augusto da Costa e Silva

Luiz Carlos de Miranda Faria

Bruno Lage de Araújo Paulino Secretário

Manifestação de Voto dos Conselheiros

De: Ricardo A Weiss [mailto:raw@wconsultpart.com] **Enviada em:** terça-feira, 27 de fevereiro de 2018 18:22

Para: Presidencia Conselho Usiminas

Cc: alcantara.derci@gmail.com; amendes@fme23.com.br; cguerreiro@vieirarezende.com.br; Cynthia Graff; djsoledade@gmail.com; egawa.ts3.kazuhiro@jp.nssmc.com; eliasbrito@exatocontabilidade.com.br; fcostaesilva@bocater.com.br; DUELO Fernando TERNIUM; gcaputo@vieirarezende.com.br; gesner@goassociados.com.br; Gileno Antonio de Oliveira; guilherme.poggiali@manucciadv.com.br; Hirohiko Maeke (maeke.z4d.hirohiko@jp.nssmc.com); Jorgemalta102@gmail.com; luizcarlosmiranda.mg@gmail.com; mgalli@ternium.com; nose.n7p.hironobu@br.nssmc.com; MONTERO Oscar TERNIUM; BRIZZIO Pablo Daniel TERNIUM; Rita Rebelo Horta De Assis Fonseca; samuel.n5t.kaji@br.nssmc.com; sasaki.nz9.shun@br.nssmc.com; sato.d88.ichiro@jp.nssmc.com; Sergio Leite de Andrade; simone.galante@vml.com.br; soniav@villalobosconsult.com.br; wrs.rj@globo.com; Fernanda De Mattos Paixao Assunto: Re: Usiminas: Convocação Reunião Extaordinária do Conselho de Administração - 02.03.2018 / Notice Extraordinary Meeting of the Board of Directors - 3.2.2018

Prezado Elias e demais colegas conselheiros,

Com base nas informações disponibilizadas no Portal, estou de acordo com recomendação da Diretoria.

Atenciosamente,

Ricardo A. Weiss

De: Ricardo A Weiss [mailto:raw@wconsultpart.com] **Enviada em:** sexta-feira, 2 de março de 2018 14:22

Para: Elias Brito

Cc: Presidencia Conselho Usiminas; alcantara.derci@gmail.com; amendes@fme23.com.br; cguerreiro@vieirarezende.com.br; Cynthia Graff; djsoledade@gmail.com; egawa.ts3.kazuhiro@jp.nssmc.com; fcostaesilva@bocater.com.br; DUELO Fernando TERNIUM; gcaputo@vieirarezende.com.br; gesner@goassociados.com.br; Gileno Antonio de Oliveira; guilherme.poggiali@manucciadv.com.br; Hirohiko Maeke (maeke.z4d.hirohiko@jp.nssmc.com); Jorgemalta102@gmail.com; luizcarlosmiranda.mg@gmail.com; mgalli@ternium.com; nose.n7p.hironobu@br.nssmc.com; MONTERO Oscar TERNIUM; BRIZZIO Pablo Daniel TERNIUM; Rita Rebelo Horta De Assis Fonseca; samuel.n5t.kaji@br.nssmc.com; sasaki.nz9.shun@br.nssmc.com; sato.d88.ichiro@jp.nssmc.com; Sergio Leite de Andrade; simone.galante@vml.com.br; soniav@villalobosconsult.com.br; wrs.rj@globo.com; Fernanda De Mattos Paixao Assunto: Re: Usiminas: Convocação Reunião Extaordinária do Conselho de Administração - 02.03.2018 / Notice Extraordinary Meeting of the Board of Directors - 3.2.2018

Reitero a minha concordância a proposta da Diretoria, conforme e-mail meu anterior sobre o tema.

E acompanho a solicitacao de unificar as datas da AGE e da AGO, submetendo o tema dia 25 de abril, na sequência proposta.

Atenciosamente,

Ricardo A. Weiss

De: Luiz Carlos Miranda [mailto:luizcarlosmiranda.mg@gmail.com]

Enviada em: sexta-feira, 2 de março de 2018 15:05

Para: Presidencia Conselho Usiminas; Elias Brito Exato; Bruno Lage de Araujo Paulino **Cc:** alcantara.derci@gmail.com; amendes@fme23.com.br; cguerreiro@vieirarezende.com.br; Cynthia Graff; djsoledade@gmail.com; egawa.ts3.kazuhiro@jp.nssmc.com;

fcostaesilva@bocater.com.br; DUELO Fernando TERNIUM; gcaputo@vieirarezende.com.br;

gesner@goassociados.com.br; Gileno Antonio de Oliveira; guilherme.poggiali@manucciadv.com.br; Hirohiko Maeke (maeke.z4d.hirohiko@jp.nssmc.com); Jorgemalta102@gmail.com; mgalli@ternium.com; nose.n7p.hironobu@br.nssmc.com; MONTERO Oscar TERNIUM; BRIZZIO Pablo Daniel TERNIUM; raw@wconsultpart.com; Rita Rebelo Horta De Assis Fonseca; samuel.n5t.kaji@br.nssmc.com; sasaki.nz9.shun@br.nssmc.com; sato.d88.ichiro@jp.nssmc.com; Sergio Leite de Andrade; simone.galante@vml.com.br; soniav@villalobosconsult.com.br; wrs.rj@globo.com; Fernanda De Mattos Paixao

Assunto: Re:** Usiminas:** Convocação Reunião Extaordinária do Conselho de Administração - 02.03.2018 / Notice Extraordinary Meeting of the Board of Directors - 3.2.2018

Prezados;

Analisando os documentos apresentados no Portal do Conselho, estou de acordo com a recomendação da Diretoria da **companhia.**

Devendo também ser apreciada na Assembléia Geral a ser realizada em dia 25 de abril de 2018.

Atenciosamente;

Luiz Carlos Miranda

De: MONTERO Oscar TERNIUM

Enviada em: sexta-feira, 2 de março de 2018 12:54

Para: Presidencia Conselho Usiminas; alcantara.derci@gmail.com; amendes@fme23.com.br; cguerreiro@vieirarezende.com.br; GRAF C. Cynthia I. TERNIUM[AR]; djsoledade@gmail.com; egawa.ts3.kazuhiro@jp.nssmc.com; eliasbrito@exatocontabilidade.com.br; fcostaesilva@bocater.com.br; DUELO Fernando TERNIUM; gcaputo@vieirarezende.com.br; gesner@goassociados.com.br; Gileno Antonio de Oliveira; POGGIALI Guilherme; Hirohiko Maeke (maeke.z4d.hirohiko@jp.nssmc.com); Jorgemalta102@gmail.com; luizcarlosmiranda.mg@gmail.com; GALLI Mario G. PRE; nose.n7p.hironobu@br.nssmc.com; BRIZZIO Pablo Daniel TERNIUM; raw@wconsultpart.com; Rita Rebelo Horta De Assis Fonseca; samuel.n5t.kaji@br.nssmc.com; sasaki.nz9.shun@br.nssmc.com; sato.d88.ichiro@jp.nssmc.com; Sergio Leite de Andrade; simone.galante@vml.com.br; soniav@villalobosconsult.com.br; wrs.rj@globo.com

Cc: Fernanda De Mattos Paixao

Assunto: RE: Usiminas: Convocação Reunião Extaordinária do Conselho de Administração - 02.03.2018 / Notice Extraordinary Meeting of the Board of Directors - 3.2.2018

Prezados senhores Conselheiros,

Segue meu voto para a reunião convocada para a data de hoje, relativamente aos seguintes itens da ordem do dia:

Itens para Aprovação

1. Deliberar sobre a recomendação da Diretoria Estatutária de retirada da Ação de Responsabilidade movida contra o ex-Diretor Presidente e, caso aprovada, convocar Assembleia Geral Extraordinária para 6 de abril de 2018, 13hs, para deliberar sobre o tema

Voto pela aprovação da recomendação da Diretoria de retirar a Ação de Responsabilidade movida contra o ex-Diretor Presidente, o Sr. Romel de Souza, de acordo com os materiais apresentados no Portal do Conselho, desde que essa deliberação seja submetida à aprovação em conjunto com a Assembléia Geral Ordinaria (AGO) a ser realizada em 25 de abril de 2018, como um item extraordinário de deliberação anterior aos itens ordinários da agenda da AGO.

Atenciosamente,

Oscar Montero

De: Shun Sasaki [mailto:sasaki.nz9.shun@br.nssmc.com] **Enviada em:** sexta-feira, 2 de março de 2018 13:05

Para: Presidencia Conselho Usiminas; alcantara.derci@gmail.com; amendes@fme23.com.br; cguerreiro@vieirarezende.com.br; Cynthia Graff; djsoledade@gmail.com; Kazuhiro Egawa; eliasbrito@exatocontabilidade.com.br; fcostaesilva@bocater.com.br; DUELO Fernando TERNIUM; gcaputo@vieirarezende.com.br; gesner@goassociados.com.br; Gileno Antonio de Oliveira; guilherme.poggiali@manucciadv.com.br; Maeke; Jorgemalta102@gmail.com; luizcarlosmiranda.mg@gmail.com; mgalli@ternium.com; Hironobu Nose; MONTERO Oscar TERNIUM; BRIZZIO Pablo Daniel TERNIUM; raw@wconsultpart.com; Rita Rebelo Horta De Assis Fonseca; Samuel Tadayuki Kaji; sato.d88.ichiro@jp.nssmc.com; Sergio Leite de Andrade; simone.galante@vml.com.br; soniav@villalobosconsult.com.br; wrs.rj@globo.com Cc: Fernanda De Mattos Paixao

Assunto: RE: Usiminas: Convocação Reunião Extaordinária do Conselho de Administração - 02.03.2018 / Notice Extraordinary Meeting of the Board of Directors - 3.2.2018

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2018

Manifestação escrita dos membros do Conselho de Administração da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas ("CA") indicados pela Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation e pela Nippon Usiminas Co., Ltd. em relação ao item da ordem do dia da reunião extraordinária do CA realizada nesta data:

Item para Aprovação

1. Deliberar sobre a recomendação da Diretoria Estatutária de retirada da Ação de Responsabilidade movida contra o ex-Diretor Presidente e, caso aprovada, convocar Assembleia Geral Extraordinária para 6 de abril de 2018, 13hs, para deliberar sobre o tema

Consistente com a resolução ordinária do Grupo de Controle, os signatários votam a favor da aprovação da recomendação unânime da Diretoria Estatutária em retirar a Ação de Responsabilidade contra o ex-Diretor Presidente, Sr. Romel de Souza, na forma e com os detalhes delineados nos materiais, mas denotam que tal questão deve ser deliberada em conjunto com a Assembleia Ordinária de 2018 ("AGO") em 25 de abril de 2018 como um item de deliberação extraordinário anterior aos itens ordinários da ordem do dia da AGO.

Atenciosamente,

Kazuhiro Egawa e Antonio Mendes (enviado por S. Sasaki em seu nome)

De: Rita Rebelo Horta De Assis Fonseca

Enviada em: sexta-feira, 2 de março de 2018 13:07

Para: Presidencia Conselho Usiminas; alcantara.derci@gmail.com; amendes@fme23.com.br; cguerreiro@vieirarezende.com.br; Cynthia Graff; djsoledade@gmail.com;

egawa.ts3.kazuhiro@jp.nssmc.com; eliasbrito@exatocontabilidade.com.br;

fcostaesilva@bocater.com.br; DUELO Fernando TERNIUM; gcaputo@vieirarezende.com.br; gesner@goassociados.com.br; Gileno Antonio de Oliveira;

guilherme.poggiali@manucciadv.com.br; Hirohiko Maeke

(maeke.z4d.hirohiko@jp.nssmc.com); Jorgemalta102@gmail.com;

luizcarlosmiranda.mg@gmail.com; mgalli@ternium.com; nose.n7p.hironobu@br.nssmc.com; MONTERO Oscar TERNIUM; BRIZZIO Pablo Daniel TERNIUM; raw@wconsultpart.com;

samuel.n5t.kaji@br.nssmc.com; sasaki.nz9.shun@br.nssmc.com;

sato.d88.ichiro@jp.nssmc.com; Sergio Leite de Andrade; simone.galante@vml.com.br; soniav@villalobosconsult.com.br; wrs.rj@globo.com

Cc: Fernanda De Mattos Paixao

Assunto: RES: Usiminas: Convocação Reunião Extaordinária do Conselho de Administração - 02.03.2018 / Notice Extraordinary Meeting of the Board of Directors - 3.2.2018

Prioridade: Alta

Prezado Presidente e demais Conselheiros,

Em linha com a deliberação do Grupo de Controle, e considerando (i) o parecer do escritório Eizirik Advogados, que conclui que o encerramento da ação de responsabilidade coaduna-se com o melhor interesse da Usiminas (parecer este confirmado pelo Departamento Jurídico da própria Companhia); (ii) que o réu da referida ação manifestou a sua concordância com o encerramento do processo, sem pagamentos, reembolsos ou indenizações de parte a parte; e (iii) a recomendação da Diretoria no sentido de que seja retirada a ação, voto favoravelmente à medida proposta.

Com relação à data e convocação da Assembleia para deliberar sobre este tema, estou de acordo com a proposta de que a matéria seja submetida aos acionistas na mesma data da AGO, prevista para 25 de abril de 2018, nos termos dos votos dos Conselheiros Oscar Montero, K. Egawa e Antonio Mendes, como um item extraordinário de deliberação anterior aos itens ordinários da agenda da AGO.

At.,

Rita Fonseca

De: Wanderley Rezende [mailto:wrs.rj@globo.com] **Enviada em:** sexta-feira, 2 de março de 2018 12:08

Para: Presidencia Conselho Usiminas; alcantara.derci@gmail.com; amendes@fme23.com.br; cguerreiro@vieirarezende.com.br; Cynthia Graff; djsoledade@gmail.com; egawa.ts3.kazuhiro@jp.nssmc.com; eliasbrito@exatocontabilidade.com.br; fcostaesilva@bocater.com.br; DUELO Fernando TERNIUM; gcaputo@vieirarezende.com.br; gesner@goassociados.com.br; Gileno Antonio de Oliveira; guilherme.poggiali@manucciadv.com.br; Hirohiko Maeke (maeke.z4d.hirohiko@jp.nssmc.com); Jorgemalta102@gmail.com; luizcarlosmiranda.mg@gmail.com; mgalli@ternium.com; nose.n7p.hironobu@br.nssmc.com;

MONTERO Oscar TERNIUM; BRIZZIO Pablo Daniel TERNIUM; raw@wconsultpart.com; Rita Rebelo Horta De Assis Fonseca; samuel.n5t.kaji@br.nssmc.com; sasaki.nz9.shun@br.nssmc.com; sato.d88.ichiro@jp.nssmc.com; Sergio Leite de Andrade;

sasakı.nz9.shun@br.nssmc.com; sato.d88.ichiro@jp.nssmc.com; Sergio Leite de Andrade; simone.galante@vml.com.br; soniav@villalobosconsult.com.br

Cc: Fernanda De Mattos Paixao

Assunto: Re: Usiminas: Convocação Reunião Extaordinária do Conselho de Administração - 02.03.2018 / Notice Extraordinary Meeting of the Board of Directors - 3.2.2018

Prezados Srs. Conselheiros,

Estou de acordo com a proposta e voto dos conselheiros Kazuhiro Egawa e Antonio Mendes.

Atenciosamente,

Wanderley Rezende

De: Simone Galante [mailto:simone.galante@vml.com.br] **Enviada em:** sexta-feira, 2 de março de 2018 13:01

Para: MONTERO Oscar TERNIUM; Presidencia Conselho Usiminas;

alcantara.derci@gmail.com; amendes@fme23.com.br; cguerreiro@vieirarezende.com.br; GRAF C. Cynthia I. TERNIUM[AR]; djsoledade@gmail.com;

egawa.ts3.kazuhiro@jp.nssmc.com; eliasbrito@exatocontabilidade.com.br;

fcostaesilva@bocater.com.br; DUELO Fernando TERNIUM; gcaputo@vieirarezende.com.br; gesner@goassociados.com.br; Gileno Antonio de Oliveira; POGGIALI Guilherme; Hirohiko Maeke (maeke.z4d.hirohiko@jp.nssmc.com); Jorgemalta102@gmail.com;

luizcarlosmiranda.mg@gmail.com; GALLI Mario G. PRE; nose.n7p.hironobu@br.nssmc.com;

BRIZZIO Pablo Daniel TERNIUM; raw@wconsultpart.com; Rita Rebelo Horta De Assis Fonseca; samuel.n5t.kaji@br.nssmc.com; sasaki.nz9.shun@br.nssmc.com;

sato.d88.ichiro@jp.nssmc.com; Sergio Leite de Andrade; soniav@villalobosconsult.com.br; wrs.ri@globo.com

Cc: Fernanda De Mattos Paixao

Assunto: Re: Usiminas: Convocação Reunião Extaordinária do Conselho de Administração -

02.03.2018 / Notice Extraordinary Meeting of the Board of Directors - 3.2.2018

Prioridade: Alta

Prezados Conselheiros,

Em relação à reunião convocada para a data de hoje:

"Itens para Aprovação

1. Deliberar sobre a recomendação da Diretoria Estatutária de retirada da Ação de Responsabilidade movida contra o ex-Diretor Presidente e, caso aprovada, convocar Assembleia Geral Extraordinária para 6 de abril de 2018, 13hs, para deliberar sobre o tema."

Voto no mesmo sentido do Conselheiro Oscar Montero Martinez, ou seja, pela aprovação da recomendação da Diretoria de retirar a Ação de Responsabilidade movida contra o ex-Diretor Presidente, o Sr. Romel de Souza, de acordo com os materiais apresentados no Portal do Conselho, desde que essa deliberação seja submetida à aprovação em conjunto com a Assembléia Geral Ordinaria (AGO) a ser realizada em 25 de abril de 2018, como um item extraordinário de deliberação anterior aos itens ordinários da agenda da AGO.

Atenciosamente,

Simone Galante Alves

De: Gesner Oliveira [mailto:gesner@goassociados.com.br] **Enviada em:** sexta-feira, 2 de março de 2018 13:13

Para: Presidencia Conselho Usiminas; alcantara.derci@gmail.com; amendes@fme23.com.br; cguerreiro@vieirarezende.com.br; Cynthia Graff; djsoledade@gmail.com; egawa.ts3.kazuhiro@jp.nssmc.com; eliasbrito@exatocontabilidade.com.br; fcostaesilva@bocater.com.br; DUELO Fernando TERNIUM; gcaputo@vieirarezende.com.br; Gileno Antonio de Oliveira; guilherme.poggiali@manucciadv.com.br; Hirohiko Maeke (maeke.z4d.hirohiko@jp.nssmc.com); Jorgemalta102@gmail.com; luizcarlosmiranda.mg@gmail.com; mgalli@ternium.com; nose.n7p.hironobu@br.nssmc.com; MONTERO Oscar TERNIUM; BRIZZIO Pablo Daniel TERNIUM; raw@wconsultpart.com; Rita Rebelo Horta De Assis Fonseca; samuel.n5t.kaji@br.nssmc.com; sasaki.nz9.shun@br.nssmc.com; sato.d88.ichiro@jp.nssmc.com; Sergio Leite de Andrade; simone.galante@vml.com.br; soniav@villalobosconsult.com.br; wrs.rj@globo.com

Cc: Fernanda De Mattos Paixao

Assunto: Re: Usiminas: Convocação Reunião Extaordinária do Conselho de Administração - 02.03.2018 / Notice Extraordinary Meeting of the Board of Directors - 3.2.2018

Prezados Srs.,

Em atenção à pauta do dia, estou de acordo com a proposta da Diretoria Executiva, mediante submissão à Assembleia Geral de proposta de renúncia em ação de responsabilidade movida contra o ex-Diretor Presidente da Companhia, conforme documentos disponíveis no Portal do Conselho.

Também estou de acordo com a proposta ora circulada pelos demais conselheiros para que a matéria seja submetida aos acionistas na mesma data da AGO, prevista para 25 de abril de 2018, como um item extraordinário.

Atenciosamente,

Gesner

De: Elias Brito [mailto:eliasbrito@exatocontabilidade.com.br]

Enviada em: sexta-feira, 2 de março de 2018 14:15

Para: Presidencia Conselho Usiminas

Cc: alcantara.derci@gmail.com; amendes@fme23.com.br; cguerreiro@vieirarezende.com.br; Cynthia Graff; djsoledade@gmail.com; egawa.ts3.kazuhiro@jp.nssmc.com;

fcostaesilva@bocater.com.br; DUELO Fernando TERNIUM; gcaputo@vieirarezende.com.br; gesner@goassociados.com.br; Gileno Antonio de Oliveira;

guilherme.poggiali@manucciadv.com.br; Hirohiko Maeke

(maeke.z4d.hirohiko@jp.nssmc.com); Jorgemalta102@gmail.com;

luizcarlosmiranda.mg@gmail.com; mgalli@ternium.com; nose.n7p.hironobu@br.nssmc.com; MONTERO Oscar TERNIUM; BRIZZIO Pablo Daniel TERNIUM; raw@wconsultpart.com; Rita Rebelo Horta De Assis Fonseca; samuel.n5t.kaji@br.nssmc.com;

sasaki.nz9.shun@br.nssmc.com; sato.d88.ichiro@jp.nssmc.com; Sergio Leite de Andrade; simone.galante@vml.com.br; soniav@villalobosconsult.com.br; wrs.rj@globo.com; Fernanda De Mattos Paixao

Assunto: Re: Usiminas: Convocação Reunião Extaordinária do Conselho de Administração - 02.03.2018 / Notice Extraordinary Meeting of the Board of Directors - 3.2.2018

Prezados,

Em relação a ordem do dia da RCA de hoje, e tendo examinado o material encaminhado através do portal do conselho, voto favoravelmente à proposta da Diretoria Executiva de submeter à Assembleia Geral proposta de renúncia em ação de responsabilidade movida contra o ex-Diretor Presidente da Companhia.

Também manifesto minha concordância com a proposta do grupo de controle no sentido de que a AGE para esse fim seja realizada a na mesma data da AGO, prevista para <u>25 de abril de 2018</u>.

Atenciosamente,

Elias Brito Presidente do Conselho de Administração - Usiminas Enviado do meu iPhone

De: Francisco Costa e Silva [mailto:fcostaesilva@bocater.com.br]

Enviada em: sexta-feira, 2 de março de 2018 15:07

Para: Presidencia Conselho Usiminas

Cc: alcantara.derci@gmail.com; amendes@fme23.com.br; Cynthia Graff;

cguerreiro@vieirarezende.com.br; djsoledade@gmail.com;

egawa.ts3.kazuhiro@jp.nssmc.com; eliasbrito@exatocontabilidade.com.br; DUELO Fernando

TERNIUM; Fernanda De Mattos Paixao; gcaputo@vieirarezende.com.br;

gesner@goassociados.com.br; Gileno Antonio de Oliveira;

guilherme.poggiali@manucciadv.com.br; Jorgemalta102@gmail.com;

luizcarlosmiranda.mg@gmail.com; Hirohiko Maeke (maeke.z4d.hirohiko@jp.nssmc.com);

mgalli@ternium.com; nose.n7p.hironobu@br.nssmc.com; MONTERO Oscar TERNIUM;

BRIZZIO Pablo Daniel TERNIUM; raw@wconsultpart.com; Rita Rebelo Horta De Assis

Fonseca; samuel.n5t.kaji@br.nssmc.com; sasaki.nz9.shun@br.nssmc.com;

sato.d88.ichiro@jp.nssmc.com; Sergio Leite de Andrade; simone.galante@vml.com.br; soniav@villalobosconsult.com.br; wrs.rj@globo.com

Assunto: Re: Usiminas: Convocação Reunião Extaordinária do Conselho de Administração - 02.03.2018 / Notice Extraordinary Meeting of the Board of Directors - 3.2.2018

Prezados Conselheiros,

Concordo com a proposta da Diretoria pelos seus próprios fundamentos.

Também estou de acordo com que Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre o tema seja convocada para a mesma data prevista para a realização da AGO, ou seja, para o dia 25.04.2018.

Atenciosamente,

Francisco da Costa e Silva

ANEXO 3 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO ART. 9º DA INSTRUÇÃO CVM 481/2009

Senhores Acionistas,

A Administração da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas, com o parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

1) CONJUNTURA ECONÔMICA E ESTRATÉGIAS

O crescimento global, conforme a previsão do Fundo Monetário Internacional, é de 3,5% em 2017 e 3,8% em 2018.

No Brasil, as incertezas políticas sobre as aprovações das reformas, em especial a da Previdência, permanecem como principal risco ao cenário de retomada do crescimento, mas a percepção de melhora da atividade econômica permitiu que as expectativas de crescimento do PIB fossem elevadas para 1,0% em 2017 e 2,7% em 2018, segundo o Relatório Focus do Banco Central, de 02/01/18. A inflação registrou alta de 2,95% em 2017.

Ao longo de 2017 a Companhia concluiu algumas ações importantes como a adequação dos desembolsos financeiros, a priorização da geração de caixa operacional e a administração estrita do capital de giro e de investimentos de capital.

Entre estas ações destacam-se principalmente os eventos relacionados ao processo da renegociação da dívida financeira, listados a seguir:

- A aprovação, em 3 de março de 2017, da redução de capital social da controlada Mineração Usiminas no montante de R\$1.000.000, dos quais R\$700.000 foram entregues à Companhia em 19 de maio de 2017;
- Pagamento do valor correspondente a 50% do saldo do principal em aberto das notas emitidas por sua subsidiária Usiminas Commercial Ltd. de forma pro rata, a título de amortização parcial das dívidas da Usiminas com cada um dos Credores, no montante total de US\$89,9 milhões;
- O pagamento integral das Notas emitidas pela controlada Usiminas Commercial Ltd., este efetuado em Janeiro de 2018, no valor total de US\$400 milhões, dos quais cerca de US\$220 milhões deste montante retornaram ao caixa da Companhia, em razão da operação de recompra de parte das Notas, realizada em 2013.

Com estes eventos, a Usiminas supera mais uma importante etapa de sua reestruturação financeira junto aos Credores, com vistas à geração de resultados sustentáveis para a Companhia.

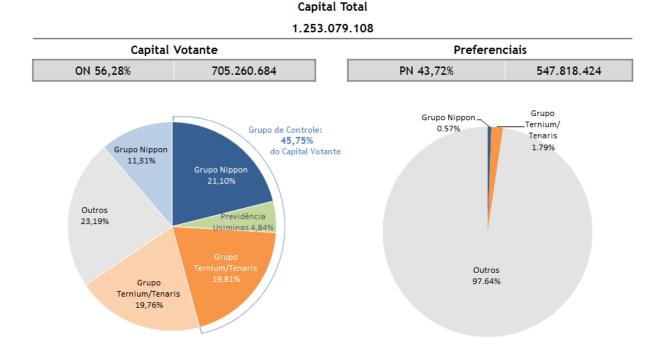
2) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança da Usiminas conta com Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração. Ela tem a missão de monitorar as boas práticas - avaliar o sistema de controles internos e de gestão de riscos da Companhia - ao dar suporte às decisões da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração.

A Usiminas possui um Código de Conduta que tem por objetivo orientar seu relacionamento com os públicos interno e externo, padronizando a relação direta das empresas da Companhia com os stakeholders. O Código é uma referência para a conduta pessoal e profissional dos empregados, baseado em valores e princípios que sustentam a atuação da Companhia.

Composição acionária e grupo de controle

O capital social da Companhia se compõe de 1.253.079.108 ações, sendo 56,28% de ações ordinárias com direito a voto. O Grupo de Controle possui 45,75% do capital votante.



Administração

A Diretoria Estatutária da Usiminas é composta por um diretor-presidente e até seis vicepresidentes nas áreas Comercial, Industrial, Finanças e Relações com Investidores, Tecnologia e Qualidade, Subsidiárias e Planejamento Corporativo.

O Conselho de Administração conta com onze membros efetivos e seus respectivos suplentes e se reúne ordinariamente quatro vezes por ano, conforme calendário previamente estabelecido, ou extraordinariamente sempre que necessário aos interesses da Companhia. Possui dois comitês de assessoramento: o Comitê de Auditoria e o Comitê de Recursos Humanos.

A Usiminas mantém ainda um Conselho Fiscal instalado, responsável por fiscalizar os atos de gestão dos Administradores.

Remuneração da administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Estatutária, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, está demonstrada a seguir:

Remuneração da administração	2017	2016
Honorários	11.067	12.007
Encargos sociais	2.256	2.214
Planos de aposentadoria	45	256
Provisão (reversão) de remuneração	3.687	(19.725)
Total	17.055	(5.248)

Em 31 de dezembro de 2017, o valor pago ao pessoal-chave da administração foi de R\$13.156 (31 de dezembro de 2016 - R\$14.959). Em 2016, foi revertido ao resultado o montante de R\$19.725 referente ao excesso de provisão para honorários e encargos sociais, que totalizaram R\$15.552 e R\$4.173, respectivamente.

Auditores independentes

A norma interna da Companhia, no que diz respeito à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou de objetividade nos trabalhos de auditoria. Esta norma fundamenta-se nos princípios internacionalmente aceitos de que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes.

A PricewaterhouseCoopers foi responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras das Empresas Usiminas de 31/12/2017, assim como das informações trimestrais de 30/09/2017, 30/06/2017 e 31/03/2017.

Conforme Instrução CVM 381/2003, os serviços contratados de empresas de auditoria externa no exercício social de 2017 foram os seguintes:

Descrição	R\$ mil (incluindo impostos)	% (**)
Auditoria externa (*)	1.909	-
Assessoria tributária	136	7,1%
Revisão de benefícios de remuneração	200	10,5%
Total	2.245	

^(*) Refere-se ao serviço de auditoria contábil e fiscal.

Estes serviços foram contratados para períodos de até um ano.

Os auditores externos declararam que a prestação dos serviços descritos acima foi feita em estrita observância às normas contábeis que tratam da independência dos auditores externos em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderia afetar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria prestados às Empresas Usiminas.

3) DESEMPENHO CONSOLIDADO

Destaques

R\$ milhões - Consolidado	2017	2016	Var. 2017/2016
Volume de Vendas Aço (mil t)	4.026	3.652	10%
Volume de Vendas Minério (mil t)	3.676	3.207	15%
Receita Líquida	10.734	8.454	27%
CPV	(9.099)	(7.967)	14%
Lucro (Prejuízo) Bruto	1.635	487	236%
Lucro (Prejuízo) Líquido	315	(577)	-
EBITDA (Instrução CVM 527)	2.056	995	107%
Margem de EBITDA (Instrução CVM 527)	19%	12%	+ 7 p.p.
EBITDA Ajustado	2.186	660	231%
Margem de EBITDA Ajustado	20%	8%	+ 13 p.p.
Investimentos (CAPEX)	216	225	-4%
Caixa	2.314	2.257	3%

Receita líquida

No ano de 2017, a receita líquida foi de R\$10,7 bilhões, contra R\$8,5 bilhões em 2016, um crescimento de 27,0% em função de maiores volume de venda de aço e minério de ferro, bem como da elevação dos preços médios ao longo do ano.

Distribuição da Receita Líquida

2017	2016
86%	88%
14%	12%
100%	100%
	86% 14%

^(**) Percentual em relação aos honorários de auditoria externa.

Custos dos produtos vendidos (CPV)

Em 2017, o CPV foi de R\$9,1 bilhões, contra R\$8,0 bilhões em 2016, um crescimento de 14,2%. A margem bruta no ano de 2017 foi de 15,2%, contra 5,8% em 2016.

Despesas e receitas operacionais

No ano de 2017, as despesas com vendas foram de R\$251,0 milhões, contra R\$272,7 milhões em 2016, principalmente devido a menor provisão para devedores duvidosos em R\$31,3 milhões, parcialmente compensada por maiores custos de distribuição devido à maior exportação de aço e minério de ferro no período.

As despesas gerais e administrativas em 2017 foram de R\$404,4 milhões, contra R\$354,2 milhões em 2016, representando uma elevação de 14,2%, em função de maiores despesas com mão de obra própria e de terceiros, bem como de despesas gerais.

Outras despesas e receitas operacionais foram de R\$250,8 milhões negativos em 2017 contra R\$224,8 milhões negativos em 2016, em função de:

- Impairment de ativos no valor de R\$74,9 milhões em 2017, relativo ao ágio proveniente da aquisição da Controlada Rios Unidos, Controlada Modal e Coligada Codeme, contra uma reversão de impairment de R\$358,3 milhões em 2016 na unidade de Mineração; Vale destacar que o EBITDA Ajustado não é impactado por eventos de impairment de ativos;
- Resultado de venda e baixa de ativos negativo no valor de R\$1,2 milhão em 2017, contra R\$71,5 milhões positivo em 2016;
- Maiores provisões para demandas judiciais em R\$73,1 milhões, que foram de R\$138,1 milhões em 2017 contra R\$65,0 milhões em 2016.

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

- Recebimento decorrente do Acordo firmado no processo de arbitragem contra o Porto Sudeste, no valor de R\$201,1 milhões líquido de despesas no ano de 2017.
- Resultado de venda de energia elétrica de R\$14,0 milhões positivo em 2017, contra R\$132,8 milhões negativo em 2016.
- Créditos fiscais de R\$237,5 milhões em 2017, contra R\$176,3 milhões em 2016;
- Menores despesas com custos não absorvidos de equipamentos parados no valor de R\$403,8 milhões, dos quais R\$349,1 milhões foram relativos a depreciação, contra R\$485,1 milhões em 2016, dos quais R\$427,9 milhões foram relativos a depreciação;
- Evento extraordinário, não recorrente, referente a despesa pela antecipação de término de contrato com fornecedor de R\$70,7 milhões em 2016. Não houve evento desta natureza em 2017;
- Maior receita com o Programa Reintegra que foi de R\$25,4 milhões em 2017, contra R\$0,8 milhão em 2016.

EBITDA ajustado

O EBITDA ajustado é calculado a partir do lucro (prejuízo) líquido do exercício, revertendo o imposto de renda e contribuição social, o resultado financeiro, depreciação, amortização e exaustão, e a participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas, desconsiderando o *impairment* de ativos. O EBITDA ajustado considera a participação proporcional de 70% da Unigal e outras controladas em conjunto.

Demonstrativo do EBITDA

Consolidado (R\$ mil)	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	315.080	(576.843)
Imposto de renda / Contribuição social	105.870	325.095
Resultado financeiro	462.920	30.156
Depreciação e amortização	1.171.851	1.216.491
EBITDA - Instrução CVM - 527	2.055.721	994.899
Resultado da Equivalência Patrimonial em Coligadas e Controladas em Conjunto	(154.896)	(142.861)
EBITDA proporcional de controladas em conjunto	212.194	151.343
Impairment de Ativos não financeiros líquido de realização	72.764	(343.006)
EBITDA Ajustado	2.185.783	660.375

No ano de 2017, o EBITDA Ajustado foi de R\$2,2 bilhões, contra R\$660,4 milhões em 2016, principalmente devido ao melhor desempenho das Unidades de Negócio de Siderurgia, Mineração e Transformação do Aço. A margem de EBITDA Ajustado no ano de 2017 atingiu 20,4%, contra 7,8% em 2016.

Resultado financeiro

No ano de 2017, o resultado financeiro líquido foi de R\$462,9 milhões negativos, contra R\$30,1 milhões negativos em 2016, principalmente em função da desvalorização do Real frente ao Dólar de 1,5% em 2017, contra uma valorização de 16,5% em 2016, que resultou em perdas cambiais de R\$21,6 milhões em 2017 contra ganhos cambiais de R\$639,1 milhões em 2016. Adicionalmente, o ano de 2017 apresentou despesas com operações de swap de R\$0,1 milhão contra despesas de R\$302,1 milhões em 2016, em função da renegociação das dívidas da Companhia iniciada em 2016, onde alguns contratos, alvos da renegociação, foram encerrados e substituídos por novos instrumentos de dívidas colaborando assim para o aumento destas despesas.

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

O resultado de equivalência patrimonial em coligadas e controladas foi de R\$154,9 milhões em 2017, contra R\$142,9 milhões em 2016, principalmente decorrente do desempenho da Unigal e da MRS Logística.

Lucro (prejuízo) líquido

No ano de 2017, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$315,1 milhões, contra um prejuízo líquido de R\$576,8 milhões em 2016, uma significativa melhora de R\$891,9 milhões.

Capital de giro

Em 2017, o capital de giro foi de R\$2,8 bilhões, contra R\$2,5 bilhões em 2016, um aumento de R\$311,0 milhões, principalmente em função do aumento em Contas a Receber, em Demais Ativos e em Estoques, compensados parcialmente pelo aumento dos Demais Passivos e do saldo de Fornecedores, Destacam-se:

- Aumento do saldo de Contas a Receber em R\$376,0 milhões em função do maior volume de vendas no período na Unidade de Siderurgia em R\$260,0 milhões e da Unidade de Mineração em R\$123,0 milhões.
- Aumento nos estoques de produtos acabados em R\$159,0 milhões em função principalmente do aumento nos custos de produção.
- Elevação de R\$154,0 milhões em Demais Passivos, relacionados principalmente ao aumento do saldo das operações de forfaiting em R\$118,0 milhões do saldo de adiantamentos de clientes em R\$46,0 milhões.

Investimentos (CAPEX)

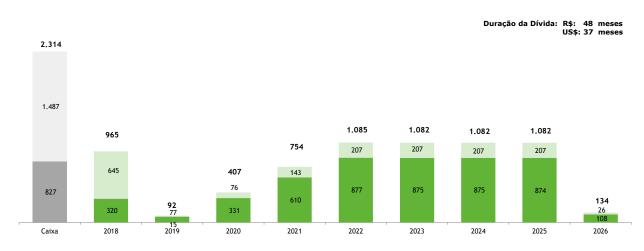
Em 2017, o CAPEX totalizou R\$216,2 milhões, contra R\$225,2 milhões em 2016, uma redução de 4,0%. Os principais investimentos realizados foram com sustaining CAPEX. Do total dos investimentos em 2017, foram aplicados 81% na Unidade de Siderurgia, 10% na Mineração, 5% na Transformação do Aço e 4% em Bens de Capital, aproximadamente.

Endividamento financeiro

A dívida bruta consolidada foi de R\$6,7 bilhões em 31/12/2017, uma redução de R\$285,6 milhões quando comparada a 31/12/2016, principalmente em função de amortização de dívida e da desvalorização de 1,5% do Real frente ao Dólar no ano, o que impactou diretamente a parcela da dívida denominada em Dólar o qual representava 26% da dívida total.

Em 31/12/2017, a composição da dívida por prazo de vencimento era de 15% no curto prazo e 85% no longo prazo.

O gráfico abaixo demonstra a posição de caixa e o perfil da dívida (somente principal) em milhões de reais em 31/12/2017:



4) MERCADO DE CAPITAIS

Desempenho na BM&FBOVESPA

A ação ordinária (USIM3) da Usiminas encerrou 2017 cotada a R\$10,83 (2016 em R\$8,26) e a ação preferencial (USIM5) a R\$9,10 (2016 em R\$4,10).

Bolsas estrangeiras

OTC - Nova York

A Usiminas tem American Depositary Receipts (ADRs) negociados no mercado de balcão americano (denominado OTC - over-the-counter): o USDMY, com lastro em ações ordinárias, e o USNZY, com lastro em ações preferenciais classe A. Em 31/12/17, o ADR USNZY, de maior liquidez, estava cotado a US\$2,77 (2016 em US\$1,25) e apresentou uma valorização de 122% no ano.

Latibex - Madri

A Usiminas tem ações negociadas na LATIBEX – Seção da Bolsa de Madrid: ação preferencial XUSI e ação ordinária XUSIO. Em 31/12/17, a ação XUSI encerrou cotada a €2,27 (2016 em €1,20). Já a ação XUSIO encerrou cotada a €2,61 (2016 em €2,50).

Relações com investidores

Durante o ano, foram promovidas diversas reuniões com investidores e analistas de mercado, dentre elas, apresentação pública Apimec (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais) e conferências no Brasil e no exterior.

A Usiminas esteve presente em diversas conferências internacionais e nacionais, atuando diretamente perante os investidores nacionais e estrangeiros. Para atender aos analistas e aos investidores, a Companhia promoveu ainda visitas à suas principais unidades industriais (Ipatinga, Cubatão e Mineração Usiminas).

6) DESEMPENHO SOCIAL

Gestão de pessoas

Em 2017, a Usiminas investiu em treinamentos para o desenvolvimento de profissionais em empresas do grupo. Os públicos participantes também foram amplos: do Programa de Aprendiz e de Estágio, para os jovens que estão ingressando agora no mercado, à Trilha de Desenvolvimento da Liderança, voltada para gestores da Usiminas e o Liderar, focado no público de Supervisores. No ano de 2017, foram mais de 825 mil horas em treinamentos, equivalente a 69 horas de treinamento por empregado. Isso representa mais que o triplo da média nacional.

Adicionalmente, no ano de 2017 a Companhia conquistou a marca de zero acidentes fatais, depois de 23 anos, ao longo dos 365 dias não foi registrado nenhum acidente fatal nas operações da empresa. Também em relação a segurança, durante a 44ª edição da conferência anual da Worldsteel Association, entidade que agrega siderúrgicas de 67 principais países do setor, o programa Mãos Seguras foi premiado na categoria Segurança Ocupacional, do Safety and Health Excellence Recognition.

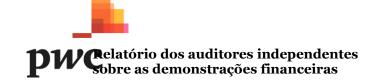
Comunidade e meio ambiente

Em 2017, a Fundação São Francisco Xavier, braço social da Usiminas nas áreas de saúde e educação, ampliou sua assistência assumindo a gestão do Hospital de Cubatão – Dr. Luiz Camargo da Fonseca e Silva, na Baixada Santista (SP). O hospital, que estava fechado desde junho de 2016, foi reaberto no dia 1º de dezembro e passa a oferecer à população maternidade, centro cirúrgico, UTI, entre outros serviços de média complexidade. Em 2018, a entidade também oferecerá os serviços de alta complexidade: medicina hiperbárica, hemodiálise e quimioterapia.

O Instituto Cultural Usiminas investiu R\$6,4 milhões em um total de 47 projetos no ano de 2017, por meio das leis de incentivo à cultura, esporte e projetos sociais. Em Ipatinga (MG), atendeu a um público de mais de 150 mil pessoas nas atrações oferecidas pelo Centro Cultural Usiminas e Teatro Zélia Olguin.

A Ação Educativa do Instituto Cultural Usiminas atendeu mais de 28 mil pessoas em sua programação. Foram 422 agendamentos de escolas públicas e privadas, universidades, grupos portadores de necessidades especiais, creches, grupos de 3ª idade e outras instituições sociais para participarem das atividades oferecidas pelo Instituto em seu programa educativo.

Desde o lançamento, o programa Caminhos do Vale, que destina o agregado siderúrgico para a pavimentação de estradas rurais, recuperou mais de 900km de estradas, restaurou 935 nascentes e beneficiou cerca de 850 mil pessoas no colar metropolitano do Vale do Aço. No ano de 2017, durante a 44ª edição da conferência anual da Worldsteel Association, entidade que agrega siderúrgicas de 67 principais países do setor, o projeto Caminhos do Vale foi premiado na categoria Sustentabilidade, do Steelie Award, reafirmando o sucesso da iniciativa.



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e relatório do auditor independente

PwC • Cia. Listada



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. ("Companhia" ou "Usiminas"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. e da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Por que é um PAA?

Como o assunto foi conduzido

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Porque é um PAA

Valor recuperável do imobilizado e intangível (Notas explicativas 3.13, 16 e 17) e realização de tributos diferidos (Notas explicativas 3.16 e 13)

A Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes de imobilizado e intangíveis para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia e suas controladas também possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos substancialmente referentes a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias decorrentes de provisões constituídas. Esses saldos de tributos diferidos foram reconhecidos com base em estudo que contém as projeções de lucro tributável futuro.

A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e nem sempre objetivos, por parte da administração, em relação às projeções de resultados, lucros tributáveis e fluxos de caixa descontados, que dependem de eventos econômicos futuros. A utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro adicional de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras.

Entre outros, realizamos os seguintes procedimentos de auditoria:

Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, checamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como testamos a consistência das informações e premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto, bem como efetuamos leitura das divulgações efetuadas.

Quanto aos trabalhos relacionados com os tributos diferidos, testamos, adicionalmente, e com o apoio de nossos especialistas, as bases de cálculo dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, bem como das diferenças temporárias, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração, para a avaliação da recuperabilidade desses ativos, são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Porque é um PAA

Cumprimento de cláusulas contratuais de empréstimos (Notas explicativas 5.3, 5.4 e 20)

Em 12 de setembro de 2016 a Usiminas concluiu a reestruturação de sua dívida financeira junto aos seus credores. Como resultado da renegociação, entre outros aspectos, foi concedido um maior prazo para pagamento das dívidas e carência para o início do pagamento do principal, bem como alterados nos critérios de medição dos *covenants* financeiros.

Adicionalmente foram pactuadas certas condições visando o recebimento pela Usiminas de R\$ 700 milhões dos recursos mantidos no caixa de sua controlada Mineração Usiminas S.A. até o dia 30 de junho de 2017 e a realização de uma oferta de permuta de no mínimo 50% dos Eurobonds em circulação no mercado, originalmente emitidos em 2008 até o prazo máximo de 30 de junho de 2017. Caso não cumpridas, essas condições também requereriam o vencimento antecipado da dívida ("covenants não financeiros").

Por fim, também foi estabelecido o mecanismo de *cash sweep*, obrigando a Companhia a distribuir aos credores o excedente de caixa superior aos limites estabelecidos contratualmente, a serem verificados nas datas de 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

Devido a complexidade dessas condições adicionais ("covenants não financeiros"), as quais, em certa medida, dependiam também de fatores externos fora controle da Companhia, bem como da relevância dos potenciais impactos de descumprimentos sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia, focamos nossos trabalhos no acompanhamento contínuo do cumprimento dessas obrigações.

Nossos procedimentos de auditoria compreenderam a leitura de documentos e contratos relativos às renegociações. A partir disso, verificamos a ata de assembleia geral extraordinária que aprovou a redução de capital da Mineração Usiminas S.A. com a transferência dos recursos mantidos no seu caixa para a Companhia e a transferência bancária dos recursos.

Em relação à oferta de permuta, nossos procedimentos compreenderam a verificação da documentação de dispensa pelos credores da obrigatoriedade de realização da referida oferta de permuta e a inspeção dos comprovantes dos pagamentos aos mesmos do valor correspondente a 50% do saldo do principal em aberto dos Eurobonds, de forma pro-rata, a título de amortização parcial das dívidas da Companhia com cada um destes credores.

Em relação ao mecanismo de *cash sweep*, verificamos os saldos de caixa existentes em 30 de junho e 31 de dezembro de 2017 vis-à-vis o que requer o mecanismo estabelecido, quanto à necessidade de distribuição do excedente pela Companhia.

Por fim, efetuamos leitura e consideramos adequadas as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, , que estão consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisões para demandas judiciais (Notas explicativas 3.14 e 24)

A Usiminas e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

O reconhecimento da provisão e a classificação da probabilidade de êxito nos processos envolvem a avaliação do mérito das causas e aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente, que demandam julgamento relevante pela administração da Companhia, reavaliado periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e teste sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e avaliação dos processos, bem a quantificação dos riscos para fins de constituição da provisão para demandas judiciais ou sua divulgação em nota explicativa quando as estimativas indicarem perspectiva de perda provável ou possível, respectivamente.

Efetuamos ainda procedimentos de confirmação dos processos com os advogados que patrocinam os processos judiciais e administrativos para obtenção dos dados relacionados a avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado.

Adicionalmente, contamos com o apoio de nossos especialistas em tributos para a análise de razoabilidade dos prognósticos de perda das causas mais significativas, sobretudo as de natureza tributária.

Por fim, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia, bem como as divulgações efetuadas, são são consistentes com as avaliações dos consultores jurídicos.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Benefícios pós-emprego (Notas explicativas 3.17 e 26)

A Usiminas e suas controladas são patrocinadoras em planos de suplementação de aposentadoria administrados pela Previdência Usiminas.

A Companhia também possui obrigação com benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria, relativa aos colaboradores da controlada Companhia Siderúrgica Paulista - Cosipa que se aposentaram até 30 de abril de 2002 e que ainda mantêm o direito ao benefício.

Os cálculos atuariais base para determinação dessas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, testes detalhados sobre as informações individuais de participantes ativos e assistidos dos planos de suplementação de auditoria e de saúde, cadastradas nos bancos de dados usados para o cálculo do passivo atuarial.

Com o apoio de nossos especialistas em cálculos atuariais, verificamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo utilizado para estimar o valor presente das obrigações atuariais e discutimos as premissas-chave empregadas no

Porque é um PAA

obrigações são elaborados por atuário independente contratado pela administração da Companhia e consideram premissas atuariais e informações cadastrais sobre participantes dos planos de suplementação de aposentadoria e de saúde.

Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância do valor da obrigação presente com os planos e o elevado grau de julgamento em relação a premissas atuariais empregadas em sua determinação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

cálculo do passivo atuarial, tais como projeções de crescimento salarial, tábuas de mortalidade e invalidez, custos médicos e taxa de desconto.

Também procedemos à revisão da conciliação preparada pela administração do laudo atuarial com os saldos apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas.

Efetuamos, ainda, avaliação da competência técnica do atuário externo independente responsável por preparar os cálculos atuariais.

Em relação aos ativos dos planos de suplementação de aposentadoria, efetuamos testes detalhados que compreenderam a obtenção de confirmações de terceiros quanto à custódia dos ativos garantidores dos planos e o teste da estimativa de seu valor justo.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia na apuração das obrigações de benefício pós-emprego, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 16 de fevereiro de 2017, sem ressalvas e contendo parágrafo de ênfase com relação a certas condições que requereriam o vencimento antecipado de dívidas significativas da Companhia e que deveriam ser cumpridas até 30 de junho de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e
 consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes
 transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 8 de fevereiro de 2018

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 "F" MG

Fábio Abreu de Paula Contador CRC 1MG075204/O-o



Demonstrações Financeiras

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

31 de dezembro de 2017 com Relatório dos Auditores Independentes



Índice

	Balanços patrimoniais	1
	Demonstrações do resultado	3
	Demonstrações do resultado abrangente	4
	Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	5
	Demonstrações dos fluxos de caixa	7
	Demonstrações do valor adicionado	9
	Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11
1	Contexto operacional	11
2	Aprovação das demonstrações financeiras	12
3	Resumo das principais políticas contábeis	13
3.1	Base de preparação e declaração de conformidade	13
3.2	Base de consolidação e investimentos em controladas	14
3.3	Apresentação de informações por segmentos	15
3.4	Conversão de moeda estrangeira	15
3.5	Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	16
3.6	Ativos financeiros	16
3.7	Passivos financeiros	18
3.8	Instrumentos derivativos e atividades de hedge	19
3.9	Estoques	19
	Depósitos judiciais	19
	Imobilizado	19
	Ativos intangíveis	20
	Valor recuperável de ativos (impairment) não financeiros	21
	Provisões para demandas judiciais	21
3.15	Provisão para recuperação ambiental	21
	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	21
3.17	Benefícios a empregados	22
3.18	Reconhecimento de receita	23
3.19	Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	24
3.20	Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017	25
4	Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	27
4.1	Julgamentos	27
4.2	Estimativas e premissas	27
5	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro	29
5.1	Fatores de risco financeiro	29
5.2	Política de utilização dos instrumentos financeiros	29
5.3	Política de gestão de riscos financeiros	30
5.4	Gestão de capital	36
5.5	Estimativa do valor justo	37
6	Instrumentos financeiros de derivativos	40
7	Instrumentos financeiros por categoria	42
В	Caixa e equivalentes de caixa	43
9	Títulos e valores mobiliários	44
10	Contas a receber de clientes	45
11	Estoques	47
12	Impostos a recuperar	48
13	Imposto de renda e contribuição social	49
14	Depósitos judiciais	54
15	Investimentos	55



16	Imobilizado	60
17	Valor recuperável de ativos (Impairment) não financeiros	64
18	Ativos intangíveis	68
19	Fornecedores, empreiteiros e fretes	71
20	Empréstimos e financiamentos	71
20.1	Condicionantes e cláusulas da renegociação da dívida	72
20.2	Composição dos empréstimos e financiamentos	73
20.3	Escalonamento dos empréstimos e financiamentos no passivo não circulante	75
20.4	Movimentação dos empréstimos e financiamentos	75
20.5	Outras informações relevantes sobre os empréstimos e financiamentos	76
21	Debêntures	77
22	Tributos a recolher	78
23	Tributos parcelados	78
24	Provisão para demandas judiciais	80
25	Provisão para recuperação ambiental	87
26	Obrigações de benefícios de aposentadoria	88
26.1	Planos de suplementação de aposentadoria	89
26.2	Dívidas contratadas – requisitos de fundamentais mínimos	90
26.3	Cálculo atuarial dos planos de aposentadoria	91
26.4	Ajustes de experiências	94
26.5	Hipóteses atuariais e análises de sensibilidade	94
26.6	Planos de benefícios de assistência médica aos aposentados	95
26.7	Ativos dos planos de aposentadoria	96
27	Patrimônio líquido	97
28	Informações por segmento de negócios	100
29	Receita	103
30	Despesas por natureza	104
31	Despesas e benefícios a empregados	105
32	Receitas (despesas) operacionais	105
33	Resultado financeiro	107
34	Lucro (prejuízo) por ação	108
35	Compromissos	109
36	Transações com partes relacionadas	110
37	Cobertura de seguros	115
38	Plano de outorga de opção de compra de ações	115
39	Garantias	118
40	Transações de investimentos e financiamentos sem efeito de caixa	119
41	Evento subsequente	119



Balanços patrimoniais Em milhares de reais

			Controladora		Consolidado
	Nota	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.122	362.293	1.770.573	719.870
Títulos e valores mobiliários	9	775.677	176.422	543.715	1.537.584
Contas a receber de clientes	10	1.127.029	890.216	1.555.494	1.179.212
Estoques	11	2.296.407	2.204.776	2.763.496	2.604.306
Impostos a recuperar	12	121.176	66.087	176.851	125.191
Imposto de renda e contribuição social antecipados		106.227	65.770	185.614	113.409
Dividendos a receber	36	175.009	55.327	139.078	2.463
Instrumentos financeiros derivativos	6	12	-	12	44.669
Demais valores a receber	_	130.663	112.040	119.922	93.774
Total do ativo circulante	_	4.735.322	3.932.931	7.254.755	6.420.478
Não circulante Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	10	84.452	_	131.458	_
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	1.954.760	2.021.565	3.046.112	3.120.368
Valores a receber de empresas ligadas	36	53.943	59.780	3.147	3.842
Depósitos judiciais	14	516.871	529.015	675.600	660.229
Instrumentos financeiros derivativos	6	1.184	-	1.184	100.670
Imposto de renda e contribuição social antecipados	· ·	-	_	1.104	68.172
Impostos a recuperar	12	30.922	32.055	54.881	96.070
Demais valores a receber		142.996	115.342	203.480	215.932
Domaio Valoros a 1000001	_	2.785.128	2.757.757	4.115.862	4.265.283
Investimentos	15	4.388.803	5.939.932	1.054.052	1.126.176
	_				13.748.890
Imobilizado	16	11.192.811	11.883.058	12.882.618	
Intangível	18 _	186.666	186.855	677.190	693.918
Total do ativo não circulante	_	18.553.408	20.767.602	18.729.722	19.834.267
Total do ativo	_	23.288.730	24.700.533	25.984.477	26.254.745



Balanços patrimoniais Em milhares de reais

			Consolidado		
	Nota	31/12/2017	Controladora	31/12/2017	31/12/2016
	INOLA	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo					
Circulante					
Fornecedores, empreiteiros e fretes	19	875.399	860.835	976.917	846.377
Empréstimos e financiamentos	20	334.468	59.818	927.946	62.157
Debêntures	21	62.031	5.551	62.031	5.551
Adiantamentos de clientes		19.781	7.287	81.394	35.806
Títulos a pagar - Forfaiting		475.251	356.970	475.251	356.970
Salários e encargos sociais		146.822	153.160	188.735	197.076
Tributos a recolher	22	72.593	41.281	95.089	58.447
Tributos parcelados	23	7.626	7.205	20.494	8.529
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	-	-	1.434	7.538
Dividendos e juros sobre capital					
próprio (JSCP) a pagar	27	55.479	139	75.644	22.001
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	48.577	-	48.577
Demais contas a pagar	_	83.591	62.510	141.485	103.215
Total do passivo circulante	_	2.133.041	1.603.333	3.046.420	1.752.244
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	4.741.430	6.480.469	4.758.468	5.864.416
Debêntures	21	887.334	992.184	887.334	992.184
Valores a pagar a empresas ligadas	36	79.935	76.118	143.170	153.269
Tributos parcelados	23	-		-	9.050
Provisão para demandas judiciais	24	481.924	422.405	668.964	607.863
Provisão para recuperação ambiental	25	-	-	158.333	143.042
Benefícios pós-emprego	26	1.050.324	1.338.419	1.050.324	1.342.727
Instrumentos financeiros derivativos	6	1.000.02-	102.413	-	102.413
Demais contas a pagar	Ü	139.947	149.452	87.500	95.903
Bornaio dornas a pagai	_	100.047	140.402	07.000	00.000
Total do passivo não circulante	_	7.380.894	9.561.460	7.754.093	9.310.867
Total do passivo	_	9.513.935	11.164.793	10.800.513	11.063.111
Patrimônio líquido	27				
Capital social	21	13.200.295	13.200.295	13.200.295	13.200.295
			309.445		309.445
Reservas de capital Reservas de lucros		311.747	309.443	311.747	309.443
		202.207	26.000	202.207	26.000
Ajustes de avaliação patrimonial	_	60.546		60.546	26.000
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		13.774.795	13.535.740	13.774.795	13.535.740
Participação dos acionistas não controladores	=	- -	- -	1.409.169	1.655.894
Total do patrimônio líquido	_	13.774.795	13.535.740	15.183.964	15.191.634
Total do passivo e do patrimônio líquido	=	23.288.730	24.700.533	25.984.477	26.254.745

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			Controladora	Consolidado			
		Exercíc	ios findos em	Exercíc	ios findos em		
	Nota	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016		
Operações continuadas							
Receita	29	9.977.529	7.515.554	10.734.118	8.454.200		
Custo das vendas	30	(8.676.104)	(7.200.317)	(9.099.024)	(7.966.878)		
Lucro (prejuízo) bruto		1.301.425	315.237	1.635.094	487.322		
Receitas (despesas) operacionais							
Despesas com vendas	32	(155.940)	(177.543)	(250.950)	(272.731)		
Despesas gerais e administrativas	32	(301.419)	(251.834)	(404.393)	(354.218)		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	(290.325)	(430.674)	(250.777)	(224.826)		
Participação no resultado de controladas, controladas em							
conjunto e coligadas	15	260.214	(8.151)	154.896	142.861		
		(487.470)	(868.202)	(751.224)	(708.914)		
Lucro (prejuízo) operacional		813.955	(552.965)	883.870	(221.592)		
Resultado financeiro	33	(540.308)	51.832	(462.920)	(30.156)		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		273.647	(501.133)	420.950	(251.748)		
Imposto de renda e contribuição social	13						
Corrente	10	_	_	(59.038)	(17.951)		
Diferido		(40.632)	(168.819)	(46.832)	(307.144)		
Bilondo		(40.632)	(168.819)	(105.870)	(325.095)		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		233.015	(669.952)	315.080	(576.843)		
Atribuível aos:							
Acionistas controladores		233.015	(669.952)	233.015	(669.952)		
Acionistas não controladores			-	82.065	93.109		
Lorent Grant Grant Barbara and Barbara	٠.	D# 0.40	D# (0.00°)	D# 0.40	D# (0.00°)		
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária	34	R\$ 0,18	R\$ (0,60)	R\$ 0,18	R\$ (0,60)		
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial	34	R\$ 0,20	R\$ (0,60)	R\$ 0,20	R\$ (0,60)		



Demonstrações do resultado abrangente Em milhares de reais

		Exercíc	Controladora ios findos em	Consolidado Exercícios findos em			
	Nota	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		233.015	(669.952)	315.080	(576.843)		
Outros componentes do resultado abrangente							
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	26	59.692	(267.831)	60.444	(268.065)		
Total de outros componentes do resultado abrangente		59.692	(267.831)	60.444	(268.065)		
Total do resultado abrangente do exercício		292.707	(937.783)	375.524	(844.908)		
Atribuível aos: Acionistas controladores Acionistas não controladores		292.707	(937.783)	292.707 82.817	(937.783) 92.875		

Os itens da demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 13.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

		Atribuído aos acionistas controladores												
						Reservas	s de capital	Reserva	as de lucros					
	Nota	Capital social	Valor excedente na subscrição de ações	Valor excedente na alienação de ações em tesouraria	Ações em tesouraria	Reserva especial de ágio	Opções Outor- gadas reconhe- cidas	Reserva Legal		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participação dos acionistas não contro- ladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2016		13.200.295	105.295	3.339	(104.762)	278.729	26.844			26.000		13.535.740	1.655.894	15.191.634
Resultado abrangente do período Lucro líquido (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	233.015	233.015	82.065	315.080
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	26	-	-	-	-	-	-	-	-	59.692	-	59.692	752	60.444
Total do resultado abrangente do período		-						_		59.692	233.015	292.707	82.817	375.524
Redução de capital em controlada		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(300.000)	(300.000)
Destinação do lucro líquido (prejuízo) do exercício	27													
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(55.341)	(55.341)	(23.807)	(79.148)
Constituição de reservas		-	-	-	-	-	-	11.651	190.556	-	(202.207)	-	-	-
Plano de opção de compra de ações	38	-	-	-	-	-	(5.757)	-	-	-	6.708	951	-	951
Alienação de ações em tesouraria		-	-	6.086	1.973	-	-	-	-	-	-	8.059	-	8.059
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado		-	-	-	-	-	-	-	-	(11.764)	17.825	6.061	-	6.061
Alterações nas participações societárias que não resultaram em perda ou aquisição de controle	15					<u>-</u> .	<u>-</u> .	<u>-</u>		(13.382)		(13.382)	(5.735)	(19.117)
Em 31 de dezembro de 2017		13.200.295	105.295	9.425	(102.789)	278.729	21.087	11.651	190.556	60.546		13.774.795	1.409.169	15.183.964



Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

									Atribuído ac	s acionistas c	ontroladores		
						Reservas	s de capital	Reservas de lucros					
	Nota	Capital social	Valor excedente na subscrição de ações	Valor excedente na alienação de ações em tesouraria		Reserva especial de ágio	Opções Outor- gadas reconhe- cidas	Reserva Legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participação dos acionistas não contro- ladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2015		12.150.000	105.295	3.339	(104.762)	293.594	29.725	620.039	311.748		13.408.978	1.584.879	14.993.857
Resultado abrangente do período Lucro líquido (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	(669.952)	(669.952)	93.109	(576.843)
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	26	-	-	-	-	-	-	-	(275.375)	7.544	(267.831)	(234)	(268.065)
Total do resultado abrangente do período									(275.375)	(662.408)	(937.783)	92.875	(844.908)
Aumento de capital		1.050.295	-	-	-	-	-	-	-	-	1.050.295	-	1.050.295
Destinação do lucro líquido (prejuízo) do exercício													
Absorção de prejuízo		-	-	-	-	(14.865)	-	(620.039)	-	634.904	-	-	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.860)	(21.860)
Plano de opção de compra de ações	38	-	-	-	-	-	(2.881)	-	-	6.600	3.719	-	3.719
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado		-	-	-	-	-	-	-	(13.797)	20.904	7.107	-	7.107
Alterações nas participações societárias que não resultaram em perda ou aquisição de controle			-	-					3.424		3.424	-	3.424
Em 31 de dezembro de 2016		13.200.295	105.295	3.339	(104.762)	278.729	26.844		26.000		13.535.740	1.655.894	15.191.634



Demonstrações dos fluxos de caixa Em milhares de reais

			Controladora		Consolidado
	_	Exercíc	ios findos em	Exercíc	ios findos em
	Nota	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		233.015	(669.952)	315.080	(576.843)
Ajustes para conciliar o resultado	-		(/		(/
Encargos e variações monetárias/cambiais líquidas		236.675	(223.086)	200.702	33.433
Despesas de juros		646.967	463.910	636.934	451.913
Depreciação, amortização e exaustão		966.188	1.011.828	1.171.851	1.216.491
Resultado na venda/baixa de imobilizado/investimento		1.255	25.056	1.183	25.331
Perda (reversão) por valor recuperável de ativos (Impairment)	17	73.010	7.277	74.892	(343.006)
Participações nos resultados de controladas, controladas					,
em conjunto e coligadas	15	(260.214)	8.151	(154.896)	(142.861)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	40.632	168.819	46.832	307.144
Constituição (reversão) de provisões		174.324	30.867	236.683	66.120
Perdas (ganhos) atuariais	26	28.502	(1.821)	29.096	(1.480)
Plano de outorga de opção de ações	38	951	(2.881)	951	(2.881)
(Acréscimo) decréscimo de ativos					
Contas a receber de clientes		(341.847)	143.061	(536.710)	199.287
Estoques		(198.645)	79.312	(268.659)	163.648
Impostos a recuperar		(51.921)	52.842	4.654	24.583
Valores a receber de empresas ligadas		5.837	(13.930)	695	570
Depósitos judiciais		2.929	(40.704)	(19.082)	(72.282)
Outros		(46.211)	(23.009)	(13.629)	82.118
Acréscimo (decréscimo) de passivos					
Fornecedores, empreiteiros e fretes		14.564	91.014	130.540	25.806
Adiantamentos de clientes		12.494	(8.628)	45.588	(4.993)
Valores a pagar a empresas ligadas		3.817	(12.053)	(10.099)	(9.688)
Títulos a pagar - Forfaiting		118.281	(597.191)	118.281	(399.729)
Tributos a recolher		31.312	(25.222)	36.642	(27.100)
Outros		(107.777)	(145.703)	(150.656)	(198.974)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(25.262)	(16.569)
Juros pagos		(797.350)	(908.814)	(764.250)	(897.242)
Passivo atuarial pago	-	(230.257)	(213.108)	(230.332)	(213.108)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	_	556.531	(803.965)	877.029	(310.312)
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários	9	186.883	(175.980)	993.869	(313.399)
Compras de imobilizado	16	(169.627)	(163.250)	(208.471)	(207.035)
Valor recebido pela venda de imobilizado		8.149	5.363	8.647	5.532
Redução de capital em subsidiária		700.000	166.249	-	-
Compras de software	18	(6.196)	(14.077)	(7.699)	(15.724)
Dividendos recebidos	-	61.368	137.950	26.500	96.701
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	<u>-</u>	780.577	(43.745)	812.846	(433.925)



Demonstrações dos fluxos de caixa Em milhares de reais

	_		Controladora		Consolidado
	_	Exercíci	ios findos em	Exercíc	ios findos em
	Nota	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Cessões de crédito contratadas		_	_	_	43.832
Cessões de crédito liquidadas		-	_	_	(241.294)
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures		(1.557.934)	(140.531)	(309.780)	(185.431)
Pagamento de tributos parcelados	23	·	(323)	(4.342)	(1.601)
Liquidação de operações de s <i>wap</i>		(145.776)	(4.261)	(6.976)	12.240
Recebimento por aumento de capital social		-	1.050.295	-	1.050.295
Redução de capital em controlada - participação dos acionistas não controladores		<u>-</u>	-	(300.000)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	27	-	(1)	(25.505)	(3)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	_	(1.703.710)	905.179	(646.603)	678.038
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		7.431	(14.203)	7.431	(14.203)
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		(359.171)	43.266	1.050.703	(80.402)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	362.293	319.027	719.870	800.272
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8 _	3.122	362.293	1.770.573	719.870
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa	_	(359.171)	43.266	1.050.703	(80.402)



Demonstrações do valor adicionado Em milhares de reais

			Controladora	Consolidado		
	Nota	Exercí	cios findos em	Exercí	cios findos em	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Receitas						
Vendas de mercadorias, produtos e serviços Constituição de provisão para créditos de		12.360.999	9.446.553	14.000.424	11.101.311	
liquidação duvidosa	30	(16.757)	(49.923)	(24.313)	(62.513)	
Outras receitas		364.228	130.897	385.579	157.971	
		12.708.470	9.527.527	14.361.690	11.196.769	
Insumos adquiridos de terceiros						
Custos dos produtos, das mercadorias e dos		(0.005.400)	(0.040.544)	(0.004.445)	(7.570.044)	
serviços vendidos		(8.625.482)	(6.913.511)	(9.324.115)	(7.579.841)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(722.493)	(737.804)	(769.050)	(641.389)	
		(9.347.975)	(7.651.315)	(10.093.165)	(8.221.230)	
Valor adicionado bruto		3.360.495	1.876.212	4.268.525	2.975.539	
Depreciação, amortização e exaustão	30	(966.188)	(1.011.828)	(1.171.851)	(1.216.491)	
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		2.394.307	864.384	3.096.674	1.759.048	
Valor adicionado recebido em transferência						
Participação no resultado de controladas,						
controladas em conjunto e coligadas	15	260.214	(8.151)	154.896	142.861	
Receitas financeiras	33	448.629	446.099	561.238	671.218	
Variações cambiais, líquidas	33	(65.677)	726.054	(21.601)	639.098	
Ganhos e perdas atuariais	26	(28.502)	1.821	(29.096)	1.480	
		614.664	1.165.823	665.437	1.454.657	
Valor adicionado a distribuir		3.008.971	2.030.207	3.762.111	3.213.705	



Demonstrações do valor adicionado Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado		
	Exercíci	ios findos em	Exercíci	ios findos em		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016		
Pessoal e encargos						
Salários e encargos	579.901	501.487	864.471	954.488		
FGTS	72.364	69.485	88.643	92.097		
Remuneração da Administração	17.055	17.597	22.779	23.262		
Participação dos empregados nos lucros	14.514	-	22.484	10.605		
Planos de aposentadoria	5.569	19.202	6.024	20.275		
	689.403	607.771	1.004.401	1.100.727		
Impostos, taxas e contribuições						
Federais (i)	415.700	596.961	579.835	926.114		
Estaduais	687.530	312.875	787.682	334.652		
Municipais	56.132	61.229	67.875	87.581		
Incentivos fiscais	3.931	1.002	4.681	1.002		
	1.163.293	972.067	1.440.073	1.349.349		
Remuneração de capitais de terceiros						
Juros	929.670	960.482	1.002.428	1.038.349		
Outras	(6.410)	159.839	129	302.123		
	923.260	1.120.321	1.002.557	1.340.472		
Remuneração de capitais próprios						
Lucros (prejuízos) retidos	233.015	(669.952)	233.015	(669.952)		
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos	-	(-)	82.065	93.109		
	233.015	(669.952)	315.080	(576.843)		
		(000.002)	0.0.00	(8. 8.8.8)		
Valor adicionado distribuído	3.008.971	2.030.207	3.762.111	3.213.705		

⁽i) Os encargos previdenciários estão classificados na rubrica "Tributos federais".



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contexto operacional

A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("USIMINAS", "Usiminas", "Controladora" ou "Companhia"), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma companhia aberta e tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (USIM3, USIM5, USIM6).

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas ("Empresas Usiminas") têm como principal objeto a exploração da indústria siderúrgica e outras atividades correlatas, como extração de minério de ferro, transformação do aço, fabricação de bens de capital e logística. Conta atualmente com duas usinas siderúrgicas com capacidade nominal de produção de 9,5 milhões de toneladas por ano de produtos laminados, localizadas nas cidades de Ipatinga, Estado de Minas Gerais e Cubatão, Estado de São Paulo, além de reservas de minério de ferro, centros de serviços e distribuição, portos marítimos, terminais de cargas, estrategicamente localizados em diversas cidades brasileiras.

Visando à ampliação de seu ramo de atividade, a Companhia mantém participação, direta ou indireta, em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a seguir apresentadas:

/0/. \

(a) Empresas controladas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Mineração Usiminas S.A. (MUSA)	70	70	Belo Horizonte/MG	Extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de <i>pellet feed</i> , <i>sinter feed</i> e granulados.
Rios Unidos Logística e Transporte de Aço Ltda.	100	100	Itaquaquecetuba/SP	Prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas.
Soluções em Aço Usiminas S.A.	68,88	68,88	Belo Horizonte/MG	Transformação de produtos siderúrgicos, além da atuação como centro de distribuição.
Usiminas Commercial Ltd.	100	100	Ilhas Cayman/Caribe	Captação de recursos no mercado externo.
Usiminas Europa A/S	100	100	Copenhague/Dinamarca	Opera como trading company, intermediando as exportações dos produtos da Companhia, além de fomentar o comércio no exterior.
Usiminas International Ltd.	100	100	Principado de Luxemburgo	Detém os investimentos da Companhia no exterior.
Usiminas Mecânica S.A. (UMSA)	99,99	100	Belo Horizonte/MG	Fabricação de equipamentos e instalações para diversos segmentos industriais.
Usiminas Participações e Logística S.A. (UPL) (i) (ii)	100	100	São Paulo/SP	Investimento na MRS Logistica S.A.
	da Companhia d	le 16,7% e i	ndireta, via MUSA, de 83,3%.	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Participação direta da Companhia no capital votante de 50,10% e indireta, via MUSA, de 49,90%.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Unigal Ltda.	70	70	Belo Horizonte/MG	Transformação de bobinas laminadas a frio em bobinas galvanizadas por imersão a quente.
Modal Terminal de Granéis Ltda.	50	50	Itaúna/MG	Operações de terminais de cargas rodoviários e ferroviários, armazenamento e manuseio de minério e produtos siderúrgicos e transporte rodoviário de cargas.
Usiroll – Usiminas Court Tecnologia de Acabamento Superficial Ltda.	50	50	Ipatinga/MG	Prestação de serviços, especialmente para retificação de cilindros e de rolos de laminação.

(c) Investimentos em coligadas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Codeme Engenharia S.A.	30,77	30,77	Betim/MG	Fabricação e montagem de construções em aço.
MRS Logística S.A. (i)	0,28	0,50	Rio de Janeiro/RJ	Prestação de serviços de transporte ferroviário e logístico.
Terminal de Cargas Paraopeba	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.
Terminal de Cargas Sarzedo	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.

⁽i) A participação indireta da Companhia na MRS Logística S.A., por meio da UPL, está divulgada na Nota 15 (b).

2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 08 de fevereiro de 2018.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

Políticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à Controladora, controladas, coligadas e controladas em conjunto, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas foram ajustadas para atender a este critério.

3.1 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), Controladora e Consolidado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência disso,essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3.2 Base de consolidação e investimentos em controladas

(a) Controladas

As Controladas são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para as Empresas Usiminas. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Os saldos e ganhos não realizados e demais transações entre as Empresas Usiminas são eliminados. Adicionalmente, os prejuízos não realizados são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

A Companhia classifica os seus empreendimentos da seguinte forma:

- coligadas são as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa por meio da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detêm o controle ou o controle em conjunto sobre essas políticas; e
- controladas em conjunto são as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes.

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Os exercícios sociais das coligadas e controladas em conjunto são coincidentes com os da USIMINAS. Contudo, exceto para as coligadas (diretas e indiretas) Codeme, Metform e Terminal Sarzedo, e para a controlada em conjunto Modal, a Companhia utilizou, para fins de equivalência patrimonial, em consonância com o CPC18 e IAS 28, demonstrações financeiras elaboradas em 30 de novembro de 2017.

A participação nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da sua participação. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(c) Operações e participações de acionistas não controladores

As Empresas Usiminas tratam as transações com participações de acionistas não controladores como transações com proprietários de ativos das Empresas Usiminas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

3.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais foram apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. As Empresas Usiminas estão organizadas em quatro segmentos operacionais: Siderurgia, Mineração e Logística, Transformação do Aço e Bens de Capital. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, incluem a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração. O Conselho de Administração da Companhia é também, quando aplicável, responsável pela tomada de decisões estratégicas das Empresas Usiminas.

3.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das Empresas Usiminas.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa e operações de *hedge* de investimento líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

(b) Títulos e valores mobiliários

Estão classificados como títulos e valores mobiliários os investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Administração não objetiva atender compromissos de curto prazo.

3.6 Ativos financeiros

3.6.1 Classificação

As Empresas Usiminas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis das Empresas Usiminas compreendem caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, valores a receber de empresas ligadas e Demais valores a receber.

As Empresas Usiminas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) de valores inadimplentes que se encontram na esfera jurídica e para os quais não há formalização de um novo acordo de recebimento, bem como para os casos em que não há expectativa de realização do ativo.

3.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrer. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, as Empresas Usiminas estabelecem o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

3.6.3 Valor recuperável de ativos (impairment) financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

As Empresas Usiminas avaliam no final de cada período de relatório se há evidência objetiva que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Os critérios utilizados pelas Empresas Usiminas para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- uma quebra de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

3.6.4 Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

3.7 Passivos financeiros

3.7.1 Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

3.7.2 Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

3.7.3 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos.

3.7.4 Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.8 Instrumentos derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado.

3.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção (média ponderada móvel) ou, ao valor líquido de realização, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

3.10 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura.

3.11 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desse componente. O componente substituído é baixado. Os gastos com as manutenções efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no resultado das vendas durante o período em que são incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado caso ele seja maior do que seu valor recuperável estimado.

A Companhia possui peças e sobressalentes de reposição destinadas à manutenção de itens do ativo imobilizado, que possuem vida útil estimada superior a 12 meses. Desta forma, o saldo dos estoques dessas peças e sobressalentes está classificado no grupo do ativo imobilizado.

3.12 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para o grupo de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Direitos minerários

Os direitos minerários são registrados pelo valor justo de aquisição e deduzidos pela exaustão das minas.

Os direitos minerários provenientes de aquisição de empresas são reconhecidos pelo valor justo considerando a alocação dos ativos e dos passivos adquiridos.

A exaustão dos direitos minerários é realizada de acordo com a exploração das minas.

(c) Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota

3.13 Valor recuperável de ativos (impairment) não financeiros

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

3.14 Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando as Empresas Usiminas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor pode ser feita.

3.15 Provisão para recuperação ambiental

A provisão para gastos com recuperação ambiental, quando relacionados com a construção ou aquisição de um ativo, é registrada como parte dos custos desses ativos, e leva em conta as estimativas da Administração da controlada Mineração Usiminas S.A. sobre futuros gastos trazidos a valor presente.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.17 Benefícios a empregados

(a) Plano de suplementação de aposentadoria

A Companhia e suas controladas participam de planos de aposentadoria, administrados pela Previdência Usiminas, que proveem a seus empregados benefícios complementares de aposentadoria e pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram. Para o plano de contribuição definida (Cosiprev), a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência complementar em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

(b) Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

Para os empregados que se aposentaram na controlada Companhia Siderúrgica Paulista - Cosipa, até 30 de abril de 2002, foram oferecidos benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de aposentadoria de benefício definido.

Adicionalmente, a Companhia registra as obrigações decorrentes da legislação, que assegura, aos colaboradores que contribuíram com o plano de saúde, o direito de manutenção como beneficiário quando da sua aposentadoria, desde que assumam o pagamento integral das contribuições. O prazo de manutenção após a aposentadoria é de um ano para cada ano de contribuição e se a contribuição ocorreu por pelo menos 10 anos, o prazo para permanência é indefinido.

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.

(c) Participação nos lucros

As Empresas Usiminas provisionam a participação de empregados no resultado, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas a seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas de "Custos das vendas", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado.

(d) Remuneração com base em ações

A Companhia possui um plano de remuneração com base em ações, a ser liquidado com ações preferenciais em tesouraria, o qual permite que membros da Administração e demais executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram as suas ações. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa.

Quando as opções são exercidas, os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal).

3.18 Reconhecimento de receita

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as Empresas Usiminas para efeitos de consolidação. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança. Além disso, critérios específicos para cada uma das atividades da Companhia devem ser atendidos, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de produtos

As Empresas Usiminas fabricam e vendem diversos produtos e matérias-primas, tais como aços planos, minério de ferro, peças estampadas de aço para a indústria automobilística e produtos para a construção civil e indústria de bens de capital.

A Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador.

(b) Venda de serviços

As Empresas Usiminas realizam a prestação de serviços de transferência de tecnologia na atividade de siderurgia, no gerenciamento de projetos e na prestação de serviços na área de construção civil e indústria de bens de capital, transporte rodoviário de aços planos, galvanização de aço por imersão a quente e texturização e cromagem de cilindros.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

(c) Receita de encomendas em curso

A receita de encomendas em curso é reconhecida segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). A receita é calculada e contabilizada com base na aplicação, sobre o preço de venda atualizado, do percentual representado pela relação entre os custos incorridos e o custo total orçado atualizado, ajustada por provisão para reconhecer perdas de encomendas em processo de execução, quando aplicável. Os valores faturados além

da execução física de cada projeto são reconhecidos como serviços faturados a executar no passivo circulante.

A variação entre o custo final efetivo e o custo total orçado, atualizado e revisado periodicamente, tem se mantido em parâmetros considerados razoáveis pela Administração. Os contratos de encomenda contêm cláusulas de garantia de fabricação dos equipamentos após entrada em funcionamento por períodos variáveis de tempo; os custos eventualmente incorridos são absorvidos diretamente no resultado.

As receitas de encomenda em curso fazem parte exclusivamente das operações realizadas pela controlada Usiminas Mecânica S.A. que, além desse tipo de receita, efetua venda de serviços. As receitas da Usiminas Mecânica compreendem os montantes reportados na Nota 28 a título de bens de capital.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras das Empresas Usiminas ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3.20 Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estavam em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A adoção antecipada das normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

(i) IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros existentes e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. No entanto, a Administração realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017 e nas relações de hedge identificadas em 2017 no âmbito da IAS 39 e concluiu que não haverá impactos significativos. A Administração também avaliou o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros e chegou à mesma conclusão de que não haverá impactos significativos, uma vez que a Companhia já vem trabalhando com um modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas.

(ii) IFRS 15 / CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma, quais sejam: identificação do contrato com o cliente, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço da transação e reconhecimento da receita. Com base nesta análise, a Administração concluiu que não haverá impactos significativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

A Nota 3.18 descreve os diferentes tipos de receita das Empresas Usiminas e a forma de reconhecimento de cada uma destas receitas.

No caso da venda de produtos (Nota 3.18(a)), as receitas continuarão sendo reconhecidas quando os produtos são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos.

No caso da venda de serviços (Nota 3.18(b)), as receitas continuarão sendo reconhecidas com base nos serviços efetivamente realizados até a data do balanço, uma vez que o valor justo e os preços de venda dos serviços individuais são relativamente semelhantes.

No caso das encomendas em curso da controlada Usiminas Mecânica (Nota 3.18(c)), as receitas continuarão sendo reconhecidas segundo o método de porcentagem de conclusão (POC), uma vez que os ativos fabricados pela Companhia são específicos para o cliente e não têm uso alternativo no mercado, bem como existe uma cláusula em todos os contratos com clientes que garante o direito ao pagamento pelo trabalho realizado até a data.

(iii) IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Conforme descrito na Nota 35(c), a Companhia possui R\$960.000 de compromissos com arrendamento mercantil operacional. No entanto, a Companhia ainda não determinou até que ponto esses compromissos resultarão no reconhecimento de um ativo e um passivo para pagamentos futuros, bem como o impacto no seu resultado e na classificação dos fluxos de caixa.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

4.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis das Empresas Usiminas, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(a) Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos nacionais

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado é CDI e TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos, das debêntures e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica "Efeitos monetários", no Resultado financeiro (Nota 33).

(b) Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

4.2 Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

(a) Valor recuperável de ativos (impairment) não financeiros

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 17). Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

(b) Imposto de renda e contribuição social

As Empresas Usiminas estão sujeitas ao imposto de renda em alguns países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. As Empresas Usiminas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

A administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(d) Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica S.A. utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a database do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

(e) Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto.

As Empresas Usiminas apuram a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 26.

(f) Provisões para demandas judiciais

Como descrito na Nota 24, as Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos das Empresas Usiminas.

(g) Provisão para recuperação ambiental

Como parte das suas atividades de mineração, a Companhia reconhece no Consolidado provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.

(h) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente.

5 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades das Empresas Usiminas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros, risco de preços de *commodities* e risco de preço do aço).

A gestão dos riscos financeiros é realizada pela Diretoria Corporativa Financeira, segundo orientações do Comitê Financeiro e do Conselho de Administração. Essa equipe avalia, acompanha e busca proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as demais unidades, entre elas, unidades operacionais, Suprimentos, Planejamento, entre outras, das Empresas Usiminas.

5.2 Política de utilização dos instrumentos financeiros

A política de gestão de ativos e passivos financeiros tem o objetivo de: (i) manter a liquidez desejada, (ii) definir nível de concentração de suas operações e (iii) controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro. As Empresas Usiminas realizam operações de derivativos visando sempre proteger seus ativos e passivos financeiros e reduzir a volatilidade em seu fluxo de caixa, monitorando a exposição cambial, um possível descasamento entre moedas, preço de *commodities*, entre outros.

As Empresas Usiminas não possuem contratos de instrumentos financeiros sujeitos a margens de garantia.

5.3 Política de gestão de riscos financeiros

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos e aplicações em bancos, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

A política de vendas das Empresas Usiminas se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, o Comitê de Crédito, composto de especialistas das áreas financeira e comercial, avaliam e acompanham o risco dos clientes. Esse objetivo é obtido por meio de análise criteriosa e da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial e por meio da diversificação de suas contas a receber de clientes (pulverização do risco).

A Companhia conta ainda com provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota 10.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, as Empresas Usiminas têm como política trabalhar com instituições de primeira linha. São aceitos somente títulos e papéis de entidades classificadas com *rating* mínimo "A-" pelas agências de *rating* internacionais.

(b) Risco de liquidez

A política responsável e conservadora de gestão de ativos e passivos financeiros envolve uma análise criteriosa das contrapartes das Empresas Usiminas por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e *rating* visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar risco de liquidez.

A previsão do fluxo de caixa é elaborada com base no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. Essa previsão leva em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento da dívida das Empresas Usiminas. Em todo o trabalho, é observado o cumprimento de cláusulas de *covenants* e recomendação interna do nível de alavancagem. A Tesouraria monitora as previsões contidas no fluxo de caixa direto da Companhia, diariamente, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, de investimentos e ao devido cumprimento de pagamento de suas obrigações.

O caixa mantido pelas Empresas Usiminas é gerenciado pela Diretoria Corporativa Financeira, que o investe em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Operações em Compromissadas, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados que atendam à liquidez adequada, conforme demonstrado na Nota 8.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros não derivativos das Empresas Usiminas e os passivos financeiros derivativos que são realizados, pelo saldo líquido, por essas mesmas empresas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

				Controladora
	Menos de 1	Entre 1 e 2	Entre 2 e 5	Acima de 5
	ano	anos	anos	anos
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	875.399	=	=	-
Empréstimos e financiamentos	775.145	522.780	3.030.861	3.357.987
Debêntures	152.444	105.601	588.916	639.112
Títulos a pagar - Forfaiting	475.251	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(12)	(248)	(515)	(420)
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	860.835	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	837.663	2.004.550	3.251.385	5.856.849
Debêntures	160.056	159.409	649.037	1.131.844
Títulos a pagar - Forfaiting	356.970	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(46.766)	(98.881)	(476)	46
				Consolidado
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	976.917	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	781.840	528.325	3.041.749	3.358.018
Debêntures	152.444	105.601	588.916	639.112
Bond	609.881	-	-	-
Títulos a pagar - Forfaiting	475.251	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(12)	(248)	(515)	(420)
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	846.377	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	787.984	781.428	3.255.448	5.856.979
Debêntures	160.056	159.409	649.037	1.131.844
Bond	38.557	130.664	=	-
Obrigações com arrendamento financeiro	63	-	-	-
Títulos a pagar - Forfaiting	356.970	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(2.190)	(525)	(476)	46

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos e outras obrigações.

(c) Risco cambial

(i) Exposição em moeda estrangeira

As Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Como medida preventiva e de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração tem adotado como política efetuar operações de *swap* e, adicionalmente, ter seus ativos vinculados à correção cambial, conforme demonstrado a seguir:

		Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos em moeda estrangeira				
Caixa e equivalentes de caixa	939	8.362	1.478.473	103.130
Títulos e valores mobiliários	775.665	-	8.428	8.146
Contas a receber	182.137	86.504	297.966	87.334
Adiantamentos a fornecedores	4.042	11.505	5.404	12.684
	962.783	106.371	1.790.271	211.294
Passivos em moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos	(1.157.250)	(2.418.093)	(1.747.954)	(1.779.065)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(201.202)	(163.191)	(219.628)	(167.613)
Adiantamento de clientes	(12.385)	(3.430)	(13.699)	(4.607)
Demais contas a pagar	(18.163)	(16.790)	(18.159)	(16.786)
	(1.389.000)	(2.601.504)	(1.999.440)	(1.968.071)
Exposição patrimonial	(426.217)	(2.495.133)	(209.169)	(1.756.777)
Instrumentos financeiros derivativos (nocional)	-	(104.420)	-	-
Exposição cambial total	(426.217)	(2.599.553)	(209.169)	(1.756.777)

Os valores dos empréstimos e financiamentos e das debêntures das Empresas Usiminas são mantidos nas seguintes moedas:

		Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Real	4.868.013	5.119.929	4.887.825	5.145.243	
Dólar norte-americano	1.157.250	1.193.485	1.747.954	1.775.892	
lene	<u>-</u> _	1.224.608	_	3.173	
Total de empréstimos e					
financiamentos e debêntures	6.025.263	7.538.022	6.635.779	6.924.308	

O impacto relacionado a variações nas taxas de câmbio (análise de sensibilidade) está demonstrado na Nota 5.3(c).

(ii) Análise de sensibilidade - risco cambial dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos contratados em moeda estrangeira, em aberto no fim do período, considerando o câmbio vigente em 31 de dezembro de 2017 para o cenário provável. O cenário I considerou desvalorização do real em 5% sobre o cenário atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração do real em 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor da moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2017.

As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

				31/12/2017
Moeda	Taxa de câmbio final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
USD	3,3080	3,4734	4,1350	4,9620
EUR	3,9693	4,1678	4,9616	5,9540
JPY	0,02940	0,0309	0,0368	0,0441

Os efeitos no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

			Consolidado
			31/12/2017
Moeda	Cenário I	Cenário II	Cenário III
USD	(10.588)	(52.942)	(105.884)
EUR	121	604	1.209
JPY	9	45	91

Os instrumentos financeiros derivativos atrelados à exposição cambial foram incluídos na análise de sensibilidade de ativos e passivos em moeda estrangeira, baseado no objetivo destes instrumentos que é de reduzir o impacto da oscilação da moeda estrangeira.

Estes instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados na Nota 6.

(d) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a taxa de juros

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(i) Composição dos empréstimos e financiamentos por taxa de juros

O risco de taxa de juros das Empresas Usiminas decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

A política financeira das Empresas Usiminas destaca que as operações de derivativos têm como objetivos reduzir o risco por meio da substituição de taxas de juros flutuantes por taxas de juros fixas ou substituir as taxas de juros baseadas em índices internacionais por taxas de juros baseadas em índices em moeda local, de acordo com as orientações do Comitê Financeiro.

A composição dos empréstimos e financiamentos e das debêntures contratados, por tipo de taxa de juros, no passivo circulante e não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Controladora					Consolidado		
	31/12/2017	%	31/12/2016	%	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Empréstimos e financiamentos								
Pré-fixada	25.735	1	1.259.745	17	636.251	9	642.964	9
TJLP	359.896	6	377.351	5	359.896	5	379.880	6
Libor	1.032.430	17	1.065.773	14	1.032.430	16	1.065.773	15
CDI	3.549.410	58	3.735.303	50	3.549.410	54	3.735.406	54
Outras	108.427	2	102.115	1	108.427	2	102.550	1
	5.075.898	84	6.540.287	87	5.686.414	86	5.926.573	85
Debêntures								
CDI	949.365	16	997.735	13	949.365	14	997.735	15
	6.025.263	100	7.538.022	100	6.635.779	100	6.924.308	100

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para o gerenciamento de riscos referentes às oscilações das taxas de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, como a fixação da taxa da Libor em alguns casos. O objetivo é minimizar os riscos referentes às oscilações das taxas de juros nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e, em alguns casos, em moeda nacional. No exterior, os contratos de empréstimos e financiamentos são amparados por contratos da International Swaps and Derivatives Association, Inc. (ISDA) e, para operações locais, essas são amparadas pelo Contrato Geral de Derivativos (CGD).

(ii) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos indexados a taxas de juros, em aberto no fim do período, considerando como cenário provável o valor das taxas vigentes em 31 de dezembro de 2017. O cenário I considera um aumento de 5% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2017.

As taxas utilizadas e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

				31/12/2017
Indexador	Taxas ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	6,9%	7,2%	8,6%	10,3%
TJLP	7,0%	7,4%	8,8%	10,5%
LIBOR	2,1%	2,2%	2,6%	3,2%

Os efeitos no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

_			Consolidado
_			31/12/2017
Indexador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	(12.906)	(64.529)	(129.058)
TJLP	(1.260)	(6.298)	(12.596)
LIBOR	(1.088)	(5.438)	(10.876)

As taxas de juros específicas a que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos empréstimos e financiamentos e debêntures, são apresentadas na Nota 20 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, e são principalmente compostas por Libor e Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Os instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros foram incluídos na análise de sensibilidade de variação de taxas de juros, baseado no objetivo destes instrumentos que é de minimizar o impacto da oscilação das taxas de juros.

5.4 Gestão de capital

Os objetivos das Empresas Usiminas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos e de devolução de capital aos acionistas ou ainda emitir novas acões ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, as Empresas Usiminas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos e tributos parcelados (incluindo operações de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraindo o montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

A estratégia das Empresas Usiminas objetiva manter o índice de alavancagem financeira em índices inferiores àqueles previstos nos contratos de empréstimos e financiamentos (*covenants*).

O EBITDA ajustado é calculado adicionando-se ao lucro (prejuízo) líquido do exercício o imposto de renda e contribuição social, a participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas, o resultado financeiro, depreciação, amortização e exaustão, além de ganhos e perdas pelo valor recuperável de ativos (*Impairment*).

Adicionalmente, está demonstrado a seguir o cálculo do índice de alavancagem financeira considerando a dívida líquida como um percentual do capital total. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Controladora			Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Total dos empréstimos e financiamentos, debêntures e tributos parcelados	6.032.889	7.545.227	6.656.273	6.941.887
Menos: caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(778.799)	(538.715)	(2.314.288)	(2.257.454)
Dívida líquida	5.254.090	7.006.512	4.341.985	4.684.433
Total do patrimônio líquido	13.774.795	13.535.740	15.183.964	15.191.634
Total do capital	19.028.885	20.542.252	19.525.949	19.876.067
Índice de alavancagem financeira	28%	34%	22%	24%

5.5 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o saldo das contas a receber de clientes menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa seja próximo de seu valor justo devido ao seu curto vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para as Empresas Usiminas para instrumentos financeiros similares.

Para as operações de *swap*, as posições ativas e passivas são calculadas pela Companhia de forma independente, utilizando a metodologia de marcação a mercado de acordo com as taxas praticadas e verificadas em divulgações do *site* da BM&F, Broadcast e Bloomberg. No caso de não existir negociação para o prazo do portfólio da Companhia, é utilizada a metodologia de interpolação para encontrar as taxas referentes aos prazos específicos. Em ambos os casos, é calculado o valor presente dos fluxos. A diferença entre os valores a pagar e a receber é o valor justo das operações.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

Os instrumentos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (preços não observáveis);
- Nível 2: Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços), seja indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (inserções não observáveis).

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Esses instrumentos compreendem investimentos em CDB's e instrumentos financeiros derivativos (*swap*), que estão demonstrados na Nota 7.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo por meio do resultado:

31/12/2017

1.196

821.166 2.275.209

145.339

31/12/2016

(i) Controladora

(ii)

Instrumentos financeiros derivativos

Total do ativo

	31/12/2017	31/12/2010
	Nível 2	Nível 2
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa		
- CDBs e aplicações em compromissadas	1.076	339.000
Títulos e valores mobiliários	12	176.422
Instrumentos financeiros derivativos	1.196	-
Total do ativo	2.284	515.422
	0.4.4.0.404.7	0.4.4.0/00.4.0
	31/12/2017	31/12/2016
	Nível 2	Nível 2
Passivos		
Instrumentos financeiros derivativos	-	150.990
Total do pagaiya		150,000
Total do passivo		150.990
Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016
	Nível 2	Nível 2
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa		
- CDBs e aplicações em compromissadas	276.255	592.286
Títulos e valores mobiliários	543.715	1.537.584

	31/12/2017 Nível 2	31/12/2016 Nível 2
Passivos Instrumentos financeiros derivativos		150.990
Total do passivo		150.990

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as Empresas Usiminas não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelos Níveis 1 e 3.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

(b) Valor justo de empréstimos e financiamentos e debêntures

Nas operações de mercado de capitais, como debêntures e *bonds*, o valor justo reflete o valor praticado no mercado. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado é apurada de acordo com taxas divulgadas no *site* da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), Broadcast e Bloomberg e pode ser assim sumariada:

				Controladora
		31/12/2017		31/12/2016
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda estrangeira	1.157.250	1.157.250	1.193.485	1.193.485
Empréstimos bancários – moeda nacional	3.918.648	3.918.648	4.122.194	4.122.194
Debêntures – moeda nacional	949.365	957.172	997.735	1.007.520
Bonds – moeda estrangeira	<u>-</u>	-	1.224.608	1.224.608
_	6.025.263	6.033.070	7.538.022	7.547.807
				Consolidado
		31/12/2017		31/12/2016
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda estrangeira	1.157.250	1.157.250	1.193.920	1.193.920
Empréstimos bancários – moeda nacional	3.938.460	3.938.460	4.147.508	4.147.508
Debêntures – moeda nacional	949.365	957.172	997.735	1.007.520
Bonds	590.704	612.479	585.145	578.530
	6.635.779	6.665.361	6.924.308	6.927.478

Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos e das debêntures não divergem significativamente dos valores contábeis desses, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

(c) Demais ativos e passivos financeiros

O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros não diverge significativamente dos valores contábeis desses, na medida em que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

6 Instrumentos financeiros derivativos

As Empresas Usiminas participam em operações de *swap* com o objetivo de proteger e gerenciar principalmente os riscos inerentes à variação de moedas estrangeiras e taxas de juros. Essas operações visam reduzir a exposição cambial e a volatilidade das taxas de juros dos seus empréstimos. As Empresas Usiminas não possuem instrumentos financeiros com fins especulativos. A Companhia tem por política não liquidar as suas operações antes dos seus respectivos vencimentos originais e não efetuar pagamentos antecipados de seus instrumentos financeiros derivativos.

As operações de instrumentos financeiros derivativos podem ser sumariadas como segue:

(a) Controladora

Eniver de	INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nocional)			VALOR (MERCADO)	Resultado do período		
vencimento	Faixas de 31/12/2017			/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
mês/ano	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa (passiva)	Posição ativa (passiva)	Ganho (perda)

PROTEÇÃO DE TAXAS E CÂMBIO (SWAP)

Merrill Lynch	09/10 a 03/17	Libor + 0,83% a.a.	3,05% a.a.	USD 85.713	USD 85.713	USD 85.713	USD 85.713	-	(275)	11
Santander	01/08 a 01/18	Yen + 4,1165% a.a.	Dólar + 7,34% a.a.	JPY 42.952.000	USD 400.000	JPY 42.952.000	USD 400.000	-	(149.581)	4.266
Bradesco	04/15 a 04/25	TR + 9,8000% a.a.	95,00% do CDI	R\$ 59.000	R\$ 59.000	R\$ 59.000	R\$ 59.000	1.196	(1.134)	2.133

Resultado financeiro no período 6.410

Saldo contábil (posição ativa líquida posição passiva) ______1.196 ____(150.990)

(b) Consolidado

Fairma da	INDEX	ADOR	VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nocional)			VALOR (MERCADO)	Resultado do período		
Faixas de vencimento	31/12	/2017	31/12	2/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
mês/ano	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa (passiva)	Posição ativa (passiva)	Ganho (perda)

PROTEÇÃO DE TAXAS E CÂMBIO (SWAP)

Merrill Lynch	09/10 a 03/17	Libor + 0,83% a.a.	3,05% a.a.	USD 85.713	USD 85.713	USD 85.713	USD 85.713		(275)	11
Santander	01/08 a 01/18	Yen + 4,1165% a.a.	Dólar + 7,34% a.a.	JPY 42.952.000	USD 400.000	JPY 42.952.000	USD 400.000	-	(149.581)	4.266
Santander	01/08 a 01/18	Dólar + 7,25 a.a.	Yen + 4,1165 % a.a.	USD 400.000	JPY 42.952.000	USD 400.000	JPY 42.952.000	-	145.339	(6.539)
Bradesco	04/15 a 04/25	TR + 9,8000% a.a.	95,00% do CDI	R\$ 59.000	R\$ 59.000	R\$ 59.000	R\$ 59.000	1.196	(1.134)	2.133

Resultado financeiro no período (129)

Saldo contábil (posição ativa líquida posição passiva) 1.196 (5.651)

Os saldos contábeis das operações de instrumentos financeiros derivativos estão descritos a seguir:

		Controladora	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
				_	
Ativo circulante	12	-	12	44.669	
Ativo não circulante	1.184	-	1.184	100.670	
Passivo circulante	-	(48.577)	-	(48.577)	
Passivo não circulante	-	(102.413)	-	(102.413)	
				_	
	1.196	(150.990)	1.196	(5.651)	
				_	
		Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
No resultado financeiro	6.410	(159.839)	(129)	(302.123)	
	6.410	(159.839)	(129)	(302.123)	

7 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

				31/12/2017			31/12/2016
	Empréstimos e recebíveis		Mantidos até o vencimento	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos							
Bancos	2.046	-	-	2.046	23.293	-	23.293
Aplicações financeiras	=	1.076	-	1.076	-	339.000	339.000
Títulos e valores mobiliários	-	12	775.665	775.677	-	176.422	176.422
Contas a receber de clientes	1.127.029	-	-	1.127.029	890.216	-	890.216
Instrumentos financeiros - swap Demais instrumentos financeiros ativos (excluindo	-	1.196	-	1.196	-	-	-
pagamentos antecipados)	431.547			431.547	241.694	_	241.694
	1.560.622	2.284	775.665	2.338.571	1.155.203	515.422	1.670.625

	31/12/2017			31/12/2016
	Outros passivos financeiros	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures	6.025.263	-	7.538.022	7.538.022
Instrumentos financeiros – swap	-	150.990	-	150.990
Fornecedores, empreiteiros e fretes	875.399	-	860.835	860.835
Títulos a pagar - Forfaiting	475.251		356.970	356.970
	7.375.913	150.990	8.755.827	8.906.817

(b) Consolidado

			31/12/2017			31/12/2016
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Bancos	107.699	=	107.699	127.584	-	127.584
Aplicações financeiras	1.386.619	276.255	1.662.874	-	592.286	592.286
Títulos e valores mobiliários	-	543.715	543.715	-	1.537.584	1.537.584
Contas a receber de clientes	1.555.494	-	1.555.494	1.179.212	-	1.179.212
Instrumentos financeiros - swap	-	1.196	1.196	-	145.339	145.339
Demais instrumentos financeiros ativos (excluindo pagamentos antecipados)	461.681		461.681	269.626	<u>-</u> _	269.626
	3.511.493	821.166	4.332.659	1.576.422	2.275.209	3.851.631

31/12/2017			31/12/2016
	Passivos		
Outros	mensurados	Outros	
passivos	ao valor justo	passivos	Total

financeiros	por meio do resultado	financeiros	
		J 1	
6.635.779	-	6.924.204	6.924.204
-	-	104	104
-	150.990	-	150.990
976.917	-	846.377	846.377
475.251	-	356.970	356.970
<u> </u>	<u>-</u> _	12	12
8.087.947	150.990	8.127.667	8.278.657
	6.635.779 - - 976.917 475.251	resultado 6.635.779 150.990 976.917 - 475.251 -	resultado 6.635.779 - 6.924.204 104 - 150.990 - 976.917 - 846.377 475.251 - 356.970 12

8 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Bancos conta movimento	1.107	14.931	15.845	24.454	
Bancos conta movimento exterior Certificados de depósitos bancários (CDBs) e	939	8.362	91.854	103.130	
aplicações em compromissadas	1.076	339.000	276.255	592.286	
Aplicações financeiras no exterior (Time Deposit)	<u>-</u>	<u> </u>	1.386.619	<u> </u>	
	3.122	362.293	1.770.573	719.870	

As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDBs) e as aplicações em compromissadas possuem liquidez imediata, além de rendimentos cuja variação média é de 100,07% (31 de dezembro de 2016 – 99,98%) do certificado de depósito interbancário (CDI) na Controladora e 100,41% (31 de dezembro de 2016 – 100,94%) do CDI no Consolidado.

O montante de R\$1.386.619, apresentado no Consolidado, refere-se a aplicação da controlada no exterior Usiminas Commercial em *Time Deposit*, relativo ao valor pago antecipadamente pela Usiminas, em 15 de dezembro de 2017, referente aos títulos *Eurobonds* emitidos em 2008 por esta controlada e que estavam emprestados à Companhia. A controlada no exterior Usiminas Commercial efetuou o pagamento integral dos referidos títulos *Eurobonds* aos seus respectivos credores, em 18 de janeiro de 2018, conforme apresentado na Nota 41, Evento subsequente. Desse total pago, R\$775.665 foram revertidos ao caixa da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, as Empresas Usiminas não possuem contas garantidas.

9 Títulos e valores mobiliários

			Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outification de des faites has africa (ODDIs)		470.007	504.700	4 500 004
Certificados de depósitos bancários (CDB's)	-	176.297	534.768	1.529.284
Aplicações financeiras no exterior	-	-	8.428	8.146
Eurobonds	775.665	-	-	-
Outras aplicações	12	125	519	154
	775.677	176.422	543.715	1.537.584

As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDBs) possuem rendimentos cuja variação média é de 100,07% (31 de dezembro de 2016 – 99,98%) do certificado de depósito interbancário (CDI) na Controladora e 100,41% (31 de dezembro de 2016 – 101,43%) do CDI no Consolidado.

O montante de R\$775.665 na Controladora refere-se à parcela de cerca de US\$220 milhões dos *Eurobonds* originalmente emitidos em 2008 pela controlada no exterior Usiminas Commercial no montante total de US\$400 milhões. Conforme descrito na Nota 20 - Empréstimos e financiamentos, esta parcela foi apresentada pelo montante líquido do contrato de mútuo junto à Usiminas Commercial no passivo circulante das informações contábeis intermediárias de 30 de junho e 30 de setembro de 2017. Em razão da liquidação do referido contrato de mútuo em 12 de dezembro de 2017, a Companhia está apresentando esta parcela detida dos *Eurobonds* como títulos e valores mobiliários nestas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Estes títulos e valores mobiliários foram convertidos em caixa pela Companhia em 18 de janeiro de 2018, conforme descrito na Nota 41 - Evento subsequente.

Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou impaired.

10 Contas a receber de clientes

		Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber de clientes:				
No país	954.817	681.778	1.485.132	1.149.077
No exterior	181.277	115.286	299.862	116.999
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(108.544)	(99.026)	(145.526)	(128.452)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.027.550	698.038	1.639.468	1.137.624
Contas a receber de partes relacionadas				
No país	180.402	173.054	46.711	23.347
No exterior	3.529	19.124	773	18.241
Contas a receber de partes relacionadas	183.931	192.178	47.484	41.588
	1.211.481	890.216	1.686.952	1.179.212
Ativo circulante	1.127.029	890.216	1.555.494	1.179.212
Ativo não circulante	84.452	<u>-</u>	131.458	<u>-</u>

⁽i) Do total de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na Controladora e no Consolidado, o saldo de R\$2.669 (R\$2.630 – 31 de dezembro de 2016) refere-se a contas a receber de clientes em moeda estrangeira.

A análise de vencimentos das contas a receber de clientes está apresentada a seguir:

		Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Valores a vencer	1.042.201	799.291	1.481.810	1.077.432
Vencidos:				
Até 30 dias	103.377	68.779	85.026	66.470
Entre 31 e 60 dias	1.460	5.528	1.428	9.265
Entre 61 e 90 dias	4	1.750	1.361	3.105
Entre 91 e 180 dias	1.896	2.623	3.904	8.443
Acima de 181 dias	171.087	111.271	258.949	142.949
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(108.544)	(99.026)	(145.526)	(128.452)
	1.211.481	890.216	1.686.952	1.179.212

Em 31 de dezembro de 2017, as contas a receber de clientes nos montantes de R\$169.280 na Controladora e R\$205.142 no Consolidado encontravam-se vencidas, mas não *impaired* (31 de dezembro de 2016 – R\$90.925 e R\$101.780, respectivamente). Essas contas se referem a diversos clientes independentes que não possuem histórico de inadimplência recente ou cujos saldos em aberto possuem garantias.

As contas a receber de clientes das Empresas Usiminas são mantidas nas seguintes moedas:

		Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Real	1.029.344	803.712	1.388.986	1.091.878
Dólar	175.804	77.609	291.633	78.439
Euro	6.333	8.895	6.333	8.895
	1.211.481	890.216	1.686.952	1.179.212

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes das Empresas Usiminas é a seguinte:

		Controladora	Consolida		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Saldo inicial	(99.026)	(65.573)	(128.452)	(91.687)	
(Adições) Reversões ao resultado	(16.757)	(49.923)	(24.313)	(62.513)	
Baixas Contra Cliente	7.278	15.749	7.278	25.027	
Variação cambial	(39)	721	(39)	721	
Saldo final	(108.544)	(99.026)	(145.526)	(128.452)	

A constituição e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas". As Empresas Usiminas não mantêm nenhum título de contas a receber de clientes sob qualquer modalidade de garantia.

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber apresentadas. As Empresas Usiminas não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.

11 Estoques

		Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante				
Produtos acabados	562.902	470.828	667.178	541.935
Produtos em elaboração	749.839	633.478	756.195	640.050
Matérias-primas	385.305	370.764	701.609	663.385
Suprimentos e sobressalentes	499.492	489.112	554.467	534.190
Importações em andamento	85.012	151.545	85.148	151.560
Provisão para perdas	(123.938)	(96.521)	(136.858)	(111.290)
Outros	137.795	185.570	135.757	184.476
	2.296.407	2.204.776	2.763.496	2.604.306
Ativo não circulante				
Produtos em elaboração	-	-	39.037	22.657
	2.296.407	2.204.776	2.802.533	2.626.963

A controlada Mineração Usiminas S.A, com base no seu plano de produção, transferiu do ativo circulante para o realizável a longo prazo, rubrica "Demais valores a receber", o estoque de produtos cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não foi apurada perda por *impairment* na controlada Mineração Usiminas S.A..

12 Impostos a recuperar

		31/12/2017		Controladora 31/12/2016
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS	3.527	-	3.972	<u>-</u>
COFINS	15.387	_	17.571	-
ICMS	56.639	19.291	38.034	20.424
IPI	24.453	_	5.953	-
Crédito Exportação – Reintegra	21.170	_	539	-
INSS a recuperar	-	_	18	-
Outros	<u>-</u>	11.631		11.631
	121.176	30.922	66.087	32.055
				Consolidado
		31/12/2017		31/12/2016
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS	4.760	18	4.244	16
COFINS	21.013	85	18.918	76
ICMS	78.090	42.992	69.404	84.192
IPI	31.480	-	15.453	-
Crédito Exportação – Reintegra	21.170	-	539	-
INSS a recuperar	19.654	-	16.098	-
Outros	684	11.786	535	11.786
	176.851	54.881	125.191	96.070

13 Imposto de renda e contribuição social

(a) Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais desses tributos, aplicáveis ao lucro antes da tributação, na Controladora e no Consolidado, como segue:

	Controladora		a Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e					
da contribuição social	273.647	(501.133)	420.950	(251.748)	
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%	
Tributos sobre o lucro calculados às alíquotas nominais	(93.040)	170.385	(143.123)	85.594	
Ajustes para apuração dos tributos sobre o lucro:					
Equivalência patrimonial	96.894	16.418	52.665	48.574	
Juros sobre capital próprio recebidos	(34.316)	(10.679)	(5.410)	(10.679)	
Exclusões (adições) permanentes	(63.533)	(12.947)	(66.197)	(20.688)	
Créditos fiscais não reconhecidos	53.363	(331.996)	53.363	(338.548)	
Incentivo fiscal	-	-	2.595	756	
Lucro não tributável e diferenças de alíquota de controladas no exterior	-	-	237	(90.479)	
Outros	<u>-</u>	<u>-</u> _	<u> </u>	375	
Tributos sobre o lucro apurados	(40.632)	(168.819)	(105.870)	(325.095)	
Corrente	_	-	(59.038)	(17.951)	
Diferido	(40.632)	(168.819)	(46.832)	(307.144)	
Tributos sobre o lucro (prejuízo) no resultado	(40.632)	(168.819)	(105.870)	(325.095)	
Imposto de renda	(29.877)	(124.132)	(79.762)	(243.202)	
Contribuição social	(10.755)	(44.687)	(26.108)	(81.893)	
Alíquotas efetivas	15%	<u>-</u>	25%	<u>-</u>	

Não há itens de imposto corrente apresentados no patrimônio líquido destas demonstrações financeiras.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, ativo e passivo, constituídos às alíquotas nominais, são demonstrados como segue:

(i) Controladora

		Patrimônio			
	31/12/2016	líquido/ Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	Outros (i)	31/12/2017
No ativo		3		.,	
Imposto de renda e contribuição social					
Prejuízos fiscais	2.303.097	-	62.168	(3.909)	2.361.356
Créditos fiscais não reconhecidos	(1.013.844)	-	53.363	-	(960.481)
Provisões temporárias					
Provisão para passivo atuarial	398.836	-	(86.760)	-	312.076
Provisão para demandas judiciais	142.532	-	20.520	-	163.052
Provisão para ajustes de estoque	32.817	-	9.321	-	42.138
Regime de caixa nos contratos de swap	42.968	-	(42.892)	-	76
Regime de caixa na variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (ii)	85.488	_	(49.341)	_	36.147
Ajustes de imobilizado (Lei nº 11.638/07)	59.577	_	(59.577)	_	-
Resultado nos contratos de swap valor	00.077		(00.077)		
de mercado	8.368	-	(8.368)	-	-
Perda por valor recuperável de ativos (Impairment)	42.646	_	(3.183)	_	39.463
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	187.970	(28.259)	-	_	159.711
Outros	101.162	(66)	14.813	<u> </u>	115.909
Total ativo	2.391.617	(28.325)	(89.936)	(3.909)	2.269.447
No passivo					
Imposto de renda e contribuição social					
Depreciação incentivada	17.403	-	(3.705)	-	13.698
Ajuste de imobilizado – IAS 29	67.869	(6.061)	<u>-</u>	-	61.808
Regime de caixa da correção monetária sobre depósitos judiciais	39.997	-	8.628	_	48.625
Ajuste de ágio	48.825	-	(27.375)	_	21.450
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	190.608	-	(27.953)	_	162.655
Outros	5.350		1.101	<u> </u>	6.451
Total passivo	370.052	(6.061)	(49.304)		314.687
Total líquido	2.021.565	(22.264)	(40.632)	(3.909)	1.954.760

⁽i) A Companhia utilizou parte do saldo de prejuízos fiscais para a liquidação de tributos federais incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), Lei nº 13496/2017. Os referidos tributos foram integralmente baixados do passivo circulante.

⁽ii) Oriunda de diferença temporária entre o regime de caixa e o de competência.

(ii) Consolidado

		Patrimônio líquido/ Resultado	Reconhecido		
	31/12/2016	abrangente	no resultado	Outros (i)	31/12/2017
No ativo					
Imposto de renda e contribuição social					
Prejuízos fiscais	2.483.739	-	49.337	(3.909)	2.529.167
Créditos fiscais não reconhecidos	(1.038.425)	-	53.363	-	(985.062)
Provisões temporárias					
Provisão para passivo atuarial	412.475	(1.251)	(89.514)	-	321.710
Provisão para demandas judiciais	181.247	-	32.058	-	213.305
Provisão para ajustes de estoques	34.959	-	8.152	-	43.111
Regime de caixa nos contratos de <i>swap</i> Regime de caixa na variação cambial sobre	42.968	-	(42.892)	-	76
empréstimos e financiamentos (ii)	85.488	-	(49.341)	-	36.147
Ágio/aquisição de empresas	306.776	-	(2.949)	-	303.827
Perda por valor recuperável de ativos (Impairment)	558.087	-	-	-	558.087
Ajuste de imobilizado (Lei nº 11.638/07)	59.577	-	(59.577)	-	-
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	187.970	(28.259)			159.711
Outros	201.933	(66)	6.655	-	208.522
Total ativo	3.516.794	(29.576)	(94.708)	(3.909)	3.388.601
No passivo					
Imposto de renda e contribuição social					
Depreciação incentivada	17.403	-	(3.705)	-	13.698
Depreciação taxa fiscal	20.021	-	(710)	-	19.311
Regime de caixa da correção monetária sobre depósitos judiciais	67.870	(6.061)	(1)	-	61.808
Correção monetária sobre depósitos judiciais	43.241	-	9.401	-	52.642
Ajuste de ágio	48.825	-	(27.375)	-	21.450
Passivo atuarial (Lei nº 11.638/07)	190.608	-	(27.953)	-	162.655
Outros	8.458	<u>-</u> .	2.467	<u>-</u> _	10.925
Total passivo	396.426	(6.061)	(47.876)		342.489
Total líquido	3.120.368	(23.515)	(46.832)	(3.909)	3.046.112

⁽i) A Companhia utilizou parte do saldo de prejuízos fiscais para a liquidação de tributos federais incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), Lei nº 13496/2017. Os referidos tributos foram integralmente baixados do passivo circulante.

⁽ii) Oriunda de diferença temporária entre o regime de caixa e o de competência.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Administração da Companhia reverteu provisão para perda de créditos fiscais no montante de R\$53.363 na Controladora e no Consolidado (31 de dezembro de 2016 – R\$331.996 e R\$338.548, respectivamente). O total de créditos fiscais diferidos não reconhecidos nas demonstrações financeiras foi de R\$960.481 na Controladora e de R\$985.062 no Consolidado (31 de dezembro de 2016 – R\$1.013.844 e R\$1.038.425, respectivamente). A Administração da Companhia continuará monitorando esse montante não reconhecido, o qual poderá ser contabilizado tão logo seja provável a sua utilização.

A expectativa de realização dos impostos diferidos está demonstrada a seguir:

		Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017				116.603
2018	134.070	_	173.660	110.602
2019	188.375	151.070	226.861	278.781
2020	198.944	216.926	247.540	360.573
2021	210.905	241.874	262.293	375.346
2022 até 2024	733.180	914.267	817.754	1.197.842
2025 até 2027	803.972	1.168.090	1.421.438	1.377.657
2028 até 2030	745.738	713.234	797.372	737.815
Após 2030 (i)	214.744		426.745	
Ativo	3.229.928	3.405.461	4.373.663	4.555.219
Créditos fiscais não reconhecidos	(960.481)	(1.013.844)	(985.062)	(1.038.425)
Ativo	2.269.447	2.391.617	3.388.601	3.516.794
Passivo	(314.687)	(370.052)	(342.489)	(396.426)
Posição líquida	1.954.760	2.021.565	3.046.112	3.120.368

⁽i) No consolidado os valores referem-se substancialmente a créditos fiscais oriundos de ágio na incorporação, apurados na Mineração Usiminas. Esses créditos fiscais estão sendo aproveitados com base na expectativa de vida útil das minas, cuja exaustão total foi estimada para o ano de 2053.

O reconhecimento dos créditos tributários é fundamentado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. O estudo de expectativa de lucros tributários futuros, adota os mesmos dados e premissas do estudo utilizado no teste de recuperabilidade dos ativos (Nota 17).

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros das Empresas Usiminas.

(c) Imposto de renda e contribuição social no passivo circulante

		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda		
Receita (despesa) corrente (i) Antecipações e compensações	(43.596)	(13.926)
do período	42.292	6.835
	(1.304)	(7.091)
Contribuição social		
Receita (despesa) corrente (i)	(15.442)	(4.025)
Antecipações e compensações do período	15.312	3.578
	(130)	(447)
Total IR e CSLL a pagar	(1.434)	(7.538)

⁽i) Refere-se a ajuste entre a provisão e a declaração de imposto de renda de exercícios anteriores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Controladora não apresentou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social correntes, uma vez que apurou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Adicionalmente, não houve antecipações ou compensações no período mencionado.

14 Depósitos judiciais

						Controladora
			31/12/2017			31/12/2016
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	177.454	(106.138)	71.316	174.418	(106.138)	68.280
IR e CSLL	152.847	(57.089)	95.758	95.529	(57.089)	38.440
INSS	120.856	(7.265)	113.591	107.777	(8.405)	99.372
CIDE	26.384	(26.384)	-	44.188	(26.384)	17.804
ICMS	9.836	-	9.836	65.357	-	65.357
Trabalhistas	179.137	-	179.137	191.055	-	191.055
Cíveis	43.525	(16)	43.509	35.801	(16)	35.785
Outras	3.724	<u> </u>	3.724	12.922	<u> </u>	12.922
	713.763	(196.892)	516.871	727.047	(198.032)	529.015

						Consolidado		
			31/12/2017			31/12/2016		
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido		
IPI	177.454	(106.138)	71.316	174.418	(106.138)	68.280		
IR e CSLL	158.787	(57.089)	101.698	101.469	(57.089)	44.380		
INSS	128.703	(7.265)	121.438	114.456	(8.405)	106.051		
CIDE	26.384	(26.384)	-	44.188	(26.384)	17.804		
ICMS	10.957	-	10.957	65.818	-	65.818		
COFINS	21.414	-	21.414	19.994	-	19.994		
Trabalhistas	234.202	-	234.202	240.680	-	240.680		
Cíveis	63.368	(16)	63.352	40.633	(16)	40.617		
Outras	51.223	-	51.223	56.605		56.605		
	872.492	(196.892)	675.600	858.261	(198.032)	660.229		

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

	<u> </u>	Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	727.047	686.343	858.261	795.424
Adições	34.712	47.098	85.888	82.469
Juros/atualizações	26.108	34.578	31.612	47.675
Reversões	(74.104)	(40.972)	(103.269)	(67.307)
Saldo final	713.763	727.047	872.492	858.261

15 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

(i) Controladora

	31/12/2016	Adições (baixas)	Equivalência patrimonial(i)	Juros sobre capital próprio e dividendos	Lucro não realizados nos estoques	Outros	31/12/2017
Controladas							
Mineração Usiminas (ii)	3.047.638	(700.000)	149.376	(47.240)	-	(13.387)	2.436.387
Soluções Usiminas	650.840	-	34.641	(7.882)	(22.449)	1.676	656.826
Usiminas Commercial	20.603	-	(16.826)	-	-	-	3.777
Usiminas Europa	864.794	(786.138)	36.189	-	-	-	114.845
Usiminas International	33.881	-	553	-	-	-	34.434
Usiminas Mecânica (iii)	532.745	(57.866)	(30.337)	-	(2.318)	-	442.224
UPL	62.851	-	8.263	(1.435)	-	(1)	69.678
Ágio em controladas (v)	10.835	(10.835)	-	<u>-</u> .		<u> </u>	
	5.224.187	(1.554.839)	181.859	(56.557)	(24.767)	(11.712)	3.758.171
Controladas em conjunto							
Unigal	573.284	-	132.707	(126.000)	-	-	579.991
Usiroll	8.831	<u>-</u>	1.306	 -	<u> </u>	(264)	9.873
	582.115	-	134.013	(126.000)	-	(264)	589.864
Coligadas							
Codeme	61.944	-	(33.847)	-	-	2.776	30.873
MRS	9.511	-	1.233	(849)	-	-	9.895
Ágio em coligadas (iv)	62.175	(62.175)					<u>-</u>
	133.630	(62.175)	(32.614)	(849)		2.776	40.768
	5.939.932	(1.617.014)	283.258	(183.406)	(24.767)	(9.200)	4.388.803

⁽i) Do resultado de equivalência patrimonial apresentado nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa da Controladora, que totaliza R\$260.214, quando comparado à receita de R\$283.258 demonstrada na movimentação dos investimentos, deve-se adicionar as perdas de passivo a descoberto da controlada Rios Unidos no valor de R\$1.723 e o lucro não realizado nos estoques no valor de R\$24.767 apurado com as controladas Soluções Usiminas e Usiminas Mecânica.

⁽ii) Do valor total demonstrado na coluna "Outros", R\$13.382 refere-se a valor reembolsado aos acionistas Serra Azul Iron Ore L.L.C e Sumitomo Corportation do Brasil equivalente à parte do montante pago à Mineração Usiminas em 2011, pela Summit Empreendimentos Minerais Ltda (SEM).

⁽iii) Redução de capital no período, composta por R\$42.492 de créditos de ICMS, R\$14.477 de ativo imobilizado e R\$897 de Estoques.

⁽iv) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registrada perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*), no montante de R\$73.010, referente ao ágio proveniente da aquisição da controlada Rios Unidos e coligada Codeme. Este valor foi registrado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

(ii) Consolidado

	31/12/2016	Adições (baixas)	Equivalência patrimonial	Juros sobre capital próprio e dividendos	Outros	31/12/2017
Controladas em conjunto						
Modal	2.669	-	2.830	(2.827)	-	2.672
Unigal	573.284	-	132.707	(126.000)	-	579.991
Usiroll	8.831	-	1.306	-	(264)	9.873
Ágio em controladas em conjunto (i)	16.083	(1.882)				14.201
	600.867	(1.882)	136.843	(128.827)	(264)	606.737
Coligadas						
Codeme	61.944	-	(33.847)	-	2.776	30.873
MRS	388.532	-	50.384	(34.661)	(9)	404.246
Terminal Paraopeba	910	-	(8)	-	-	902
Terminal Sarzedo	1.852	-	1.585	(1.978)	-	1.459
Outros	2.696	-	(61)	-	-	2.635
Ágio em coligadas (i)	69.375	(62.175)				7.200
-	525.309	(62.175)	18.053	(36.639)	2.767	447.315
_	1.126.176	(64.057)	154.896	(165.466)	2.503	1.054.052

⁽i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registrada perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*), no montante de R\$64.057, referente ao ágio proveniente da aquisição da controlada Modal e da coligada Codeme. Este valor foi registrado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

(b) Informações financeiras das coligadas

A seguir, está demonstrada a participação da Companhia nos resultados das principais coligadas, em 31 de dezembro de 2017:

	País de constituição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro	% de participação
Codeme	Brasil	373.142	224.832	148.310	119.345	(31.855)	30,77
MRS (i)	Brasil	7.799.492	4.257.721	3.541.771	3.492.805	443.532	11,41

⁽i) Participação direta de 0,28% e indireta, por meio da UPL, de 11,13%.

A participação nos lucros foi calculada após o imposto de renda e a contribuição social e após a participação dos acionistas não controladores em coligadas.

O capital votante nas empresas coligadas corresponde ao mesmo percentual do capital social total, exceto para a empresa MRS, cujo percentual do capital votante é de 19,92%. A USIMINAS participa do grupo de controle e tem influência significativa, o que classifica esse investimento como coligada.

As informações financeiras resumidas das empresas controladas em conjunto estão demonstradas a seguir de forma consolidada.

(i) Balanços patrimoniais resumidos

			31/12/2017		31/12/2016	
	Modal	Unigal	Usiroll	Modal	Unigal	Usiroll
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.663	262.599	4.206	2.496	30.818	2.063
Contas a receber	894	33.215	1.193	827	52.994	1.044
Estoques	-	46.925	362	-	48.702	407
Outros	8	5.110	132	8	12.615	138
Total do ativo circulante	3.565	347.849	5.893	3.331	145.129	3.652
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo	-	2.466	-	-	13.402	56
Imobilizado	2.597	905.003	14.418	2.621	948.863	15.068
Intangível	<u>-</u> .	204	6	-	432	7
Total do ativo não circulante	2.597	907.673	14.424	2.621	962.697	15.131
Total do ativo	6.162	1.255.522	20.317	5.952	1.107.826	18.783
Passivo e Patrimônio líquido						
Empréstimos	-	33.152	-	-	97.939	-
Fornecedores	138	8.411	127	-	7.366	93
Contingências	-	1.291	-	-	12.674	47
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	179.703	5	-	148.052	-
Outros (i)	681	195.295	434	615	12.219	978
Patrimônio líquido	5.343	837.670	19.751	5.337	829.576	17.665
Total do passivo e patrimônio líquido	6.162	1.255.522	20.317	5.952	1.107.826	18.783

⁽i) Em 31 de dezembro de 2017, a Unigal deliberou a distribuição de R\$180.000 a título de dividendos e juros sobre o capital próprio.

(ii) Demonstrações dos resultados resumidas

				31/12/2016		
	Modal	Unigal	Usiroll	Modal	Unigal	Usiroll
Receita líquida de vendas e serviços	9.648	361.332	8.795	9.302	277.041	8.073
Custo produtos e serviços vendidos	(2.997)	(102.644)	(4.302)	(2.722)	(99.929)	(4.211)
Receitas (despesas) operacionais	(33)	(13.354)	(791)	(29)	(12.694)	(2.100)
Receitas (despesas) financeiras	208	8.637	206	255	39.100	168
Provisão IRPJ e CSLL	(1.160)	(65.877)	(1.296)	(1.135)	(53.518)	(632)
Lucro líquido do exercício	5.666	188.094	2.612	5.671	150.000	1.298

(c) Outras informações relevantes sobre os investimentos

Mineração Usiminas - Contrato de prestação de serviços de operação portuária com a Porto Sudeste do Brasil S.A. (atual denominação social de MMX Porto Sudeste Ltda.)

Em 27 de maio de 2015, a Mineração Usiminas S.A. notificou a Porto Sudeste do Brasil S.A. (atual denominação social de MMX Porto Sudeste Ltda.) sobre a imediata rescisão do contrato de prestação de serviços de operação portuária de recebimento, movimentação, armazenagem e embarque de minério de titularidade da Mineração Usiminas no Terminal da Porto Sudeste, nas modalidades *Take or Pay* e *Delivery or Pay*, em razão do reiterado inadimplemento, pela Porto Sudeste, de sua obrigação de concluir e de colocar o porto em operação, bem como pelo não pagamento de penalidades contratuais. A Companhia adotou as providências cabíveis para resguardar os seus direitos, inclusive em processo de arbitragem, pleiteando o pagamento das multas, o ressarcimento de lucros cessantes, além de demais perdas e danos, previstos em contrato. O referido contrato foi assinado com vigência de 5 anos a contar do primeiro embarque, previsto inicialmente para abril de 2012.

Em 06 de junho de 2017, a Mineração Usiminas celebrou um acordo com a Porto Sudeste para por fim ao processo de arbitragem, resultando no distrato do referido contrato e na renúncia de todos os direitos que ambos ainda pudessem ter em relação ao contrato. O acordo estabeleceu um pagamento da Porto Sudeste para a Mineração Usiminas no montante de R\$205.106. Nesta mesma data, também foi celebrado um novo contrato de prestação de serviços de operações portuárias, que prevê que a Mineração Usiminas terá o direito, mas não a obrigação, de movimentar pelos próximos anos um volume total de até 17,5 milhões de toneladas de minério de ferro pelo Terminal Portuário da Porto Sudeste, localizado no município de Itaguaí - RJ.

Em 12 de julho de 2017, a controlada Mineração Usiminas S.A. recebeu o montante de R\$205.106 da Porto Sudeste do Brasil S.A., decorrente da celebração do acordo para por fim ao processo de arbitragem. Com este recebimento, cujos efeitos contábeis foram registrados no resultado de 30 de junho de 2017, o contrato de prestação de serviços de operação portuária, celebrado em 11 de fevereiro de 2011, e o processo arbitral encontram-se extintos. A Sentença que homologou o acordo entre as partes foi proferida em 05 de setembro de 2017.

16 Imobilizado

							Controladora
				31/12/2017			31/12/2016
	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Custo	Depreciação acumulada	lmobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	4	2.043.821	(1.236.488)	807.333	2.034.834	(1.191.917)	842.917
Máquinas e equipamentos	5	20.814.835	(12.243.142)	8.571.693	20.737.962	(11.497.391)	9.240.571
Instalações	4	905.888	(232.928)	672.960	780.681	(187.650)	593.031
Móveis e utensílios	17	49.775	(40.340)	9.435	49.425	(37.055)	12.370
Equipamentos de informática	29	176.834	(168.610)	8.224	174.720	(160.545)	14.175
Veículos	66	37.039	(35.757)	1.282	37.327	(34.810)	2.517
Ferramentas e aparelhos	20	195.186	(172.944)	22.242	193.262	(163.426)	29.836
		24.223.378	(14.130.209)	10.093.169	24.008.211	(13.272.794)	10.735.417
Terrenos	_	419.550		419.550	419.553	<u>-</u>	419.553
Total em operação	=	24.642.928	(14.130.209)	10.512.719	24.427.764	(13.272.794)	11.154.970
Em obras							
Obras em andamento		555.878	-	555.878	598.966	-	598.966
Imobilizado em processamento		32.793	-	32.793	7.941	-	7.941
Importações em andamento		512	-	512	2.076	-	2.076
Adiantamentos a fornecedores		817	-	817	416	-	416
Encargos de empréstimos capitalizados		7.613	-	7.613	46.438	-	46.438
Outros	<u> </u>	82.479	<u> </u>	82.479	72.251	<u> </u>	72.251
Total em obras	_	680.092		680.092	728.088		728.088
	_	25.323.020	(14.130.209)	11.192.811	25.155.852	(13.272.794)	11.883.058

							Consolidado
				31/12/2017			31/12/2016
	Taxa média ponderada de depreciação anual %	Custo	Depre- ciação acumulada	lmobilizado líquido	Custo	Depre- ciação acumulada	lmobilizado líquido
Em operação							
Edificações	4	2.400.504	(1.418.472)	982.032	2.391.791	(1.356.869)	1.034.922
Máquinas e equipamentos	5	22.059.248	(13.053.003)	9.006.245	22.006.733	(12.226.909)	9.779.824
Instalações	4	1.618.523	(518.455)	1.100.068	1.489.090	(421.235)	1.067.855
Móveis e utensílios	17	66.823	(54.102)	12.721	67.038	(50.472)	16.566
Equipamentos de informática	29	218.076	(202.079)	15.997	217.355	(191.940)	25.415
Veículos	66	55.914	(54.507)	1.407	57.260	(54.410)	2.850
Ferramentas e aparelhos	20	224.943	(188.394)	36.549	222.747	(176.700)	46.047
Outros		91.118	(6.079)	85.039	89.285	(4.817)	84.468
	_	26.735.149	(15.495.091)	11.240.058	26.541.299	(14.483.352)	12.057.947
Terrenos	_	798.335		798.335	798.338	<u>-</u>	798.338
Total em operação	_	27.533.484	(15.495.091)	12.038.393	27.339.637	(14.483.352)	12.856.285
Em obras							
Obras em andamento		705.901	-	705.901	743.294	-	743.294
Imobilizado em processamento		45.967	-	45.967	27.753	-	27.753
Importações em andamento		545	-	545	2.109	-	2.109
Adiantamentos a fornecedores		929	-	929	430	-	430
Encargos de empréstimos capitalizados		7.613	-	7.613	46.438	-	46.438
Outros		83.270	_	83.270	72.581	-	72.581
Total em obras		844.225		844.225	892.605		892.605
	_	28.377.709	(15.495.091)	12.882.618	28.232.242	(14.483.352)	13.748.890

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

							C	ontroladora
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	842.917	9.240.571	593.031	29.836	419.553	728.088	29.062	11.883.058
Adições (i)	-	1.332	-	6	-	168.261	28	169.627
Adições (redução de capital)	-	7.575	6.662	185	-	-	55	14.477
Baixas	-	(669)	-	(2)	(3)	(8.729)	(1)	(9.404)
Depreciação (ii)	(44.691)	(746.945)	(45.279)	(9.564)	-	-	(13.029)	(859.508)
Encargos de empréstimos Capitalizados (iii)	-	-	-	-	-	7.613	-	7.613
Transferências	9.107	68.635	115.916	1.781	-	(198.295)	2.856	-
Outros (iv)		1.194	2.630	<u> </u>		(16.846)	(30)	(13.052)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	807.333	8.571.693	672.960	22.242	419.550	680.092	18.941	11.192.811

⁽i) As adições do imobilizado na Controladora compreendem compras à vista no valor de R\$169.627.

⁽ii) Em 31 de dezembro de 2017, além da depreciação total do período, foi reconhecido no resultado o montante de

R\$82.440, referente à depreciação originalmente contabilizada nos estoques e realizada neste período.

(iii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

(iv) A coluna "Imobilizado em obras" contempla saldos de transferência para o intangível no montante de R\$17.855, além da transferência de itens em estoque referentes a imobilizado no montantde de R\$4.801.

							C	ontroladora
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	864.465	9.941.429	195.051	39.394	419.553	1.224.674	31.611	12.716.177
Adições (i)	-	5.125	-	-	-	159.158	158	164.441
Baixas	(354)	(11.195)	-	(73)	-	(56.439)	(1)	(68.062)
Depreciação (ii)	(44.285)	(872.034)	(31.147)	(10.426)	-	-	(15.783)	(973.675)
Encargos de empréstimos Capitalizados	-	-	-	-	-	46.438	-	46.438
Baixa de adiantamentos	-	-	-	-	-	(3.086)	-	(3.086)
Transferências	23.091	176.452	409.735	941	-	(623.035)	12.816	-
Outros		794	19.392	<u> </u>	<u>-</u>	(19.622)	261	825
Saldos em 31 de dezembro de 2016	842.917	9.240.571	593.031	29.836	419.553	728.088	29.062	11.883.058

- (i) As adições do imobilizado na Controladora compreendem compras à vista no valor de R\$163.250 e compras por meio de FINAME no valor de R\$1.191.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2016, além da depreciação total do período, foi reconhecido no resultado o montante de R\$21.894, referente à depreciação originalmente contabilizada nos estoques e realizada neste período.

								Consolidado
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.034.922	9.779.824	1.067.855	46.047	798.338	892.605	129.299	13.748.890
Adições (i)	-	9.559	2.657	158	-	195.604	493	208.471
Baixas	(243)	(831)	-	(9)	(3)	(8.729)	(15)	(9.830)
Depreciação (ii)	(61.756)	(851.135)	(111.536)	(12.274)	-	-	(19.769)	(1.056.470)
Encargos de empréstimos Capitalizados (iii)	-	-	-	-	-	7.613	-	7.613
Impairment de ativos	-	-	-	-	-	-	1.833	1.833
Transferências	9.109	66.319	137.643	2.643	-	(219.090)	3.376	-
Outros (iv)		2.509	3.449	(16)		(23.778)	(53)	(17.889)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	982.032	9.006.245	1.100.068	36.549	798.335	844.225	115.164	12.882.618

- (i) As adições do imobilizado no Consolidado compreendem compras à vista no valor de R\$208.471.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2017, além da depreciação total do período, foi reconhecido no resultado o montante de R\$82.440, referente à depreciação originalmente contabilizada nos estoques e realizada neste período.
- (iii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.
- (iv) A coluna "Imobilizado em obras" contempla saldos de transferência para o intangível no montante de R\$19.350, além da transferência de itens em estoque referentes a imobilizado no montantde de R\$13.016.

								Consolidado
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.047.756	10.552.413	717.632	57.226	798.338	1.425.978	144.286	14.743.629
Adições (i)	237	8.775	2.760	153	-	196.909	638	209.472
Baixas	(354)	(11.760)	(1)	(77)	-	(56.435)	(7.588)	(76.215)
Depreciação (ii)	(60.636)	(981.175)	(93.465)	(13.102)	-	-	(23.050)	(1.171.428)
Encargos de empréstimos Capitalizados	-	-	-	-	-	46.438	-	46.438
Baixa de Adiantamentos	-	-	-	-	-	(3.086)	-	(3.086)
Transferências	47.919	210.777	421.537	1.845	-	(696.782)	14.704	-
Outros		794	19.392	2	-	(20.417)	309	80
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.034.922	9.779.824	1.067.855	46.047	798.338	892.605	129.299	13.748.890

 ⁽i) As adições compreendem compras à vista no valor de R\$207.035; compras à prazo no valor de R\$1.246; e compras por meio de FINAME no valor de R\$1.191.

Em 31 de dezembro de 2017, as adições do imobilizado, no montante de R\$208.471, referem-se principalmente ao retorno do AF1 de Ipatinga à operação (R\$48.168), equipamentos para *sustaining* (R\$31.574), à substituição dos *staves* do alto forno nº3 em Ipatinga (R\$17.239), troca da carcaça do convertedor nº 5 da aciaria de Ipatinga (R\$4.733), substituição de vigas do galpão da área de lingotamento contínuo em Ipatinga (R\$4.378), troca dos trafos ascarel em Cubatão (R\$4.069), melhoria da coqueria nº2 de Ipatinga (R\$4.028), implantação de sistema de tratamento químico de efluentes em Cubatão (R\$4.024) e projetos compactos (R\$3.120) e disposição dos rejeitos para barragem samambaia (R\$2.571) da controlada Mineração Usiminas.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do imobilizado em andamento, no montante de R\$844.225, no Consolidado, refere-se a projetos de melhoria no processo produtivo para manutenção da capacidade produtiva, *sustaining* e a projetos de proteção ambiental. As principais obras são: laminador de chapas grossas em Ipatinga (R\$334.862); retorno do AF1 de Ipatinga à operação (R\$48.168), substituição dos *staves* do alto forno nº3 em Ipatinga (R\$18.480); e projeto de beneficiamento de minério de ferro compactos (R\$75.937) da controlada Mineração Usiminas.

Em 31 de dezembro de 2017, foram capitalizados juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos no imobilizado, cujo montante foi de R\$7.613 na Controladora e no Consolidado. Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

Em 31 de dezembro de 2017, a depreciação na Controladora foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas", nos montantes de R\$844.724, R\$3.125 e R\$11.659 (31 de dezembro de 2016 – R\$957.275, R\$3.130 e R\$13.270), respectivamente. Em termos No Consolidado, nessa mesma data, a depreciação foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas" nos montantes de R\$1.035.389, R\$4.424 e R\$16.658 (31 de dezembro de 2016 - R\$1.148.451, R\$4.485 e R\$18.492), respectivamente.

⁽ii) Em 31 de dezembro de 2016, além da depreciação total do período, foi reconhecido no resultado o montante de R\$21.894, referente à depreciação originalmente contabilizada nos estoques e realizada neste período.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos e processos judiciais (Nota 39).

17 Valor recuperável de ativos (impairment) não financeiros

Para o cálculo do valor recuperável de cada segmento de negócio, as Empresas Usiminas utilizam o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções consideram as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação das empresas, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento.

As Empresas Usiminas possuem quatro unidades geradoras de caixa ou segmentos operacionais reportáveis, que oferecem diferentes produtos e serviços e são administrados separadamente. Estas unidades geradoras de caixa são determinadas com base no menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa e não existem segmentos e unidades geradores de caixa diferentes dentro de uma mesma empresa.

As quatro unidades geradores de caixa e/ou segmentos reportáveis identificados na Companhia são Mineração e Logística, Siderurgia, Transformação do Aço e Bens de Capital (vide nota 28).

Em 31 de dezembro de 2017 as Empresas Usiminas efetuaram avaliação das suas unidades geradoras de caixa conforme descrito a seguir:

(a) Testes de Impairment do ágio

Para as unidades geradoras de caixa que possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio), as Empresas Usiminas efetuaram análise de *impairment*, conforme descrito a seguir.

Segue o resumo da alocação do ágio por nível de segmento operacional:

		Controladora	Consolid		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Mineração		-	21.401	23.283	
Siderurgia	110.343	183.353	110.343	183.353	
Transformação do aço			2.433	2.433	
	110.343	183.353	134.177	209.069	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registrada perda por *impairment* no segmento Siderurgia no valor de R\$73.010, sendo R\$62.175 (31 de dezembro de 2016 - R\$8.030), referente a ágio pago na aquisição da coligada Codeme e R\$10.835 na coligada Rios Unidos. No segmento Mineração foi registrada perda por *impairment* no valor de R\$1.882, referente aos ágios da controlada Modal. Estes valores foram registrados na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

Os cálculos de valor em uso utilizam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Diretoria Executiva.

Para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas projeções de volumes de vendas, preços médios e custos operacionais realizadas pelos setores comerciais e de planejamento para os próximos 5 anos, considerando participação de mercado, variação de preços internacionais, evolução do dólar e da inflação, com base em relatórios de mercado. Também foram considerados a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção dos ativos testados.

Para os anos posteriores foram adotadas taxas de crescimento em função de estimativa da inflação de longo prazo e taxa de câmbio.

As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas considerando informações de mercado disponíveis na data do teste. A Companhia adotou taxas distintas para cada segmento de negócio testado de forma a refletir sua estrutura de capital. As taxas nominais utilizadas para descontar o fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa variaram entre 11,9% e 14,9% a.a..

A taxa de inflação de longo prazo utilizada nos fluxos projetados foi de 4,3% a.a.

(b) Testes de impairment do segmento de mineração

O valor em uso do segmento Mineração foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração sobre o resultado futuro obtido com o beneficiamento e comercialização do minério de ferro, com base em projeções de preço de venda, gastos e investimentos. Tal avaliação mantém-se sensível à volatilidade dos preços da commodity e eventuais alterações nas expectativas de longo prazo poderão levar a futuros ajustes no valor reconhecido.

A taxa de desconto aplicada nas projeções de fluxos de caixa futuros representou uma estimativa da taxa que o mercado utilizaria para atender aos riscos do ativo sob avaliação. A taxa real em real (R\$) utilizada foi de 7,54% a.a. A Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros. A taxa de inflação brasileira estimada de longo prazo foi de 4,08% a.a. Para projeção das taxas anuais de câmbio (Real / Dólar), foram consideradas as taxas de inflação norte-americana e brasileira de longo prazo. Os preços projetados para o minério de ferro (CFR China 62% Fe) foram entre USD60/t e USD63/t. Os preços utilizados no cálculo dos fluxos de caixa futuros encontram-se dentro do intervalo das estimativas publicadas pelos analistas de mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia reconheceu uma reversão de *impairment* no valor de R\$357.508, que foi reconhecido no resultado das demonstrações financeiras da controlada Mineração Usiminas S.A. O *impairment* remanescente no valor de R\$1.641.432, continua sendo monitorado pela Companhia e será revertido na medida que as projeções futuras possibilitarem.

A Companhia continuará monitorando as premissas-chave deste segmento de negócio.

(c) Teste de *Impairment* de outros ativos de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia efetuou testes de recuperabilidade dos ativos imobilizados das suas unidades geradoras de caixa do Segmento Siderurgia, Transformação do Aço e Bens de Capital. Não foi identificada perda por *impairment* nos ativos de longo prazo para o segmento da Siderurgia e demais segmentos.

Para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas projeções de volume de vendas, preços médios e custos operacionais realizados pelos setores comerciais e de planejamento para os próximos 5 anos, considerando participação de mercado, variações de preços internacionais, evolução de dólar e de inflação. Para os anos posteriores, foram adotadas taxas de crescimento em função das estimativas de inflação de longo prazo e de taxa de câmbio. O fluxo de caixa descontado foi elaborado conforme a vida útil estimada dos equipamentos em operação.

Os cenários utilizados nos mencionados testes são as melhores estimativas das Empresas Usiminas para os resultados e a geração de caixa futuros em seus segmentos de negócio.

As premissas utilizadas no teste de recuperabilidade dos ativos de longo prazo, são as mesmas premissas utilizadas no teste do ágio anteriormente mencionado no item (a).

A Companhia continuará a monitorar os resultados em 2018, os quais indicarão a azoabilidade das projeções futuras utilizadas. Os ativos de vida longa por segmento operacional estão demonstrados na Nota 28.

18 Ativos intangíveis

A composição dos ativos intangíveis pode ser demonstrada conforme a seguir:

							Controladora
				31/12/2017			31/12/2016
	Taxa média ponderada de amortização anual %	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	27	242.821	(170.547)	72.274	196.945	(146.307)	50.638
Ágio	-	153.692	(43.349)	110.343	153.692	(43.349)	110.343
Outros		4.049	<u>-</u> .	4.049	25.874	<u> </u>	25.874
	-	400.562	(213.896)	186.666	376.511	(189.656)	186.855
	_						Consolidado
				31/12/2017			31/12/2016
	Taxa média ponderada de amortização anual %	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	27	335.591	(252.302)	83.289	287.700	(222.902)	64.798
Ágio	-	156.125	(43.349)	112.776	166.960	(43.349)	123.611
Direito Minerário	-	2.063.280	(80.560)	1.982.720	2.063.280	(77.882)	1.985.398
Perda por valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	-	(1.509.251)	-	(1.509.251)	(1.509.251)	-	(1.509.251)
Outros		21.539	(13.883)	7.656	42.382	(13.020)	29.362
		1.067.284	(390.094)	677.190	1.051.071	(357.153)	693.918

A movimentação dos ativos intangíveis pode ser demonstrada conforme a seguir:

				Controladora
	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	110.343	50.638	25.874	186.855
Adições	-	-	6.196	6.196
Transferências	-	25.389	(25.389)	-
Amortização	-	(24.240)	-	(24.240)
Outros		20.487	(2.632)	17.855
Saldos em 31 de dezembro de 2017	110.343	72.274	4.049	186.666
Custo total	153.692	242.821	4.049	400.562
Amortização acumulada	(43.349)	(170.547)	-	(213.896)
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	110.343	72.274	4.049	186.666
Taxas anuais de amortização %		27	<u> </u>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Controladora

	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total	
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	110.343	42.780	30.618	183.741	
Adições	-	52	14.025	14.077	
Baixas	-	-	(35)	(35)	
Transferências	-	7.566	(7.566)	=	
Amortização	-	(16.259)	-	(16.259)	
Outros		16.499	(11.168)	5.331	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	110.343	50.638	25.874	186.855	
Custo total	153.692	196.945	25.874	376.511	
Amortização acumulada	(43.349)	(146.307)	-	(189.656)	
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	110.343	50.638	25.874	186.855	
Taxas anuais de amortização %		24		-	
				Co	onsoli
	Direitos minerários (i)	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	476.148	123.611	64.798	29.361	69

					Consolidado
	Direitos minerários (i)	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	476.148	123.611	64.798	29.361	693.918
Adições	-	-	1.314	6.385	7.699
Transferências	-	-	24.596	(24.596)	-
Amortização	(2.678)	-	(29.400)	(863)	(32.941)
Reversão da perda do valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	(10.835)	-	-	(10.835)
Outros			21.981	(2.632)	19.349
Saldos em 31 de dezembro de 2017	473.470	112.776	83.289	7.655	677.190
Custo total	557.929	156.125	335.591	17.639	1.067.284
Amortização acumulada	(84.459)	(43.349)	(252.302)	(9.984)	(390.094)
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	473.470	112.776	83.289	7.655	677.190
Taxas anuais de amortização %		<u> </u>	27		<u>-</u>

⁽i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas a uma taxa média de R\$0,55 por tonelada (taxa ajustada de acordo com o valor líquido do ativo, deduzindo o *Impairment*).

					Consolidado
	Direitos minerários (i)	Ágio pago em aquisições	Software adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2015	119.317	123.611	59.816	35.178	337.922
Adições	-	-	1.349	14.375	15.724
Baixas	-	-	-	(35)	(35)
Transferências	-	-	8.797	(8.797)	-
Amortização	(677)	-	(22.300)	(192)	(23.169)
Reversão da perda do valor recuperável de ativos (<i>Impairment</i>)	357.508	-	-	-	357.508
Outros	-	-	17.136	(11.168)	5.968
Saldos em 31 de dezembro de 2016	476.148	123.611	64.798	29.361	693.918
Custo total	557.929	166.960	287.700	38.482	1.051.071
Amortização acumulada	(81.781)	(43.349)	(222.902)	(9.121)	(357.153)
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	476.148	123.611	64.798	29.361	693.918
Taxas anuais de amortização %		<u>-</u>	24	<u>-</u>	<u>-</u>

⁽i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão das minas a uma taxa média de R\$0,13 por tonelada (taxa ajustada de acordo com o valor líquido do ativo, deduzindo o *Impairment*).

Em 31 de dezembro de 2017, as adições dos ativos intangíveis do Consolidado, no montante de R\$7.699, referem-se, principalmente, ao projeto do e-social (R\$703), otimização e proteção do perímetro da rede corporativa (R\$700), gestão de recolhimento de impostos (R\$489), site industrial Aciaria e Laminações (R\$463), além de projetos de atualização tecnológica da controlada Soluções Usiminas (R\$1.314) e na controlada Mineração Usiminas (R\$189).

A amortização na Controladora foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas" e "Despesas gerais e administrativas" nos montantes de R\$310 e R\$23.930 (31 de dezembro de 2016 - R\$308 em "Custos das vendas" e R\$15.951 em "Despesas gerais e administrativas"), respectivamente. No Consolidado, nessa mesma data, a amortização foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas" nos montantes de R\$5.540, R\$74 e R\$27.327 (31 de dezembro de 2016 - R\$3.147, R\$123 e R\$19.899), respectivamente.

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e dos passivos (ágio por expectativa de rentabilidade futura) é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2017, foi reconhecida no resultado das demonstrações financeiras da controlada Rios Unidos um *impairment* no valor de R\$10.835, conforme Nota 17 (a). Em 2016, no segmento Mineração foi reconhecida no resultado uma reversão de *impairment* no valor de R\$357.508, conforme Nota 17 (b).

19 Fornecedores, empreiteiros e fretes

		Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
No país	392.304	651.732	471.041	704.711	
No exterior	29.034	31.387	47.460	35.812	
Valores a pagar a empresas ligadas	454.061	177.716	458.416	105.854	
	875.399	860.835	976.917	846.377	

20 Empréstimos e financiamentos

Em 12 de setembro de 2016, a Companhia concluiu a renegociação de suas dívidas financeiras junto aos seus credores. Como parte desta renegociação, foram definidas as seguintes condições que requereriam o vencimento antecipado das dívidas:

- (i) o não recebimento dos recursos mantidos no caixa de sua controlada Mineração Usiminas S.A. (MUSA), em montante mínimo de R\$700.000, até o dia 30 de junho de 2017; e
- (ii) a não realização de uma oferta de permuta de no mínimo 50% dos Eurobonds, originalmente emitidos em 2008 no montante total de US\$400 milhões, com vencimento em janeiro de 2018, até o prazo máximo de 30 de junho de 2017. Esta oferta abrangeria apenas os Eurobonds em circulação no mercado, que representam cerca de US\$180 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Sobre o item (i), em Assembleia Geral Extraordinária da MUSA realizada em 3 de marco de 2017, foi aprovada a redução do seu capital social no montante de R\$1.000.000, dos quais R\$700.000 foram entregues à Companhia em 19 de maio de 2017. Em relação ao item (ii), em 30 de junho de 2017, a Companhia obteve de Bancos Privados Brasileiros (Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES a dispensa da obrigatoriedade de realização da referida oferta de permuta, condicionada à obtenção, em caráter definitivo, de dispensa semelhante junto aos Bancos Japoneses (Nippon Usiminas Co., Ltd., Japan Bank for International Cooperation, The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd., Mizuho Bank, Ltd. e Sumitomo Mitsui Banking Corporation) e aos debenturistas, a qual foi obtida em 31 de agosto de 2017. Em contrapartida, a Companhia se comprometeu a pagar aos Bancos Privados Brasileiros, BNDES, Bancos Japoneses e Debenturistas, em 15 de dezembro de 2017, valor correspondente a 50% do saldo do principal em aberto dos Eurobonds, de forma pro rata, a título de amortização parcial das dívidas da Companhia com cada um destes credores. Em 15 de dezembro de 2017, o referido valor pago correspondeu a R\$290.410.

20.1 Condicionantes e cláusulas da renegociação da dívida

(a) Covenants

Em relação aos *covenants* financeiros, a Companhia está obrigada ao cumprimento dos seguintes índices, calculados em uma base individual (Controladora):

(i) Dívida Líquida / EBITDA:

- menor ou igual a 4,5x em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2019;
- menor ou igual a 3,5x em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2020;
- menor ou igual a 3,0x em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2021; e
- menor ou igual a 2,5x nas medições semestrais apuradas em 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

(ii) EBITDA / Despesas Financeiras:

 mínimo 2,0x em 30 de junho de 2019, 31 de dezembro de 2019 e nas medições semestrais apuradas em 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

Em relação aos covenants não financeiros estabelecidos nos instrumentos de dívida, a Companhia possui controles de acompanhamento e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram verificados descumprimentos desses covenants, exceto com relação a outorga de garantias a certos credores no contexto da renegociação, a qual não seria mais permitida nos termos dos Eurobonds em virtude do vencimento, em 30 de junho de 2017, da dispensa temporária anteriormente concedida pelos detentores de tais bonds com relação a limitações de concessão de garantias previstas nos termos dos Eurobonds. Tal descumprimento pode ser curado pela Companhia em até 60 dias contados a partir da data de recebimento de uma notificação de descumprimento enviada pela entidade custodiante dos Eurobonds ou por um quórum mínimo de detentores dos Eurobonds, a qual não foi recebida até a presente data. Passado tal prazo, o descumprimento ensejaria o vencimento antecipado somente se recebida uma nova notificação enviada pela entidade custodiante dos Eurobonds ou por um quórum mínimo de detentores dos Eurobonds, solicitando a aceleração da dívida. A Companhia optou por não solicitar nova dispensa de anuência, aos detentores dos Eurobonds, com relação a essas limitações de outorga de garantias, levando em consideração, dentre outros fatores, o pagamento integral dos Eurobonds realizado em janeiro de 2018.

(b) Cash sweep

Nos instrumentos de renegociação da dívida o mecanismo de *cash sweep*, que obriga a Companhia, caso houver um excedente de caixa superior aos limites estabelecidos, a ser verificado nas datas de 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, excluídos certos eventos de liquidez, a distribuir este montante excedente de caixa a seus credores, de forma pro-rata, que será utilizado para a amortização antecipada dos valores de principal, de juros e demais encargos devidos nos termos destes instrumentos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou o montante de R\$378.799 como excedente de caixa, o qual foi reclassificado para o curto prazo, uma vez que será pago de forma pro-rata aos credores até 15 de março de 2018.

20.2 Composição dos empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

(a) Controladora

(i) Em moeda nacional

					31/12/2017		31/12/2016
	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	R\$	2026	TJLP + 3,48%, 3,88% e 4,88% a.a.		332.140	1.822	371.586
BNDES	R\$	2018	5,50% a.a.	431	-	1.278	425
BNDES	R\$	2026	TJLP	248	3.512	13	3.930
FINAME	R\$	2018 a 2024	2,5% a 9,5%a.a.	4.926	20.378	8.190	25.250
Banco do Brasil	R\$	2026	CDI + 3% a.a.	157.591	2.222.667	17.137	2.486.701
Bradesco	R\$	2025	TR + 9,8% a.a.	8.019	49.213	7.709	53.115
Bradesco	R\$	2026	CDI + 3% a.a.	34.790	488.784	4.620	546.856
Itaú BBA	R\$	2026	CDI + 3% a.a.	42.898	602.680	5.696	674.289
Comissões e Outros Custos	-	-	-	(12.772)	(60.853)	(12.797)	(73.626)
			<u>-</u>	260.127	3.658.521	33.668	4.088.526

(ii) Em moeda estrangeira

			_		31/12/2017		31/12/2016
_	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	US\$	2026	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a.	1.297	18.226	72	20.112
BNDES	US\$	2026	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a	7.638	107.267	422	118.375
Nippon Usiminas	US\$	2026	Libor + 2,83% a.a.	10.583	152.091	381	167.606
JBIC	US\$	2026	Libor + 2,55% a.a.	28.135	406.637	675	448.120
JBIC	US\$	2026	Libor + 2,885% a.a.	28.347	406.637	872	448.120
Eurobonds	JPY	2017	4,1165% a.a.	-	-	25.388	1.199.220
Comissões e outros custos	-	-	-	(1.659)	(7.949)	(1.660)	(9.610)
				74.341	1.082.909	26.150	2.391.943
Em moeda nacional				260.127	3.658.521	33.668	4.088.526
				334.468	4.741.430	59.818	6.480.469

(b) Consolidado

(i) Em moeda nacional

					31/12/2017		31/12/2016
	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	R\$	2026	TJLP + 3,48%, 3,88% e 4,88% a.a.	23.996	332.140	1.822	371.586
BNDES	R\$	2018	5,50% a.a.	431	-	1.278	425
BNDES	R\$	2026	TJLP	248	3.512	13	3.930
FINAME	R\$	2018 a 2024	2,5% a 10%a.a.	7.431	24.245	11.342	31.603
Banco do Brasil	R\$	2026	CDI + 3% a.a.	157.591	2.222.667	17.137	2.486.701
Bradesco	R\$	2025	TR + 9,8% a.a.	8.019	49.213	7.709	53.115
Bradesco	R\$	2026	CDI + 3% a.a.	34.790	488.784	4.620	546.856
Itaú BBA	R\$	2026	CDI + 3% a.a.	42.898	602.680	5.696	674.289
Outros	-	-	-	269	13.171	2.637	13.172
Comissões e outros custos	-	-	-	(12.772)	(60.853)	(12.797)	(73.626)
			-	262.901	3.675.559	39.457	4.108.051

(ii) Em moeda estrangeira

					31/12/2017		31/12/2016
_	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	US\$	2026	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a.	1.297	18.226	72	20.112
BNDES	US\$	2026	Cesta de moedas (US\$) + 3,88% a.a	7.638	107.267	422	118.375
Nippon Usiminas	US\$	2026	Libor + 2,83% a.a.	10.583	152.090	381	167.606
JBIC	US\$	2026	Libor + 2,55% a.a.	28.135	406.637	675	448.120
JBIC	US\$	2026	Libor + 2,885% a.a.	28.347	406.637	872	448.120
Eurobonds	US\$	2018	7,25%	590.704	-	18.330	563.642
Outros	-	-	-	-	-	3.608	-
Comissões e outros custos	-	-	-	(1.659)	(7.948)	(1.660)	(9.610)
				665.045	1.082.909	22.700	1.756.365
Em moeda nacional				262.901	3.675.559	39.457	4.108.051
				927.946	4.758.468	62.157	5.864.416

20.3 Escalonamento dos empréstimos e financiamentos no passivo não circulante

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

		Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	1.198.975	-	568.519
2019	66.368	67.924	70.943	72.513
2020	332.197	336.046	336.104	339.953
2021	624.370	623.317	627.517	626.464
2022	903.198	897.509	905.928	900.239
2023 a 2026	2.815.297	3.356.698	2.817.976	3.356.728
	4.741.430	6.480.469	4.758.468	5.864.416

20.4 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

		Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	6.540.287	8.204.643	5.926.573	6.808.424
Ingressos	-	193.422	-	206.592
Reconhecimento – renegociação de dívida	-	5.312.578	-	5.312.578
Encargos provisionados	538.579	449.733	528.546	437.736
Variação monetária	88.269	185.827	88.518	189.091
Variação cambial	73.640	(717.953)	26.400	(625.707)
Amortização de encargos	(667.509)	(682.363)	(634.409)	(670.791)
Amortização de principal	(1.511.824)	(963.786)	(263.670)	(289.536)
Desreconhecimento – renegociação de dívida	-	(5.354.040)	-	(5.354.040)
Diferimento de comissões	14.456	(87.774)	14.456	(87.774)
Saldo final	5.075.898	6.540.287	5.686.414	5.926.573

20.5 Outras informações relevantes sobre os empréstimos e financiamentos

Eurobonds

Em 2008, a controlada no exterior Usiminas Commercial emitiu títulos *Eurobonds* no mercado no montante total de US\$ 400 milhões. Os recursos advindos dessa emissão foram imediatamente emprestados à Companhia mediante contrato de mútuo indexado em JPY. Em 2014, a controlada no exterior Usiminas Europa adquiriu de terceiros parte destes *Eurobonds* no valor de cerca de US\$ 220 milhões. Em junho de 2017, a Companhia reduziu o capital desta controlada no exterior Usiminas Europa e transferiu para sua titularidade os *Eurobonds* que esta controlada possuía em carteira, que em 31 de dezembro de 2017 correspondia ao montante de R\$775.665.

A partir desta redução de capital, a Companhia passou a deter ativos e passivos financeiros nas mesmas bases, com a Usiminas Commercial como contraparte. Desta forma, a Companhia apresentou esse ativo e passivo financeiros pelo montante líquido no passivo circulante nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho e 30 de setembro de 2017. Em 12 de dezembro de 2017, a Companhia liquidou o contrato de mútuo junto à Usiminas Commercial no montante total de US\$400 milhões. Portanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia detinha apenas o ativo financeiro junto à Usiminas Commercial no montante de R\$775.665, conforme apresentado na Nota 9, Títulos e valores mobiliários.

21 Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia, não conversíveis em ações e de espécie quirografária, conjuntamente aos contratos de empréstimos e financiamentos, foram incluídas na renegociação da dívida considerando as mesmas condições descritas na Nota 20. Desta forma, o montante de R\$1.000.000, referente ao principal foi desreconhecido e reconhecido em 2016, passando a ter pagamentos anuais que vencem entre 2019 e 2026, além de encargos financeiros de 3% a.a. + 100% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2017, a movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	
Saldo inicial	997.735	1.060.290	
Encargos provisionados e outros	115.456	97.300	
Variação monetária	12.125	66.596	
Amortização de encargos	(129.841)	(226.451)	
Amortização de principal	(46.110)		
Saldo final (i)	949.365	997.735	
Passivo circulante	62.031	5.551	
Passivo não circulante	887.334	992.184	

⁽i) Saldo apresentado líquido, após deduzido o valor de R\$7.816 (31 de dezembro de 2016 – R\$9.166) referente ao diferimento de custos da transação, conforme o Pronunciamento Técnico CPC08 – Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2017, os encargos sobre as debêntures no montante de R\$1.942 estão registrados no passivo circulante (31 de dezembro de 2016 - R\$5.551).

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora e	Controladora e Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016		
2019	11.692	10.764		
2020	61.692	61.632		
2021	116.692	116.632		
2022	169.192	169.131		
2023	169.192	169.131		
2024 a 2026	358.874	464.894		
	887.334	992.184		

22 Tributos a recolher

		Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ICMS	42.606	20.111	49.319	22.419
IPI	18.369	10.298	21.168	12.466
IRRF	6.793	7.003	8.353	9.345
ISS	1.046	890	3.321	3.179
PIS e COFINS	1.998	2.439	4.231	6.342
Outros	1.781	540	8.697	4.696
	72.593	41.281	95.089	58.447

23 Tributos parcelados

A composição dos tributos parcelados pode ser apresentada como segue:

					С	ontroladora
			31/12/2017			31/12/2016
	Tributos	Depósitos	Saldo	Tributos	Depósitos	Saldo
	Parcelados	Judiciais	líquido	Parcelados	<u>Judiciais</u>	líquido
INSS	7.265	(7.265)	-	8.405	(8.405)	-
IPI	107.705	(100.079)	7.626	107.284	(100.079)	7.205
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)	-	32.443	(32.443)	-
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL						
Expurgo Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)	-
Outros	16	(16)		16	(16)	
	204.518	(196.892)	7.626	205.237	(198.032)	7.205
No passivo circulante		<u>-</u>	7.626			7.205
					(Consolidado
			31/12/2017			31/12/2016
	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo líquido	Tributos Parcelados	Depósitos Judiciais	Saldo
					Judiciais	iiquiao
						líquido
INSS	7.265	(7.265)	-	8.405	(8.405)	-
IPI	107.705	(100.079)	- 7.626	107.284	(8.405) (100.079)	7.205
		, ,	- 7.626 -	107.284 32.443	(8.405)	-
IPI Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE Refis – Lei nº 11.941/09	107.705 32.443	(100.079)	-	107.284	(8.405) (100.079)	7.205 -
IPI Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	107.705	(100.079)	7.626 - - 12.868	107.284 32.443	(8.405) (100.079)	7.205 -
IPI Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE Refis – Lei nº 11.941/09 PERT Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL	107.705 32.443 - 12.868	(100.079) (32.443) -	-	107.284 32.443 10.374	(8.405) (100.079) (32.443)	-
IPI Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE Refis – Lei nº 11.941/09 PERT Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo Plano Verão	107.705 32.443 - 12.868 57.089	(100.079) (32.443) - (57.089)	-	107.284 32.443 10.374 - 57.089	(8.405) (100.079) (32.443) - - (57.089)	7.205 -
IPI Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE Refis – Lei nº 11.941/09 PERT Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL	107.705 32.443 - 12.868	(100.079) (32.443) -	-	107.284 32.443 10.374	(8.405) (100.079) (32.443)	7.205 -
IPI Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE Refis – Lei nº 11.941/09 PERT Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo Plano Verão	107.705 32.443 - 12.868 57.089	(100.079) (32.443) - (57.089)	-	107.284 32.443 10.374 - 57.089	(8.405) (100.079) (32.443) - - (57.089)	7.205 -
IPI Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE Refis – Lei nº 11.941/09 PERT Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo Plano Verão	107.705 32.443 - 12.868 57.089	(100.079) (32.443) - (57.089) (16)	12.868	107.284 32.443 10.374 - 57.089	(8.405) (100.079) (32.443) - (57.089) (16)	7.205 - 10.374 -

A movimentação do saldo de tributos parcelados está demonstrada a seguir:

		Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial (i)	205.237	205.000	215.611	215.805
Adições	-	-	6.326	-
Provisão (reversão) de juros	421	560	421	560
Amortização de principal	-	(323)	(4.342)	(1.601)
Baixa	(1.140)	-	(1.140)	-
Variação monetária	-	-	510	847
Subtotal	204.518	205.237	217.386	215.611
Saldo compensação depósito judicial	(196.892)	(198.032)	(196.892)	(198.032)
Saldo final (ii)	7.626	7.205	20.494	17.579

 ⁽i) Do valor de tributos parcelados apresentando no balanço patrimonial, deve-se deduzir o valor de R\$196.892 (31 de dezembro de 2016 – R\$198.032), referente a compensação com depósitos judiciais.

Em 31 de dezembro de 2017, conforme os respectivos prazos de exigibilidade, as parcelas a vencer dos tributos parcelados estão registradas no passivo circulante. Em 31 de dezembro 2016, as parcelas dos tributos parcelados registradas no passivo não circulante são apresentadas como segue:

	Consolidado
	31/12/2016
2018	1.324
2019	1.324
2020	1.324
2021	1.324
2022 a 2024	3.754
	0.050
	9.050

⁽ii) O saldo da Controladora é, substancialmente, composto de IPI. O saldo do Consolidado, além do IPI da Controladora é, substancialmente, composto de COFINS.

24 Provisão para demandas judiciais

						Controladora
			31/12/2017			31/12/2016
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
IR e CSLL	-	-	-	1.775	-	1.775
INSS	-	-	-	5.293	-	5.293
ICMS	58.490	-	58.490	3.564	-	3.564
Trabalhistas	294.962	(110.478)	184.484	278.859	(108.585)	170.274
Cíveis	128.472	(30.660)	97.812	119.589	(26.321)	93.268
Outras				13.325		13.325
	481.924	(141.138)	340.786	422.405	(134.906)	287.499

						Consolidado
			31/12/2017			31/12/2016
	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Provisões	Depósitos judiciais	Saldo líquido
IR e CSLL	-	-	-	1.775	-	1.775
INSS	54	(54)	-	5.344	-	5.344
ICMS	86.941	(1.121)	85.820	32.341	-	32.341
PIS/COFINS	-	-	-	17.819	-	17.819
Trabalhistas	391.641	(145.652)	245.989	358.106	(108.585)	249.521
Cíveis	150.562	(33.394)	117.168	137.541	(26.321)	111.220
Outras	39.766	(34.234)	5.532	54.937	(3.244)	51.693
	668.964	(214.455)	454.509	607.863	(138.150)	469.713

A Companhia possui ainda depósitos judiciais, registrados no ativo não circulante, para os quais não existem provisões relacionadas (Nota 14).

A movimentação das provisões para demandas judiciais pode ser assim demonstrada:

		Controladora		Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	422.405	395.834	607.863	557.455
Adições	139.202	66.515	202.058	97.133
Juros/atualizações	88.258	73.057	98.241	91.782
Amortizações/baixas	(121.441)	(75.969)	(165.455)	(80.351)
Reversões	(46.500)	(37.032)	(83.228)	(58.156)
Transferências entre passivos	- -	-	9.485	
	481.924	422.405	668.964	607.863

(a) Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos internos e externos. As causas mais relevantes em 31 de dezembro de 2017 estão descritas a seguir:

(i) Provisões da Controladora

		31/12/2017	31/12/2016
Descrição	Posição	Saldo	Saldo
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	48.228	35.806
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	229.020	220.252
Ação pleiteando indenização por danos materiais (pensão, gastos médicos fixos etc.) e danos morais por exposição ao gás benzeno durante o horário de trabalho.	Aguardando julgamento.	27.458	27.853
Divergências em relação ao preço pago pelas ações quando da aquisição de empresa incorporada na Soluções Usiminas.	Aguardando o prosseguimento do feito.	67.071	65.227
Ações anulatórias de decisões administrativas do CADE (Usiminas e antiga COSIPA).	Em trâmite perante o Tribunal Regional Federal 1 ^a Região.	11.343	11.536
Ação anulatória ajuizada para discussão de autos de infração lavrados pelo estado do Rio Grande do sul para exigência de ICMS/RS supostamente devido pela Usiminas.	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	51.925	-
Autos de infração referentes ao recolhimento de ISS sobre serviços portuários prestados pela Usiminas no Terminal Marítimo de Praia Mole - Vitória/ES.	Em trâmite perante o Tribunal Regional Federal 1 ⁸ Região.	-	13.250
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	22.601	14.974
Outras ações de natureza trabalhista.	-	17.714	22.802
Outras ações de natureza fiscal.	-	6.564	10.705
	- -	481.924	422.405

(ii) Provisões da controlada Soluções Usiminas

		31/12/2017	31/12/2016
Descrição	Posiçã	o Saldo	Saldo
Discussão sobre a interpretação da Lei nº 9.718/98 relacionada à ampliação das bases de cálculo do PIS e da COFINS.	Aguardando julgamento.	-	17.746
Ação discutindo a dedutibilidade da CSLL sobre a base de cálculo do IRPJ.	Aguardando julgamento.	-	-
Auto de Infração exigindo ICMS/RS em razão de suposta irregularidade na tomada de créditos presumidos.	Aguardo prosseguimento do feito em segunda instância judicial.	28.450	26.527
Ações trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.	57.539	46.616
Outras ações de natureza cível.	-	16.821	11.904
Outras ações de naturezas tributária e fiscal.	-	10.483	9.577
		113.293	112.370
		31/12/2017	31/12/2016
Provisões da Controladora		481.924	422.405
Provisões da Soluções Usiminas		113.293	112.370
Provisões das demais empresas		73.747	73.088
Total do Consolidado		668.964	607.863

(b) Contingências possíveis

Adicionalmente, a Controladora, e algumas de suas controladas figuram como parte em processos não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos, é de perda possível, entre os quais se destacam:

(i) Contingências da Controladora

		31/12/2017	31/12/2016
Descrição	Posição	Saldo	Saldo
Ação contestando a não homologação da compensação de débitos de tributos federais com créditos de IRPJ apurados após revisão do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR).	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	91.660	88.414
Execuções fiscais pleiteando o estorno de créditos de ICMS/SP em razão de divergência entre o Fisco e a Usiminas referente à classificação de materiais.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	40.952	41.044
Autuação fiscal referente à cobrança do ICMS/SP incidente sobre mercadorias cuja internação na Zona Franca de Manaus não devidamente comprovada.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial e administrativa.	41.712	51.274
Execuções fiscais visando ao estorno de créditos de ICMS/SP de materiais considerados como de uso e consumo (refratários e outros).	Diversos autos, ações declaratórias e execuções fiscais, suspensos ou aguardando decisão dos tribunais superiores.	1.180.292	1.121.468
Execução fiscal visando ao estorno de créditos de ICMS/SP aproveitados pela Usiminas quando da contratação de serviços de transporte.	Aguardando julgamento na primeira instância judicial.	51.696	49.425
Ação contestando o indeferimento da desistência ao parcelamento do IRPJ da Lei $n^{\rm o}$ 11.941/09 .	Ação transitada em julgado. Aguardando julgamento na segunda instância judicial.	93.516	88.331
Autuação fiscal visando à cobrança de ICMS/SP sobre operações de exportação, sob a alegação de que as empresas destinatárias não constavam como habilitadas na SECEX.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	39.572	38.394
Execuções fiscais visando à cobrança de ICMS/SP incidente sobre mercadorias remetidas ao exterior, sem a efetiva comprovação da exportação.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	609.031	581.988
Ação contestando a não homologação da compensação de débitos de IPI e de PIS e COFINS com crédito proveniente de pagamento indevido de CSLL.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	46.740	44.167
Auto de Infração em virtude de suposto recolhimento a menor de ICMS/MG decorrente de créditos do imposto sobre tomadas de serviços de transporte para remessas a depósitos fechados.	A Companhia aderiu ao refinanciamento estadual e o processo foi encerrado.	-	101.430
Arbitramento do adicional à contribuição previdenciária relativa ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	48.989	55.199
Suspensão da exigibilidade inconstitucionalidade da Lei Ordinária n. 10.168/00 que criou a Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE).	A Companhia aderiu ao refinanciamento federal e o processo foi encerrado.	-	39.311
Ação de contestação da Taxa de Ocupação incidente sobre os terrenos de Marinha e seus acrescidos, no qual a Companhia é litisconsorte com demais condôminos.	Aguardando julgamento pelos tribunais superiores.	34.651	32.742
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS/SP em virtude de aproveitamento indevido de créditos pela aquisição de uso e consumo destinado à exportação de mercadorias.	Aguardando decisão na esfera administrativa.	136.464	257.010

B	31/12/2017	31/12/2016
Descrição Posição	Saldo	Saldo
Ação anulatória ajuizada para discussão dos autos de infração lavrados para exigir estorno de créditos presumidos que teriam sido tomados quando a Usiminas estava supostamente em situação Aguardando julgamento em segunda fiscal irregular – ICMS/RS.	91.419	132.902
A Usiminas teria deixado de adicionar, na apuração do lucro real de da base de cálculo da CSLL, os "lucros" supostamente auferidos no exterior por duas empresas que são suas controladas, bem como teria indevidamente excluído da base de cálculo desse tributo o valor excedente de equivalência patrimonial. Aguardando julgamento em esfera administrativa.	133.251	-
Auto de Infração exigindo ICMS/SP em razão de suposta tomada indevida de créditos relativos à aquisição de bens destinados ao Aguardando julgamento em primeira uso e consumo e vinculados à exportação. instância judicial.	148.647	-
Auto de infração lavrado por ter a Companhia se beneficiado, entre 2011 e 2014, da suspensão do ICMS/MG, a qual está prevista no RICMS/02, sobre as remessas de combustíveis com destino a Usina Termoelétrica cedida em comodato para a CEMIG. Aguardando julgamento em esfera administrativa.	57.710	-
Auto de Infração exigindo ICMS/SP em razão de suposta tomada indevida de créditos relativos à entrada de bens para uso e consumo vinculados à exportação, bem como em razão de suposto redito realizado após o prazo decadencial. Aguardando julgamento em esfera administrativa.	31.233	-
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas. Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	146.232	137.773
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas do Trabalho e órgãos administrativos, em e previdenciárias diversas.	188.148	135.502
Ação anulatória de decisão administrativa do CADE, que condenou a Companhia ao pagamento de multas por violação da ordem Aguardando o juízo de admissibilidade do econômica. Aguardando o juízo de admissibilidade do Recurso Especial e Extraordinário interposto.	56.315	33.774
Ação anulatória de decisão administrativa do CADE, que condenou a Cosipa (atualmente, planta da Usiminas de Cubatão) ao Aguardando o juízo de admissibilidade do pagamento de multas por violação da ordem econômica. Recurso Especial e Extraordinário interposto.	50.854	122.995
Outras ações de natureza cível e ambiental -	156.411	160.829
Outras ações de natureza trabalhista -	35.825	26.680
Outras ações de naturezas tributária e fiscal -	397.650	366.852
	3.908.970	3.707.504

(ii) Contingências da Usiminas Mecânica

		31/12/2017	31/12/2016
Descrição	Posição	Saldo	Saldo
Ação pleiteando ressarcimento de gastos diretos e indiretos apurados nas etapas de fabricação e fornecimento por motivo de desacordo entre a Usiminas Mecânica e o cliente.	Aguardando julgamento.	614.087	555.945
Ação Civil Pública relativa a construção de ponte, pleiteando o ressarcimento ao cliente de valores acrescidos por meio de aditamento ao contrato da empreitada.	Aguardando julgamento.	490.613	434.302
Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público contra a Usiminas Mecânica, pleiteando o ressarcimento dos supostos danos causado ao cliente em razão de valores com gastos indevidos na construção de ponte.	Aguardando decisão sobre pedido de nulidade de perícia.	101.530	89.716
ICMS/SP exigido pelo Governo do Estado em razão de infrações diversas relacionadas à emissão e escrituração de notas fiscais emitidas para industrialização.	Aguardando decisão na esfera administrativa.	12.778	12.035
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	95.047	74.316
Outras ações de natureza cível e ambiental	-	16.584	3.080
Outras ações de naturezas tributária e fiscal	-	47.323	128.487
		1.377.962	1.297.881

(iii) Contingências da Soluções Usiminas

Descriç	ão	Posição	31/12/2017 Saldo	31/12/2016 Saldo
Diversos autos de infração decorrentes de não homologação da compensação de PIS com outros tributos como: COFINS, FINSOCIAL, ICMS e INCRA.	Autuação foi impugnada.		26.280	24.739
Processos trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.		102.774	107.751
Outras ações de naturezas tributária e fiscal	-		73.445	59.883
Outras ações de natureza cível	-	_	12.371	11.307
			214.870	203.680

(iv) Contingências da Mineração Usiminas

		31/12/2017	31/12/2016
Descrição	Posição	Saldo	Saldo
Auto de Infração lavrado pela Delegacia Fiscal de Ipatinga/MG visando cobrança de ICMS decorrente do aproveitamento indevido de créditos deste imposto correspondentes à entrada de bens destinados ao ativo imobilizado.	Apresentada impugnação ao Auto de Infração.	-	22.586
Mandado de Segurança com pedido de liminar objetivando tornar sem efeito o Termo de Retenção de Mercadorias no porto de Itaguaí/RJ.	Em fase de conhecimento.	-	22.347
Procedimento arbitral no qual se discute o reembolso de prejuízos e gastos adicionais suportados durante a execução das obras de construção de equipamento e não reconhecidos pelo cliente.	Aguardando Audiência de Instrução de Julgamento	9.975	18.404
Procedimento arbitral iniciado pela Mineração Usiminas no qual se discute com a contraparte termos contratuais.	Aguardando audiência de instrução de julgamento	1.096.398	-
Outras ações de natureza cível	-	15.614	1.897
Outras ações de natureza trabalhista	-	16.441	10.495
Outras ações de naturezas tributária e fiscal	-	2.030	1.229
		1.140.458	76.958
	<u>-</u>	31/12/2017	31/12/2016
Contingências da Controladora		3.908.970	3.707.504
Contingências da Usiminas Mecânica		1.377.962	1.297.881
Contingências da Soluções Usiminas		214.870	203.680
Contingências da Mineração Usiminas		1.140.458	76.958
Contingências das demais empresas		24.299	17.842
Total do Consolidado		6.666.559	5.303.865

31/12/2017

(c) Contingências ativas

A Companhia figura como parte no processo ativo visando receber o valor integral recolhido pela Usiminas, nas suas filiais de Cubatão e Ipatinga, à Eletrobrás, a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do recolhimento do tributo.

A seguir, estão demonstradas as contingências ativas da Companhia, cujos processos não transitaram em julgado e, portanto, não foram reconhecidas no balanço:

Descrição	Posição	31/12/2017 Saldo	31/12/2016 Saldo
Processo visando receber o valor integral recolhido pela Companhia, na sua filial de Ipatinga, à Eletrobrás a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do seu recolhimento.	A Companhia está elaborando petição de liquidação por arbitramento para ser apresentada nos autos.	1.326.601	1.792.663
Processo visando receber o valor integral recolhido pela Companhia, na sua filial de Cubatão, à Eletrobrás a título de empréstimo compulsório, de acordo com os critérios da legislação vigente à época do seu recolhimento.	O processo referente à filial de Cubatão teve a sua ação declaratória transitada em julgado. Em junho de 2016, a Companhia requereu a liquidação por arbitramento, com a imediata nomeação de perito judicial	797.430	942.122
Ação questionando a restrição do direito ao crédito de PIS e COFINS sobre máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado adquiridos antes de 30/04/2004.	Aguardando julgamento em segunda instância.	241.726	221.787
Demais contingências ativas	-	207.261	106.872
	_	2.573.018	3.063.444

A Companhia também figurou no polo ativo do processo que discutiu a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS e das próprias contribuições nas bases de cálculo do PIS e da COFINS Importação. A sentença, transitada em julgado em agosto de 2015, reconheceu o direito à compensação dos valores efetivamente recolhidos a maior. A Companhia habilitou créditos junto à Delegacia da Receita Federal, dos quais R\$332.827 foram compensados até 31 de dezembro de 2016. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia realizou compensações no valor de R\$405.578.

25 Provisão para recuperação ambiental

A controlada Mineração Usiminas S.A. possui provisão para recuperação ambiental de áreas em exploração cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$158.333 (31 de dezembro de 2016 – R\$143.042).

Os gastos com a recuperação ambiental foram registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida da provisão que suportará tais gastos, e levam em conta as estimativas da Administração da Companhia de futuros gastos trazidos a valor presente à taxa real de 10,69% a.a.. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados.

26 Obrigações de benefícios de aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

		Controladora	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:				
Benefícios de planos de aposentadoria	648.860	992.924	648.860	992.924
Benefícios de saúde pós-emprego	401.464	345.495	401.464	349.803
	1.050.324	1.338.419	1.050.324	1.342.727
-	31/12/2017	Controladora 31/12/2016	31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
Receitas (despesas) reconhecidas na demonstração do resultado com (Nota 32 (b))				
Benefícios de planos de aposentadoria	7.771	14.473	7.771	14.473
Benefícios de saúde pós-emprego	(36.273)	(12.652)	(36.867)	(12.993)
-	(28.502)	1.821	(29.096)	1.480
<u>-</u>		Controladora		Consolidado
-	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes	(45.117)	(409.258)	(44.365)	(416.580)
Ganhos (perdas) atuariais das dívidas contratadas reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes - CPC 33 e IFRIC 14	(160.575)	73.432	(160.575)	73.432
Redução (aumento) no ativo (asset celing) nos outros resultados abrangentes - parágrafo 58 CPC 33 e IAS 19	265.384	67.772	265.384	67.773
Ganhos (perdas) atuariais acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes (i)	59.692	(268.054)	60.444	(275.375)

⁽i) Em 31 de dezembro de 2017, o total da Controladora inclui o valor de R\$2.708 (31 de dezembro de 2016 – R\$7.321) e do consolidado inclui o valor de R\$752 (31 de dezembro de 2016 – R\$234) referente aos ganhos (perdas) atuariais de empresas controladas e controladas em conjunto, registradas pelo método de equivalência patrimonial.

26.1 Planos de suplementação de aposentadoria

A Companhia instituiu, em agosto de 1972, a Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA).

Em 29 de março de 2012, a PREVIC, aprovou a incorporação da Fundação Cosipa de Seguridade Social (FEMCO), instituída em agosto de 1975, pela Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA), ambas entidades fechadas de previdência complementar sem fins lucrativos. Com essa aprovação, a Administradora dos planos previdenciários das Empresas Usiminas passou a se chamar Previdência Usiminas.

A Previdência Usiminas, em consonância com a legislação aplicável, tem como finalidade principal a administração e a execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

Planos Administrados pela Previdência Usiminas

(i) Plano de Benefícios 1 (PB1)

É um plano de benefício definido e se encontra fechado para novas adesões desde novembro de 1996.

Oferece os seguintes benefícios convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial, aposentadoria por tempo de contribuição e pensão por morte. Além disso, os participantes deste plano têm direito a benefícios de resgate, portabilidade, auxíliofuneral, auxílio-reclusão e auxílio-doença.

(ii) Plano de Benefícios 2 (USIPREV)

Trata-se de um plano de benefícios de Contribuição Variável (CV), ativo em funcionamento desde agosto de 1998, oferecido aos colaboradores das empresas patrocinadoras. Atualmente é o único Plano aberto a novas adesões das Empresas Usiminas.

Durante a fase de acumulação o participante do USIPREV define sua contribuição mensal para a constituição da sua reserva de poupança. No momento da concessão do benefício, o participante pode optar em receber seu beneficio em uma renda mensal entre 0,5% a 1,5% do seu Saldo de Conta, ou em uma renda mensal por prazo determinado, entre 60 e 360 meses. O "Participante Fundador" - inscrito no plano até 13 de abril de 2011, também poderá optar por converter seu saldo de conta em uma renda mensal vitalícia. Neste caso, durante a fase de recebimento do benefício, o USIPREV terá características de um plano da modalidade Benefício Definido (BD).

Os benefícios assegurados por este plano abrangem: aposentadoria programada, benefícios decorrentes da opção pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD), benefícios gerados por recursos portados, aposentadoria por invalidez; auxílio doença e aposentadoria por morte - antes e após aposentadoria. São ainda assegurados os Institutos do Autopatrocínio, BPD, Portabilidade e Resgate.

(iii) Plano de Benefício Definido (PBD)

É um plano de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões desde dezembro de 2000.

Oferece os seguintes tipos de benefício convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial e benefício proporcional diferido.

Além disso, os participantes deste plano têm direito a benefícios de resgate, portabilidade, auxílio-funeral, auxílio-natalidade e auxílio-doença.

(iv) COSIPREV

Trata-se de um plano de contribuição definida fechado para novas adesões desde 30 de abril de 2009.

Os benefícios de aposentadoria oferecidos são: aposentadoria programada, aposentadoria por invalidez e benefício proporcional diferido.

Além disso, os participantes desse plano têm direito a benefícios de aposentadoria, auxílio-doença, resgate e portabilidade.

As reservas técnicas dos planos de benefícios administrados pela Previdência Usiminas são calculadas por atuário independente contratado pela Companhia e representam a obrigação assumida de benefícios concedidos e a conceder aos participantes e aos seus beneficiários.

26.2 Dívidas contratadas – requisitos de fundamentos mínimos

A Companhia possui dívidas contratadas que representam requisitos de fundamentos mínimos para pagamento de contribuições com o objetivo de cobrir a defasagem existente em relação aos serviços já recebidos.

Em razão de algum eventual superávit não ser recuperável, as dívidas contratadas são reconhecidas como um passivo adicional na apuração do passivo atuarial líquido.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor das referidas dívidas da Companhia com os planos PB1 e PBD junto à Previdência Usiminas era de R\$654.370 (31 de dezembro de 2016- R\$1.006.590).

A seguir estão descritas as características gerais das dívidas que foram consideradas nos cálculos atuariais.

A Companhia, bem como as demais patrocinadoras do plano PB1, vem efetuando mensalmente as contribuições normais e as extraordinárias, necessárias para cobertura da insuficiência de reserva apurada em dezembro de 1994. Essa insuficiência de reserva está sendo amortizada pelas patrocinadoras no prazo de 19 anos, desde 2002, incorrendo em taxa de juros de 6% a.a. e atualização mensal pelo IGP-M.

O saldo devedor da dívida do plano PBD é estabelecido no encerramento de cada exercício, com base em reavaliação atuarial direta das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder. No decorrer do exercício subsequente, conforme definido na sistemática de reavaliação atuarial, o valor da dívida é ajustado pelo superávit ou déficit mensal apurado no plano PBD e pelo pagamento das parcelas a vencer no período. O saldo devedor dessa dívida deverá ser amortizado em 177 parcelas, que correspondem ao valor das prestações mensais calculadas com base na "Tabela Price", com juros equivalentes a 6% (seis por cento) ao ano e atualização mensal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A dívida do plano PBD está garantida por bens patrimoniais da Companhia, cujo valor de mercado é de aproximadamente R\$146.058 em 31 de dezembro de 2017.

26.3 Cálculo atuarial dos planos de aposentadoria

Os valores apurados, conforme laudo atuarial, e reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

				Controladora e	Consolidado
					31/12/2017
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(3.724.118)	(1.581.302)	(917.162)	(3.370)	(6.225.952)
Valor justo dos ativos	4.729.071	1.481.199	1.050.667	29.829	7.290.766
	1.004.953	(100.103)	133.505	26.459	1.064.814
Ativo de benefício (asset ceiling)	(1.004.953)	-	(128.769)	(25.685)	(1.159.407)
Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	(520.295)	(33.972)			(554.267)
	(520.295)	(134.075)	4.736	774	(648.860)
				Controladora e	Consolidado
					31/12/2016
	PB1_	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(3.535.068)	(1.492.519)	(1.671.295)	(3.824)	(6.702.706)
Valor justo dos ativos	4.210.713	1.442.293	1.813.122	27.810	7.493.938
	675.645	(50.226)	141.827	23.986	791.232
Ativo de benefício (asset ceiling) Requisitos de fundamentos mínimos (passivo adicional)	(675.645)	-	(134.330)	(17.817)	(827.792)
	(693.578)	(262.786)			(956.364)
	(693.578)	(313.012)	7.497	6.169	(992.924)

As patrocinadoras do USIPREV são solidárias entre si no que concerne às obrigações relativas à cobertura de benefícios de risco oferecidos pela Previdência Usiminas aos participantes e respectivos beneficiários deste Plano.

Os planos USIPREV e COSIPREV possuem um Fundo Previdencial, formado por recursos dos saldos de conta de patrocinadoras não utilizados na concessão dos benefícios. Esse Fundo, com base nos regulamentos dos planos, poderá ser utilizado no futuro como fonte de custeio desses planos. Em 31 de dezembro de 2017, a parcela do Fundo Previdencial atribuído às Empresas Usiminas é de R\$75.041 (31 de dezembro de 2016 – R\$81.797).

A movimentação na obrigação de benefício definido nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora	Controladora e Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016		
Saldo inicial	(6.702.706)	(5.846.362)		
Saldo de conta apurado em ano anterior	802.111	-		
Custo do serviço corrente	(708)	(1.106)		
Custo dos juros	(601.973)	(711.465)		
Benefícios pagos	571.308	517.886		
Ajustes Mudança no Plano de benefícios	-	1.713		
Ganhos (perdas) atuariais	(293.984)	(663.372)		
	(6.225.952)	(6.702.706)		

A movimentação no valor justo dos ativos do plano nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora	Controladora e Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016		
Saldo inicial	7.493.938	6.688.535		
Saldo de conta apurado em ano anterior	(802.111)	-		
Retorno esperado dos ativos	951.138	1.110.023		
Contribuições reais durante o ano	219.109	213.337		
Benefícios pagos	(571.308)	(517.957)		
Ganhos (perdas) atuariais	<u>-</u>	_		
Saldo final	7.290.766	7.493.938		

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado estão demonstrados a seguir:

	Controlador	Controladora e Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016		
Custo do serviço corrente	(708)	(1.199)		
Custo dos juros	(690.299)	(718.718)		
Retorno esperado dos ativos	698.778	734.294		
Outros		96		
	7.771	14.473		

Os encargos demonstrados foram reconhecidos em "Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado (Nota 32(b)), deduzidos das despesas com benefícios de saúde pós-emprego no valor de R\$36.273 (31 de dezembro de 2016 – R\$12.652).

O retorno real sobre os ativos do plano foi de R\$951.139 (31 de dezembro de 2016 – R\$1.110.023).

As contribuições esperadas dos planos de benefício pós-emprego para o exercício de 2018 totalizam R\$211.967.

Premissas Atuariais

_	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de desconto		(i)
Taxa de inflação	4,30	4,30%
Retorno esperado sobre os ativos – PB1 e PBD	0%	0%
Retorno esperado sobre os ativos – USIPREV e COSIPREV	0%	0%
Crescimentos salariais futuros	De 1,66% a 3,04%	6,03%
Crescimento dos benefícios da Previdência Social	4,3%	4,30%

⁽i) Em 31 de dezembro de 2017, a taxa de desconto real apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 5,30%; PBD, 5,30%; USIPREV, 5,40%; e COSIPREV, 4,40%.

As premissas referentes à mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com estatísticas publicadas e sua experiência, conforme nota 26.5.

⁽ii)) Em 31 de dezembro de 2016, a taxa de desconto real apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 6,10%; PBD, 6,10%; USIPREV, 6,10%; e COSIPREV, 6,33%.

26.4 Ajustes de experiências

Os efeitos dos ajustes de experiências apurados no período são apresentados como segue:

							31/12/2017
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE	TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(3.724.118)	(1.581.302)	(917.162)	(3.370)	(6.225.952)	(401.464)	(6.627.416)
Valor justo dos ativos do plano	4.729.071	1.481.199	1.050.667	29.829	7.290.766		7.290.766
(Déficit) excedente no plano	1.004.953	(100.103)	133.505	26.459	1.064.814	(401.464)	663.350
Ajustes de experiência das obrigações do plano	77.495	20.057	6.201	587	104.340	45.622	149.962
Retorno sobre os ativos do plano maior (menor) que a taxa de desconto	206.050	19.648	27.580	(916)	252.362	-	252.362
							31/12/2016
	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAUDE	TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(3.535.068)	(1.492.519)	(1.671.295)	(3.824)	(6.702.706)	(98.703)	(6.801.409)
Valor justo dos ativos do plano	4.210.713	1.442.293	1.813.122	27.810	7.493.938		7.493.938
(Déficit) excedente no plano	675.645	(50.226)	141.827	23.986	791.232	(98.703)	692.529
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(118.471)	(47.955)	(15.509)	839	(181.096)	(209.639)	(390.735)
Retorno sobre os ativos do Plano maior (menor) que a taxa de desconto	(189.957)	(30.563)	(48.284)	(10.463)	(279.267)	-	(279.267)

26.5 Hipóteses atuariais e análises de sensibilidade

			Controladora e	Consolidado
				31/12/2017
Hipóteses atuariais significativas	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV
Valor presente da obrigação	(3.724.118)	(1.581.302)	(917.162)	(3.370)
Taxa de desconto aplicada aos passivos do plano	9,83%	9,83%	9,83%	8,89%
Tábua de Mortalidade aplicada aos planos	At-2000 suavizada em 10%	AT-83, suavizada em 10%	AT-2000, suav. 50% (M) e 40%(F)	AT-2000, suavizada 20%
Tábua de Mortalidade de inválidos	AT-1983	AT-1949 Masculina	AT-1949 Masculina	Não aplicável
Análise de sensibilidade sobre a taxa de desconto dos passivos do plano				
1% de aumento sobre a taxa real	(297.079)	(123.845)	(78.682)	(114)
1% de redução sobre a taxa real	347.349	144.465	95.643	123
Análise de sensibilidade sobre a Tábua de Mortalidade	_			
Desagravada em 10%	98.681	43.323	10.429	(47)

Os resultados apresentados na análise de sensibilidade das obrigações atuariais foram preparados considerando apenas a variação sobre a taxa de desconto e sobre a tábua de mortalidade aplicada aos passivos dos planos.

26.6 Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

(a) COSaúde

O Plano Cosaúde foi criado com o objetivo de proporcionar aos seus participantes a cobertura de despesas médico-hospitalares. Os recursos financeiros do Plano, que foi fechado para novas adesões em março de 2010, são constituídos por meio de contribuições mensais dos usuários.

O Plano possui o Fundo de Saúde – COSaúde, destinado a administrar as despesas que são custeadas pelos usuários. Essas despesas referem-se a internações hospitalares, clínicas e/ou cirúrgicas, além de outros procedimentos ambulatoriais de alto custo previstos no regulamento do Plano. O Fundo de Saúde – COSaúde é um plano de saúde não regulamentado e está registrado na ANS como custo operacional. A sua gestão é realizada integralmente por empresa operadora de planos de saúde, portanto sem a participação da Companhia.

Adicionalmente, para os procedimentos não cobertos pelo Cosaúde, há um subsídio concedido pela Companhia aos participantes que se aposentaram até 2002, bem como aos seus respectivos pensionistas e dependentes. Esse benefício, que é de 20% a 40% do custo médico, varia de acordo com o somatório do benefício do INSS mais o benefício da Previdência Usiminas.

(b) Saúde Usiminas

A Usiminas instituiu em 2010 o Plano Saúde Usiminas. Um Plano aberto a novas adesões e abrangente a todos os empregados e aposentados. As principais características do Saúde Usiminas são:

- (i) Plano regulamentado pela Lei nº 9.656/98 com coberturas de procedimentos ambulatoriais e hospitalares, de acordo com o rol de coberturas estabelecido pela ANS Agência Nacional de Saúde Suplementar;
- (ii) Plano contratado junto a operadora de Planos de Saúde Fundação São Francisco Xavier, na modalidade de pré-pagamento;
- (iii) Precificado por faixa etária, subsidiado pela Companhia em 60, 70 ou 80% do valor da mensalidade, de acordo com a faixa salarial do empregado;
- (iv) Os desligados, por demissão ou aposentadoria, podem permanecer no Plano, de acordo com o disposto nos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98, desde que assumam integralmente os valores das mensalidades.

Além das características apresentadas, o Plano Saúde Usiminas possui relevante premissa atuarial relacionada ao aumento de longo prazo nos custos dos serviços médicos, que totalizou 11,08% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 11,83% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial, conforme laudo atuarial, foram determinados como segue:

		Controladora	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Valor presente da obrigação atuarial	(401.464)	(345.495)	(401.464)	(349.803)	

26.7 Ativos dos planos de aposentadoria

Os ativos dos planos de aposentadoria são compostos como segue:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor	<u>%</u>	Valor	<u>%</u>
Ações da Companhia	369.409	5	281.747	4
Títulos do Governo Federal	3.651.891	50	4.318.270	58
Renda fixa	2.618.965	36	2.466.039	33
Investimentos imobiliários	274.529	4	280.370	4
Outros	375.972	5	147.512	1
	7.290.766	100	7.493.938	100

Os ativos do plano de aposentadoria incluem 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R\$369.409 (31 de dezembro de 2016 – 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R\$281.747).

O retorno esperado sobre os ativos dos planos corresponde à taxa de desconto definida com base nos títulos do governo federal de longo prazo que são relacionados à inflação, alinhados com o prazo médio ponderado pelo fluxo futuro de pagamentos de benefícios ora avaliados.

27 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia, que totaliza R\$13.200.295, é composto por 1.253.079.108 ações, sendo 705.260.684 ações ordinárias, 547.740.661 ações preferenciais classe A e 77.763 ações preferenciais classe B, todas escriturais, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

<u>-</u>	Ordinárias _	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Total de ações em 31 de dezembro de 2017	705.260.684	547.740.661	77.763	1.253.079.108
Total de ações em tesouraria	(2.526.656)	(22.366.733)	. .	(24.893.389)
Total de ações ex-tesouraria	702.734.028	525.373.928	77.763	1.228.185.719

Conforme Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social no montante correspondente de até 11.396.392 em ações preferenciais de classe já existente.

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral e as ações preferenciais não têm direito a voto, mas (i) receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (ii) têm o direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, de quaisquer bonificações votadas em Assembleia Geral; (iii) têm a prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia; (iv) adquirirão direito a voto nas assembleias se a Companhia deixar de pagar dividendos preferenciais durante três exercícios consecutivos.

As ações preferenciais não podem ser convertidas em ordinárias.

Os titulares de ações preferenciais Classe B gozarão de prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia. Os titulares de ações preferenciais Classe A gozarão da mesma prioridade, porém, somente após o atendimento da prioridade conferida às ações preferenciais Classe B. As ações preferenciais Classe B poderão, a qualquer tempo e a exclusivo critério do acionista, ser convertidas em ações preferenciais Classe A.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício calculado nos termos da lei societária.

(b) Reservas

Em 31 de dezembro de 2017, as reservas são assim compostas:

- Valor excedente na subscrição de ações constituída no processo de incorporação, em conformidade com o art. 14, parágrafo único da Lei nº 6.404/76. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, resgate, reembolso ou compra de ações, resgate de partes beneficiárias, incorporação ao capital social e pagamento de dividendos a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada (art. 200 da Lei nº 6.404/76).
- Ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia possuía 2.526.656 ações ordinárias e 22.366.733 ações preferenciais Classe A, em tesouraria.
- Reserva especial de ágio refere-se ao reconhecimento do benefício fiscal da incorporação reversa efetuada pela controlada Mineração Usiminas. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros.
- Opções outorgadas reconhecidas refere-se ao reconhecimento das ações outorgadas conforme Plano de Opção de Compra de Ações (Nota 38).
- Reserva legal constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

 Reserva para investimentos e capital de giro – a sua constituição não poderá ultrapassar o limite de 95% do capital social e seu saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, distribuição de dividendos, resgates, reembolso ou compra de ações ou ainda capitalizado.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se substancialmente a:

- (i) Resultado de transação de capital: corresponde ao resultado de alterações nas participações societárias que não resultaram em perda ou aquisição de controle. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo credor de R\$845.238 (31 de dezembro de 2016 R\$858.620), refere-se, substancialmente, a operação de reestruturação societária da Mineração Usiminas.
- (ii) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 e IAS 19 (Nota 26). Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor dessa conta totaliza R\$906.481 (31 de dezembro de 2016 – R\$966.173).
- (iii) Correção monetária do ativo imobilizado: corresponde a aplicação do IAS 29. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados contra lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo credor dessa conta totaliza R\$121.788 (31 de dezembro de 2016 – R\$133.553).

(d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e juros sobre capital próprio propostos, relativos ao exercício de 2017, podem ser demonstrados conforme a seguir:

	31/12/2017
Lucro líquido do exercício (i)	233.015
Constituição da reserva legal (5%)	(11.651)
Base de cálculo dos dividendos	221.364
Dividendos a pagar	55.341
Valor por ação ON	R\$0,043211
Valor por ação PN	R\$0,047532
Total	55.341
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos em relação ao lucro líquido do exercício	25%

⁽i) Lucro líquido da Controladora, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A movimentação dos dividendos e dos juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

		Controladora		Consolidado
Natureza	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Dividendos a pagar no início do exercício	139	140	22.001	142
Pagamento de impostos e dos juros sobre capital próprio	(1)	(1)	(25.505)	(3)
Juros sobre capital próprio e dividendos declarados	55.341	-	79.148	21.862
Total dos dividendos a pagar no fim do exercício	55.479	139	75.644	22.001

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos prescrevem em favor da Companhia.

Para o exercício de 2016, considerando o prejuízo do exercício apurado pela Companhia, não foram distribuídos / deliberados dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

28 Informações por segmento de negócios

As Empresas Usiminas possuem quatro segmentos operacionais reportáveis, que oferecem diferentes produtos e serviços e são administrados separadamente. Estes segmentos são determinados com base em empresas jurídicas distintas e não existem segmentos diferentes dentro de uma mesma empresa.

O resumo a seguir descreve as principais operações de cada um dos segmentos reportáveis das Empresas Usiminas:

Segmentos reportáveis	Operações
Mineração e logística	Extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de pellet feed, sinter feed e granulados. Armazenamento, movimentação, transporte de cargas e operação de terminais de cargas rodoviários e ferroviários. As vendas de minério de ferro são destinadas principalmente para o segmento Siderurgia.
Siderurgia	Fabricação e venda de produtos siderúrgicos. Parte das vendas é destinada para os segmentos Transformação do aço e Bens de capital.
Transformação do aço	Transformação e distribuição de produtos siderúrgicos.
Bens de capital	Fabricação de equipamentos e instalações para diversos segmentos industriais.

A Administração revisa os relatórios gerenciais internos de cada segmento periodicamente.

Informações sobre lucro (prejuízo) operacional, ativos e passivos por segmento reportável

							31/12/2017
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Bens de capital	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita	524.755	9.980.280	2.496.990	287.596	13.289.621	(2.555.503)	10.734.118
Custo das vendas	(342.908)	(8.488.708)	(2.328.070)	(278.202)	(11.437.888)	2.338.864	(9.099.024)
Lucro (prejuízo) bruto	181.847	1.491.572	168.920	9.394	1.851.733	(216.639)	1.635.094
(Despesas)/receitas operacionais	60.430	(497.829)	(99.470)	(62.528)	(599.397)	(151.827)	(751.224)
Despesas com vendas	(31.434)	(155.940)	(46.271)	(12.481)	(246.126)	(4.824)	(250.950)
Despesas gerais e administrativas	(20.015)	(311.420)	(54.017)	(31.975)	(417.427)	13.034	(404.393)
Outras (despesas) e receitas	61.153	(291.463)	818	(18.010)	(247.502)	(3.275)	(250.777)
Participação no resultado de controladas,controladas							
em conjunto e coligadas	50.726	260.994	<u> </u>	(62)	311.658	(156.762)	154.896
Lucro (prejuízo) operacional	242.277	993.743	69.450	(53.134)	1.252.336	(368.466)	883.870
Resultado financeiro	38.961	(506.463)	3.286	7.550	(456.666)	(6.254)	(462.920)
Lucro(prejuízo) antes imposto de renda e contribuiçao social	281.238	487.280	72.736	(45.584)	795.670	(374.720)	420.950
Imposto de renda e contribuição social	(51.601)	(99.727)	(22.442)	15.247	(158.523)	52.653	(105.870)
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	229.637	387.553	50.294	(30.337)	637.147	(322.067)	315.080
Atribuível aos Acionistas controladores Acionistas não controladores	163.225 66.412	387.553	34.641 15.653	(30.337)	555.082 82.065	(322.067)	233.015 82.065
Ativos O total do ativo inclui: Investimentos em	4.221.699	23.973.135	1.437.086	631.843	30.263.763	(4.279.286)	25.984.477
coligadas (exceto o ágio e propriedades para investimentos)	396.712	40.832	-	2.571	440.115	-	440.115
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	25.889	227.804	50.882	14.826	319.401	(2.868)	316.533
Passivos circulante e não circulante	581.960	10.146.763	350.593	184.596	11.263.912	(451.261)	10.812.651

							31/12/2016
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Bens de capital	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita	366.144	7.518.356	1.853.499	568.273	10.306.272	(1.852.072)	8.454.200
Custo das vendas	(295.546)	(7.080.057)	(1.730.622)	(529.212)	(9.635.437)	1.668.559	(7.966.878)
Lucro (prejuízo) bruto	70.598	438.299	122.877	39.061	670.835	(183.513)	487.322
(Despesas)/receitas operacionais	230.053	(672.928)	(103.235)	(59.234)	(605.344)	(103.570)	(708.914)
Despesas com vendas	(35.634)	(178.336)	(41.820)	(12.290)	(268.080)	(4.651)	(272.731)
Despesas gerais e administrativas	(19.585)	(261.707)	(55.468)	(31.783)	(368.543)	14.325	(354.218)
Outras (despesas) e receitas	237.684	(437.097)	(5.947)	(15.090)	(220.450)	(4.376)	(224.826)
Participação no resultado de controladas,controladas em conjunto e coligadas	47.588	204.212	_	(71)	251.729	(108.868)	142.861
Eucro (prejuízo) operacional	300.651	(234.629)	19.642	(20.173)	65.491	(287.083)	(221.592)
Eucio (prejuizo) operacional	300.031	(234.023)	19.042	(20.173)	00.491	(207.003)	(221.592)
Resultado financeiro	128.157	(147.102)	3.784	12.586	(2.575)	(27.581)	(30.156)
Lucro(prejuízo) antes imposto de renda e contribuiçao social	428.808	(381.731)	23.426	(7.587)	62.916	(314.664)	(251.748)
Imposto de renda e contribuição social	(128.763)	(233.599)	(10.370)	2.217	(370.515)	45.420	(325.095)
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	300.045	(615.330)	13.056	(5.370)	(307.599)	(269.244)	(576.843)
Atribuível aos Acionistas controladores Acionistas não controladores	212.602 87.443	(615.330)	7.390 5.666	(5.370)	(400.708) 93.109	(269.244)	(669.952) 93.109
Ativos O total do ativo inclui: Investimentos em	5.004.338	24.126.728	1.398.071	715.780	31.244.917	(4.990.172)	26.254.745
coligadas (exceto o ágio e propriedades para investimentos)	381.783	71.518	-	2.633	455.934	-	455.934
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	38.156	243.609	32.842	11.193	325.800	(3.463)	322.337
Passivos circulante e não circulante	506.189	10.543.619	352.861	180.328	11.582.997	(519.886)	11.063.111

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes.

O faturamento é pulverizado, e a Companhia e suas controladas não possuem clientes terceiros que representam individualmente mais de 10% do faturamento.

29 Receita

As normas contábeis estabelecem que a Companhia deve divulgar a receita por produto e por área geográfica, a menos que as informações necessárias não estejam disponíveis ou o custo da sua elaboração seja excessivo. A maior parte da receita líquida individual e consolidada é proveniente do mercado interno e a Administração considera que as informações por produto e por área geográfica dentro do Brasil não são relevantes na tomada de decisões e, portanto, não podem ser utilizadas como instrumento de análise sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produto e por área geográfica não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que a própria Administração não faz uso destas informações gerencialmente, a Companhia não está divulgando tais informações nestas demonstrações financeiras.

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

		Controladora		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Vendas de produtos				
Mercado interno	11.057.570	8.577.136	11.686.230	9.119.740
Mercado externo	1.345.119	909.357	1.533.157	989.187
	12.402.689	9.486.493	13.219.387	10.108.927
Vendas de serviços				
Mercado interno	7.936	6.513	191.940	552.335
Mercado externo	451	<u> </u>	451	
	8.387	6.513	192.391	552.335
Receita bruta	12.411.076	9.493.006	13.411.778	10.661.262
Deduções da receita	(2.433.547)	(1.977.452)	(2.677.660)	(2.207.062)
Receita líquida	9.977.529	7.515.554	10.734.118	8.454.200

30 Despesas por natureza

		Controladora		Consolidado
_	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Depreciação, amortização e exaustão	(966.188)	(1.011.828)	(1.171.851)	(1.216.491)
Despesas e benefícios a empregados	(851.370)	(761.951)	(1.215.816)	(1.329.214)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(6.123.905)	(4.650.909)	(5.874.055)	(4.546.630)
Despesas com manutenções programadas	(104.193)	(110.020)	(106.468)	(111.190)
Encargos judiciais	(20.741)	(29.904)	(32.002)	(33.546)
Custo de distribuição	(82.443)	(80.495)	(112.446)	(111.192)
Resultado na venda energia elétrica excedente (i)	12.339	(127.902)	14.012	(132.821)
Serviços de terceiros	(745.554)	(681.265)	(893.556)	(837.022)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(92.702)	(29.483)	(118.830)	(38.977)
Resultado na venda/baixa de imobilizado, intangível e				
investimento	(1.255)	71.748	(1.183)	71.473
(Perda) Reversão de valor recuperável de ativos				
(Impairment), líquidos	(73.010)	(7.277)	(74.892)	343.006
Créditos fiscais PIS/COFINS importação	237.492	176.299	237.492	176.299
Acordo Porto Sudeste	-	-	205.106	-
Fretes e seguros	(322.005)	(270.991)	(436.603)	(354.388)
Obrigações contratuais (ii)	-	(70.700)	-	(70.700)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.757)	(49.923)	(24.313)	(62.513)
Perda com adiantamento a fornecedores	-	(37.285)	-	(37.285)
Outras	(273.496)	(388.482)	(399.739)	(527.462)
_	(9.423.788)	(8.060.368)	(10.005.144)	(8.818.653)
-			- "-	
Custo das vendas	(8.676.104)	(7.200.317)	(9.099.024)	(7.966.878)
Despesas com vendas	(155.940)	(177.543)	(250.950)	(272.731)
Despesas gerais e administrativas	(301.419)	(251.834)	(404.393)	(354.218)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(290.325)	(430.674)	(250.777)	(224.826)
	· ,		· ,	· ,
_				
_	(9.423.788)	(8.060.368)	(10.005.144)	(8.818.653)

⁽i) Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía créditos a receber pela venda de energia elétrica excedente no valor R\$33.578 (31 de dezembro de 2016 – R\$13.223), o qual está registrado na rubrica de Outros Ativos Circulantes.

⁽ii) Em 31 de dezembro de 2016, refere-se à multa por rescisão contratual com fornecedor.

31 Despesas e benefícios a empregados

		Controladora	Consolidad		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Salários e encargos	(655.925)	(567.838)	(961.618)	(1.048.169)	
Encargos previdenciários	(119.885)	(122.482)	(166.264)	(193.561)	
Benefícios de planos de aposentadoria e saúde pós-emprego	(28.502)	1.821	(29.096)	1.480	
Abonos	(12.606)	(37.379)	(13.324)	(37.684)	
Participação dos empregados nos lucros	(14.514)	-	(22.484)	(10.605)	
Custos de planos de aposentadoria	(5.569)	(19.202)	(6.024)	(20.275)	
Plano de outorga de opção de ações	(789)	(3.077)	(951)	(3.719)	
Outras	(13.580)	(13.794)	(16.055)	(16.681)	
	(851.370)	(761.951)	(1.215.816)	(1.329.214)	

As despesas com benefícios a empregados são registradas nas rubricas de "Custo das vendas", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado.

32 Receitas (despesas) operacionais

(a) Despesas com vendas e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal	(26.943)	(21.556)	(64.659)	(58.887)
Serviços de terceiros	(13.689)	(14.320)	(15.943)	(19.348)
Depreciação e amortização	(3.125)	(3.130)	(4.498)	(4.608)
Custo de distribuição	(82.443)	(80.495)	(112.446)	(111.192)
Comissões sobre vendas	(3.874)	(1.669)	(14.245)	(9.813)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.757)	(49.923)	(24.313)	(62.513)
Despesas gerais	(9.109)	(6.450)	(14.846)	(6.370)
	(155.940)	(177.543)	(250.950)	(272.731)
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	(150.146)	(142.340)	(193.005)	(182.603)
Serviços de terceiros	(62.864)	(53.879)	(89.457)	(81.204)
Depreciação e amortização	(35.589)	(29.221)	(43.985)	(38.391)
Honorários da Administração (i)	(17.055)	5.248	(22.779)	(417)
Despesas gerais	(35.765)	(31.642)	(55.167)	(51.603)
	(301.419)	(251.834)	(404.393)	(354.218)

⁽i) Em 31 de dezembro de 2016, refere-se à reversão de honorários da Administração referente ao ano de 2015, conforme Nota 36 (d).

(b) Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outras receitas operacionais				
Receita com venda de Energia Elétrica	363.628	125.038	385.134	144.131
Créditos fiscais PIS/COFINS importação (i)	237.492	176.299	237.492	176.299
Recuperação de impostos em processos	201.402	170.200	201.402	170.200
judiciais	19.797	5.817	21.485	6.704
Acordo Porto Sudeste	-	-	205.106	-
Reversão do valor recuperável de ativos (Impairment)	-	-	-	357.508
Alienação de investimentos, imobilizado e intangível	8.150	94.120	8.649	94.289
Recuperação de custo	870	25.830	4.800	32.361
Recuperação de despesas	7.415	9.750	8.087	10.385
Aluguel de imóveis	3.641	5.137	4.217	5.516
Receita de vendas diversas	4.425	5.859	5.102	6.950
Projeto Reintegra	25.420	844	25.420	844
Outras receitas	6.278	19.114	10.443	12.750
	677.116	467.808	915.935	847.737
·	-			
Outras despesas operacionais	(0.1= 0= 1)	(2.42.22.4)	(227, 422)	(222.242)
Custo com a venda de energia	(317.654)	(243.001)	(335.498)	(265.247)
Perda por valor recuperável de ativos (Impairment)	(73.010)	(7.277)	(74.892)	(14.502)
Despesas de equipamentos parados temporariamente	(283.364)	(383.726)	(403.844)	(485.145)
Despesas com reestruturação de operações	-	(3.823)	-	(3.823)
Custo de vendas diversas e fretes	(479)	(11.548)	(911)	(11.582)
Encargos judiciais	(20.741)	(29.904)	(32.002)	(33.546)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(92.702)	(29.483)	(118.830)	(38.977)
Perdas com adiantamento a fornecedores	(02.702)	(37.285)	(110.000)	(37.285)
PIS e COFINS s/ venda de energia	(33.635)	(9.939)	(35.624)	(11.705)
Pesquisas Tecnológicas	(25.382)	(25.180)	(25.382)	(25.180)
Custo na venda/baixa de imobilizado, investimento	(=====)	(====)	(=====)	(==::==)
e intangivel	(9.405)	(22.372)	(9.405)	(22.816)
Tributos (INSS, ICMS, IPTU etc.)	(14.544)	(7.565)	(22.722)	(11.964)
Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (stock options)	(578)	(2.170)	208	(1.805)
Controle ambiental	(2.149)	(774)	(2.149)	(774)
Benefícios de planos de pensão e saúde pós emprego	(28.502)	1.821	(29.096)	1.480
Multa por rescisão contratual	(20.002)		(23.000)	
·	- -	(70.700)	-	(70.700)
Ajuste de estoque	(35.929)	-	(35.929)	-
Outras despesas	(29.367)	(15.556)	(40.636)	(38.992)
-	(967.441)	(898.482)	(1.166.712)	(1.072.563)
<u> </u>	(290.325)	(430.674)	(250.777)	(224.826)

⁽i) Refere-se à compensação de créditos habilitados junto à Receita Federal do Brasil (RFB), conforme Nota 24 (c).

33 Resultado financeiro

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Controladora	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Receitas financeiras					
Juros de clientes	13.856	18.306	21.351	26.093	
Receita de aplicações financeiras	80.102	51.069	173.898	147.667	
Efeitos monetários	15.730	35.187	35.169	126.554	
Correção dos créditos fiscais PIS/COFINS Importação (i)	168.087	156.529	168.087	156.529	
Correção dos depósitos judiciais	26.108	34.578	31.612	47.334	
Juros sobre créditos fiscais	4.675	7.728	12.003	19.014	
Realização do ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	85.601	110.520	85.601	110.520	
Reversão de provisão /atualização depósitos judiciais / redução parcelamento REFIS	18.256	24.045	19.975	24.045	
Outras receitas financeiras	36.214	8.137	13.542	13.462	
	448.629	446.099	561.238	671.218	
Despesas financeiras					
Juros sobre financiamentos e tributos parcelados	(636.409)	(496.439)	(636.533)	(493.510)	
Resultado das operações de swap	6.410	(159.839)	(129)	(302.123)	
Efeitos monetários	(100.495)	(251.464)	(116.573)	(273.797)	
PIS/COFINS s/ JSCP	(9.336)	(2.905)	(9.336)	(2.905)	
Juros sobre provisões para demandas judiciais	(88.258)	(73.057)	(98.241)	(91.782)	
Realização do ajuste a valor presente de fornecedores	(22.115)	(20.605)	(44.255)	(41.771)	
Comissões s/ financiamentos e outros	(41.421)	(64.828)	(35.984)	(51.081)	
Cessão de crédito	· -	· · · · · -	-	(2.539)	
Outras despesas financeiras	(31.636)	(51.184)	(61.506)	(80.964)	
_	(923.260)	(1.120.321)	(1.002.557)	(1.340.472)	
Ganhos e perdas cambiais, líquidos	(65.677)	726.054	(21.601)	639.098	
_	(540.308)	51.832	(462.920)	(30.156)	

⁽i) Refere-se à correção de créditos habilitados junto à Receita Federal do Brasil (RFB), conforme Nota 24 (c).

34 Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação são calculados mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 27).

A Companhia não possui dívida conversível em ações. O Plano de Outorga de Opção de Ações não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição (vide Nota 38).

					Controladora	e Consolidado
			31/12/2017			31/12/2016
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Básico e diluído			_			_
Numerador básico e diluído Lucro líquido (prejuízo) disponível aos acionistas controladores	127.855	105.160	233.015	(383.746)	(286.206)	(669.952)
Denominador básico e diluído Média ponderada de ações, excluindo ações em tesouraria	702.734.028	524.782.193	1.227.516.221	618.350.466	502.582.330	1.120.932.796
Lucro (prejuízo) por ação em R\$ - básico e diluído	0,18	0,20	-	(0,60)	(0,60)	-

35 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui compromissos diversos com terceiros cujo montante totaliza R\$5.142.574 na Controladora e R\$5.303.433 no Consolidado. A previsão de realização destes compromissos segue demonstrada no quadro a seguir.

					Controladora
		Previsão de	realização dos con	npromissos	
	Menos de 1 Ano	Mais de 5 anos	Total		
Aquisição de ativo imobilizado	124.220	12.060	-	-	136.280
Com fornecedores	1.258.762	1.901.978	961.121	884.433	5.006.294
	1.382.982	1.914.038	961.121	884.433	5.142.574

					Consolidado
		Previsão de	realização dos con	npromissos	
	Menos de		•	Mais de 5	
	1 Ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	anos	Total
Aquisição de ativo imobilizado	139.789	20.350	-	-	160.139
Com fornecedores	994.762	1.748.978	760.121	679.433	4.183.294
Arrendamentos mercantis operacionais	40.000	120.000	120.000	680.000	960.000
	1.174.551	1.889.328	880.121	1.359.433	5.303.433

(a) Compromissos para aquisição de ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2017, os compromissos para aquisição de ativo imobilizado totalizam R\$136.280 na Controladora e R\$160.139 no Consolidado e estão destinados à adequação das coquerias da usina de Ipatinga, reformas e melhorias nos altos fornos, aumento da qualidade, redução de custos, manutenção, atualização tecnológica de equipamentos e proteção ambiental.

(b) Compromissos com fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017, os compromissos com fornecedores totalizam R\$5.006.294 na Controladora e R\$4.183.294 no Consolidado e decorrem principalmente de contratos na modalidade *take or pay*, contratos de aquisição de energia e de aquisição de matérias primas.

(c) Arrendamentos mercantis operacionais

Os arrendamentos mercantis operacionais da Companhia estão vinculados a arrendamentos de direitos minerários e a locação de vagões plataforma. Em 31 de dezembro de 2017, o montante destinado corresponde a R\$960.000 no Consolidado apenas.

36 Transações com partes relacionadas

A posição acionária da Companhia apresenta a seguinte composição:

31/12/2017

Acionista	Ações Ordinária		Ações Preferenciais		Total	
/ Note in the	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Usiminas Co. Ltd. ("Nippon Usiminas") (i)	119.969.788	17,01	2.830.832	0,52	122.800.620	9,80
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	198.766.651	28,18	6.987.367	1,28	205.754.018	16,42
Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN")	100.084.935	14,19	108.678.122	19,84	208.763.057	16,66
Previdência Usiminas (i)	34.109.762	4,84	-	-	34.109.762	2,72
Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (i)	100.351.191	14,23	307.926	0,06	100.659.117	8,03
Confab (i)	36.502.746	5,17	1.283.203	0,23	37.785.949	3,01
Prosid (i)	29.202.198	4,14	1.026.563	0,19	30.228.761	2,41
Siderar (i)	14.601.097	2,07	513.281	0,09	15.114.378	1,21
Metal One Corporation (i)	759.248	0,10	-	-	759.248	0,06
Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. (i)	7.449.544	1,06	-	-	7.449.544	0,59
Usiminas em tesouraria	2.526.656	0,36	22.366.733	4,08	24.893.389	1,99
Demais acionistas	60.936.868	8,65	403.824.397	73,71	464.761.265	37,10
Total	705.260.684	100,00	547.818.424	100,00	1.253.079.108	100,00

31/12/2016

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
7.0.0	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Nippon Usiminas Co. Ltd. ("Nippon Usiminas") (i)	119.969.788	17,01	2.830.832	0,52	122.800.620	9,80
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	198.766.651	28,18	6.987.367	1,28	205.754.018	16,42
Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN")	100.084.935	14,19	108.678.122	19,84	208.763.057	16,66
Previdência Usiminas (i)	34.109.762	4,84	-	-	34.109.762	2,72
Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (i)	100.351.191	14,23	307.926	0,06	100.659.117	8,03
Confab (i)	36.502.746	5,17	1.283.203	0,23	37.785.949	3,01
Prosid (i)	29.202.198	4,14	1.026.563	0,19	30.228.761	2,41
Siderar (i)	14.601.097	2,07	513.281	0,09	15.114.378	1,21
Metal One Corporation (i)	759.248	0,10	-	-	759.248	0,06
Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. (i)	7.449.544	1,06	-	-	7.449.544	0,59
Usiminas em tesouraria	2.526.656	0,36	23.705.728	4,33	26.232.384	2,09
Demais acionistas	60.936.868	8,64	402.485.402	73,46	463.422.270	36,99
Total	705.260.684	100,00	547.818.424	100,00	1.253.079.108	100,00

⁽i) Acionistas controladores, por meio de Acordo de Acionistas.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são os seguintes:

(a) Ativo

						Controladora
			31/12/2017			31/12/2016
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber
Acionistas controladores	26.668	-	4.011	14.467	-	4.216
Controladas	136.915	48.584	103.674	151.043	52.864	97.804
Controladas em conjunto	55	126.000	-	42	-	22
Coligadas	16.525	425	-	15.277	2.463	-
Outras partes relacionadas	3.768	-	-	11.349	-	4.370
Total	183.931	175.009	107.685	192.178	55.327	106.412
Circulante	167.931	175.009	53.742	192.178	55.327	46.632
Não Circulante	16.000	<u>-</u> _	53.943	<u> </u>	<u>-</u> .	59.780
Total	183.931	175.009	107.685	192.178	55.327	106.412
						Consolidado

						Consolidado
			31/12/2017			31/12/2016
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber
Acionistas controladores	26.668	-	4.011	14.467	-	4.216
Acionistas não controladores	401	-	-	453	-	-
Controladas em conjunto	55	126.000	-	42	=	22
Coligadas	16.592	13.078	-	15.277	2.463	-
Outras partes relacionadas	3.768	<u>- </u>	650	11.349	<u> </u>	5.020
Total	47.484	139.078	4.661	41.588	2.463	9.258
Circulante	31.484	139.078	1.514	41.588	2.463	5.416
Não Circulante	16.000		3.147	-		3.842
Total	47.484	139.078	4.661	41.588	2.463	9.258

As contas a receber de clientes classificadas como partes relacionadas são principalmente decorrentes de operações de vendas. As contas a receber não têm garantias e estão sujeitas a juros. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não foram constituídas provisões para as contas a receber de partes relacionadas.

(b) Passivo

						Controladora	
			31/12/2017	7 31/12/20			
	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos	
Acionistas controladores	89	18.184	162.673	144	16.939	167.987	
Controladas	33.793	78.751	-	106.087	74.504	1.224.608	
Controladas em conjunto	33.215	-	-	52.994	-	-	
Coligadas	1.494	-	-	2.578	-	-	
Outras partes relacionadas (i)	368.470	-	-	588	-	-	
Total	437.061	96.935	162.673	162.391	91.443	1.392.595	
Circulante	437.061	17.000	358	162.391	15.325	25.769	
Não Circulante	<u> </u>	79.935	162.315		76.118	1.366.826	
Total	437.061	96.935	162.673	162.391	91.443	1.392.595	

⁽i) Em 31 de dezembro de 2017, contas a pagar refere-se a compra de placas da Ternium Brasil Ltda..

						Consolidado		
			31/12/2017	31/12				
	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos	Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos		
Acionistas controladores	392	18.184	162.673	636	16.965	167.987		
Acionistas não controladores	-	16.604	-	-	22.364	-		
Controladas em conjunto	33.215	834	-	53.493	-	-		
Coligadas	36.586	143.905	-	2.815	184.123	-		
Outras partes relacionadas (i)	368.470	<u>. </u>		588	1	<u>-</u>		
Total	438.663	179.527	162.673	57.532	223.453	167.987		
Circulante	438.663	38.646	358	57.532	70.184	381		
Não Circulante		143.170	162.315		153.269	167.606		
Total	438.663	181.816	162.673	57.532	223.453	167.987		

⁽i) Em 31 de dezembro de 2017, contas a pagar refere-se a compra de placas da Ternium Brasil S.A.

Em 31 de dezembro de 2016, conforme apresentado na Nota 20, está registrado empréstimo com a controlada Usiminas Commercial no montante de R\$1.224.608. Em 31 de dezembro de 2017 o referido contrato foi extinto e, portanto, não há saldo contábil. Em termos consolidados, está registrado um empréstimo com a Nippon Usiminas Co. Ltd., acionista controlador da Usiminas, no montante de R\$162.673 (31 de dezembro de 2016 - R\$167.987).

(c) Resultado

						Controladora
	-		31/12/2017			31/12/2016
	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional
Acionistas controladores	207.035	4.715	(10.885)	239.981	7.002	29.695
Controladas	2.922.662	464.174	(78.347)	2.141.874	349.117	128.437
Controladas em conjunto	-	406.260	2.636	13	317.223	(2.711)
Coligadas	18.111	140.354	-	25.492	118.153	-
Outras partes relacionadas (i)	125.053	1.086.288	(540)	47.304	133.939	(4.869)
Total	3.272.861	2.101.791	(87.136)	2.454.664	925.434	150.552
						Consolidado
			31/12/2017			31/12/2016
	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional	Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional
Acionistas controladores	207.035	4.715	(10.867)	274.405	9.926	27.249
Acionistas não controladores	401	9.243	-	4.003	-	-
Controladas em conjunto	2.173	411.124	2.636	1.844	322.141	(2.711)
Coligadas	18.755	236.805	(22.140)	25.698	188.432	(21.166)
Outras partes relacionadas (i) (ii)	125.192	1.086.288	(1.146)	124.133	133.939	(7.226)
Total						

⁽i) Em 31 de dezembro de 2017 o total das vendas para outras partes relacionadas refere-se, principalmente, a vendas da Usiminas S.A. para o cliente Nippon Corporation, no valor de R\$65.362.

A natureza das principais operações da Companhia com partes relacionadas estão descritas na Nota 36 (e).

O resultado financeiro com partes relacionadas refere-se substancialmente a encargos sobre empréstimos e financiamentos relacionados no item (b) anteriormente descrito.

(d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, está demonstrada a seguir:

	Controladora	a e consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Honorários	11.067	12.007
Encargos sociais	2.256	2.214
Planos de aposentadoria	45	256
Provisão (reversão) de remuneração variável	3.687	(19.725)
	17.055	(5.248)

⁽ii) Em 31 de dezembro de 2017, do total de compras apresentado, o montante de R\$874.232 refere-se a compra de placas da Ternium Brasil Ltda..

Em 2016, foi revertido ao resultado o montante de R\$19.725 referente ao excesso de provisão para honorários e encargos sociais, que totalizaram R\$15.552 e R\$4.173, respectivamente. A despesa, líquida da reversão do período, está registrada na demonstração do resultado, na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Em 31 de dezembro de 2017, o valor pago ao pessoal-chave da administração foi de R\$13.156 (31 de dezembro de 2016 – R\$14.959).

A Companhia possui plano de pagamento baseado em ações, que totalizou R\$212 em 31 de dezembro de 2017 (31 de dezembro de 2016 – R\$907), conforme descrito na Nota 38.

(e) Natureza das operações com partes relacionadas

As principais operações da Companhia com partes relacionadas podem ser assim resumidas:

- Venda de produtos para a Confab destinados à produção de tubos de grande diâmetro e equipamentos industriais.
- Compra de serviços da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation, que inclui fornecimento de tecnologia industrial avançada, serviços de assistência técnica e treinamento de empregados.
- Venda de produtos para a Siderar.
- Compra de minério de ferro da Mineração Usiminas para utilização nas Usinas de Ipatinga e Cubatão.
- Venda de produtos para Soluções Usiminas para transformação e distribuição.
- Venda de produtos para Usiminas Eletrogalvanized e Usiminas Galvanized, para fomentar o comércio com clientes no exterior.
- Venda de produtos para a Usiminas Mecânica e compra de serviços, como a industrialização de produtos siderúrgicos e equipamentos.
- Compra de serviços de galvanização por imersão a quente e de resfriamento para a produção de chapas e bobinas galvanizadas laminadas a quente da Unigal.
- Compra de serviços de texturização e cromagem de cilindros utilizados nas laminações da Usiroll.
- Compra de serviços ferroviários da MRS para o transporte de minério de ferro.
- Compra de serviços de estocagem e carregamento de minério da Modal e da Terminal Sarzedo.
- Empréstimo financeiro junto à Nippon Usiminas (Nota 20).

Venda de minério de ferro da Mineração Usiminas para a Sumitomo Corporation.

Adicionalmente, a controlada Mineração Usiminas realiza operações de venda de minério de ferro e compra de serviços portuários com a CSN.

As transações com partes relacionadas são, substancialmente, contratadas em condições de mercado, considerando preços e prazos.

37 Cobertura de seguros

As apólices de seguros mantidas pela Companhia e por algumas controladas proporcionam coberturas consideradas como suficientes pela Administração. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e algumas de suas controladas possuíam seguros para prédios, mercadorias e matérias-primas, equipamentos, maquinismos, móveis, objetos, utensílios e instalações que constituem os estabelecimentos segurados e as respectivas dependências da Companhia, da Usiminas Mecânica, da Unigal e da Usiroll, tendo como valor em risco US\$12.002.992 mil (31 de dezembro de 2016 – US\$15.193.325 mil), uma apólice de seguro de riscos operacionais (All Risks) com limite máximo de indenização de US\$600.000 mil por sinistro. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a franquia máxima para danos materiais era de US\$7.500 mil, e, para as coberturas de lucros cessantes (perda de receita), a franquia máxima era de 30 dias (tempo de espera). O término desse seguro ocorrerá em 30 de dezembro de 2018.

38 Plano de outorga de opção de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de abril de 2011, foi aprovado pelos acionistas o Plano de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia ("Plano"). Os principais objetivos do Plano são:

- Alinhamento de interesses entre executivos e acionistas;
- incentivo à criação de valor sustentável;
- atração e retenção de talentos; e
- manutenção da competitividade com as práticas de mercado.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, com a assessoria do Comitê de Recursos Humanos, observadas as limitações constantes do Plano.

Em 31 de dezembro de 2017, o Plano possui 4 programas vigentes:

- Programa 2011, lançado em 03 de outubro de 2011;
- Programa 2012, lançado em 28 de novembro de 2012;
- Programa 2013, lançado em 28 de novembro de 2013; e
- Programa 2014, lançado em 27 de novembro de 2014.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Administração da Companhia decidiu não lançar novos programas.

(a) Modalidades das Opções de Outorga

As Opções foram concedidas em duas diferentes modalidades:

- (i) Outorga Básica em que o número de Opções concedidas será baseado na estratégia da Usiminas, sendo que cada Opção concedida conferirá ao seu titular direito a adquirir ou subscrever uma ação preferencial da Companhia.
- (ii) Outorga Bonificada a qual deverá ser atrelada a um investimento voluntário do Participante que destinar parte do valor líquido da remuneração variável para a aquisição de ações preferenciais.

(b) Principais características dos programas

As Opções a serem concedidas aos diretores executivos e estatutários ("Participantes") da Companhia, mediante "Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações", possuem as seguintes características:

	Data de	Preço de	Prazo de	Opções outorgadas		as
Programa	outorga	exercício (USIM5)	carência	Básicas	Bonificadas	Total
2011	03/10/2011	R\$11,98	0 000/	2.589.451	402.302	2.991.753
2012	28/11/2012	R\$10,58	3 anos, 33% para cada	3.576.963	83.598	3.660.561
2013	28/11/2013	R\$11,47	para caua ano	2.784.155	143.178	2.927.333
2014	27/11/2014	R\$6,14	ano	4.778.483	370.948	5.149.431
			<u>-</u>	13.729.052	1.000.026	14.729.078

Adicionalmente, o Plano faculta pela destinação de até 50% da remuneração variável para compra de ações da Usiminas. Em contrapartida, a Companhia concede a outorga das opções bonificadas. O prazo máximo de exercício das opções é de 7 (sete) anos.

(c) Valor justo das Opções

O valor justo na data da outorga, bem como as principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação Black & Scholes foram as seguintes:

Programa 2011

_	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 4,83	R\$ 5,07	R\$ 5,27
Preço da ação	R\$ 11,45	R\$ 11,45	R\$ 11,45
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 11,98	R\$ 11,98	R\$ 11,98
Volatilidade do preço da ação	50,70%	50,70%	50,70%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	2,94%	2,94%	2,94%
Taxa de retorno livre de risco	11,62% a.a.	11,65% a.a.	11,69% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

Programa 2012

_	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 4,06	R\$ 4,32	R\$ 4,61
Preço da ação	R\$ 10,38	R\$ 10,38	R\$ 10,38
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 10,58	R\$ 10,58	R\$ 10,58
Volatilidade do preço da ação	37,95%	37,95%	37,95%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos	0,63%	0,63%	0,63%
Taxa de retorno livre de risco	8,13% a.a.	8,25% a.a.	8,37% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos
Programa 2013			
<u>-</u>	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 5,87	R\$ 6,30	R\$ 6,58
Preço da ação	R\$ 11,88	R\$ 11,88	R\$ 11,88
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 11,47	R\$ 11,47	R\$ 11,47
Volatilidade do preço da ação	43,38%	43,38%	43,38%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos (*)	-	-	-
Taxa de retorno livre de risco	11,34% a.a.	11,37% a.a.	11,40% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos
Programa 2014			
-	1º ano	2º ano	3º ano
Valor justo na data da outorga	R\$ 2,66	R\$ 2,85	R\$ 3,02
Preço da ação	R\$ 5,70	R\$ 5,70	R\$ 5,70
Média ponderada do preço de exercício	R\$ 6,14	R\$ 6,14	R\$ 6,14
Volatilidade do preço da ação	43,41%	43,41%	43,41%
Carência (3 anos)	33% após 1º ano	33% após 2º ano	33% após 3º ano
Estimativa de dividendos (*)	-	-	-
Taxa de retorno livre de risco	12,10% a.a.	12,11% a.a.	12,12% a.a.
Vigência média da opção	4 anos	4,5 anos	5 anos

^(*) Não houve distribuição de dividendos nos 12 meses anteriores à data de outorga.

O preço de exercício foi determinado com base na média da cotação diária no exercício de 30 dias anteriores à concessão da Opção.

A volatilidade do preço da ação prevista é baseada na volatilidade histórica ajustada dos 36 meses anteriores à data da outorga.

A movimentação das opções vigentes do Plano de Outorga está demonstrada a seguir:

			31/12/2017		31/12/2016		
		Programa					
	2014	2013	2012	2014	2013	2012	
Opções: Em aberto no início do exercício	3.514.643	1.414.677	1.204.548	4.633.880	1.746.706	1.558.472	
Exercidas durante o exercício Canceladas durante o exercício	(1.312.493) (380.275)	(172.672)	(165.078)	(1.119.237)	(332.029)	(353.924)	
Em aberto no fim do exercício	1.821.875	1.242.005	1.039.470	3.514.643	1.414.677	1.204.548	

Em 31 de dezembro de 2017, o impacto decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado consolidado, totalizou despesa de R\$951 (31 de dezembro de 2016 - R\$3.719). Foi ainda revertido o montante de R\$6.708 à conta de "Lucros (prejuízos) acumulados" em decorrência de cancelamentos e do exercício de opções ocorridos ao longo do ano de 2017 (31 de dezembro de 2016 - R\$6.600). Desta forma, o impacto nas reservas de capital constituídas pela da Companhia foi de R\$5.757 (31 de dezembro de 2016 - R\$2.881).

Em 31 de dezembro de 2017, de acordo com o período de carência (*vesting period*) dos programas vigentes, todas as despesas previstas foram integralmente apropriadas.

39 Garantias

A composição dos ativos dados em garantia pode ser apresentada conforme a seguir:

			Controladora	Consolidado			
Ativos em garantia	Passivos garantidos	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016		
Caixa e equivalentes de caixa	Processos judiciais	40.000	40.000	40.000	40.000		
Estoques	Processos judiciais	118.253	95.577	118.253	95.577		
Imobilizado	Processos judiciais	693.156	789.327	747.390	839.820		
Imobilizado (i)	Empréstimos e financiamentos	3.990.612	4.503.801	4.012.674	4.525.862		
		4.842.021	5.428.705	4.918.317	5.501.259		

⁽i) A Companhia possui bens patrimoniais, avaliados a valor de mercado, em garantia de dívida junto a Previdência Usiminas referente ao plano de aposentadoria PBD, conforme apresentado na Nota 26.2.

40 Transações de investimentos sem efeito de caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas transações de investimentos e financiamentos sem efeito de caixa na Controladora e no Consolidado. sendo as principais as seguintes: (i) redução de capital na controlada Usiminas Mecânica S.A. no montante de R\$57.866, cuja contrapartida foi o recebimento de créditos de ICMS no montante de R\$42.492 e de itens de estoque e imobilizado no montante de R\$15.374; (ii) redução de capital na controlada no exterior Usiminas Europa A/S, cuja contrapartida foi o recebimento dos títulos Eurobonds emitidos por outra controlada no exterior, Usiminas Commercial Ltd., classificados na Controladora como Títulos e valores mobiliários, no montante de R\$786.138; (iii) transferência de peças e sobressalentes classificados originalmente nos estoques para o ativo imobilizado no montante de R\$4.803; (iv) baixa de dividendos a receber de períodos anteriores da coligada Codeme Engenharia S.A. no montante de R\$2.356 em contrapartida de investimentos; (v) juros e encargos de empréstimos e financiamentos capitalizados no ativo imobilizado no montante de R\$7.613: e (vi) compensação de depósitos judiciais em contrapartida de provisão para demandas judiciais no montante de R\$36.463.

41 Evento subsequente

Em 18 de janeiro de 2018, ocorreu o vencimento dos títulos de dívida ("Eurobonds") originalmente emitidos em 2008 pela controlada no exterior Usiminas Commercial Ltd., com o pagamento integral do valor total de US\$400 milhões aos detentores destes Eurobonds. Deste montante, cerca de US\$220 milhões retornaram ao caixa da Companhia, em razão da operação descrita na Nota 9 - Títulos e valores mobiliários e na Nota 20 (e) - Empréstimos e financiamentos.

Conselho de Administração

Elias de Matos Brito Presidente

Francisco Augusto da Costa e Silva

Conselheiro

Guilherme Poggiali Almeida Conselheiro

> Kazuhiro Egawa Conselheiro

Oscar Montero Martinez Conselheiro

Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca Conselheira Gesner José Oliveira Filho Conselheiro

> Ichiro Sato Conselheiro

Luiz Carlos de Miranda Faria Conselheiro

> Ricardo Antonio Weiss Conselheiro

Wanderley Rezende de Souza Conselheiro

Conselho Fiscal

Paulo Roberto Evangelista de Lima Presidente

Domenica Eisenstein Noronha Conselheira

> Masato Ninomiya Conselheiro

Lúcio de Lima Pires Conselheiro

Paulo Frank Coelho da Rocha Conselheiro

Diretoria Executiva

Sérgio Leite de Andrade Diretor Presidente Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade Diretor Vice-Presidente Comercial

Ronald Seckelmann
Diretor Vice-Presidente de Finanças e
Relações com Investidores
Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias

Takahiro Mori Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

Túlio César do Couto Chipoletti Diretor Vice-Presidente Industrial

> Lucas Marinho Sizenando Silva Contador CRC-MG 080.788/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias examinou (i) o Relatório da Administração; (ii) Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; e (iii) Destinação dos Resultados de 2017, incluindo o orçamento de capital e a data para pagamento dos dividendos (30 de maio de 2018). Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes (PwC) sem ressalvas, emitido em 08 de fevereiro de 2018, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2018.

Paulo Roberto Evangelista de Lima Presidente

Paulo Frank Coelho da Rocha

Lúcio de Lima Pires

Masato Ninomiya

Domenica Eisenstein Noronha

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os Diretores Estatutários da USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. Usiminas, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PWC), relativamente às demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Belo Horizonte, 08 de fevereiro de 2018.

Sérgio Leite de Andrade

Diretor Presidente Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade Diretor Vice-Presidente Comercial

Ronald Seckelmann

Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias

Túlio César do Couto Chipoletti

Diretor Vice-Presidente Industrial

Takahiro Mori

Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os Diretores Estatutários da USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. Usiminas, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras (Controladora e Consolidado) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Belo Horizonte, 08 de fevereiro de 2018.

Sérgio Leite de Andrade

Diretor Presidente Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade Diretor Vice-Presidente Comercial

Ronald Seckelmann

Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias

Túlio César do Couto Chipoletti

Diretor Vice-Presidente Industrial

Takahiro Mori

Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

No ano de 2017, o EBITDA Ajustado foi de R\$2,2 bilhões, contra R\$660,4 milhões em 2016, principalmente devido ao melhor desempenho das Unidades de Negócio de Siderurgia, Mineração e Transformação do Aço. A margem de EBITDA Ajustado no ano de 2017 atingiu 20,4%, contra 7,8% em 2016. No ano de 2017 a dívida líquida consolidada foi de R\$4,3 bilhões, 8,5% inferior quando comparada com a dívida líquida de 31/12/16, que foi de R\$4,7 bilhões. A dívida bruta consolidada (Empréstimos, financiamentos e Debêntures) foi de R\$6,7 bilhões, contra R\$6,9 bilhões em 2016, uma redução de 2,9%, principalmente em razão da amortização de dívida no período, referente a antecipação relativa ao pagamento correspondente a 50% do saldo do principal em aberto dos Eurobonds, em função da renegociação da dívida; e da pequena desvalorização cambial média de 1,5% no ano, que afetou negativamente a parcela da dívida em moeda estrangeira. A composição da dívida por prazo de vencimento era de 15,2% no curto prazo e 84,8% no longo prazo. Esta composição continua sendo resultado da conclusão da renegociação de aproximadamente 92% da dívida total da Companhia. O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) em 2017 alcançou 2,38 vezes, contra 3,66, em 2016, em boa parte pela transferência dos valores de empréstimos e financiamentos e das debêntures do longo prazo para o curto prazo, correspondente ao *cash sweep* acordado entre a Companhia e seus credores.

No ano de 2016 a Usiminas apresentou um EBITDA ajustado de R\$660,4 milhões, contra R\$291,5 milhões em 2015, principalmente devido ao melhor desempenho das Unidades de Negócio de Siderurgia, Mineração e Transformação do Aço. A margem de EBITDA ajustado no ano de 2016 atingiu 7,8%, contra 2,9% em 2015. A dívida líquida consolidada foi de R\$4,7 bilhões em 31/12/16, 20,1% inferior quando comparada com a dívida líquida de 31/12/15, que foi de R\$5,9 bilhões, representando 24% do capital investido. A dívida bruta consolidada (Empréstimos, financiamentos e Debêntures) foi de R\$6,9 bilhões, contra R\$7,9 bilhões em 2015, uma redução de 12,0%, principalmente em razão da amortização de dívida no período e da valorização cambial média de 16,5% no ano, que afetou positivamente a parcela da dívida em moeda estrangeira. A composição da dívida por prazo de vencimento era de 1% no curto prazo e 99% no longo prazo. Esta nova composição é resultado da conclusão da renegociação da dívida de aproximadamente 92% da dívida total da Companhia, que obteve prazo total de 10 anos, dos quais 3 anos de carência para pagamento de principal, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio longo prazos. O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) em 2016 alcançou 3,66 vezes, contra 1,53 em 2015, também em função da renegociação da dívida.

No ano de 2015, a Usiminas apresentou uma forte redução no seu EBITDA Ajustado que totalizou R\$291,5 milhões, contra R\$1,9 bilhão em 2014, devido ao menor volume de vendas e menor preço do aço e do minério de ferro afetando as suas duas principais Unidades de Negócio, Siderurgia e Mineração. A Unidade de Bens de Capital foi exceção, atingindo um EBITDA de R\$86,8 milhões, com crescimento de 73,7% na comparação entre os períodos. Em 31 de dezembro de 2015, a dívida líquida consolidada da Companhia era de R\$5,9 bilhões, representando 28% do capital investido (dívida líquida mais patrimônio líquido). Ainda em 2015, a dívida bruta consolidada foi de R\$7,9 bilhões, contra R\$6,7 bilhões em 2014, um aumento de 17,7%, principalmente em razão da forte desvalorização cambial de 47,0% no período, que impactou diretamente a parcela da dívida em dólar, que correspondia a 47% da dívida total em 2015. Em 2015, a composição da dívida por prazo de vencimento era de 24% no curto prazo e 76% no longo prazo. A Usiminas obteve devidamente os *waivers* de seus credores para os *covenants* não cumpridos para esta data base.

b) Estrutura de capital

O passivo total da Companhia, que compreende o total de obrigações com terceiros refletiu decréscimo em 2017 conforme demonstrado no quadro abaixo. A relação entre capital próprio e de terceiros, líquido de caixa e valores mobiliários, pode ser assim sumarizada:

	2017	2016	2015
Passivo Total	10.800.513	11.063.111	12.764.475
Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	2.314.288	2.257.454	2.024.457
Passivo Total Líquido (A)	8.486.225	8.805.657	10.740.018
Patrimônio líquido (B)	15.183.964	15.191.634	14.993.857
Relação (A) / (B)	56%	58%	72%

i. Hipóteses de resgate

O estatuto social da Companhia não contém disposição a respeito, devendo ser observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Em caso de resgate, a Companhia adotará fórmula em acordo com as disposições legais.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

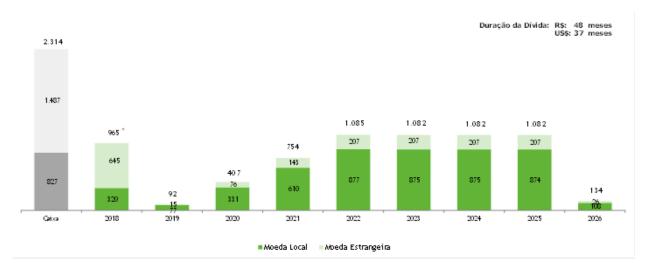
Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía um caixa de R\$2,3 bilhões (R\$2,3 bilhões em 2016 e R\$2,0 bilhões em 2015). Sua dívida apresenta um prazo médio de 4 anos em 2017)4 anos em 2016 e 2 anos em 2015. A concentração da dívida no curto prazo em 2017 é de 15% do total da dívida (1,0% em 2016 e 24,3% em 2015). Esta composição continua sendo resultado da conclusão da renegociação de cerca de 92% da dívida total em 2016, entre os quais foram obtidos 3 anos de carência para pagamento de principal e foi adequado seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos.

Em 15/12/17 foi realizado o pagamento do valor correspondente a 50% do saldo do principal em aberto das notas emitidas por sua subsidiária Usiminas Commercial Ltd. de forma pro rata, a título de amortização parcial das dívidas da Usiminas com cada um dos Credores, no montante total de US\$89,9 milhões.

Adicionalmente, em evento subsequente ao encerramento do trimestre, na data de 18/01/18, foi realizado o pagamento integral das Notas emitidas em 2008, no valor total de US\$400,0 milhões, dos quais cerca de U\$220,0 milhões retornaram ao caixa da Companhia em razão da operação de recompra de parte das Notas, realizada em 2013.

Com estes pagamentos, a Usiminas supera mais uma importante etapa de sua reestruturação financeira junto aos Credores, com vistas à geração de resultados sustentáveis para a Companhia.

Perfil da Dívida - Consolidado



d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não-circulantes são geração de caixa operacional, linhas de bancos de desenvolvimento, empréstimos e financiamentos bancários com instituições/bancos públicos e privados, e emissão de títulos de dívida.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Conforme descrito no item (c), a Companhia buscará na administração de seu caixa, capital de giro e investimentos as fontes para possíveis coberturas de deficiência de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

As Empresas Usiminas possuíam em 2017 empréstimos e financiamentos contratados no montante de R\$5,7 bilhões (R\$5,9 bilhões em 2016 e R\$6,8 bilhões em 2015) e R\$949,0 milhões de debêntures (R\$998,0 milhões em 2016 e R\$1,0 bilhão em 2015).

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Após a renegociação ocorrida em setembro de 2016, as principais operações de financiamentos são:

- Diversos contratos de empréstimos com o BNDES e Finame com a finalidade de financiamento dos investimentos da Companhia, com vencimentos até 2026. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor destas operações era de R\$516 milhões (R\$546 milhões em 2016 e R\$658 milhões em 2015).
- Contratos de empréstimos com o JBIC e bancos comerciais japoneses para financiamento da construção da Central Termelétrica de Ipatinga, Coqueria em Ipatinga, Laminador de Tiras a Quente em Cubatão, com vencimentos até 2026. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor destas operações era de R\$1,0 bilhão (R\$1,0 bilhão em 2016 e R\$1,3 bilhão em 2015).
- Notas de Crédito de Exportação e Industrial com o Banco do Brasil para financiamento de capital de giro, com vencimentos até 2020. As notas foram liquidadas em setembro de 2016 e não há saldos em aberto destas operações no final de 2017 e 2016, em 2015 foram R\$2,5 bilhões.

210

■ Em 1º de outubro de 2013, as subsidiárias da Companhia sediadas na Dinamarca adquiriram US\$124,2 milhões de títulos de dívida com vencimento em 2016 e US\$220,2 milhões de títulos de dívida com vencimento em 2018, emitidos pelas companhias Cosipa Commercial Ltda. e Usiminas Commercial Ltda., ambas controladas pela Companhia. A operação permitiu melhor alocação dos recursos da Companhia, além de diminuir a sua alavancagem bruta e reduzir os desembolsos financeiros projetados até o vencimento dos mencionados títulos. Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia exerceu a cláusula de resgate antecipado (*Early Redemption*) do título de dívida com vencimento em 2016 e dessa forma recomprou a totalidade dos títulos emitidos. O resgate antecipado também foi feito com o objetivo de reduzir a alavancagem bruta e os desembolsos financeiros projetados. Em junho de 2016 a Companhia procedeu a liquidação financeira dos títulos de dívida emitidos pela Cosipa Commercial Ltda com vencimento em 2016, mencionados acima.

.

Em junho de 2017, a Companhia reduziu o capital desta controlada no exterior Usiminas Europa e transferiu para sua titularidade os Eurobonds que esta controlada possuía em carteira, que em 31 de dezembro de 2017 correspondia ao montante de R\$775,7 milhões. A partir desta redução de capital, a Companhia passou a deter ativos e passivos financeiros nas mesmas bases, com a Usiminas Commercial como contraparte. Desta forma, a Companhia apresentou esse ativo e passivo financeiros pelo montante líquido no passivo circulante nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho e 30 de setembro de 2017. Em 12 de dezembro de 2017, a Companhia liquidou o contrato de mútuo junto à Usiminas Commercial no montante total de US\$400 milhões. Portanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia detinha apenas o ativo financeiro junto à Usiminas Commercial no montante de R\$775,7 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, em termos consolidados, o saldo devedor destas operações era de R\$591 milhões (R\$582 milhões em 2016 e R\$698 milhões em 2015).

- Emissão de debêntures no valor de R\$1,0 bilhão com vencimento em 2026 e taxa de 3% a.a. + 100% do CDI, com a finalidade de cumprir os diversos planos de investimentos da companhia. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo devedor desta operação era de R\$949 milhões (R\$998 milhões em 2016 e R\$1,0 bilhão em 2015).
- Contratos de financiamento de capital de giro com o Itaú BBA com vencimentos até 2026. Em 2017 o saldo devedor destas operações era de R\$640 milhões (R\$673 milhões em 2016 e R\$935 milhões em 2015).
- Contrato de financiamento de capital de giro com o Banco do Brasil com vencimento em 2026. Em 2017 o saldo devedor desta operação era de R\$2,3 bilhões (R\$2,4 bilhões em 2016). Não há saldo deste contrato em 2015, uma vez que esta divida foi reconhecida em setembro de 2016 em função da renegociação citada no item c) acima.
- Contrato de financiamento de capital de giro com o Bradesco com vencimento em 2026. Em 2017 o saldo devedor desta operação era de R\$519 milhões (R\$544 milhões em 2016). Não há saldo deste contrato em 2015, uma vez que esta divida foi reconhecida em setembro de 2016 em função da renegociação citada no item c) acima.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 22 de maio de 2014, a Administração decidiu contratar uma nova linha de crédito rotativo *(Revolving Credit Facility)*, cujo valor total é de R\$300,0 milhões e período de vigência de 3 anos. Em 30 de dezembro de 2015, a Administração optou pelo cancelamento desta linha de crédito.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

211

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui apenas uma dívida subordinada, sendo ela a emissão de debêntures no valor de R\$1,0 bilhão com vencimento em 2026, conforme relacionado no subitem f) i. acima.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como o cumprimento destas restrições

Os contratos financeiros citados no item f) i. exigem o cumprimento de determinadas condições e cláusulas contratuais, calculados em uma base individual (Controladora):

(a) Dívida Líquida / EBITDA:

- menor ou igual a 4,5x em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2019;
- menor ou igual a 3,5x em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2020;
- menor ou igual a 3,0x em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2021; e
- menor ou igual a 2,5x nas medições semestrais apuradas em 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

(b) EBITDA / Despesas Financeiras:

• mínimo 2,0x em 30 de junho de 2019, 31 de dezembro de 2019 e nas medições semestrais apuradas em 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

Em relação aos covenants não financeiros estabelecidos nos instrumentos de dívida, a Companhia possui controles de acompanhamento e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram verificados descumprimentos desses covenants, exceto com relação a outorga de garantias a certos credores no contexto da renegociação, a qual não seria mais permitida nos termos dos Eurobonds em virtude do vencimento, em 30 de junho de 2017, da dispensa temporária anteriormente concedida pelos detentores de tais bonds com relação a limitações de concessão de garantias previstas nos termos dos Eurobonds. Tal descumprimento pode ser curado pela Companhia em até 60 dias contados a partir da data de recebimento de uma notificação de descumprimento enviada pela entidade custodiante dos Eurobonds ou por um quórum mínimo de detentores dos Eurobonds, a qual não foi recebida até a presente data. Passado tal prazo, o descumprimento ensejaria o vencimento antecipado somente se recebida uma nova notificação enviada pela entidade custodiante dos Eurobonds ou por um quórum mínimo de detentores dos Eurobonds, solicitando a aceleração da dívida. A Companhia optou por não solicitar nova dispensa de anuência, aos detentores dos Eurobonds, com relação a essas limitações de outorga de garantias, levando em consideração, dentre outros fatores, o pagamento integral dos Eurobonds realizado em janeiro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia antecipando-se ao não cumprimento de alguns desses índices financeiros (*covenants*), notadamente o *Total Debt to Ebitda Ratio* e o Net Debt to Ebitda Ratio, dos seus contratos de dívida, obteve um *waiver* dos credores e, consequentemente, a sua anuência para a não realização dos referidos testes de cumprimento dos limites em dezembro de 2015. Novos testes serão realizados para alguns dos contratos nos meses de Março, Junho e Dezembro de 2016. Desta forma, esses contratos de dívida não foram classificados como vencidos em 31 de dezembro de 2015.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a Companhia não possuía nenhum montante disponível junto ao BNDES, uma vez que o cancelamento foi solicitado integralmente e uma das condições da renegociação impõem que a Companhia não obtenha nenhum novo ingresso de dívida.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia ainda possuía o montante de R\$305,0 milhões disponíveis com o BNDES para cumprir os desembolsos adicionais dos investimentos em andamento, que podem ser utilizadas quando necessário. Tais linhas poderão ser utilizadas unicamente para investimentos de capital que se enquadrem no regulamento de empréstimos do BNDES.

213

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Balanço Patrimonial nos anos 2017, 2016 e 2015 e suas variações

ATIVO	31/12/2017	AV (%) 2017	31/12/2016	AV (%) 2016	31/12/2015	AV (%) 2015	Análise Horizontal 2017 x 2016	Análise Horizontal 2016 x 2015
Caixa e equivalentes de caixa	1.770.573	7%	719.870	3%	800.272	3%	146%	-10%
Títulos e valores mobiliários	543.715	2%	1.537.584	6%	1.224.185	4%	-65%	26%
Contas a receber de clientes	1.555.494	6%	1.179.212	4%	1.428.421	5%	32%	-17%
Estoques	2.763.496	11%	2.604.306	10%	2.748.417	10%	6%	-5%
Impostos a recuperar	362.465	1%	238.600	1%	377.198	1%	52%	-37%
Dividendos a receber	139.078	1%	2.463	0%	2.357	0%	5547%	4%
Instrumentos financeiros derivativos	12	0%	44.669	0%	152.560	1%	-100%	-71%
Demais contas a receber	119.922	0%	93.774	0%	161.432	1%	28%	-42%
Total do ativo circulante	7.254.755	28%	6.420.478	24%	6.894.842	25%	13%	-7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.046.112	12%	3.120.368	12%	3.281.063	12%	-2%	-5%
Valores a receber de empresas ligadas	3.147	0%	3.842	0%	4.412	0%	-18%	-13%
Depósitos judiciais	675.600	3%	660.229	3%	597.392	2%	2%	11%
Instrumentos financeiros derivativos	1.184	0%	100.670	0%	559.654	2%	-99%	-82%
Impostos a recuperar	54.881	0%	164.242	1%	81.263	0%	-67%	102%
Demais contas a receber	334.938	0%	215.932	1%	173.844	1%	55%	24%
Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas	1.054.052	4%	1.126.176	4%	1.084.311	4%	-6%	4%
Imobilizado	12.882.618	50%	13.748.890	52%	14.743.629	53%	-6%	-7%
Intangível	677.190	3%	693.918	3%	337.922	1%	-2%	105%
Total do ativo não circulante	18.729.722	72%	19.834.267	76%	20.863.490	75%	-6%	-5%
TOTAL DO ATIVO	25.984.477	100%	26.254.745	100%	27.758.332	100%	-1%	-5%

PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	31/12/2016	AV (%) 2016	31/12/2016	AV (%) 2016	31/12/2015	AV (%) 2015	Análise Horizontal 2016 x 2015	Análise Horizontal 2016 x 2015
Passivo circulante								
Fornecedores, empreiteiros e fretes	976.917	4%	846.377	3%	1.187.274	4%	15%	3%
Empréstimos e financiamentos	927.946	4%	62.157	0%	1.850.392	7%	1393%	-97%
Debêntures	62.031	0%	5.551	0%	61.109	0%	1017%	-91%
Adiantamentos de clientes	81.394	0%	35.806	0%	40.799	0%	127%	-12%
Títulos a pagar - Forfaiting	475.251	2%	356.970	1%	587.458	2%	33%	-63%
Salários e encargos sociais	188.735	1%	197.076	1%	278.149	1%	-4%	-29%
Tributos a recolher	95.089	0%	58.447	0%	85.547	0%	63%	-32%
Tributos parcelados	20.494	0%	8.529	0%	8.191	0%	140%	4%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.434	0%	7.538	0%	6.151	0%	-81%	23%
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	75.644	0%	22.001	0%	142	0%	244%	15394%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0%	48.577	0%	199.657	1%	-100%	-76%
Demais contas a pagar	141.485	1%	103.215	0%	191.054	1%	37%	-46%
Total do passivo circulante	3.046.420	12%	1.752.244	7%	4.495.923	16%	74%	-61%
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	4.758.468	18%	5.864.416	22%	4.958.032	18%	-19%	18%
Debêntures	887.334	3%	992.184	4%	999.181	4%	-11%	-1%
Valores a pagar a empresas ligadas	143.170	1%	153.269	1%	162.957	1%	-7%	-6%
Tributos parcelados	0	0%	9.050	0%	9.582	0%	-100%	-6%
Provisão para demandas judiciais	668.964	3%	607.863	2%	557.455	2%	10%	9%
Provisão para recuperação ambiental	158.333	1%	143.042	1%	127.103	0%	11%	13%
Benefícios pós-emprego	1.050.324	4%	1.342.727	5%	1.153.379	4%	-22%	16%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0%	102.413	0%	203.845	1%	-100%	-50%
Demais contas a pagar	87.500	0%	95.903	0%	97.018	0%	-9%	-1%
Total do passivo não circulante	7.754.093	30%	9.310.867	30%	8.268.552	30%	-17%	13%
TOTAL DO PASSIVO	10.800.513	42%	11.063.111	42%	12.764.475	46%	-2%	-13%
Patrimônio líquido Capital social	13.200.295	51%	13.200.295	50%	12.150.000	44%	0%	9%
Reservas de capital	311.747	1%	309.445	1%	327.191	1%	1%	-5%
Reservas de lucros	202.207	1%	0	0%	620.039	2%	-	-100%
Ajustes de avaliação patrimonial	60.546	0%	26.000	0%	311.748	1%	133%	-92%
,								
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	13.774.795	53%	13.535.740	52%	13.408.978	48%	2%	1%
Participação dos acionistas não controladores	1.409.169	5%	1.655.894	6%	1.584.879	6%	-15%	4%
Total do patrimônio líquido	15.183.964	58%	15.191.634	58%	14.993.857	54%	0%	1%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.984.477	100%	26.254.745	100%	27.758.332	100%	-1%	-5%

A seguir estão demonstradas as alterações significativas nas linhas que representam mais de 2% do grupo ao qual pertencem e que tenham variado mais de 5% na comparação entre os exercícios.

2017 – 2016 COMENTÁRIOS

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

O aumento de R\$1,1 bilhão verificado no ano de 2017 ocorreu basicamente pelo recebimento por parte da Usiminas Commercial, em 12 de dezembro de 2017, dos Eurobonds que totalizavam USD400 milhões.

Contas a receber de clientes

O aumento no contas a receber na Usiminas R\$376 milhões, deve-se a melhora do mercado e aumento de preços.

Estoques

Os estoques apresentaram um aumento de 6,1% equivalente a R\$159 milhões, decorrente do aumento nos custos de produção, em função de maiores custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

O investimento em coligadas e controladas apresentou redução de 6%, o equivalente a R\$72 milhões, decorrente principalmente, do registro de perda por valor recuperável de ativos (*impairment*), referente ao ágio proveniente da aquisição da controlada Modal e da coligada Codeme.

Imobilizado

O Imobilizado apresentou redução de 6%, o equivalente a R\$866 milhões, principalmente devido a depreciação do período. Os investimentos em CAPEX no ano de 2017 foram de R\$216 milhões, não contribuindo, significativamente, para o aumento do ativo.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores, empreiteiros e fretes

A elevação de 15% em fornecedores, empreiteiros e fretes, equivalente a R\$130,5 milhões, deve-se principalmente aos gastos relacionados ao aumento das exportações na Unidade de Mineração, que resultaram em maiores gastos com frete marítimo, ferroviário e carregamento portuário. Adicionalmente, também na Unidade Mineração, a retomada da produção em duas instalações de tratamento de minério gerou gastos pulverizados entre diversos fornecedores.

Empréstimos e financiamentos e debêntures

O aumento dos empréstimos e financiamentos no curto prazo em R\$866 milhões refere-se principalmente a transferência de cerca de R\$587 milhões da dívida da Usiminas Commercial de longo prazo para o curto prazo e da transferência de cerca de R\$319 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2018. O aumento das debêntures no curto prazo em R\$56 milhões refere-se a transferência de cerca de R\$60 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2018.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

A redução dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$1,1 bilhão refere-se principalmente a transferência de cerca de R\$587 milhões da dívida da Usiminas Commercial de longo prazo para o curto prazo; da transferência de cerca de R\$319 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2018 e ao pagamento de parcela de principal no valor de R\$244 milhões referente a antecipação relativa ao pagamento correspondente a 50% do saldo do principal em aberto dos Eurobonds, em função da renegociação da dívida.

A redução das debêntures no longo prazo em R\$105 milhões refere-se a transferência de cerca de R\$60 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2018 e ao pagamento de parcela de principal no valor de R\$46 milhões referente a antecipação relativa ao pagamento correspondente a 50% do saldo do principal em aberto dos Eurobonds, em função da renegociação da dívida.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais aumentou 10,0% no comparativo entre os períodos, passando de R\$608 milhões em 2016 para R\$669 milhões em 2017. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária de demandas judiciais na unidade de negócios Siderurgia e adições tributárias, tendo como principal: ação anulatória de autos de infração lavrados pelo estado do Rio Grande do sul para exigência de ICMS.

Benefícios pós-emprego

A redução das provisões para Benefícios pós-emprego no valor de R\$292 milhões em 31 de dezembro de 2017, quando comparado com 31 de dezembro de 2016, refere-se principalmente às amortizações dos passivos com os planos no valor total de R\$230 milhões e também pela reversão do Fundo Previdencial do Plano de Beneficio Definido-PBD no valor de R\$157 milhões. Esta redução foi parcialmente compensada por R\$97 milhões de constituição de novas provisões, principalmente no Plano de Saúde, dentre outras variações.

2016 – 2015 COMENTÁRIOS

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

O aumento de R\$233 milhões verificado no ano de 2016 ocorreu principalmente em função das capitalizações realizadas pela Companhia no valor de R\$1,05 bilhões, que foram parcialmente consumidos pelas operações da Companhia no segundo trimestre, bem como pelo pagamento de juros financeiros e de algumas dívidas que não foram renegociadas.

Contas a receber de clientes

A redução no contas a receber na Usiminas em R\$249 milhões, deve-se principalmente ao menor prazo de recebimento que reduziu a media geral de 43 dias em 2015 para 32 dias em 2016 e pela maior provisão para devedores duvidosos.

Estoques

Os Estoques apresentaram uma redução de 5% o equivalente a R\$144 milhões decorrente da redução da produção, principalmente devido à paralisação das áreas primárias de Cubatão, e também da redução das vendas incorrendo em menor demanda de produtos em estoque.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo de instrumentos financeiros derivativos apresentou uma redução de 71%, passando de R\$153 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$45 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esta variação devese principalmente à liquidação de contratos de *swap* no ano de 2016, em conformidade com o plano de renegociação da dívida da Companhia. Adicionalmente, o ano de 2016 apresentou depreciação do Dólar Americano frente ao Real em 17% no ano de 2016 contra uma apreciação do Dólar Americano frente ao Real em 47% no ano de 2014, obtendo uma redução na marcação a mercado dos instrumentos de *swap*, cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa.

ATIVO NÃO-CIRCULANTE

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A redução de R\$161 milhões nos tributos diferidos se justifica pela diminuição das diferenças temporárias. Destacam-se a variação de R\$122 milhões de diferenças temporárias sobre perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*) e a redução de R\$64 milhões referente à diferença temporária do *Take or Pay* com a MRS. As demais variações foram pulverizadas.

Depósitos judiciais

O saldo de depósitos judiciais aumentou 11% no comparativo entre os períodos, passando de R\$597 milhões em 2015 para R\$660 milhões em 2016. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária dos depósitos na unidade de negócios Siderurgia e a constituição de novos depósitos trabalhistas.

Instrumentos financeiros derivativos

A redução nos instrumentos financeiros derivativos em R\$459 milhões decorreu principalmente da liquidação de contratos de swap no ano de 2016 em conformidade com o plano de renegociação da dívida da Companhia. Adicionalmente, o ano de 2016 apresentou depreciação do Dólar Americano frente ao Real em 17% no ano de 2016, obtendo uma redução na marcação a mercado dos instrumentos de swap, cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa.

<u>Imobilizado</u>

O imobilizado apresentou redução de 7%, o equivalente a R\$995 milhões, decorrente, principalmente, da depreciação do período. Os investimentos em CAPEX no ano de 2016 foram baixos (R\$225 milhões), não contribuindo, significativamente, para o aumento do ativo.

Intangível

O aumento de R\$355 milhões no intangível no ano de 2016, correspondente, principalmente, à reversão de *impairment* da controlada Mineração Usiminas no valor de R\$357 milhões, em função das novas projeções de gastos e investimentos de longo prazo.

PASSIVO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

A redução dos empréstimos e financiamentos no curto prazo em R\$1,8 bilhão reflete principalmente a renegociação da maioria dos contratos, alongando o prazo de vencimento de suas parcelas de principal para até 2026 e transferindo grande parte da dívida que se encontrava no curto prazo para o longo prazo, principalmente nos contratos firmados junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$790 mil e junto ao JBIC e Nippon Usiminas no valor de R\$521 mil. A redução das debêntures no curto prazo em R\$56 milhões referese ao menor valor de juros provisionados no período, em função da renegociação de seu contrato, que alterou os prazos de pagamento de juros de semestrais para trimestrais.

Instrumentos financeiros derivativos

A redução de 76% nos instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$151 milhões decorreu principalmente em função da liquidação de contratos de *swap* no ano de 2016, em conformidade com o plano de renegociação da dívida da Companhia.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

O aumento dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$906 milhões reflete principalmente a renegociação da maioria dos contratos, alongando o prazo de vencimento de suas parcelas de principal para até 2026 e transferindo grande parte da dívida que se encontrava no curto prazo para o longo prazo, principalmente nos contratos firmados junto ao Bradesco, no valor de R\$545 mil e junto ao Banco do Brasil no valor de R\$837 mil. A redução das debêntures no longo prazo em R\$7 milhões refere-se ao novo valor a amortizar de diferimento de despesas de renegociação desta dívida, passando de R\$819 mil em 2015 para R\$7.816 mil em 2016.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais aumentou 9,04% no comparativo entre os períodos, passando de R\$557 milhões em 2015 para R\$608 milhões em 2016. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária de demandas judiciais na unidade de negócios Siderurgia e a adição de demandas judiciais trabalhistas referente ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão, onde pleiteiam verbas trabalhistas diversas.

Instrumentos financeiros derivativos

A redução de 50% nos instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$101 milhões decorreu principalmente da depreciação do Dólar Americano frente ao Real em 17% no ano de 2016 contra uma apreciação do Dólar Americano frente ao Real em 47% no ano de 2014, obtendo uma redução na marcação a mercado dos instrumentos de *swap*, cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa.

2015 – 2014 COMENTÁRIOS

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários

A redução de R\$800 milhões verificada no ano de 2015 ocorreu principalmente em função de pagamentos de juros de empréstimos no valor de R\$583 milhões, liquidação de operações de cessões de crédito no

valor de R\$594 milhões, e também pela queda do caixa gerado pelas atividades operacionais da Companhia.

Contas a receber de clientes

Contas a Receber de Clientes apresentou uma elevação de 15% o equivalente a R\$182 milhões, principalmente em consequência do aumento do prazo médio de recebimento, passando de 27 dias em 2014 para 36 dias em 2015.

Estoques

Os Estoques apresentaram uma redução de 22% o equivalente a R\$768 milhões, decorrente da redução da produção e das vendas incorrendo em menor demanda de produtos em estoque.

Instrumentos financeiros derivativos

O aumento nos instrumentos financeiros derivativos foi de 133%, passando de R\$65 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$153 milhões em 31 de dezembro de 2015, basicamente devido à apreciação do Dólar Americano frente ao Real em 47%, obtendo um aumento na marcação a mercado dos instrumentos de *swap*, cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa. Adicionalmente, parte dos saldos registrados no ativo não circulante em 2014 foram transferidos para o ativo circulante 2015, seguindo o fluxo normal das operações de acordo com os prazos de vencimentos.

ATIVO NÃO-CIRCULANTE

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os tributos diferidos aumentaram em R\$1.263 milhões, principalmente pela apuração de impostos diferidos sobre diferenças temporárias. Pode-se destacar a variação de R\$465 milhões referente a diferenças temporárias sobre variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (regime de caixa) e variação de R\$680 milhões de diferenças temporárias sobre perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*).

Instrumentos financeiros derivativos

O aumento nos instrumentos financeiros derivativos em R\$308 milhões decorre basicamente da apreciação do Dólar Americano frente ao Iene e o Real, que são os dois principais indexadores das operações de *swap* da Companhia, obtendo um aumento na marcação a mercado dos instrumentos de swap. Adicionalmente a Companhia contratou novas operações com posição ativa em dólar no valor de US\$252 milhões, cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores, empreiteiros e fretes

As contas a pagar a fornecedores, empreiteiros e fretes reduziram em 29% no comparativo entre os períodos, passando de R\$1,7 bilhão em 2014 para R\$1,2 bilhão em 31 de dezembro de 2015. Esta variação ocorreu basicamente em função da redução do fluxo de operações da Companhia.

Empréstimos e financiamentos

O aumento dos empréstimos e financiamentos no curto prazo em R\$195 milhões reflete principalmente a variação cambial do ano de 2015 sobre os passivos denominados em dólares. O detalhamento sobre os principais contratos de financiamentos que compõe a dívida está disponível nos itens 10.1 letra f.

Instrumentos financeiros derivativos

O aumento nos instrumentos financeiros derivativos em R\$105 milhões decorre basicamente do aumento na marcação a mercado dos instrumentos de *swap* (contratos de troca de moedas), que possuem posição passiva em lene devido a apreciação dessa moeda, que tem por objetivo reduzir a exposição cambial.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos

O aumento dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$978 milhões reflete principalmente a variação cambial do ano de 2015 sobre os passivos denominados em dólares, além dos juros provisionados no período, conforme demonstrado na movimentação dos empréstimos e financiamentos. O detalhamento sobre os principais contratos de financiamentos que compõe a dívida está disponível nos itens 10.1 letra f.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais aumentou 17% no comparativo entre os períodos, passando de R\$476 milhões para R\$557 milhões em 2015. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária de demandas judiciais na unidade de negócios Siderurgia e a adição de demandas judiciais referente à Taxa de Fiscalização de Recursos Minerais na Mineração Usiminas S.A.

Instrumentos financeiros derivativos

O aumento nos instrumentos em R\$22 milhões decorre basicamente do aumento na marcação a mercado das operações com posição passiva em Dólar Americano e lene, devido à apreciação destas moedas, obtendo um aumento na marcação a mercado dos instrumentos de *swap*.

Demonstrações do resultado dos anos 2017, 2016 e 2015 e suas variações

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	31/12/2017	AV (%) 2017	31/12/2016	AV (%) 2016	31/12/2015	AV (%) 2015	Análise Horizontal 2017 x 2016	Análise Horizontal 2016 x 2015
Receita de bens e serviços	10.734.118	100%	8.454.200	100%	10.185.570	100%	27%	-17%
Custo dos Bens e Serviços	-9.099.024	-85%	-7.966.878	-94%	-10.013.018	-98%	14%	-20%
Resultado Bruto	1.635.094	15%	487.322	6%	172.552	2%	236%	182%
Despesas Receitas operacionais	-751.224	-7%	-708.914	-8%	-3.897.340	-38%	6%	-82%
Despesas com Vendas	-250.950	-2%	-272.731	-3%	-258.141	-3%	-8%	6%
Despesas Gerais e Administrativas	-404.393	-4%	-354.218	-4%	-440.121	-4%	14%	-20%
Outras (Despesas/Receitas) Operacionais	-250.777	-2%	-224.826	-3%	-3.199.078	-31%	12%	-93%
Resultado de Equivalência Patrimonial	154.896	1%	142.861	2%	95.582	1%	8%	49%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	883.870	8%	-221.592	-3%	-3.629.206	-36%	-499%	-94%
Resultado Financeiro	-462.920	-4%	-30.156	0%	-1.245.693	-12%	1435%	-98%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	420.950	4%	-251.748	-3%	-4.874.899	-48%	-267%	-95%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-105.870	-1%	-325.095	-4%	1.189.922	12%	-67%	-127%
Lucro/Prejuízo consolidado do Período	315.080	3%	-576.843	-7%	-3.684.977	-36%	-155%	-84%

2017 – 2016 COMENTÁRIOS

Receita de vendas de bens e serviços

No ano de 2017, a receita líquida foi de R\$10,7 bilhões, contra R\$8,5 bilhões em 2016, um crescimento de 27,0% em função de maiores volume de venda de aço e minério de ferro, bem como da elevação dos preços médios ao longo do ano.

Na Unidade de Siderurgia foram vendidas 4,0 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos em 2017 (3,7 milhões de toneladas em 2016), enquanto na Unidade de Mineração foram vendidos 3,7 milhões de toneladas de minério de ferro (3,2 milhões em 2016).

Custo dos bens ou serviços vendidos

Em 2017, o CPV foi de R\$9,1 bilhões, contra R\$8,0 bilhões em 2016, um crescimento de 14,2% principalmente em função ao maior volume vendido e ao aumento dos custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas. A margem bruta no ano de 2017 foi de 15,2%, contra 5,8% em 2016.

Despesas e receitas operacionais

No ano de 2017, as despesas com vendas foram de R\$251,0 milhões, contra R\$272,7 milhões em 2016, principalmente devido a menor provisão para devedores duvidosos em R\$31,3 milhões, parcialmente compensada por maiores custos de distribuição devido à maior exportação de aço e minério de ferro no período.

As despesas gerais e administrativas em 2017 foram de R\$404,4 milhões, contra R\$354,2 milhões em 2016, representando uma elevação de 14,2%, em função de maiores despesas com mão de obra própria e de terceiros, bem como de despesas gerais.

Outras despesas e receitas operacionais foram de R\$250,8 milhões negativos em 2017 contra R\$224,8 milhões negativos em 2016, em função de:

- Impairment de ativos no valor de R\$74,9 milhões em 2017, relativo ao ágio proveniente da aquisição da Controlada Rios Unidos, Controlada Modal e Coligada Codeme, contra uma reversão de impairment de R\$358,3 milhões em 2016 na unidade de Mineração; Vale destacar que o EBITDA Ajustado não é impactado por eventos de impairment de ativos;
- Resultado de venda e baixa de ativos negativo no valor de R\$1,2 milhão em 2017, contra R\$71,5 milhões positivo em 2016;
- Maiores provisões para demandas judiciais em R\$73,1 milhões, que foram de R\$138,1 milhões em 2017 contra R\$65,0 milhões em 2016.

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

- Recebimento decorrente do Acordo firmado no processo de arbitragem contra o Porto Sudeste, no valor de R\$201,1 milhões líquido de despesas no ano de 2017.
- Resultado de venda de energia elétrica de R\$14,0 milhões positivo em 2017, contra R\$132,8 milhões negativo em 2016.
- Créditos fiscais de R\$237,5 milhões em 2017, contra R\$176,3 milhões em 2016;
- Menores despesas com custos não absorvidos de equipamentos parados no valor de R\$403,8 milhões, dos quais R\$349,1 milhões foram relativos a depreciação, contra R\$485,1 milhões em 2016, dos quais R\$427,9 milhões foram relativos a depreciação;
- Evento extraordinário, não recorrente, referente a despesa pela antecipação de término de contrato com fornecedor de R\$70,7 milhões em 2016. Não houve evento desta natureza em 2017;
- Maior receita com o Programa Reintegra que foi de R\$25,4 milhões em 2017, contra R\$0,8 milhão em 2016.

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

O resultado de equivalência patrimonial em coligadas e controladas foi de R\$154,9 milhões em 2017, contra R\$142,9 milhões em 2016, principalmente decorrente do desempenho da Unigal e da MRS Logística.

Resultado financeiro

No ano de 2017, o resultado financeiro líquido foi de R\$462,9 milhões negativos, contra R\$30,1 milhões negativos em 2016, principalmente em função da desvalorização do Real frente ao Dólar de 1,5% em 2017, contra uma valorização de 16,5% em 2016, que resultou em perdas cambiais de R\$21,6 milhões em 2017 contra ganhos cambiais de R\$639,1 milhões em 2016. Adicionalmente, o ano de 2017 apresentou despesas com operações de swap de R\$0,1 milhão contra despesas de R\$302,1 milhões em 2016, em função da renegociação das dívidas da Companhia iniciada em 2016, onde alguns contratos, alvos da renegociação, foram encerrados e substituídos por novos instrumentos de dívidas colaborando assim para o aumento destas despesas.

2016 – 2015 COMENTÁRIOS

Receita de vendas de bens e serviços

No exercício de 2016, a receita líquida foi de R\$8,5 bilhões, contra R\$10,2 bilhões em 2015, uma redução de 17,0% em função de menor volume de venda de aço e minério de ferro, decorrente da retração de mercado enfrentada pelas Unidades de Negócio da Companhia.

Na Unidade de Siderurgia foram vendidas 3,7 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos em 2016 (4,9 milhões de toneladas em 2015), enquanto na Unidade de Mineração foram vendidos 3,2 milhões de toneladas de minério de ferro (3,8 milhões em 2015).

Custo dos bens ou serviços vendidos

Em 2016, o CPV foi de R\$8,0 bilhões, contra R\$10,0 bilhões em 2015, uma redução de 20%, acompanhando o menor volume de venda de aço e minério de ferro, decorrente da retração de mercado. A margem bruta no ano de 2016 foi de 5,8%, contra 1,7% em 2015.

Despesas e receitas operacionais

No ano de 2016, as despesas com vendas foram de R\$272,7 milhões contra R\$258,1 milhões em 2015, principalmente devido a maior provisão para devedores duvidosos em R\$37,3 milhões, parcialmente compensada por menores custos de distribuição, menores despesas com serviços de terceiros e menores despesas gerais.

As despesas gerais e administrativas em 2016 foram de R\$354,2 milhões, contra R\$440,1 milhões em 2015, representando uma queda de 20%, decorrente da redução de 31,9% em despesas com mão de obra própria e de 14,1% em despesas gerais.

Outras despesas operacionais foram de R\$224,8 milhões em 2016 contra R\$3,2 bilhões em 2015 consequência principalmente da reversão de *impairment* na Unidade de Mineração no valor de R\$357,5 milhões contra um *impairment* de R\$2,6 bilhões em 2015 (sendo R\$2,1 bilhões na Unidade de Mineração, R\$357,2 milhões na Unidade de Siderurgia e R\$56,7 milhões na Unidade de Transformação do Aço), das menores despesas relacionadas com a reestruturação dos negócios de Siderurgia e Mineração, sendo R\$3,8 milhões em 2016 contra R\$256,8 milhões em 2015 e de créditos fiscais de R\$176,3 milhões em 2016 (não houve evento desta natureza em 2015). Estes eventos foram parcialmente compensados pelas maiores despesas com custos não absorvidos de equipamentos parados em 2016, totalizando R\$ 485

milhões contra R\$164 milhões em 2015, e o resultado negativo da venda de energia elétrica, R\$ 132 milhões em 2016 em comparação com um resultado positivo de R\$ 65,4 milhões em 2015.

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

O resultado de equivalência patrimonial em coligadas e controladas foi de R\$142,9 milhões em 2016, contra R\$95,6 milhões em 2015, principalmente decorrente do melhor desempenho das coligadas Unigal e da MRS Logística neste ano.

Resultado financeiro

No ano de 2016, as despesas financeiras líquidas foram de R\$30,2 milhões, contra R\$1,2 bilhão em 2015, em função da valorização cambial de 16,5% em 2016, contra uma desvalorização cambial de 47,0% em 2015, o que gerou ganhos cambiais de R\$639,1 milhões em 2016, contra perdas cambiais de R\$1,1 bilhão em 2015 e do resultado positivo em R\$9,0 milhões de efeitos monetários em 2016 contra um resultado negativo de R\$215 milhões em 2015. Estes eventos foram compensados pelos maiores juros sobre financiamentos no montante de R\$ 493 milhões em 2016 comparados com R\$255 milhões em 2015.

2015 – 2014 COMENTÁRIOS

Receita de vendas de bens e serviços

No ano de 2015, a receita líquida foi de R\$10,2 bilhões, contra R\$11,7 bilhões em 2014, em função de menores preços e volumes de vendas de aço e menor preço do minério de ferro, decorrente da retração de mercado. A Unidade de Bens de Capital teve sua receita líquida aumentada em 9,4% no período devido à carteira de pedidos realizada em 2015.

Na Unidade de Siderurgia foram vendidas 4,9 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos em 2015 (5,5 milhões de toneladas em 2014), enquanto na Unidade de Mineração foram vendidos 3,8 milhões de toneladas de minério de ferro (5,6 milhões em 2014).

Custo dos bens ou serviços vendidos

Em 2015, o CPV foi de R\$10,0 bilhões, contra R\$10,7 bilhões em 2014, uma redução de 6,5% basicamente em função do menor volume vendido pelo segmento de siderurgia e pela redução dos preços de algumas matérias primas, dentre elas o minério de ferro.

Despesas e receitas operacionais

No ano de 2015, as despesas com vendas foram de R\$258,1 milhões contra R\$290,9 milhões em 2014, devido, principalmente, a menores custos de distribuição, menores despesas com serviços de terceiros, parcialmente compensados por maiores provisões para devedores duvidosos e despesas gerais. As despesas gerais e administrativas em 2015 foram de R\$440,1 milhões, contra R\$501,5 milhões, representando uma queda de 12,2%, decorrente da redução de 9,0% com despesas com mão de obra própria, de 7,9% em serviços de terceiros e de 22,1% em despesas gerais. Outras despesas e receitas operacionais foram negativas em R\$3,2 bilhões, contra R\$278,7 milhões positivas em 2014, consequência principalmente do *impairment* de ativos registrado em 2015 totalizando R\$2,6 bilhões (na Mineração Usiminas no valor de R\$2,1 bilhões, na Siderurgia no valor de R\$357,2 milhões e na Transformação do Aço no valor de R\$56,7 milhões), do menor resultado de venda de energia elétrica de R\$313,4 milhões e, provisões relacionadas com a reestruturação dos negócios de Siderurgia e Mineração por R\$258,7 milhões (demissões de funcionários na usina de Cubatão e renegociação do contrato de logística de minério com a MRS).

Resultado financeiro

No ano de 2015, as despesas financeiras líquidas foram de R\$1,2 bilhão, contra R\$522,8 milhões em 2014, em função da forte desvalorização cambial de 47,0% gerando maiores perdas cambiais que foram de R\$1,1 bilhão em 2015 e R\$193,1 milhões em 2014.

10.2. Os diretores devem comentar sobre:

- a) Resultados das operações do emissor, em especial:
- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é gerada principalmente pela venda de produtos siderúrgicos, como chapas grossas, laminados a quente, laminados a frio, placas e galvanizados (Unidade de Siderurgia).

A Usiminas apresenta também em suas demonstrações financeiras consolidadas receitas provenientes das unidades de Mineração, Transformação do Aço e Bens de Capital. A receita destas unidades é gerada principalmente por:

- Mineração: Venda de minério de ferro através da Mineração Usiminas S.A.
- Transformação do Aço: Beneficiamento e distribuição de produtos siderúrgicos através da Soluções Usiminas S.A..
- Bens de Capital: Fabricação de Estruturas Metálicas, Equipamentos Industriais, Fundição e Vagões Ferroviários e Serviços de Montagens Industriais através da Usiminas Mecânica S.A..

Adicionalmente, no ano de 2017, a Companhia gerou receita não recorrente com venda de energia elétrica excedente.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da Usiminas é afetado principalmente pela demanda, que influência o volume vendido e os preços de nossos produtos e também pelas taxas de câmbio que podem facilitar a importação de produtos e dificultar nossa competitividade.

No ano de 2017, a receita líquida consolidada da Companhia foi de R\$10,7 bilhões contra R\$8,5 bilhões em 2016, um crescimento de 27,0% em função de maiores volume de venda de aço e minério de ferro, bem como da elevação dos preços médios ao longo do ano. A distribuição desta receita foi de 86% no mercado interno e 14% no mercado externo.

Na Unidade de Negócio Siderurgia, a receita líquida foi de R\$10,0 bilhões, 32,7% superior à de 2016, que foi de R\$7,5 bilhões, principalmente devido aos maiores volumes e preços de venda de aço. Na Unidade de Mineração, a receita líquida foi de R\$524,8 milhões, contra R\$366,1 milhões em 2016, um crescimento de 43,3%, em função do maior volume de vendas e do maior preço de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$72,3/t em 2017, contra US\$54,4/t em 2016, uma elevação de 33,0%. Na Unidade Transformação do Aço a receita líquida foi de R\$2,5 bilhões, contra R\$1,9 bilhão em 2016, um crescimento de 34,7%, devido ao maior volume de vendas e serviços e pelo maior preço médio em cerca de 16% no período. Por fim, da Unidade Bens de Capital a receita líquida apurada foi de R\$287,6 milhões, contra R\$568,3 milhões em 2016, uma redução de 49,4%, principalmente decorrente da redução de sua carteira de projetos de equipamentos, estruturas e montagens em razão da estagnação de projetos nos setores de óleo e gás e infraestrutura no país.

Em 2016, a receita líquida consolidada da Companhia foi de R\$8,5 bilhões contra R\$10,2 bilhões em 2015, uma redução de 17,0% em função de menor volume de venda de aço e minério de ferro, decorrente da retração de mercado enfrentada pelas Unidades de Negócio da Companhia. A distribuição desta receita foi de 88% no mercado interno e 12% no mercado externo.

Na unidade de Siderurgia, a receita líquida foi de R\$7,5 bilhões, 18,1% inferior à de 2015, que foi de R\$9,2 bilhões, devido ao menor volume de vendas de aço no mercado doméstico em 11,5%, reflexo da retração da economia brasileira no ano que afetou fortemente os setores industriais intensivos no consumo de aço, e ao menor volume de exportações em 64,0%, resultado das medidas antidumping de alguns países e a grande concorrência com as exportações chinesas. Na unidade de Mineração a receita líquida foi de R\$366,1 milhões em 2016, contra R\$401,5 milhões em 2015, uma redução de 8,8%, em função do menor volume de vendas e da queda do preço de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$54,4/t em 2016 contra US\$58,5/t em 2015, uma redução de 7,0%. Na unidade Transformação do Aço a receita líquida foi de R\$1,85 bilhão em 2016, contra R\$1,92 bilhão, uma redução de 3,7%, devido ao menor volume de vendas e serviços parcialmente compensado pelo maior preço médio em 1% no período. Na unidade Bens de Capital a receita líquida apurada foi de R\$568,3 milhões em 2016, contra R\$868,6 milhões em 2015, uma redução de 34,6%, principalmente decorrente da redução de sua carteira de projetos de equipamentos, estruturas e montagens em razão da estagnação de projetos nos setores de óleo e gás e infraestrutura no país.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a receita líquida consolidada da Companhia alcançou R\$10,2 bilhões, contra R\$11,7 bilhões em 2014. Esta receita no mercado interno foi inferior ao ano de 2014 em 19,3%, e no mercado externo o desempenho foi superior ao ano de 2014 em 21,6%. O mix de vendas da unidade de siderurgia representou 73% no mercado doméstico e 27% nas exportações.

Na unidade de Siderurgia a receita líquida foi de R\$9,2 bilhões em 2015, 16,1% inferior à de 2014, que foi de R\$10,9 bilhões, devido ao menor volume de vendas de aço no mercado doméstico em 21,5% e menor preço médio em 2,2%, parcialmente compensado pelo maior volume de exportações em 36,8%. Adicionalmente, houve maior venda de produtos de menor valor agregado em ambos os mercados. Na unidade de Mineração a receita líquida apresentou uma redução de 46%, atingindo R\$401,5 milhões contra R\$743,0 milhões no ano de 2014, em função do menor volume de vendas e da queda expressiva do preço de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$103,6/t em 2014 para US\$58,5/t em 2015, uma redução de 43,5%. Tais efeitos foram parcialmente compensados pela desvalorização cambial em 2015. Na unidade de Transformação do Aço a receita líquida foi de R\$1,9 bilhão em 2015, contra R\$2,3 bilhões em 2014, uma redução de 17,8%, devido ao menor volume de vendas e serviços parcialmente compensado pelo maior preço médio em 2,5% no período. Na unidade de Bens de Capital a receita líquida apurada em 2015 foi de R\$868,6 milhões, contra R\$794,3 milhões em 2014, um aumento de 9,4%, principalmente decorrente do incremento de projetos no segmento de montagens industriais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a receita líquida consolidada da Companhia alcançou R\$11,7 bilhões, contra R\$12,8 bilhões em 2013. Esta receita no mercado interno foi inferior ao ano de 2013 em 13,3%, e no mercado externo o desempenho foi superior ao ano de 2013 em 34,5%. O mix de vendas da Unidade de Siderurgia representou 82,5% no mercado doméstico e 17,5% nas exportações. Na Unidade de Mineração a receita líquida apresentou redução de 34,6%, atingindo R\$743,0 milhões contra R\$1.136,0 milhões em 2013, em função da queda do preço médio de minério de ferro no mercado internacional e do menor volume de vendas. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$134,7/t em 2013 para US\$103,6/t em 2014. Tais efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto da valorização do Dólar médio em 9,0% na comparação entre os anos. Na Unidade de Transformação do Aço a receita líquida foi de R\$2,3 bilhões, 9,3% superior ao apurado em 2013, devido ao aumento de 12,8% no volume de vendas e serviços e ao maior preço médio em 9,4% realizado neste período. Na Unidade de Bens de Capital a receita líquida apurada foi de R\$794,3 milhões, 18,3% inferior à de 2013, principalmente em decorrência da redução do volume de projetos.

Demonstração de Resultado por Unidades de Negócios - Acumulado

	R\$ milhões	Siderurgia*	Mineração	Transformação	Bens de	Eliminações e	Consolidado
				do Aço	Capital	Ajustes	
0047	Receita Líquida de Vendas	9.980	525	2.497	288	(2.556)	10.734
2017	Mercado Interno	8.635	344	2.496	287	(2.556)	9.207
	Mercado Externo	1.346	180	1	1	-	1.527
	Receita Líquida de Vendas	7.518	366	1.853	568	(1.852)	8.454
2016	Mercado Interno	6.609	292	1.853	567	(1.852)	7.469
	Mercado Externo	909	74	-	1	-	985
	Receita Líquida de Vendas	9.174	402	1.925	869	(2.184)	10.186
2015	Mercado Interno	7.088	402	1.919	840	(2.184)	8.065
	Mercado Externo	2.086	-	6	29	-	2.121

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Indicadores	2017	AV (%) 2017	2016	AV (%) 2015	2015	AV (%) 2015	Var. 2017/2016	Var. 2016/2015
Vendas físicas de aço (t mil)	4.026	100%	3.652	100%	4.915	100%	10%	-26%
Mercado Interno	3.441	85%	3.176	87%	3.590	73%	8%	-12%
Mercado Externo	585	15%	477	13%	1.325	27%	23%	-64%
Vendas de minério (t mil)	3.676	100%	3.207	100%	3.790	100%	15%	-15%
Mercado Interno - Para Terceiros	293	8%	284	9%	279	7%	4%	2%
Mercado Externo	891	24%	520	16%	-	-	71%	-
Mercado Interno - Usiminas	2.492	68%	2.403	75%	3.511	93%	4%	-32%

No ano de 2017, o volume total de vendas foi de 4,0 milhões de toneladas, contra 3,7 milhões de toneladas em 2016, representando um crescimento de 10,2%. O mercado interno, com maior representatividade, registrou vendas de 3,4 milhões de toneladas em 2017, contra 3,2 milhões em 2016, um crescimento de 8,4% na comparação com o ano anterior, principalmente impulsionado pela recuperação da demanda nos setores automotivo, setores ligados à safra tais como máquinas agrícolas e silos, e setores exportadores. As exportações foram de 584,3 mil toneladas, uma elevação de 22,6% em relação às de 2016. A participação das vendas no mercado doméstico representou 85% das vendas totais, em 2017.

Em relação às vendas de minério, o volume total foi de 3,7 milhões de toneladas em 2017, contra 3,2 milhões em 2016, um aumento de 14,6%, principalmente devido à retomada das exportações no terceiro trimestre do ano.

No ano de 2016, o volume total de vendas de aço foi de 3,7 milhões de toneladas, contra 4,9 milhões de toneladas em 2015, representando uma redução de 25,7%. O mercado interno, com maior representatividade, registrou vendas de 3,2 milhões de toneladas em 2016, uma redução de 11,5% na comparação com o ano anterior, em função da forte queda da demanda no Brasil. As exportações foram de 477 mil toneladas, uma redução de 64,0% em relação às de 2015, refletindo as medidas antidumping de alguns países e a grande concorrência com as exportações chinesas. A participação das vendas no mercado doméstico cresceu, atingindo 87% das vendas totais, em 2016.

O volume de vendas de minério foi de 3,2 milhões de toneladas em 2016, contra 3,8 milhões em 2015, uma redução de 15,4%, principalmente devido à queda no consumo de aço no Brasil, parcialmente compensada pela exportação de 520 mil toneladas.

No ano de 2015, o volume total de vendas de aço foi de 4,9 milhões de toneladas, contra 5,5 milhões de toneladas em 2014, representando uma redução de 11,3%. O mercado interno, com maior representatividade, registrou vendas de 3,6 milhões de toneladas em 2015, uma redução de 21,5% na

comparação com o ano anterior, em função da fraca demanda da Grande Rede e do segmento automotivo (recuos de 15,5% e 27,7% respectivamente). As exportações atingiram 1,3 milhão de toneladas, um incremento de 36,8%, compensando parcialmente a queda das vendas no mercado doméstico.

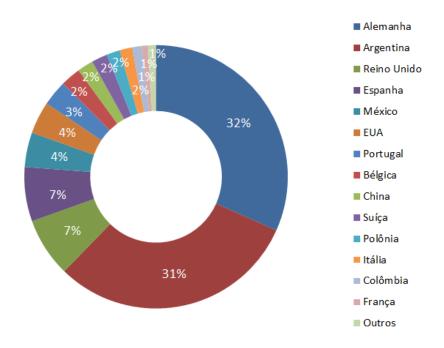
Em 2015, o volume total de vendas de minério registrado foi inferior em 32,6% quando comparado ao de 2014 devido a restrições logísticas de exportação e queda no consumo de aço no Brasil gerando redução nos níveis de produção.

Destacamos abaixo o volume de vendas da Siderurgia em 2017:

Detalhamento das Vendas Físicas da Siderurgia por Produto

Mil toneladas	20	17	201	16	201	15	Var. 2017/2016	Var. 2016/2015
VENDAS FÍSICAS TOTAIS	4.026	100%	3.652	100%	4.915	100%	10%	-26%
Chapas Grossas	481	12%	518	14%	890	18%	-7%	-41%
Laminados a Quente	1.139	28%	975	27%	1.580	32%	17%	-38%
Laminados a Frio	1.319	33%	1.152	32%	1.125	23%	14%	2%
Galvanizados	1.028	26%	920	26%	851	18%	12%	4%
Produtos Processados	-	0%	-	0%	10	0%	-	-
Placas	59	1%	87	2%	459	9%	-32%	-81%

Os principais destinos das exportações em 2017 foram:



Preços de vendas

O preço de vendas médio dos produtos siderúrgicos em 2017 apresentou uma elevação em relação a 2016. A receita líquida por tonelada foi superior em 20,4% na comparação com 2016, sendo uma elevação de 20,5% nos preços médios das vendas para o mercado interno e 20,4% nos preços médios das vendas para o mercado externo. Para a unidade de Mineração a receita líquida por tonelada registrada em 2017 foi 25% superior à receita liquida por tonelada do ano de 2016, em função da elevação do preço médio de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$72,3/t em 2016 contra US\$54,4/t em 2016, uma elevação de 33,0%.

Em 2016, o preço de venda médio dos produtos siderúrgicos apresentou uma variação positiva. A receita líquida por tonelada foi superior em 6,4% na comparação com 2015, sendo uma elevação de 0,9% nos preços médios das vendas para o mercado interno e 17,1% nos preços médios das vendas para o mercado externo. Para a unidade de Mineração a receita líquida por tonelada registrada em 2016 foi 11% inferior à receita liquida por tonelada do ano de 2015, em função da queda do preço médio de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$54,4/t em 2016 contra US\$58,5/t em 2015, uma redução de 7,0%.

O preço de venda médio dos produtos siderúrgicos mostraram variação negativa em 2015 em decorrência da acirrada concorrência entre as usinas locais e do adverso ambiente de negócios da siderurgia mundial. A receita líquida por tonelada foi inferior em 5,4% sendo uma redução de 2,2% no preço médio do mercado interno e de 7,6% no mercado externo. Adicionalmente, houve maior venda de produtos de menor valor agregado em ambos os mercados. Para a unidade de Mineração a receita líquida por tonelada registrada em 2015 foi 2,9% inferior à receita liquida por tonelada do ano de 2014, em função da queda do preço médio de minério de ferro no mercado internacional parcialmente compensada pela desvalorização cambial em 2015. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$103,6/t em 2014 para US\$58,5/t em 2015, uma redução de 43,5%.

c) Impactos da inflação, da variação de preços, dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Variações no custo das vendas

Em 2017, o custo de venda para a Unidade de Siderurgia foi de R\$8,5 bilhões, superior em 19,9% em relação a 2016, principalmente em função do maior volume vendido e ao aumento dos custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas. Em relação à Unidade de Mineração, o custo de venda foi de R\$343,0 milhões, uma elevação de 15,9% em relação a 2016, principalmente em função do maior volume vendido em 14.6%.

O custo de matérias primas corresponde a mais da metade do custo de vendas da Companhia, principalmente placas adquiridas, carvões e minérios de ferro. Os preços destes itens seguem a dinâmica de oferta e demanda de mercado, acompanhando evolução do índice PLATTS. Combustíveis, energia e utilidades tem uma participação de cerca de 10% do custo de vendas. Os preços de combustíveis, majoritariamente gás natural, são definidos pelas agências reguladoras estaduais, enquanto o valor de utilidades segue fórmula paramétrica definida em contrato. Já o preço da energia elétrica, para a qual a Companhia possui contratos específicos que asseguram o fornecimento, é reajustado pelo índice de variação de preços IGP-M ou pelo IPCA, conforme cada contrato, sem impacto das variações de mercado. Por fim, o custo de mão de obra representa aproximadamente 9% do custo de vendas, seguindo os acordos coletivos negociados em cada localidade. Os demais itens de custo comportam-se em sua maioria de acordo com a inflação.

No ano de 2016, o custo de vendas para a unidade de Siderurgia foi de R\$7,1 bilhões, inferior em 22,5% em relação a 2015, em função do menor volume vendido pelo segmento de siderurgia. O CPV médio por tonelada teve um aumento de 4,3% em relação ao de 2015.

Os gastos fixos com mão de obra representaram aproximadamente 11% do custo de vendas da Companhia no ano de 2016 e segue a evolução dos acordos salariais das categorias. Já os gastos com energia elétrica e utilidades representaram 7% do custo de venda da Companhia no exercício. A energia elétrica conta com contratos específicos que asseguram o fornecimento e cujos preços são ajustados pelo índice de variação de preços IGP-M ou pelo IPCA, conforme cada contrato. Os demais custos são influenciados pela inflação local.

No ano de 2015, o custo de vendas para a unidade de Siderurgia foi de R\$9,1 bilhões, inferior em 9,3% em relação a 2014, em função do menor volume vendido pelo segmento de siderurgia parcialmente compensado pelo aumento dos custos de readequação das operações. O CPV médio por tonelada teve um aumento de 2,2% em relação ao de 2014.

Os gastos fixos com mão de obra representaram aproximadamente 11% do custo de vendas da Companhia no ano de 2015 e segue a evolução dos acordos salariais das categorias e que acompanharam a variação do INPC. Já os gastos com energia elétrica e utilidades representaram 7% do custo de venda da Companhia no exercício. A energia elétrica conta com contratos específicos que asseguram o fornecimento e cujos preços são ajustados pelo índice de variação de preços IGP-M ou pelo IPCA, conforme cada contrato. Os demais custos são influenciados pela inflação local.

Variação cambial

Adicionalmente ao comentado no item anterior, as Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. As operações de derivativos têm como objetivo principal diminuir a volatilidade no fluxo de caixa oriunda da variação das moedas estrangeiras em relação ao Real. Como medida protetiva de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração tem adotado como política efetuar operações de *swap* e, adicionalmente, ter seus ativos vinculados moeda externa, conforme demonstrado a seguir:

Em reais mil	2017	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	1.478.473	103.130	143.256
Títulos e valores mobiliários	8.428	8.146	160.976
Contas a receber	297.966	87.334	176.207
Adiantamentos a fornecedores	5.404	12.684	21.804
Ativos em moeda estrangeira	1.790.271	211.294	502.243
Empréstimos e financiamentos	(1.747.954)	(1.779.065)	(3.725.360)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(219.628)	(167.613)	(471.048)
Adiantamento de clientes	(13.699)	(4.607)	(13.857)
Demais contas a pagar	(18.159)	(16.786)	(15.763)
Passivos em moeda estrangeira	(1.999.440)	(1.968.071)	(4.226.028)
Exposição líquida	(209.169)	(1.756.777)	(3.723.785)

Em 2017 a variação cambial sobre a posição líquida passiva da Companhia gerou uma perda de R\$21,6

milhões, contra um ganho de R\$639,0 milhões em 2016 e perda de R\$1,1 bilhão em 2015.

Variação na taxa de juros

Durante os anos de 2017, 2016 e 2015, os empréstimos e financiamentos das Empresas Usiminas, a taxas variáveis, eram denominados em reais, dólar dos Estados Unidos, ienes e euros.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos podem ser demonstradas conforme a seguir:

Em reais mil	2017	%	2016	%	2015	%
Empréstimos e financiamentos						
Pré-fixada	636.251	9	642.964	9	2.295.166	29
TJLP	359.896	5	379.880	5	413.518	5
Libor	1.032.430	16	1.065.773	15	1.306.185	17
CDI	3.549.410	54	3.735.406	54	2.551.219	33
Outras	108.427	2	102.550	1	242.336	3
Total Empréstimos e financiamentos	5.686.414	86	5.926.573	86	6.808.424	87
Debêntures						
CDI	949.365	14	997.735	14	1.060.290	13
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	6.635.779	100	6.924.308	100	7.868.714	100

Em 2017, 2016 e 2015, os juros reais sobre empréstimos e financiamentos e tributos parcelados da Companhia, impactaram seus resultados negativamente no montante de R\$637 milhões, R\$494 milhões e R\$256 milhões respectivamente.

Impactos no resultado financeiro

Em reais mil	2017	2016	2015
Efeitos monetários ativos, basicamente sobre aplicações financeiras corrigidas			
com base na variação do CDI	203.256	283.083	137.555
Correção monetária dos depósitos judiciais	31.612	47.334	51.475
Efeitos monetários passivos, principalmente sobre empréstimos e financiamentos			
indexados pelo CDI e TJLP	(116.573)	(273.797)	(352.754)
Ganhos e perdas cambiais, líquidos, decorrentes de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira (empréstimos e financiamentos, fornecedores, aplicações			
financeiras e clientes)	(21.601)	639.098	(1.072.090)

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham causar nas demonstrações financeiras do emissor e seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia está composta por 4 unidades de negócios: Mineração, Siderurgia, Transformação do aço e Bens de Capital. Não ocorreram alterações nessa composição nos últimos três exercícios sociais.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

i. Alienação da operação de transportes da Rios Unidos

Em 22 de abril de 2015, a Companhia e sua controlada direta Usiminas Mecânica S.A. firmaram contrato de compra e venda com a Grecco Logística Internacional S.A. ("Grecco") para transferência da totalidade das suas quotas no capital social da Transportes Itaquaquecetuba Ltda. ("Transportes Itaquaquecetuba").

Em 30 de setembro de 2015, a Transportes Itaquaquecetuba recebeu a parcela cindida da Rios Unidos Logística e Transportes de Aço Ltda. ("Rios Unidos"), relativa aos elementos ativos e passivos relacionados às atividades de transporte e armazenamento de cargas siderúrgicas.

Em 15 de janeiro de 2016, a operação foi concluída e a Transportes Itaquaquecetuba foi incorporada pela Grecco, que pagará o montante de R\$18 milhões em até 5 anos.

c) Eventos ou operações não usuais

2017

i. Redução de Capital na Mineração Usiminas

Em 03 de março de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária da MUSA, foi aprovada, por unanimidade de votos dos seus acionistas, a redução do capital social da MUSA no valor de R\$1,0 bilhão, dos quais R\$700,0 milhões foram entregues à Companhia em 19/05/17, proporcionalmente à sua participação no capital social da MUSA.

ii. Acordo entre a Mineração Usiminas S.A. e a Porto Sudeste do Brasil S.A.

Em 27 de maio de 2015, a Mineração Usiminas S.A. notificou a Porto Sudeste do Brasil S.A. (atual denominação social de MMX Porto Sudeste Ltda.) sobre a imediata rescisão do contrato de prestação de serviços de operação portuária de recebimento, movimentação, armazenagem e embarque de minério de titularidade da Mineração Usiminas no Terminal da Porto Sudeste, nas modalidades Take or Pay e Delivery or Pay, em razão do reiterado inadimplemento, pela Porto Sudeste, de sua obrigação de concluir e de colocar o porto em operação, bem como pelo não pagamento de penalidades contratuais. A Companhia adotou as providências cabíveis para resguardar os seus direitos, inclusive em processo de arbitragem, pleiteando o pagamento das multas, o ressarcimento de lucros cessantes, além de demais perdas e danos, previstos em contrato. O referido contrato foi assinado com vigência de 5 anos a contar do primeiro embarque, previsto inicialmente para abril de 2012. Em 06 de junho de 2017, a Mineração Usiminas celebrou um acordo com a Porto Sudeste para por fim ao processo de arbitragem, resultando no distrato do referido contrato e na renúncia de todos os direitos que ambos ainda pudessem ter em relação ao contrato. O acordo estabelece um pagamento da Porto Sudeste para a Mineração Usiminas no montante de R\$205.106. Nesta mesma data, também foi celebrado um novo contrato de prestação de serviços de operações portuárias, que prevê que a Mineração Usiminas terá o direito, mas não a obrigação, de movimentar pelos próximos anos um volume total de até 17,5 milhões de toneladas de minério de ferro pelo Terminal Portuário da Porto Sudeste, localizado no município de Itaguaí - RJ. Em 12 de julho de 2017, a controlada Mineração Usiminas S.A. recebeu o montante de R\$205.106 da Porto Sudeste do Brasil S.A., decorrente da celebração do acordo para por fim ao processo de arbitragem. Com este recebimento, cujos efeitos contábeis foram registrados no resultado de 30 de junho de 2017, o contrato de prestação de serviços de operação portuária, celebrado em 11 de fevereiro de 2011, e o processo arbitral encontram-se extintos. A Sentença que homologou o acordo entre as partes foi proferida em 05 de setembro de 2017.

iii. Renegociação das dívidas

Em 15 de dezembro de 2018, a Usiminas realizou perante os Bancos Brasileiros, os Bancos Japoneses e os Debenturistas (conforme definidos nos Fatos Relevantes de 09 e 12.09.2016 e, em conjunto, "Credores"), o pagamento do valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do saldo do principal em aberto das notas emitidas por sua subsidiária Usiminas Commercial Ltd., de forma pro rata, a título de amortização parcial das dívidas da Usiminas com cada um dos Credores, no montante total de US\$89.897.000,00.

2016

i. Aumento de Capital

Com o objetivo de reforçar o caixa da Companhia, a Usiminas emitiu novas ações, ordinárias e preferenciais, totalizando R\$1.050.294.935,04. O Conselho de Administração homologou em 03/06/16 o Aumento de Capital com a subscrição de 39.292.918 ações preferenciais classe "A", idênticas às ações dessa espécie e classe já existentes, ao preço de emissão de R\$1,28 por ação, totalizando o montante de R\$50.294.935,04. Em 19/07/16, em Assembleia Geral Extraordinária, foi homologado o Aumento de Capital com a subscrição de 200.000.000 ações ordinárias ao preço de emissão de R\$5,00 por ação, totalizando o montante de R\$1.000.000.000,00. Assim, o capital social da Companhia passou a ser de R\$13.200.294.935,04, dividido em 1.253.079.108 ações, sendo 705.260.684 ações ordinárias, 547.740.661 ações preferenciais classe A e 77.763 ações preferenciais classe B, todas escriturais, sem valor nominal.

ii. Renegociação das dívidas

A Companhia concluiu, em 12/09/16, a assinatura de todos os documentos definitivos de renegociação de suas dívidas e reitera que a celebração dos Instrumentos Definitivos marca a conclusão do processo de reestruturação financeira da Companhia junto aos Credores (representando aproximadamente 92% do endividamento total da Companhia), o qual, na visão de sua Administração, preserva as suas capacidades financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos.

10.4 Comentários dos diretores sobre:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estavam em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A adoção antecipada das normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

■ IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros: A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos

instrumentos financeiros existentes e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. No entanto, a Administração realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017 e nas relações de hedge identificadas em 2017 no âmbito da IAS 39 e concluiu que não haverá impactos significativos. A Administração também avaliou o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros e chegou à mesma conclusão de que não haverá impactos significativos, uma vez que a Companhia já vem trabalhando com um modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas.

- IFRS 15 / CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes: A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma, quais sejam: identificação do contrato com o cliente, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço da transação e reconhecimento da receita. Com base nesta análise, a Administração concluiu que não haverá impactos significativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.
- IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil: A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, são a seguir apresentadas. As Empresas Usiminas pretendem adotar essas normas, se aplicáveis, quando essas entrarem em vigência.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros: A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.
- IFRS 15 Receitas de contratos com clientes: A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A

IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.

- IFRS 16 Leases (Arrendamentos) A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7): As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que o CPC 26 / IAS 7 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.
- Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações): As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que o CPC 32 / IAS 12 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Reapresentação de valores correspondentes

Para fins de comparabilidade de suas demonstrações financeiras, a Companhia reclassificou as operações de cessão de crédito (*forfaiting*) realizadas no mercado externo com fornecedores comerciais, da rubrica "Fornecedores" para a rubrica "Títulos a pagar - *Forfaiting*", nos Balanços patrimoniais e nas Demonstrações do fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2015.

		Consolidado
		31/12/2015
Saldos originais publicados	Reapresentações	Saldos reapresentados
27.758.332	_	27.758.332

Total do ativo

Fornecedores	1.187.274	(366.703)	820.571
Títulos a pagar - Forfaiting	587.458	366.703	954.161
Outros passivos circulantes e não circulantes	10.989.743	-	10.989.743
Total do passivo	12.764.475	-	12.764.475
Total do patrimônio líquido	14.993.857		14.993.857
Total do passivo e do patrimônio líquido	27.758.332	<u>-</u>	27.758.332

Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015

As normas e interpretações emitidas que são relevantes para as Empresas Usiminas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são a seguir apresentadas. As empresas Usiminas pretendem adotar essas normas, se aplicáveis, quando essas entrarem em vigência.

- IFRS 9 -Instrumentos Financeiros: A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na *IAS 39 Financial Instruments*: *Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilidação do hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.
- IFRS 15 Receitas de contratos com clientes: A IFRS 15 exige de uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos prinícipios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, a Companhia não espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

- IFRS 14 Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios);
- Alterações do CPC 19 / IFRS 11 Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto);
- Alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38 Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização);
- Alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28 Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 várias normas;
- Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28 Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação); e
- Alteração do CPC 26 / IAS 1 Disclosure Initiative (Initiativa de Divulgação).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Reapresentação de valores correspondentes

Para fins de melhor apresentação de suas demonstrações financeiras, a Companhia reclassificou determinados saldos a pagar derivados de operações de cessão de crédito (forfaiting) com fornecedores comerciais. Estes saldos, originalmente apresentados no balanço patrimonial na rubrica "Fornecedores, empreiteiros e fretes", foram reclassificados para rubrica específica do passivo circulante, denominada "Títulos a pagar". Adicionalmente, a Companhia reclassificou o saldo total da rubrica "Valores a pagar a empresas ligadas" para as rubricas "Fornecedores, empreiteiros e fretes" e "Títulos a pagar", de acordo com a natureza da operação.

Para fins de comparabilidade, os saldos de 31 de dezembro de 2014 foram reclassificados conforme a seguir:

(a) Balanço patrimonial				Consolidado
				31/12/2014
		Saldos originais publicados	Reclassificações	Saldos reapresentados
Total de ativos		30.484.062	-	30.484.062
Fornecedores, empreiteiros e fre	tes	1.948.744	(277.204)	1.671.540
Valores a pagar a empresas liga	das	338.357	(338.357)	-
Títulos a pagar		-	615.561	615.561
Outros passivos circulantes e não	o circulantes	9.435.346	-	9.435.346
Total de passivos		11.722.447	-	11.722.447
Total do patrimônio líquido		18.761.615	<u>-</u>	18.761.615

Ao longo de 2015 e 2014, a Companhia efetuou compras de matérias-primas junto a fornecedores nacionais, principalmente minério de ferro e combustíveis, que por sua vez descontaram os títulos junto a instituições financeiras, por meio de operação de cessão de crédito (*forfaiting*), a qual consiste, basicamente, na venda desses recebíveis, sem direito de regresso, a taxas de juros que variam entre 1% a.m. e 1,6% a.m. Em 31 de dezembro de 2015, o passivo relativo a estas compras correspondia a R\$587.458 (31 de dezembro de 2014 - R\$615.561). O prazo médio de pagamento desses títulos é de 180 dias.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alteração nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Companhia não possui ressalva em suas Demonstrações Financeiras referentes às Demonstrações Financeiras de 2017, 2016 e 2015.

O parecer dos auditores independentes referente às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017 não apresentou ênfase.

Em relação às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016, o parecer dos auditores independentes apresentou a seguinte ênfase "Chamamos a atenção para a nota explicativa 20, que descreve certas condições que requereriam o vencimento antecipado de dívidas significativas da Companhia e que devem ser cumpridas até 30 de junho de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto".

Em relação às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015, o parecer dos auditores independentes apresentou a seguinte ênfase "Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve o plano de ação definido pela Administração para equalizar as obrigações financeiras à geração de caixa da Companhia, que apresentou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como naquela data, excesso de passivos sobre os ativos circulantes. Essas condições, bem como o risco de não concretização do plano descrito indica a existência de incerteza material que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia."

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis das Empresas Usiminas, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos nacionais

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado é CDI e TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos, das debêntures e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica "Efeitos monetários", no Resultado financeiro.

Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

ESTIMATIVAS E PREMISSAS

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Valor recuperável de ativos (impairment) não financeiros

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Imposto de renda e contribuição social

As Empresas Usiminas estão sujeitas ao imposto de renda em alguns países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em

muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. As Empresas Usiminas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

A administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto.

As Empresas Usiminas apuram a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

Provisões para demandas judiciais

As Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos das Empresas Usiminas.

Provisão para recuperação ambiental

Como parte das suas atividades de mineração, a Companhia reconhece no Consolidado provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.

Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
- i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A companhia possui os seguintes contratos de arrendamentos mercantis operacionais:

- A Mineração Usiminas S.A (MUSA) possui contrato vigente junto à MBL Materiais Básicos Ltda., assinado em Julho de 2011, no valor contratual estimado de US\$300 milhões referente ao arrendamento de direitos minerários na região de Serra Azul, Minas Gerais. O arrendamento tem duração de 30 anos, contados a partir de 15 de Outubro de 2012, data em que o contrato de arrendamento foi autorizado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) ou até a exaustão das reservas minerais.
- ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços

A Companhia possui os seguintes contratos operacionais relevantes para compras futuras:

Contratos de Fornecimento de Minério de Ferro

O principal fornecedor de minério de ferro para a Usiminas em 2017 foi a Mineração Usiminas S/A – MUSA. O contrato entre a Usiminas e a Mineração Usiminas – MUSA é válido de Jan/2011 a Dez/2048. O compromisso de compras até 2016 foi de 4 milhões de toneladas (base seca) de minério de ferro por ano em regime *take or pay*. Para 2017 foi acordado entre as partes um volume de compras de 2,4 milhões de toneladas (base úmida), o que foi cumprido em sua plenitude. A partir de 2018 e até o fim de 2021 o volume de *take or pay* anual passa a ser 2,3 milhões de toneladas (base seca), conforme comunicado ao mercado divulgado em 5 de dezembro.

Em complemento ao volume estabelecido com a Mineração Usiminas - MUSA para suprir a demanda necessária de minério de ferro a Usiminas realizou compras regulares com terceiros, destacando como principais fornecedores no ano de 2017 Vallourec, Bemisa e Itaminas.

Adicionalmente, a Usiminas manteve em 2017 um contrato de logística de transporte de minério com a VLI no valor de aproximadamente R\$180 milhões.

Contratos de Fornecimento de Carvão e Coque Verde de Petróleo

O carvão mineral utilizado nas atividades de siderurgia provém apenas do exterior, devido à inexistência de carvão com as especificações ideais para a aplicação no processo siderúrgico no Brasil.

A Usiminas celebrou contratos de longo prazo e *spot* de compra de carvão importado e Coque Verde de Petróleo (CVP) nacional no ano calendário 2017, correspondente a aproximadamente 2,3 milhões de toneladas, equivalentes a 100% do volume de carvão previsto para o atendimento das atividades da usina siderúrgica em Ipatinga até dezembro de 2017. A compra de coque verde de petróleo no mercado nacional e do carvão para injeção (PCI) e antracito no mercado internacional estão computados nesses dados.

Dentre os principais fornecedores de carvão, antracito e coque verde de petróleo no ano de 2017, destacam-se Blackhawk, Petrobrás Distribuidora, Contura e Jellinbah (Lake Vermont), responsáveis por aproximadamente 70% do fornecimento de carvão e CVP para a Usiminas no referido período.

Em 2017, o montante total aproximado para as compras de carvão, antracito e PCI somaram R\$811 milhões, e para as compras de CVP (Coque Verde de Petróleo) o valor aproximado foi de R\$178 milhões. Em 2017, a Usiminas não comprou nenhuma carga de coque metalúrgico importado, pois com o atual cenário produtivo a usina de Ipatinga é autossuficiente em coque.

- * Carvão mineral = carvão para coqueria, carvão para injeção (PCI) e antracito para sinterização.
- **valores FOB sem impostos e encargos financeiros

Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica

Em junho de 2007, a Companhia assinou com a CEMIG GT um contrato de fornecimento de energia elétrica para o período de 01/01/10 a 31/12/14, de cerca de 320 MW médios anuais. No final de 2009, a Companhia iniciou a renegociação desse contrato para revisar as condições contratuais. Em decorrência dessa renegociação, foram assinados dois novos documentos: o primeiro trata-se de um contrato com a CEMIG GT em que a Usiminas compra cerca de 320 MW médios anuais no período de 2010 a 2012, reduzindo para 120 MW médios anuais de 2013 a 2019. O segundo documento é um Termo de Cessão em que a CEMIG GT cede a Companhia parte de seu contrato de compra assinado com a Santo Antonio Energia S.A - SAESA. Por esse segundo documento, a Usiminas recebe da SAESA, a partir 2013 e até 2019, o montante de 200 MW médios anuais.

Para o período de 2017 à 2030 foi celebrado um termo de cessão de energia entre White Martins e Usiminas com interveniência da Cemig GT. O termo de cessão foi fruto de acordo comercial feito na negociação do TOP do contrato de criogênicos da Usina de Cubatão. O volume contrato de 65,408 MW médios possui obrigação de retirada de 32 MW médios (48,92% da energia contratada) e com uso exclusivo da Usina de Cubatão.

Em leilões realizados nos dias 07/12/17 e 03/01/18 foram comprados um total 100 MW médios de energia para o período de 2020 a 2022 com as empresas CTG e Engie, no caso foram adquiridos 50 MW médios de cada empresa para a Usina de Ipatinga.

Com exceção do termo de cessão feito entre White Martins e Usiminas com interveniência da Cemig GT, os demais contratos mencionados têm *take or pay* de 100%, ou seja, há obrigação de retirada do todo o valor contratado anual, contudo, eventuais excedentes são revendidos no mercado de energia.

Esses contratos perfazem cerca de R\$ 6,9 bilhões para o período de 01/01/2010 a 31/12/2030.

Contrato de Fornecimento de Gás com a COMGÁS

A USIMINAS e a COMGÁS celebraram em 13/05/2002 o contrato de fornecimento firme de gás natural para sua Usina de Cubatão. Esse contrato foi renovado de 01/06/17 até 31/05/2018 com a previsão de fornecimento de 200.000 m³/dia de gás natural. Em 2017 foram gastos R\$81 milhões (valores sem impostos recuperáveis).

Contrato de Fornecimento de Gás com a GASMIG

A USIMINAS e a GASMIG possuem um contrato firme com volume atual contratado de 235.000 m³/dia. Foi celebrado em 01/09/2017 e possui renovações automáticas. Eventualmente e conforme disponibilidade a Usiminas celebra compras de gás *spot* para uso exclusivo no Alto Forno. Em 2017 foram desembolsados R\$107 milhões (valores sem impostos recuperáveis) com gás natural da Gasmig.

Contrato de prestação de serviços com a MRS

A Mineração Usiminas S.A. (MUSA) possui contrato vigente junto à companhia MRS Logística S.A. (assinado em 01 de janeiro de 2011) para a prestação de serviços de transporte ferroviário de minério de ferro a partir dos terminais de carga até à Usina de Cubatão em SP e os Terminais Portuários no RJ com vigência até 30 de novembro de 2026. Este contrato foi renegociado com a MRS, eliminando as condições de *take or pay*, o que gerou um pagamento de indenização de 10 parcelas anuais de R\$31,5 milhões, a partir de 30 de janeiro de 2017, totalizando R\$315,5 milhões. Para fins de contabilização desta indenização, em 31 de dezembro de 2015 foi considerado o montante de R\$163,0 milhões, equivalente ao valor presente do fluxo de pagamento mencionado, em 31 de dezembro de 2016 este valor equivale à R\$184,1 milhões e em 31 de dezembro de 2017 este valor equivale à R\$174,7 milhões.

Contrato de Fornecimento de Gás com a White Martins

A Usiminas Siderúrgica possui alguns contratos vigentes com a White Martins Gases Industriais para fornecimento de gases industriais a todas as empresas do Grupo Usiminas.

Para a planta de Ipatinga o contrato, assinado em Abr/1996, originalmente teve vigência de 21,5 anos, com valor contratual estimado em R\$2,8 bilhões. Este contrato refere-se ao fornecimento dos gases para a produção de aço. Seguindo as regras do contrato, o mesmo foi renovado com a WM por mais 15 anos, cujo vencimento agora é Dez/2032. A planta de gases em Ipatinga era composta por equipamentos da WM e da Usiminas, sendo que na negociação foram vendidos os equipamentos da Usiminas à WM por R\$ 70 milhões. Transação ocorrida em 2016.

Para a planta de Cubatão a Usiminas possui dois contratos de fornecimento de gases para a produção de aço. Os contratos foram assinados em jul/2000 e set/2009 e têm vigência de 21,5 anos e 23 anos, respectivamente. O valor contratual estimado para estes dois contratos é de R\$1 bilhão. Devido à paralisação das áreas primárias em Cubatão, o contrato de fornecimento de gases para os Altos-Fornos teve seu encerramento antecipado e uma adequação foi feita no contrato de gases para toda a usina.

O grupo Usiminas possui contrato corporativo de fornecimento de gases envasados, sendo líquidos e gasosos. Este contrato foi assinado em out/2009 e esteve vigente até nov/2015.

Em Out/2015 foi firmada uma nova parceria com a WM para continuidade deste fornecimento a todas as empresas do grupo com vigência por mais 5 anos. O valor total estimado do novo contrato corporativo de gases envasados é de R\$18 milhões considerando todas as empresas do grupo.

iv. Contratos de construção não terminada

A Companhia possui diversos contratos relacionados a investimentos em suas usinas e na empresa Mineração Usiminas, que somam o montante de R\$19,4 milhões.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, despesas, resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

As despesas do contrato de arrendamento operacional citado acima são apropriadas ao resultado operacional da Companhia mensalmente pelo prazo do contrato.

Os custos dos contratos de fornecimentos são imputados ao resultado à medida em que são consumidos no processo de produção.

As receitas de vendas relacionadas aos contratos da Usiminas Mecânica são imputadas ao resultado conforme a evolução de cada item construído.

b) Natureza e o propósito da operação

O propósito da Companhia em manter estes contratos é garantir os fornecimentos necessários para o processo de produção.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas, e dos direitos gerados a favor do emissor em decorrência da operação

Conforme comentado no item 10.6.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

• O volume total de investimentos da Usiminas e das controladas no ano de 2017 foi de R\$196 milhões (R\$225 milhões em 2016).

Os principais projetos concluídos foram:

- Ipatinga Substituição da Ponte Rolante L8 Lingotamento Contínuo da Aciaria 2 Substituição da ponte rolante de manuseio de panelas aço líquido na Aciaria 2 de carregamento das máquinas de lingotamento contínuo. A nova ponte terá capacidade de 260 t. Início de operação: jan/2017.
- Ipatinga Aciaria 02 Instalação de Portão Frontal nos Convertedores 4 e 5 Projeto, fabricação e instalação de portões frontais aos convertedores 4 e 5, visando maior segurança e melhor eficiência do despoeiramento. Início de operação: mar/2017.
- Ipatinga LTQ Substituição do Medidor de Espessura e Perfil da Saída do Trem Acabador Novo medidor de espessura e perfil a raio-x fixo e móvel garantindo a continuidade operacional da LTQ proporcionando uma melhoria no controle do processo Início de operação: nov/2017.
- Ipatinga Convertedor 5 Troca da carcaça e refrigeração do anel Substituição da carcaça do Convertedor 5 e instalação de sistema de refrigeração a ar para o anel visando Continuidade operacional da Aciaria; Manutenção da capacidade produtiva; Segurança das pessoas; Aumento da vida útil com a instalação do sistema de refrigeração a ar para o anel. Início de operação: mar/2017.

- Ipatinga Forno Panela Nº02 Instalar Sistema de Injeção de Pó: O projeto consiste na injeção de agentes dessulfurantes (CaO) nas panelas enviadas ao Forno Panela da Aciaria 02. Para tanto será necessária a adequação do sistema existente (utilizado anteriormente para adição de outro material), de forma a torná-lo apto ao recebimento, estocagem e injeção de pó diretamente no aço líquido. Início de operação: jan/2017.
- Ipatinga AF 3 Sala Elétrica 3 (1º piso) Atualização e substituição de painéis e trafos MT/BT: A atualização da Sala Elétrica 3 (1º piso) do Alto Forno 3 da Usina de Ipatinga consiste na substituição dos painéis de média tensão e baixa tensão, com o objetivo de aumentar a confiabilidade e a operacionalidade da subestação. Além disso, serão substituídos os transformadores que já estão no fim de vida útil, remanejamento dos cabos/canaletas, instalação de ar condicionado/pressurização positiva, sistema de detecção e alarme incêndio e também instalações de portões e repintura da sala. Início de operação: jan/18.
- Ipatinga Pátio de Carvão Subestação 2: Grande reparo elétrico da sala elétrica 2 do Pátio de Carvão, incluindo: adequação civil piso, canaletas e calhas para cabos, projeto elétrico, troca de painéis de 3,45kV e sistema de proteção, projeto de memorial de cálculo com ajustes de relés e estudo de seletividade, instalação de relés microprocessados com comunicação em rede com PLC para os painéis de média. Compra de disjuntores de média e alta tensão extraíveis. Contratação de mão-de-obra para execução das montagens de painéis e trafos. Início de operação: fev/18.
- Cubatão Troca trafos Ascarel ETAPA 2: Substituição e destinação de 80 transformadores PCB (Ascarel) na Usina de Cubatão, 2a etapa, em atendimento a compromisso firmado com a CETESB e Ministério Público (TAC) e à Lei Estadual 12288(SP). Início de operação: nov/2017.
- Cubatão AVCB Santos: Adequação das instalações necessárias para a certificação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo nas áreas da Usina de Cubatão localizadas dentro do município de Santos/SP, conforme indicado no Decreto Estadual nº 46.076, de 31 de agosto de 2001. Início de operação: fev/2017.
- Cubatão Otimização do Sistema de Vapor: Aquisição de Uma Nova Caldeira de 20t/h Na Usina de Cubatão existem 4 caldeiras de 77t/h + 2 de 100t/h para produção de vapor a 42 kgf/cm² à 440°C que alimentam os turbo sopradores e turbo geradores. Parte deste vapor é distribuído para o processo (15 kgf/cm² à 230°C). Com a paralisação das áreas primárias a demanda de vapor para processo reduziu significantemente, de 90t/h para 20t/h. Esta demanda está sendo atendida através das caldeiras de 77t/h. Estes equipamentos ficaram superdimensionados para a nova demanda e apresentam custos operacionais elevados e baixa eficiência. Início de operação: fev/2017.

Os investimentos previstos para o ano de 2018, conforme o plano de negócios da Companhia, focam na manutenção operativa e adequação das instalações nas usinas para atender às normas ambientais e de segurança, na reforma da área dos Altos Fornos, Aciaria (Usina de Ipatinga), salas elétricas e implantação de sistemas de automação e de gestão industrial objetivando melhoria na produtividade.

Os principais investimentos em andamento são:

- Ipatinga Alto Forno 3 Substituição de *Staves* (2ª troca) Aquisição e troca de 32 *stave coolers* nos níveis B1 (10 *Staves*), B2 (3 *Staves*), B3 (6 *Staves*), S1 (4 *Staves*) e S2 (9 *Staves*) e aquisição de 4 *Staves* sobressalentes nos níveis B3 (2 *Staves*) e S1 (2 *Staves*) para o Alto Forno 3 da Usina de Ipatinga. Recomposição do sistema de refrigeração da carcaça do AF3; Manutenção da segurança e integridade física dos trabalhadores de área do AF3; Manutenção da estabilidade térmica do AF3 e controle operacional. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2018.
- Ipatinga Retorno do AF1 de Ipatinga à Operação Reparo de todos os equipamentos necessários para dar a mesma condição operacional ao AF 1 quando da sua parada operacional (sem considerar nenhuma melhoria ou aumento de capacidade). Este projeto irá recolocar o AF1 em marcha operativa para retomada de produção de Gusa. Previsão de início de operação no 1º semestre de 2018.

- Ipatinga AF2 Modernização do Precipitador Eletrostático Nº 2, Realização de modernização e grande reparo eletro-mecânico do PE-02 Realização de modernização e grande reparo eletromecânico da torre de lavagem e Precipitador Eletrostático 2, com o objetivo de adequar o nível de particulado na saída do PE-02 para <=15mg/Nm3. Aumento da eficiência de limpeza do BFG, tendo como meta <= 15mg/Nm3 de particulado na saída do PE e nível de particulado na saída do header de 141mg/Nm3. Atualmente temos 223mg/Nm3; Maior estabilidade e segurança operacional da planta de limpeza de gás; Melhor expectativa operacional dos equipamentos que consomem BFG; Melhoria no controle de pressão do topo dos Altos-Fornos nº 1 e 2. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2018.
- Ipatinga Recuperação a Quente da Câmara de Combustão do Regenerador HS8 AF3 Reparo emergencial do refratário na região de saída de ar quente e no queimador cerâmico do regenerador 8. Será trocado as duas primeiras fiadas do queimador cerâmico e uma camada da parede refratária, lado interno, do anel de ar quente. Benefícios: Evitar interrupção da operação do HS8, que colocaria em risco a operação do AF3. Aumento de vida útil do regenerador, eliminação do risco da perda do regenerador por queda de refratário da região reparada. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2018.
- Ipatinga Adequação do Sistema de BFG da Coqueria 3 O projeto deverá adequar todo o sistema de alimentação de gás BFG da coqueria 3, incluindo o controle da injeção de gás nas baterias e também a os valores de vazão e pressão necessários para correta operação dos fornos. Benefícios: Preservação dos refratários dos fornos das baterias garantir vida útil devido à melhor distribuição térmica nas câmaras dos fornos; Redução da emissão de material particulado na chaminé; Melhoria na qualidade do coque (parâmetro CSR) e aumento da geração de gás COG. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2019.
- Ipatinga Lingotamento Contínuo 1, 2 e 3 Substituição de Vigas do Galpão da Ala EF: Substituição (fabricação + montagem) de 9 vigas de rolamento no vão EF da Aciaria 2 da usina de Ipatinga. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2018.
- Ipatinga Energia Adequação da Subestação da Aciaria nº1 Adequação da Subestação da Aciaria nº1 e atualização tecnológica dos painéis elétricos visando segurança dos funcionários em conformidade com as atuais normas técnicas e de segurança (NR 10 / ABNT NBR 14039:2005), melhor controle de processos e continuidade operacional. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2020.
- Ipatinga LTQ *Upgrade* do Drive (Cicloconversor) da cadeira F1 O projeto consiste no *upgrade* do sistema cicloconversor da cadeira F1 do Trem Acabador do LTQ, motivado por obsolescência e indisponibilidade de sobressalentes dos atuais equipamentos, colocando em risco a continuidade operacional da linha. Será realizada a substituição do painel de controle e de componentes do painel de acionamento por tecnologias modernas, cujas peças de reposição estão disponíveis no mercado. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2018.
- Ipatinga Sinterização Troca do Tambor Misturador das Máquinas de Sinter 1 e 2 Troca do Tambor Misturador das Máquinas de Sinter 01 e 02 da planta de Ipatinga devido ao fim de vida útil. Os principais benefícios do projeto são: Preservar a continuidade do negócio evitando paralização total da produção de placas; Preservar a operação das linhas das MS 01 & 02 e abastecimento de sinter para os AF's (Evitar colapso do Tambor); Melhoria das propriedades de desgaste devido à abrasão e à corrosão e das funções de homogeneização e micropelotização. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2018.
- Ipatinga Energia Adequação de Subestação H O escopo consiste na adequação da subestação H da Energia e atualização tecnológica dos painéis elétricos conforme as normas NR10 e ABNT NBR 14039, visando segurança física dos funcionários e da instalação de forma a garantir a continuidade operacional e controle dos processos. Instalada desde 1965, a subestação H está localizada na rua 14 e recebe alimentação em 69kV da Subestação Principal (Disjuntor 52F15). Esta subestação alimenta principalmente as cargas da LTQ em 3,3kV e 11kV, recirculação de água (CRATIF e ENA) e restaurante. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2018.

- Ipatinga Qualidade Centralização dos laboratórios químicos das Aciarias 1 e 2 (Etapa 1) Transferência das instalações do laboratório químico da Aciaria 2 para local seguro Casa Azul. Benefícios: Transferência das equipes para locais de maior segurança; Adequação das instalações às NRs Restabelecimento das condições seguras de trabalho (ergonomia e acessibilidade); Maior agilidade nas análises pela otimização de layout e preparação de amostras; Maior disponibilidade de espaço no laboratório para futuras ampliações. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2019.
- Ipatinga PRL44 Substituição dos drives das elevações principal e auxiliar Substituição do sistema elétrico de acionamento das elevações principal e auxiliar da ponte rolante L44 da Aciaria 1 de Ipatinga. Benefícios: Continuidade operacional e Redução do risco de paradas não programadas da Aciaria 1. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2018.
- Ipatinga UIP4UA0001 Energia Adequação da Sala Elétrica da Casa de Bombas n°2 Adequação da sala elétrica da casa de bombas 2 e atualização tecnológica dos painéis elétricos visando segurança dos funcionários em conformidade com as atuais normas técnicas e de segurança (NR 10 / ABNT NBR 14039:2005), melhor controle de processos e continuidade operacional Previsão de início de operação no 2º semestre de 2020.
- Ipatinga UIP4HS0002 AVCB Adequação da Usina ao auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros 3ª Etapa — Adequação de escritórios, laboratórios e oficinas da Usina de Ipatinga às condições de segurança contra incêndio e pânico previstas na lei 14.130, de 19/12/2001, e Decreto 44.746, de 29/02/2008, que dispõem sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado de Minas Gerais, de forma a estarem aptas a obtenção do AVCB Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros Previsão de início de operação no 1º semestre de 2020.
- Ipatinga LCG Novo Medidor de Espessura, Coroamento e Comprimento na Saída do FM: Novo medidor de espessura, coroamento e comprimento da saída do FM visando a manutenção da capacidade produtiva da Usiminas e a aplicação de nova tecnologia trazendo ganhos expressivos na garantia da qualidade dos produtos. Previsão de início de operação no 1º Semestre de 2018.
- Ipatinga Reforma da Subestação do Carboquímicos: Reforma da subestação dos produtos carboquímicos e sala elétrica da iluminação da usina de alcatrão e atualização tecnológica dos painéis elétricos visando segurança dos funcionários em conformidade com as atuais normas técnicas e de segurança (NR 10 / ABNT NBR 14039:2005), melhor controle de processos e continuidade operacional. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2018.
- Ipatinga Adequação da sala elétrica 6 e das instalações elétricas da área de preparação de panelas Aciaria 2: Adequar a Sala Elétrica 6 e área do galpão de preparação de panelas da Aciaria #2 da Usina de Ipatinga às atuais normas técnicas e de segurança, uma vez que os equipamentos e instalações da área encontram-se em desacordo com a NR10 (Norma Regulamentadora 10 do Ministério do Trabalho) e normas da ABNT para instalações elétricas. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2018.
- Cubatão Troca de trafos ascarel da Usina de Cubatão (3ª Etapa) O projeto consiste na Substituição/Retirada e destinação de 134 equipamentos PCB (Ascarel) que compõem o escopo da 3ª etapa do projeto, em atendimento a compromisso firmado com a CETESB e Ministério Público (TAC) e à Lei Estadual 12288 (SP). Em 2006, a Lei Estadual SP 12288 determinou que as pessoas físicas ou jurídicas que utilizassem ou tivessem sob sua guarda transformadores, capacitores e demais equipamentos elétricos contendo PCBs, bem como óleos ou outros materiais contaminados por PCBs, ficariam obrigadas a providenciar a sua eliminação progressiva até 2020. O passivo inicial de equipamentos PCB na usina de Cubatão era de 360 equipamentos. A etapa 1 e 2 contemplou um total de 226 transformadores. Previsão de início de operação no 2º semestre de 2020.
- Cubatão Energia Adequação das subestações EM#9 e SE#1 de 88 kV Adequação das subestações de 88kV (EM#9 e SE#1) da Usina de Cubatão consistindo de substituição de disjuntores de 88kV, transformadores de correntes (TCs), seccionadoras, retificador e banco de bateria e sistema de

proteção e comando das subestações visando atualização tecnológica dos equipamentos, segurança dos funcionários, melhor controle de processos e continuidade operacional. Previsão de início de operação no 1º semestre de 2019.

• Cubatão - UCB4LP0003 - Fiscalização da Dragagem do Canal de Piaçaguera, Dique C e UDC – Levantamento Batimétrico; Levantamento Topográfico; Suporte técnico de projetos; Ensaios ambientais; Mão de Obra própria e Mão de Obra de terceirizados para fiscalização - Previsão de início de operação no 2º semestre de 2019.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Usiminas tem como política diversificar as suas fontes de captação e contratar financiamentos de longo prazo para suprir suas necessidades e de suas empresas controladas. A Administração da Companhia adota uma posição conservadora de captação de recursos, contratando os empréstimos e financiamentos com antecedência em relação aos investimentos previstos para os anos seguintes. Dentre as principais fontes de financiamento, destacam-se as operações com mercado bancário, mercado de capitais, instituições do governo e agências de fomento à exportação.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No ano de 2017 não houve desinvestimentos relevantes que alterem a capacidade produtiva da companhia.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes

No ano de 2016 não houve aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da companhia.

- c) Novos produtos e serviços
- i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Desenvolvimento de aços de alta resistência para o setor automotivo, incluindo aços laminados a frio e aços revestidos, juntamente com o desenvolvimento de sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de aços especiais para tubos de grande diâmetro para gasodutos e oleodutos. Desenvolvimento da engenharia de aplicação de aços para os setores da construção civil, construção naval e de plataformas offshore. Desenvolvimento de aços revestidos com ligas de zinco com características melhoradas de resistência à corrosão atmosférica. Desenvolvimento de aço com revestimento metálico especial para conformação a quente, juntamente com sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de novos produtos galvanizados a quente. Desenvolvimento de aços para atender requisito de expansão de furo, juntamente com sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de novos métodos e técnicas experimentais visando suporte tanto ao desenvolvimento de novos produtos quanto à sua aplicação pelos clientes.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2017, a Companhia investiu aproximadamente R\$6,24 milhões com as atividades de pesquisa relacionadas acima.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

A estratégia comercial de uma empresa pode ser medida pela sua capacidade de geração de novos produtos que estejam alinhados com as necessidades do mercado. Com a Usiminas não é diferente, o que

tem exigido um constante monitoramento do mercado e de suas demandas, assim como uma atenta observância à concorrência.

Os produtos que tiveram seus projetos de desenvolvimento concluídos no ano de 2017 e passaram a fazer parte da carteira de produtos Usiminas, são abaixo descritos:

Laminados a frio

- Aço Dual Phase 490 para Painéis Externos: Aço de alta resistência da classe 490 MPA de resistência mecânica, laminado a frio destinado à indústria automotiva, principalmente para painéis de cobertura, como portas, capô, teto, para-lamas, etc.
- Aço Dual Phase 1000 com Expansão de Furo > 50%: Aço de ultra-alta resistência laminado a frio
 destinado ao setor automobilístico, visando, principalmente, o aumento da segurança veicular. Esse
 produto em particular reúne, além da elevada resistência mecânica, um bom desempenho em
 peças submetidas a esforços de estiramento de bordas (expansão de furo superior a 50%).
- Aços USIGALVE ESQ: Família de quatro aços diferenciados pela dureza, desenvolvidos para proporcionar características mais adequadas à fabricação de portas e janelas.

Laminados a Quente

- Aço CP800 Com Características de Expansão de Furo LQ: O aço Complex Phase 800 laminado a
 quente é um material avançado de alta resistência mecânica (AHSS), com resistência mecânica
 mínima de 800MPa. O produto apresenta ainda características de expansão de furo superior a 50%,
 o que o torna indicado para partes estruturais do veículo, principalmente componentes da
 suspensão.
- Aço USI-SAC-300-GC-LQ: Aço patinável do grau 300, para tubos de pequeno diâmetro, que apresenta boa soldabilidade ERW e resistência a corrosão ao longo da linha de solda, Grooving Corrosion (GC).
- Aço USI-SAC-300-M LQ: Aço patinável, com alto teor de silício e superior resistência à corrosão atmosférica. Tem sido utilizado em peças danificadas por processos corrosivos/erosivos, em substituição ao aço inox ferrítico, da série AISI 400 (ASTM A240 UNS-S410 03).

Chapas Grossas

 Aço Sincron BHS 485W: Aço estrutural TMCP resistente à corrosão atmosférica de alta resistência mecânica, com limite de escoamento mínimo de 485 MPa e elevada tenacidade. Atende a todos os requisitos técnicos da norma ASTM A709 HPS 70W. Destinado ao segmento de construção civil, em especial pontes metálicas, e ao segmento de máquinas e equipamentos industriais.

10.9. Fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não foram identificados ou comentados nos demais itens

2017

Ao longo de 2017 a Companhia concluiu algumas ações importantes como a adequação dos desembolsos financeiros, a priorização da geração de caixa operacional e a administração estrita do capital de giro e de investimentos de capital.

Entre estas ações destacam-se principalmente os eventos relacionados ao processo da renegociação da dívida financeira, listados a seguir:

- A aprovação, em 3 de março de 2017, da redução de capital social da controlada Mineração Usiminas no montante de R\$1.000.000, dos quais R\$700.000 foram entregues à Companhia em 19 de maio de 2017;
- Pagamento do valor correspondente a 50% do saldo do principal em aberto das notas emitidas por sua subsidiária Usiminas Commercial Ltd. de forma pro rata, a título de amortização parcial das dívidas da Usiminas com cada um dos Credores, no montante total de US\$89,9 milhões;
- O pagamento integral das Notas emitidas pela controlada Usiminas Commercial Ltd., este efetuado em Janeiro de 2018, no valor total de US\$400 milhões, dos quais cerca de US\$220 milhões deste montante retornaram ao caixa da Companhia, em razão da operação de recompra de parte das Notas, realizada em 2013.

Com estes eventos, a Usiminas supera mais uma importante etapa de sua reestruturação financeira junto aos Credores, com vistas à geração de resultados sustentáveis para a Companhia.

<u>2016</u>

Durante o exercício social de 2016 algumas ações importantes que vinham sendo implementadas pela Companhia foram concluídas. Estas ações tiveram como foco principal a adequação dos desembolsos financeiros, a priorização da geração de caixa operacional e a administração estrita do capital de giro e de investimentos de capital.

Uma destas ações concluídas foi a capitalização da Companhia, com a emissão de novas ações ordinárias e preferenciais, no montante total de R\$1.050.294.935,04. Em 3 de junho de 2016, o Conselho de Administração homologou o aumento de capital com a subscrição de 39.292.918 ações preferenciais classe "A", idênticas às ações dessa espécie e classe já existentes, ao preço de emissão de R\$1,28 por ação, totalizando o montante de R\$50.294.935,04. Em 19 de julho de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, foi homologado o aumento de capital com a subscrição de 200.000.000 ações ordinárias ao preço de emissão de R\$5,00 por ação, totalizando o montante de R\$1.000.000.000,00. Desta forma, o capital social da Companhia passou a ser de R\$13.200.294.935,04, dividido em 1.253.079.108 ações, sendo 705.260.684 ações ordinárias, 547.740.661 ações preferenciais classe A e 77.763 ações preferenciais classe B, todas escriturais, sem valor nominal.

Em 17 de fevereiro de 2016 a companhia firmou "Instrumento Particular de Assunção Mútua de Obrigação de Não Fazer e Outras Avenças" ("Acordo *Standstill*") com os seus principais credores financeiros, quais sejam, Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Foi firmado, ainda, um Instrumento Particular semelhante com os credores financeiros japoneses, quais sejam, Japan Bank for International Cooperation – JBIC, The Bank of Tokyo Mitsubishi UFJ Ltd., Mizuho Bank Ltd. e Sumitomo Mitsui Banking Corporation.

Em 12 de setembro de 2016, a Companhia concluiu a assinatura de todos os documentos definitivos de renegociação de suas dívidas, que marcou a conclusão do processo de reestruturação financeira da Companhia junto aos seus credores (representando aproximadamente 92% do endividamento total da Companhia), o qual, na visão da Administração, preserva as suas capacidades financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos.

2015

Em maio de 2015 a Administração da Companhia decidiu paralisar as atividades de um alto forno na Usina de Ipatinga - MG.

Da mesma forma, o negócio de Mineração, pressionado pelas sucessivas baixas nos preços internacionais do minério de ferro, diminuiu seu nível de produção e renegociou o contrato de transporte com a MRS Logística S.A., cujas condições *take or pay* não eram mais favoráveis, conforme as projeções do negócio.

Adicionalmente, em outubro de 2015 a Administração da Companhia decidiu interromper temporariamente as atividades das áreas primárias da Usina de Cubatão - SP. O processo de desativação compreendeu as áreas de sinterização, coquerias, altos fornos (um dos quais já tinha suas atividades paralisadas desde maio de 2015) e aciaria, bem como todas as atividades associadas a esses equipamentos. O referido ajuste objetivou adequar a escala de produção da Usiminas aos níveis de demanda atual, procurando diminuir o impacto adverso sobre os resultados da Companhia.

Diante desse cenário, a Usina de Cubatão deixou de produzir placas, mas manteve em atividade as suas linhas de laminação a quente e a frio, bem como as operações relacionadas ao seu terminal portuário. A linha de laminação de chapas grossas continuou temporariamente suspensa.

No ano de 2015 foram contabilizados R\$2,1 bilhões de redução no valor dos ativos em uso desse negócio (*impairment*), consequência de menor rentabilidade futura estimada devido à baixa dos preços de venda internacionais.

Formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP Arquivado na CVM em 09/02/2018

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS CNPJ/MF 60.894.730/0001-05 NIRE 313.000.1360-0 Companhia Aberta

Ata da Reunião do Comitê de Auditoria da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS, realizada no escritório da Companhia, em São Paulo/SP, Av. do Café, 277, torre A, 9º andar, Jabaquara, no dia 07 de fevereiro de 2018, às 10:00 horas.

Presenças: Hironobu Nose - Coordenador do Comitê. Demais membros: Wanderley Rezende de Souza, Marcelo Hector Barreiro e Glauco Sabatini Bodini (por email).

Estiveram também presentes os senhores Shun Sasaki e Hiroaki Miyanishi, como assessores do Coordenador; Fábio Abreu e Fabiana Ximenes, como representantes dos Auditores Independentes (PwC); Julio Mendez Arroyo, Adriane Vieira Albuquerque, Lucas Marinho Sizenando Silva, Eduardo Moreira Pereira e José Junior, como representantes da Vice-Presidência de Finanças da Usiminas; Ana Cristina Albuquerque, Alvaro Igrejas e Eduardo Burlamaqui de Mello, como representantes da Willis Towers Watson; Andre Vitoria, como representantes da Auditoria Interna da Usiminas; César Augusto Espíndola Bueno, como representante do Departamento de TI; e Bruno Lage de Araujo Paulino, como Gerente Geral Jurídico e Secretário.

Ordem do Dia:

I – Estudo de Viabilidade da Recuperação do Ativo Fiscal Diferido, Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e Destinação dos Resultados de 2017 - O Comitê revisou o Estudo de Viabilidade da Recuperação do Ativo Fiscal Diferido; o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e a proposta de destinação dos Resultados de 2017 (incluindo o Orçamento de Capital) e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração, conforme material disponível no Portal do Comitê (tal como ajustados durante a reunião).

Encerramento - Nada mais sendo tratado, deu-se por encerrada a reunião, sendo a ata respectiva lavrada no Livro CM-01, com a assinatura dos presentes e do secretário. São Paulo, 07 de fevereiro de 2018.

Hironobu Nose Coordenador

Wanderley Rezende de Souza

Marcelo Hector Barreiro

Glauco Sabatini Bodini

Bruno Lage de Araujo Paulino Secretário ANEXO 4 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO ANEXO 9-1-II À INSTRUÇÃO CVM N° 481/2009 E PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018

ANEXO 9-1-II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em atendimento à Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS descreve, a seguir, as informações requeridas no Anexo 9-1-II da mencionada Instrução.

1. Informar o lucro líquido do exercício

	2017	2016	2015	2014
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	233.015	(669.952)	(3.236.105)	129.552

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

	2017	2016	2015	2014
Dividendos a pagar				
Montante global	55.341			30.769
Valor por ação ON	R\$0,043211			R\$0,029698
Valor por ação PN	R\$0,047532			R\$0,032668

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2014, exercícios em que foi apurado lucro líquido, não houve a distribuição antecipada de dividendos e juros sobre capital próprio declarados.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

	2017	2016	2015	2014
Porcentagem sobre a base de cálculo dos dividendos em				
relação ao lucro líquido do exercício	25%			25%

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não foram distribuídos dividendos ou juros sobre capital próprio, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo na sua demonstração do resultado do exercício.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Informação <u>não aplicável</u>, uma vez que os dividendos integralmente distribuídos nos quatro últimos exercícios sociais referem-se à totalidade dos dividendos mínimos obrigatórios apurados na demonstração do resultado de cada exercício. Portanto, não há a distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

- 5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

	2017	2016	2015	2014
Valor bruto de dividendo a pagar				
Montante global	55.341			30.769
Valor bruto de dividendo - ação ON	26.353			14.652
Valor bruto de dividendo - ação PN	28.988			16.117

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não foram distribuídos dividendos ou juros sobre capital próprio, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo na sua demonstração do resultado do exercício.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Forma de pagamento

Os acionistas que mantêm domicílio bancário no Bradesco ou outros bancos, que comunicaram essa condição, possibilitam que os seus créditos sejam lançados automaticamente no primeiro dia do pagamento e recebem o aviso de crédito. Os demais acionistas que estiverem com endereço devidamente cadastrado e não informaram domicílio bancário para recebimento, recebem via correio o formulário AVISO PARA RECEBIMENTO - PROVENTOS DE AÇÕES ESCRITURAIS, devendo, para o recebimento, apresentarem-se na Agência Bradesco de sua preferência, munidos, além do formulário, de documento de identidade e CPF - Cadastro de Pessoa Física. Caso o acionista não receba o AVISO DE CRÉDITO ou AVISO PARA RECEBIMENTO, deverá dirigir-se a uma agência Bradesco para receber o crédito e atualizar seus dados cadastrais.

Prazo de pagamento

O prazo de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio é proposto pela Administração da Companhia e submetido à aprovação em Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o Estatuto da Companhia, o direito ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio prescreve em três anos a contar da data de início do seu respectivo pagamento.

	2017	2016	2015	2014
Data de início do pagamento	30/05/2018			26/06/2015

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não foram distribuídos dividendos ou juros sobre capital próprio, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo na sua demonstração do resultado do exercício.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Informação não aplicável sobre os dividendos e juros sobre capital próprio da Companhia.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

	2017	2016	2015	2014
Data de declaração de pagamento aos acionistas (AGO)	25/04/2018			28/04/2015

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não foram distribuídos dividendos ou juros sobre capital próprio, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo na sua demonstração do resultado do exercício.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Informações <u>não aplicáveis</u>, uma vez que a Companhia não declara dividendos e juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos
- 7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:
- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

, -	2017	2016	2015	2014
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	233.015	(669.952)	(3.236.105)	129.552
Lucro líquido do exercício / total de ações ON (- Em tesouraria) Lucro líquido do exercício / total de ações PN (- Em tesouraria)	R\$0,0003 R\$0,0004			R\$0,0003 R\$0,0003

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2017	2016	2015	2014
Dividendos a pagar				
Valor global	55.341			30.769
Valor por ação ON	R\$0,043211			R\$0,029698
Valor por ação PN	R\$0,047532			R\$0,032668

- 8. Havendo destinação de lucros à reserva legal
- a. Identificar o montante destinado à reserva legal

	2017	2016	2015	2014
Constituição da reserva legal (5%)	(11.651)			(6.478)

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

	2017	2016	2015	2014
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	233.015	(669.952)	(3.236.105)	129.552
Constituição da reserva legal (5%)	(11.651)			(6.478)
Base de cálculo dos dividendos	221.364			123.074

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

Informações <u>não aplicáveis</u>, uma vez que a Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

10.Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

A seguir, a transcrição, na íntegra, do Parágrafo 5º:

"Do lucro líquido do exercício, ajustado na forma das alíneas a seguir elencadas, serão destinados 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos aos acionistas, sendo que os titulares de ações preferenciais receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; i) o acréscimo das seguintes importâncias: - resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; - resultantes da realização, no exercício, de lucros que tenham sido transferidos anteriormente para a reserva de lucros a realizar; ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal, de reservas para contingências e da reserva de lucros a realizar. O valor assim calculado poderá, a critério da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, ser pago por conta do lucro que serviu de base para o seu cálculo ou de reservas de lucros preexistentes."

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Conforme apresentado no Item 3 do presente Documento, quando apurado lucro líquido no exercício social, o dividendo mínimo obrigatório é pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Informação <u>não aplicável</u>, uma vez que a Companhia não retém dividendo mínimo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Informações <u>não aplicáveis</u>, uma vez que não há a retenção de dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia.

- a. Informar o montante da retenção
- Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
- c. Justificar a retenção dos dividendos

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Informações <u>não aplicáveis</u>, uma vez que não há a destinação de resultado para reserva de contingências.

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva
- 13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Informações <u>não aplicáveis</u>, uma vez que não há a destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva
- 14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias
- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, CAPÍTULO VI, art. 24, parágrafo 3º, as cláusulas estatutárias determinam:

"O Conselho de Administração poderá propor, e a Assembleia deliberar, deduzir do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, uma parcela em montante não superior a 50% (cinquenta por cento) para a constituição de uma Reserva para Investimentos e Capital de Giro, que obedecerá aos seguintes princípios: a) sua constituição não prejudicará o direito dos acionistas em receber o pagamento do dividendo obrigatório previsto no parágrafo 4°, infra; b) seu saldo não poderá ultrapassar a 95% do capital social; c) a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento; iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; iv) na incorporação ao Capital Social, inclusive mediante bonificações em ações novas. "

- b. Identificar o montante destinado à reserva
- (i) Pela destinação de 50% do lucro líquido do exercício ajustado pela reserva legal, conforme previsto no estatuto da Companhia. A reserva de investimentos e capital de giro não poderá ultrapassar 95% do capital social, e seu saldo, poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, distribuição de dividendos, resgates, reembolso ou compra de ações ou, ainda, capitalizado. Em 31 de dezembro de 2017, o valor destinado à constituição dessa reserva foi de R\$110.683.
- (ii) Pela destinação do montante de R\$55.341, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com base em orçamento de capital aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de fevereiro de 2018.

c. Descrever como o montante foi calculado

	2017	2016	2015	2014
Destinações do lucro líquido do exercício:				_
Reserva Estatutária (50% da base de cálculo legal)	(110.683)			(61.537)
Orçamento de Capital (artigo 196 - Lei 6.404)	(55.341)			(30.769)
	(166.024)			(92.306)
Outras destinações que não transitaram pelo lucro líquido do exercício:				
Dividendos prescritos	-			(258)
Ganho atuarial com benefícios de aposentadoria	-			19
Alienação de ações em tesouraria	-			(223)
Plano de opção de ações	(6.708)			(8.730)
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado	(17.825)			(23.930)
	(24.533)			(33.122)
Total destinado à Reserva para investimento e Capital de Giro:	(190.556)			125.428

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

	2017	2016	2015	2014
Montante retido	(166.024)			(92.306)

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

22 ORÇAMENTO DE CAPITAL DE 2018 - Custeado pela retenção dos resultados de 2017

	Em milhares de Reais
Substituição dos Staves do Alto Forno #3 Ipatinga (2ª troca)	55.622
Retorno do Alto Forno #1 Ipatinga	41.012
Adequações das Salas Elétricas	30.209
Modernização PE02 Alto Forno #2	13.426
Sustaining (*)	25.755
Investimento em ativo fixo	166.024
<u>Fontes</u>	
Recursos Próprios	166.024

^(*) Investimento para a manutenção da capacidade produtiva

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Informações <u>não aplicáveis</u>, uma vez que não há a destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

- a. Informar o montante destinado à reserva
- b. Explicar a natureza da destinação

(documento original assinado)

Ronald Seckelmann

Vice-Presidente de Finanças, Relações com Investidores e Tecnologia da Informação

ANEXO 5 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELO ART. 12 DA INSTRUÇÃO CVM 481/2009 (ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

13. Remuneração dos administradores

- 13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:
- a) Objetivos da política ou prática de remuneração
- O Conselho de Administração da Companhia, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos, revisa anualmente a remuneração para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária. A política de remuneração tem como base as práticas de mercado, que levam em conta a agregação de valor para a Companhia, seus acionistas e demais stakeholders, apurada através do cumprimento de metas quantitativas e qualitativas atreladas à performance global da Companhia. O seu objetivo é reconhecer adequadamente a contribuição de cada membro do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Diretoria Não-Estatutária frente à realização dos objetivos estratégicos, em conformidade com as melhores práticas de mercado. Não há remuneração para os membros dos Comitês da Usiminas.
- b) Composição da remuneração, indicando:
- i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Para os Diretores Estatutários: o valor total da remuneração anual fixa e variável é determinado através de decisão do Conselho de Administração, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos, conforme estudo de mercado apresentado anualmente. A remuneração fixa é paga mensalmente ao longo do ano. A remuneração variável, atrelada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas relacionadas à performance global da Companhia, é paga a título de bônus após apuração final dos parâmetros de performance com base no Balanço Anual Auditado e aprovado pelo Conselho de Administração. A Companhia possui também um plano de remuneração baseado em ações para seus Diretores Estatutários. Adicionalmente, possui benefícios de automóvel e motorista, planos médico e odontológico, seguro de vida e previdência privada, apresentados como benefícios diretos e indiretos (remuneração fixa) nos quadros de remuneração do item 13.2.

<u>Para o Conselho de Administração</u>: honorários, conforme verba aprovada na Assembleia Geral Ordinária. Não há prática de remuneração variável.

Para o Conselho Fiscal: a remuneração mensal dos membros efetivos é fixada em 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração fixa atribuída aos Diretores Estatutários da Companhia, nos termos do parágrafo 3º do art. 162 da Lei nº 6.404/76. Não há prática de remuneração variável.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total – conforme acima

Exercício social encerrado em 31/12/2015:

<u>Para os Diretores Estatutários:</u> a composição da remuneração total, supondo o atingimento de 100% das metas que definem a remuneração variável, conforme estabelecido no plano anual (valor *target*) é:

- Para Diretor Presidente 33,33% referente a remuneração fixa, 33,33% referente remuneração variável e 33,34% referente remuneração baseada em ações.
- Para Diretor Vice Presidente: 36,92% referente a remuneração fixa, 36,92% referente remuneração variável e 26,16% referente remuneração baseada em ações.
- Para os Conselhos de Administração e Fiscal 100% da remuneração é fixa.

Exercício social encerrado em 31/12/2016

<u>Para os Diretores Estatutários:</u> a composição da remuneração total, supondo o atingimento de 100% das metas que definem a remuneração variável, conforme estabelecido no plano anual (valor *target*) é:

- Para Diretor Presidente 40,00% referente a remuneração fixa, 20,00% referente remuneração variável e 40,00% referente remuneração baseada em ações.
- Para Diretor Vice Presidente: 45,28% referente a remuneração fixa, 22,64% referente remuneração variável e 32,08% referente remuneração baseada em ações.
- Para os Conselhos de Administração e Fiscal 100% da remuneração é fixa.

Exercício social encerrado em 31/12/2017

Para os Diretores Estatutários: a composição da remuneração total, supondo o atingimento de 100% das metas que definem a remuneração variável, conforme estabelecido no plano anual (valor *target*) é·

- Para Diretor Presidente 40,00% referente a remuneração fixa, 20,00% referente remuneração variável de bônus anual e 40,00% referente remuneração variável baseada em ações.
- Para Diretor Vice Presidente: 45,28% referente a remuneração fixa, 22,64% referente remuneração variável de bônus anual e 32,08% referente remuneração variável baseada em ações.
- Para os Conselhos de Administração e Fiscal 100% da remuneração é fixa.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Remuneração Fixa - a metodologia utilizada para cálculo/reajuste da remuneração fixa dos administradores da Companhia (Conselho de Administração e Diretores Estatutários) baseia-se na avaliação das práticas de mercado e da conjuntura econômica vigente. Tal metodologia visa assegurar que a política adotada pela Companhia seja competitiva e esteja em linha com o mercado e com os interesses dos acionistas da Usiminas, baseando-se em pesquisas de mercado realizadas com consultorias de grande renome mundial.

Remuneração Variável (Diretores Estatutários) - a metodologia aplicável à remuneração variável tem como base o estabelecimento de indicadores econômicos, financeiros, quantitativos e qualitativos atrelados à performance global da Companhia e ao cumprimento de metas coletivas e individuais. Anualmente, o Conselho de Administração, com base em recomendação de seu Comitê de Recursos Humanos, promove a revisão do conjunto de indicadores e metas a fim de adequá-los às práticas de mercado, à conjuntura econômica global, aos interesses dos acionistas e, também, objetivando incentivar a performance sustentável da Companhia no curto e longo prazos. Adicionalmente a Companhia possui um Plano de Remuneração baseado em ações, conforme detalhado no item 13.4.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia entende que a remuneração de seus executivos composta de parcela fixa e variável atende aos princípios de mercado e permite a avaliação do desempenho de seus executivos alinhada à performance global da Companhia, e que com a parcela de remuneração baseada em ações a companhia cria em seus executivos um senso de identidade, comprometimento e orientação para resultados.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros não remunerados pelo emissor na Diretoria Estatutária e Não Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Os membros dos Comitês da Usiminas não recebem remuneração para este fim.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa leva em consideração valores de mercado obtidos através de consultorias especializadas, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

A remuneração variável de curto prazo leva em consideração indicadores quantitativos e qualitativos, determinados anualmente com base em estudos de mercado e aspectos conjunturais da economia global. São exemplos de Indicadores quantitativos: Margem EBITDA, Custo de Produção, entre outros. Os Indicadores qualitativos estão atrelados à contribuição específica de cada Diretor ao resultado da Companhia.

A remuneração variável de longo prazo leva em consideração os objetivos estratégicos da Companhia, em conformidade com as melhores práticas de mercado, atrelado ao desempenho da Companhia frente ao mercado financeiro, seguindo programa desenhado em conjunto com Consultoria de renome internacional.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia entende que a política de remuneração condicionada ao cumprimento de metas quantitativas e qualitativas (conforme explicitado no item anterior), permite que a evolução de cada uma das dimensões de seu interesse seja adequadamente medida a partir de indicadores de desempenho aos quais são atribuídos pesos de ponderação para avaliação de performance e determinação da remuneração variável. A ponderação relativa de cada indicador de desempenho é validada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, com base em recomendação do seu Comitê de Recursos Humanos que considera aspectos conjunturais distribuindo essa ponderação em grupos de indicadores do Grupo Usiminas, indicadores das Unidades de Negócio e Indicadores Individuais que venham agregar valor para a Companhia.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazos

A política de remuneração se encontra alinhada, da seguinte forma:

<u>Curto prazo</u>: a remuneração está baseada no monitoramento de mercado do salário base de cada cargo, conforme painel de empresas congêneres a sua área de atuação, assegurando uma remuneração adequada dos administradores.

<u>Médio Prazo</u>: está alinhada com metas de desempenho definidas anualmente para cada negócio e que visam alavancar a performance global da Companhia. As metas são repactuadas anualmente.

<u>Longo Prazo</u>: a partir de 2011 a Companhia adotou o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia. O plano possui o objetivo de alinhamento de interesses no Longo Prazo, tendo em vista o potencial de valorização das ações, na busca pelos resultados da Companhia. O Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 14/04/2011.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Alguns Administradores recebem remuneração de Controladores da Companhia, conforme discriminado no item 13.15.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2015

														Valores em reais
			Remuneração	Fixa Anual			R	emuneração Variável				Benefícios Gerados		
Órgão	Número de membros	Salário ou Pró- Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (****)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)	Benefícios Pós Emprego	pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (***)	Total
Diretoria Estatutária	5,00	6.833.814,53	1.042.922,59	N/A	1.716.962,83	2.121.091,44	N/A	N/A	N/A	336.784,59	N/A	N/A	2.788.054,88	14.839.630,86
Conselho de Administração	8,17	3.735.388,29	0,00	N/A	571.773,34	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	4.307.161,63
Conselho Fiscal	5,00	579.559,25	0,00	N/A	115.911,85	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	695.471,10
Total	18,17	11.148.762,07	1.042.922,59	N/A	2.404.648,02	2.121.091,44	N/A	N/A	N/A	336.784,59	N/A	N/A	2.788.054,88	19.842.263,60

⁻ Número de membros: equivale ao número de membros do respectivo órgão, todos os membros são remunerados.

O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

A remuneração total contabilizada em 2015, incluindo provisão de remuneração variável com encargos sociais a serem pagos em 2016, totalizou R\$ 27,4 milhões.

^{*} Refere-se a honorários

^{**} Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia

^{***}O valor da remuneração baseada em ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes.

^{****} Corresponde ao bônus pago em 2015, calculado com base na avaliação de desempenho do exercício de 2014.

Exercício social encerrado em 31/12/2016

														Valores em reais
			Remuneração	Fixa Anual			R	emuneração Variável				Benefícios Gerados		
	Número de membros	Salário ou Pró- Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (****)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)	Benefícios Pós Emprego	pela	Remuneração baseada em ações (***)	Total
Diretoria Estatutária	5,00	6.115.480,93	519.642,83	N/A	1.521.797,20	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	907.148,77	9.064.069,73
Conselho de Administração	10,67	3.838.126,59	3.152,03	N/A	579.605,99	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	4.420.884,61
Conselho Fiscal	5,00	622.993,55	-	N/A	112.117,96	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	735.111,51
Total	20,67	10.576.601,07	522.794,86	N/A	2.213.521,15	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	907.148,77	14.220.065,85

⁻ Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

A remuneração total contabilizada em 2016, incluindo provisão de remuneração variável com encargos sociais totalizou R\$ 14,2 milhões.

Foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 28 de Abril de 2016 a remuneração máxima total da Administração de R\$ 19.301.310,00 para o período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2016 e de 2017.

^{*} Refere-se a honorários

^{**} Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia

^{***}O valor da remuneração baseada em ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes.

^{****} Corresponde ao bônus pago em 2016, calculado com base na avaliação de desempenho do exercício de 2015.

Exercício social encerrado em 31/12/2017

														Valores em reais
		Remuneração Fixa Anual					R	emuneração Variável				Benefícios Gerados	_	
Órgão	Número de membros	Salário ou Pró- Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (***)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)	Benefícios Pós Emprego	pela Cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações (****)	Total
Diretoria Estatutária	4,25	5.759.832,08	95.963,88	N/A	1.493.973,47	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	212082,10	7.561.851,53
Conselho de Administração	11,00	3.787.083,41	7.169,34	N/A	744.250,00	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	4.538.502,75
Conselho Fiscal	5,00	682.072,54	-	N/A	136.414,50	•	N/A	N/A	N/A	1	N/A	N/A	N/A	818.487,04
Total	20,25	10.228.988,03	103.133,22	N/A	2.374.637,97	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	212.082,10	12.918.841,32

⁻ Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

A remuneração total contabilizada em 2017, incluindo provisão de remuneração variável com encargos sociais totalizou R\$ 12,9 milhões.

Foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária de 27 de Abril de 2017 a remuneração máxima total da Administração de R\$ 19.766.417,00 para o período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2017 e de 2018.

^{*} Refere-se a honorários.

^{**} Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia.

^{***} Corresponde ao bônus pago em 2017, calculado com base na avaliação de desempenho do exercício de 2016.

^{****}O valor da remuneração baseada em ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes.

Remuneração prevista para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2018

														Valores em reais
			Remuneração	Fixa Anual			Rem	uneração Variável				Benefícios Gerados		
Órgão	Número de membros	Salário ou Pró- Labore (*)	Benefícios Diretos e Indiretos	Remuneração por Participação em Comitês	Outros (**)	Bônus (***)	Participação nos Resultados	Remuneração por Participação em reuniões	Comissões	Outros (**)	Benefícios Pós Emprego	pela	Remuneração baseada em ações (****)	Total
Diretoria Estatutária	6,00	8.467.212,00	1.864.117,80	N/A	2.370.819,36	8.467.212,00	N/A	N/A	N/A	1.693.442,40	N/A	N/A	-	22.862.803,56
Conselho de Administração	11,00	3.900.000,00	-	N/A	780.000,00	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	4.680.000,00
Conselho Fiscal	5,00	705.601,00	,	N/A	141.120,20	-	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	N/A	846.721,20
Total	22,00	13.072.813,00	1.864.117,80	N/A	3.291.939,56	8.467.212,00	N/A	N/A	N/A	1.693.442,40	N/A	N/A	-	28.389.524,76

⁻ Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

O Comitê de Recursos Humanos da Usiminas recomendou ao Conselho de Administração a análise de aprovação de Verba Orçamentária para os Estatutários no valor máximo de R\$ 30.297.084,00 em sua próxima reunião. Os valores acima mencionados no quadro "Remuneração prevista para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2018" estão suportados por esse valor a ser aprovado.

^{*} Refere-se a honorários

^{**} Refere-se a encargos sociais de responsabilidade da companhia

^{***} Corresponde ao bônus, calculado com base no atingimento do target.

^{****}O valor da Remuneração baseada em Ações refere-se ao custo do benefício do plano de outorga de opções de compra da Companhia, calculado com base no valor justo das opções outorgadas conforme metodologia Black-Scholes.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício social encerrado em 31/12/2015	<u>Diretoria Estatutária</u>	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros (***)	5,00	8,17	5,17
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)	R\$ 45.500.000,00	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido (****)	R\$ 2.121.091,44	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

⁻ Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se a período compreendido entre as Assembleias.

Exercício social encerrado em 31/12/2016	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros (***)	5,00	10,67	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)	R\$19.301.310,00	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 0,00	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

^(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual definida em Assembleia Geral Ordinária, que no caso de 2014 é de R\$ 45,5 milhões.

^(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

^(***) o número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

^(****) Corresponde ao bônus pago em 2015, calculado com base na avaliação de desempenho do exercício de 2014.

^(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir do atingimento/superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual definida em Assembleia Geral Ordinária.

^(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

^(***) o número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

⁻ Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se a período compreendido entre as Assembleias.

Exercício social encerrado em 31/12/2017	<u>Diretoria Estatutária</u>	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros (***)	4,25	11,00	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)	R\$ 19.766.417,00	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 0,00	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

Remuneração Variável Prevista para Exercício de 2018

Exercício social a encerrar em 31/12/2018	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração (**)	Conselho Fiscal (**)
Número de membros	5,00	11,00	5,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração (*)	R\$ 30.297.084,00	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não Existe. É relacionado com o cumprimento das metas.	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 3.442.368,00	N/A	N/A
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

N/A = não aplicável por não haver pagamento a este título.

^(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir do atingimento/superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual definida em Assembleia Geral Ordinária.

^(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

^(***) o número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

⁻ Apuração de valores correspondente ao período Janeiro a Dezembro, verba mencionada refere-se a período compreendido entre as Assembleias.

^(*) O pagamento da Remuneração Variável ocorre sempre a partir da superação das metas estabelecidas, numa escala contínua a partir de zero. O valor destinado a Remuneração variável está incluso na verba total anual a ser definida em Assembleia Geral Ordinária.

^(**) Para o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, não é paga Remuneração Variável.

⁻ Número de membros: corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Todos os membros são remunerados.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

Foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de abril de 2011 o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia ("Plano"). Neste mesmo ano, na primeira elegibilidade do Programa foram contemplados os componentes da Diretoria Estatutária, demais Diretores e Gerentes Gerais da Companhia.

Para o exercício social 2017 continuaram em operação as regras do Plano aprovado em 14 de abril de 2011.

a) Termos e condições gerais

As regras gerais do Plano são formalmente aprovadas pelos acionistas. Após a aprovação, o Plano é gerenciado pelo Conselho de Administração, que tem o suporte do Comitê de Recursos Humanos para este fim. O Conselho de Administração e o Comitê são assessorados em aspectos técnicos e operacionais pelas áreas de recursos humanos, jurídica e financeira da Usiminas, ou consultores externos. Somente o Conselho de Administração tem poderes deliberativos sobre o Plano, dentro dos limites aprovados pelos acionistas.

Todos os executivos e empregados são potencialmente elegíveis ao Plano. Contudo, os efetivamente eleitos a receber outorgas deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração, a partir de recomendação do Comitê de Recursos Humanos.

O Plano tem outorgas de opções anuais (programas), respeitadas as regras e, principalmente, o capital autorizado (número de ações) pelos acionistas. Todos os programas anuais deverão ser previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

b) principais objetivos do Plano

- Alinhamento de interesses entre executivos e acionistas
- Incentivar criação de valor sustentável
- Atração e retenção
- Competitividade com as práticas de mercado
- c) forma como o Plano contribui para esses objetivos
- O Plano é considerado o elo entre os objetivos dos Administradores e os objetivos da Companhia.
- d) como o Plano se insere na política de remuneração do emissor
- O Plano faz parte da estratégia de remuneração total da Usiminas, sendo um importante elemento para manutenção da competitividade das práticas da Companhia frente ao mercado, bem como ferramenta de atração e retenção de profissionais importantes para o negócio.
- e) como o Plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazos
- O Plano de *stock options* concede aos eleitos o direito de comprar ações da Usiminas a um preço (preço de exercício das opções) e prazos (carência para compra das ações) determinados. O preço predeterminado alinha o interesse de valorização das ações e os prazos de liberação para compra garantem decisões sólidas na busca de resultados de médio e longo prazos.

f) número máximo de ações abrangidas

O total máximo de ações abrangidas a serem outorgadas para todos os empregados elegíveis é de 50.689.310 ações preferenciais (USIM5), representando 5% do Capital total da Usiminas em 6 programas a serem realizados de 2011 a 2016.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

A quantidade máxima de opções outorgadas em cada ano para o total de Administradores elegíveis foi:

Outorga 2011 - 1.638.515 opções, representando 0,162% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga 2012 - 1.740.556 opções, representando 0,172% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga 2013 - 1.784.802 opções, representando 0,176% do total de ações de emissão da Companhia.

Outorga 2014 - 1.197.493 opções, representando 0,118% do total de ações de emissão da Companhia.

Nos anos de 2015, 2016 e 2017 não houve outorga de Opções.

h) condições de aquisição de ações

A Opção deverá ser exercida mediante a aquisição ou subscrição das ações subjacentes em contrapartida do pagamento à Companhia do valor correspondente ao Preço de Exercício ("Preço de Exercício"), nos termos do Contrato de Opção.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Conselho de Administração define o preço de exercício de cada Opção no momento em que a mesma é concedida, o qual é equivalente à cotação média ponderada de fechamento das Ações Preferenciais aplicáveis na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. ("BM&FBovespa") no mês anterior à data da concessão das Opções.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

O Conselho de Administração poderá fixar prazo a partir do qual a Opção passará a ser exercível ("Período de Carência") e também poderá estabelecer que a Opção venha a ser exercível em parcelas. Salvo deliberação em sentido diverso do Conselho de Administração, (i) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício um ano após a data de sua concessão, (ii) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício dois anos após a data de sua concessão e (iii) 1/3 (um terço) das Opções passará a ser passível de exercício três anos após a data de sua concessão.

O Conselho de Administração poderá determinar o período máximo subsequente à data de concessão durante o qual a Opção poderá ser exercida ("Período de Exercício"), ressalvado que as Opções não poderão ser exercidas após 7 (sete) anos da data de sua concessão.

k) forma de liquidação

O preço de exercício de cada ação objeto da Opção será pago à vista integralmente pelo empregado eleito na data do exercício da opção, isto é, da celebração do Contrato de Compra e Venda entre o empregado eleito e a Usiminas ou da assinatura do respectivo boletim de subscrição, conforme o caso.

I) restrições à transferência das ações

Durante o Período de Exercício, é vedado ao participante alienar as Opções a ele concedidas ou constituir quaisquer ônus sobre tais Opções.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do Plano

O Conselho de Administração poderá alterar, suspender ou cancelar o Plano ou qualquer parte dele à qualquer tempo, desde que em conformidade com os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis. A suspensão, alteração ou extinção do Plano também se dá diante da cessação de vínculo entre o elegível ao programa de remuneração baseada em ações e a Companhia, conforme mesmos critérios/eventos descritos no item a seguir.

- n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações
- (a) Desligamento Sem Justa Causa Em caso de desligamento do Participante da Companhia ou de suas Controladas por iniciativa destas, mediante rescisão de seu contrato de trabalho sem justa causa ou destituição de seu cargo de administrador não motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista, o Participante poderá exercer suas Opções já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opcões outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (b) Desligamento por Justa Causa - Em caso de desligamento do Participante da Companhia ou de suas Controladas por iniciativa destas, mediante rescisão de seu contrato de trabalho por justa causa ou destituição de seu cargo de administrador motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista, todas as Opções ainda não exercidas, independentemente de serem passíveis de exercício ou não, serão extintas de pleno direito e canceladas na respectiva Data de Desligamento ou na data do evento que deu origem à demissão ou destituição do Participante, o que primeiro ocorrer. (c) Desligamento Voluntário - Na hipótese de desligamento voluntário de qualquer Participante da Companhia ou de suas Controladas, o Participante poderá exercer suas Opcões já passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (d) Desligamento por Aposentadoria - Na hipótese de Aposentadoria, o Participante poderá exercer suas Opções passíveis de exercício no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva Data de Desligamento, após o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (e) Falecimento - Em caso de falecimento de um Participante, o direito ao exercício de todas as Opções concedidas ao Participante será antecipado e seus herdeiros ou sucessores, por sucessão legal ou testamentária, poderão exercê-las no período de 12 (doze) meses após a respectiva Data de Desligamento, findo o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (f) Desligamento por Invalidez Permanente - No caso de um Participante encontrar-se em licença de trabalho contínua e autorizada causada por invalidez permanente, o direito ao exercício de todas as Opções concedidas ao Participante será antecipado e estas poderão ser exercidas no período de 12 (doze) meses após a respectiva Data de Desligamento, findo o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito. (g) Desligamento Após Alienação de Controle da Companhia - Em caso de alienação, direta ou indireta, de ações que representem o controle acionário da Usiminas, o Participante que, nos primeiros 12 (doze) meses subsequentes à alienação do controle da Usiminas, for demitido sem justa causa ou cuja destituição do cargo de administrador não tenha sido motivada por eventos que, caso se tratasse de relação empregatícia, configurariam hipótese de justa causa nos termos da legislação trabalhista terá o direito ao exercício antecipado de todas as Opções a ele concedidas e poderá exercê-las no período de 30 dias após a respectiva Data de Desligamento, findado o qual todas as Opções outorgadas ao Participante serão automaticamente canceladas e perderão qualquer efeito.

13.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

A Companhia reconhece as despesas provenientes dos programas de outorga de opções de compra consoantes as Normas Contábeis CPC10 (R1) e ICPC05, que orientam a apuração e registro de acordo com o período de carência em que a Opção se tornar exercível.

Remuneração baseada em ações referente aos exercícios sociais encerrados em 2015, 2016 e 2017:

Programa 2015

Não houve outorga de opções no ano de 2015.

Programa 2016

Não houve outorga de opções no ano de 2016.

Programa 2017

Não houve outorga de opções no ano de 2017.

Movimentação das opções outorgadas dos 3 últimos exercícios sociais

		Diretoria Estatutária	Conselho de Administração*	Total
	Exercício social encerrado em 2015			
а	Das opções em aberto no início do exercício social	2.429.423	242.957	2.672.380
	Outorga Programa 2015	-	-	-
b	Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
С	Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
d	Das opções expiradas durante o exercício social	=	-	-
	Das opções em aberto no fim do exercício social	2.429.423	242.957	2.672.380
	Exercício social encerrado em 2016			
а	Das opções em aberto no início do exercício social	2.429.423	242.957	2.672.380
	Outorga Programa 2016	-	-	-
b	Das opções perdidas durante o exercício social	(824.894)	-	(824.894)
С	Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
d	Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
	Das opções em aberto no fim do exercício social	1.604.529	242.957	1.847.486
	Exercício social encerrado em 2017			
а	Das opções em aberto no início do exercício social	1.604.529	242.957	1.847.486
	Outorga Programa 2017			
b	Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
С	Das opções exercidas durante o exercício social	(93.522)	(53.004)	(146.526)
d	Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
	Das opções em aberto no fim do exercício social	1.511.007	189.953	1.700.960
		4 544 007	490.050	4 700 000
	Das opções em aberto exercíveis**	1.511.007	189.953	1.700.960
	Das opções em aberto não exercíveis	-	-	-

^{*} Outorga em função de ser empregado da Companhia, e não como membro do Conselho de Administração. ** Inclui o saldo de opções de programas anteriores a 2014.

As despesas incorridas referentes aos membros da Administração da Companhia reconhecidas nos resultados dos exercícios 2015 e 2016, 2017 e a previstas para 2018 encontram-se informadas no item 13.2.

13.6. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

Referente ao Programa 2015

Não houve outorga de opções no ano de 2015.

Referente ao Programa 2016

Não houve outorga de opções no ano de 2016.

Referente ao Programa 2017

Não houve outorga de opções no ano de 2017.

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

Nos anos de 2015, 2016 não foram exercidas opções de compra de ações. Para o ano de 2017, foram exercidas 53.004 opções pelo Conselho de Administração e 93.522 opções exercidas pela Diretoria Estatutária, totalizando 146.526 opções exercidas.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

As principais premissas utilizadas de acordo com o Modelo de Precificação Black-Scholes dos programas de outorgas foram as seguintes:

Outorga 2015

Não houve outorga de opções no ano de 2015.

Outorga 2016

Não houve outorga de opções no ano de 2016.

Outorga 2017

Não houve outorga de opções no ano de 2017.

i. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Metodologia Black-Scholes. Não existe exercício antecipado das opções, o *vesting* é de 33% por ano após o 1º, 2º e 3º anos da data da outorga do programa.

ii. Forma de determinação da volatilidade esperada

Para cálculo da volatilidade foi considerada o histórico ajustado de 36 meses anteriores à outorga.

iii. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo
 Não foi incorporada nenhuma outra característica na mensuração do valor justo.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Quantidade de Valores Mobiliários em 31/12/2017

Empresa	Valor Mobiliário	Conselho de Administração (*)	Diretoria	Conselho Fiscal (*)
Usiminas	Ação Ordinária	-	-	
Usiminas	Ação Preferencial Classe A	102.542	43.789	500

^{*} O saldo de ações inclui os membros efetivos e suplentes dos conselhos de Administração e Fiscal.

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

·					ministração e aos direto		
Orgão	Nº Membros	Nome do Plano	Quantidade de administra- dores que reúnem as condições para se aposentar	Condições para se aposentar antecipada- mente	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores (*)	Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições (**)
Conselho de Administração	0	N/A	N/A	N/A	R\$ -	R\$ -	N/A
Diretoria Estatutária	2	USIPREV	2	N/A	R\$ 2.081.712,11	R\$ 229.650,12	Nenhum dos Administradores

^(*) Foram consideradas somente as contribuições mensais para os benefícios programados, que foram pagas no período de março de 2017 a dezembro de 2017, pela reversão mensal dos recursos existentes no Fundo de Reserva. As contribuições mensais para benefícios de risco, despesas administrativas e serviço passado não foram consideradas neste levantamento, por se tratarem de contas coletivas.

⁻ As opções outorgadas e não exercidas não compõem a quantidade de valores mobiliários de emissão da Companhia detidos por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal.

⁻ Todos os membros efetivos da Diretoria Estatutária, Conselhos de Administração e Fiscal são remunerados.

^(**) O Resgate antecipado pode ser requerido somente por participantes que cessaram seu contrato de trabalho e não estejam em gozo de benefício. O resgate corresponde a 100% do saldo de conta do participante acrescido de um percentual aplicável sobre o saldo de conta da patrocinadora, variando de 10 a 80%, conforme o tempo de inscrição no plano (3 anos completos 10%, aumento de 10% a cada ano, até o limite de 80% a partir dos 10 anos).

⁻ Todos os membros efetivos da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Fiscal são remunerados.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: órgão, número de membros, valor da maior remuneração individual, valor da menor remuneração individual e valor médio de remuneração individual.

As informações apresentadas neste item estão de acordo com os dados informados no item 13.2.

								Valores em	reais
		Direto	ria Estatutária		Conselho de A	Administração		Co	nselho Fiscal
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Número de membros	4,25	5,00	5,00	11,00	10,67	8,92	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneração (reais)	2.660.052,00	2.256.000,00	5.072.757,05	900.000,00	900.000,00	899.865,60	153.608,76	124.806,72	139.758,28
Valor da menor remuneração (reais)	1.161.432,00	996.084,00	1.915.926,95	300.000,00	300.000,00	389.169,60	153.608,76	124.806,72	138.651,52
Valor médio da remuneração (reais)	1.536.087,00	1.248.067,20	2.967.926,17	360.000,00	360.000,00	483.046,17	153.608,76	124.806,72	139.094,22

Observações:

- (a) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
- (b) O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
- Todos os membros efetivos da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Fiscal são remunerados.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Dois membros da Diretoria Executiva possuem, nos seus contratos, cláusulas de não-concorrência que vedam a possibilidade de desempenho de funções na indústria de produção de aços planos do Brasil, pelo período de 12 meses, após término das suas funções na Companhia. Em função desta vedação, a Companhia se comprometeu ao pagamento a tais executivos de valor compensatório equivalente, a 12 vezes o valor dos honorários mensais para um membro e, para o outro membro, equivalente a 3 vezes o valor dos honorários mensais por ano de permanência no cargo.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	Exercício social encerrado (2016)	Exercício social encerrado (2015)	Exercício social encerrado (2014)
Conselho de Administração	40%	74%	80%
Conselho Fiscal	51%	53%	60%
Diretoria Estatutária	6%	21%	62%

Valarea am resia

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

			Valores em reais
Órgão	Exercício Social encerrado (2016)	Exercício Social encerrado (2015)	Exercício Social encerrado (2014)
Conselho de Administração	81.945,98	205.604,93	198.395,29
Conselho Fiscal	-	-	-
Diretoria Estatutária	-	-	-

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

			Valores em reais
Órgão	Exercício Social encerrado (2016)	Exercício Social encerrado (2015)	Exercício Social encerrado (2014)
Conselho de Administração	27.243.870,72	43.319.775,26	37.597.071,07
Conselho Fiscal	637.217,22	505.913,71	463.408,61
Diretoria	803.177,00	-	-

Valores convertidos para reais, com a taxa do dólar de 24/05/2016 e com a taxa do iene de 27/05/2016.

Não tiveram valores pagos por controladas ou sociedades sob controle comum.

13.16. Outras informações que a Companhia julga relevantes.

Os administradores provenientes do exterior, terão direito de exercer a totalidade das opções de compra de ações outorgadas conforme o plano de opções da Companhia, contando com um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data do termino do seu vinculo contratual. (A clausula 10.1 do plano de opções não será aplicada). Conforme aprovado pelo Conselho de Administração.

ANEXO 6 - INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

1 – Candidatos ao Conselho de Administração indicados pelos Acionistas Controladores

- Membros Efetivos

a. nome	Ruy Roberto Hirschheimer
b. data de nascimento	07/10/1948
c. profissão	Administrador de empresas
d. CPF ou número do passaporte	385.211.488-87
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim, é membro independente tendo em vista que não preenche nenhuma das hipóteses de comprometimento de sua independência previstas e sugeridas no item 2.2.1 do Código Brasileiro de Governança Corporativa, bem como quaisquer outras hipóteses que se assemelhem às situações ali descritas.
I. número de mandatos consecutivos	Não aplicável
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
nome e setor de atividade da	a) Electrolux AB, Stockholm
empresa	Setor de atividade: Eletrodomésticos
	b) Pinacoteca do Estado de São Paulo
	Setor de atividade: Museus
	c) Museu de Arte Moderna de São Paulo Setor de atividade: Museus
• cargo	a) Electrolux AB, Stockholm 1998 até 2016
	Cargo: Conselheiro de Administração; Diretor

	Presidente da América Latina
	b) Pinacoteca do Estado de São Paulo
	2014 até a presente data
	Cargo: Conselheiro de Administração
	-
	c) Museu de Arte Moderna de São Paulo
	2014 até a presente data
	Cargo: Conselheiro de Administração
• se a empresa integra (i) o	a) Electrolux AB, Stockholm
grupo econômico do emissor	Não integra o grupo econômico e nem é controlada
ou (ii) é controlada por	1) D'
acionista do emissor que	b) Pinacoteca do Estado de São Paulo
detenha participação, direta ou	Não integra o grupo econômico e nem é controlada
indireta, igual ou superior a 5%	c) Museu de Arte Moderna de São Paulo
de uma mesma classe ou	Não integra o grupo econômico e nem é controlada
espécie de valor mobiliário do	
emissor	
ii. indicação de todos os cargos de	a) Pinacoteca do Estado de São Paulo
administração que ocupe em outras	2014 até a presente data
sociedades ou organizações do	Cargo: Conselheiro, Conselho de Administração
terceiro setor	
	b) Museu de Arte Moderna de São Paulo
	2014 até a presente data
	Cargo: Conselheiro, Conselho de Administração
n. descrição de qualquer dos seguintes	
eventos que tenham ocorrido durante os	
últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo	Não há condenação em processo administrativo da
administrativo da CVM e as penas	CVM.
aplicadas	
iii. qualquer condenação transitada	Não há condenação transitada em julgado nas
em julgado, na esfera judicial ou	esferas judiciais e administrativa.
administrativa, que o tenha	•
suspendido ou inabilitado para a	
prática de uma atividade profissional	
ou comercial qualquer	

a. nome	Kazuhiro Egawa
b. data de nascimento	24/02/1959
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TZ1250757
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)

	05/04/0040
f. data de eleição	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018
3·	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
I. número de mandatos consecutivos	2 mandatos
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
nome e setor de atividade da empresa	a) NIPPON STEEL & SUMITOMO METAL CORPORATION
•	Setor de Atividade: Siderurgia
	b) NS BlueScope Pte Ltd
	Setor de Atividade: Siderurgia
	c) NS BlueScope Lysaght Singapore Pte Ltd
	Setor de Atividade: Siderurgia
	d) NIPPON STEEL & SUMITOMO METAL SOUTHEAST ASIA PTE. LTD.
	Setor de Atividade: Siderurgia
	e) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas
	Setor de Atividade: Siderurgia
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
	f) Nippon Steel & Sumitomo Metal Empreendimentos
	f) Nippon Steel & Sumitomo Metal Empreendimentos Siderúrgicos Ltda.

	g) Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A.
	Setor de Atividade: Siderurgia
	_
• cargo	a) NIPPON STEEL & SUMITOMO METAL CORPORATION
	Out/2012 até Mar/2013
	Cargos: Conselheiro Executivo, Gerente Geral e Head da Divisão Global de Administração de Marketing & Planejamento, Gerente Geral e Head da Divisão Global de Administração de Marketing de Flat Products
	Abril/2013 até Mar/2015
	Cargo: Diretor Executivo
	Abril/2015 até Mar/2017
	Cargo: Diretor Executivo para o Sudeste Asiático, Ásia e Índia
	Abril/2017 até a presente data
	Cargo: Diretor Executivo das Américas e do Projeto Usiminas
	b) NS BlueScope Pte Ltd
	Mar/2013 até Ago/2017
	Cargo: Diretor
	c) NS BlueScope Lysaght Singapore Pte Ltd
	Mar/2013 até Ago/2017
	Cargo: Diretor
	N NIDDON OTES 2 011111111111111111111111111111111111
	d) NIPPON STEEL & SUMITOMO METAL SOUTHEAST ASIA PTE. LTD.
	Abril/2015 até Maio/2017
	Cargo: Diretor Executivo
	e) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas
	Abril/2017 até a presente data

	Cargo: Membro Titular do Conselho de Administração
	f) Nippon Steel & Sumitomo Metal Empreendimentos Siderúrgicos Ltda. Jun/2017 até a presente data Cargo: Diretor
	g) Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A. Jul/2017 até a presente data
	Cargo: Membro Suplente do Conselho de Administração a) NIPPON STEEL & SUMITOMO METAL
se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que	 a) NIPPON STEEL & SUMITOMO METAL CORPORATION Não integra o grupo econômico e é acionista do emissor.
detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	 b) NS BlueScope Pte Ltd Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.
	c) NS BlueScope Lysaght Singapore Pte Ltd Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.
	d) NIPPON STEEL & SUMITOMO METAL SOUTHEAST ASIA PTE. LTD. Não integra o grupo econômico e é controlada por
	acionista do emissor. e) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas Trata-se do próprio emissor.
	f) Nippon Steel & Sumitomo Metal Empreendimentos Siderúrgicos Ltda.
	Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.
	g) Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A. Não integra o grupo econômico e é controlada por

	acionista do emissor.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do	a) NIPPON STEEL & SUMITOMO METAL CORPORATION Abril/2017 até a presente data
terceiro setor	Cargo: Diretor Executivo das Américas e do Projeto Usiminas
	b) Nippon Steel & Sumitomo Metal Empreendimentos Siderúrgicos Ltda.
	Jun/2017 até a presente data
	Cargo: Diretor
	c) Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A.
	Jul/2017 até a presente data
	Cargo: Membro Suplente do Conselho de Administração
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Antonio Mendes
b. data de nascimento	07/12/1940
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	037.998.408-34
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)

h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
I. número de mandatos consecutivos	2 mandatos
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da	a) Whirlpool S. A.
empresa	Setor de atividade: Eletrodomésticos e compressores
	b) FME 23 Empreendimentos e Consultoria Ltda.
	Setor de atividade: Empresa Holding Familiar
	c) Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.
	Setor: Infraestrutura e Logística
	d) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas
	Setor de atividade: Siderurgia
• cargo	a) Whirlpool S. A.
	2000 até a presente data
	Cargo: Conselheiro de Administração
	b) FME 23 Empreendimentos e Consultoria Ltda.
	1982 até a presente data
	Cargo: Sócio e Administrador
	c) Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.
	Mar/2018 até a presente data
	Cargo: Membro independente do Comitê do

	Conselho de Administração
	d) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas
	Jul/2017 até a presente data:
	Cargo: Membro Titular do Conselho de Administração
• se a empresa integra (i) o	a) Whirlpool S. A.
grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que	Não integra o grupo econômico e nem é controlada
detenha participação, direta ou	b) FME 23 Empreendimentos e Consultoria Ltda.
indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do	Não integra o grupo econômico e nem é controlada
emissor	c) Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.
	Não integra o grupo econômico e nem é controlada
	d) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas
	Trata-se do próprio emissor
ii. indicação de todos os cargos de	Não há
administração que ocupe em outras	
sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes	
eventos que tenham ocorrido durante os	
últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo	Não há condenação em processo administrativo da
administrativo da CVM e as penas	CVM.
aplicadas	
iii. qualquer condenação transitada	Não há condenação transitada em julgado nas
em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha	esferas judiciais e administrativa.
suspendido ou inabilitado para a	
prática de uma atividade profissional	

a. nome	Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca
b. data de nascimento	07/01/1970

c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	790.197.496-68
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
	, tto a , toodribloid Cordi Graniana do 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro do Comitê de Recursos Humanos
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
I. número de mandatos consecutivos	5 mandatos
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
 nome e setor de atividade da empresa 	a) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A – USIMINAS
	Setor de Atividade: Siderurgia
	b) FEMCO – Fundação Cosipa de Seguridade Social
	c) Caixa dos Empregados da Usiminas (atual Previdência Usiminas)
	Setor de atividade: Previdência Complementar Fechada
	d) Previdência Usiminas
	Setor de atividade: Previdência Complementar Fechada
• cargo	a) Superintendente no setor de Planejamento Corporativo, M&A e Investimentos e Membro do Comitê de Auditoria
	b) Diretora Financeira e Diretora Presidente
	c) Diretora Financeira
	of Directora i manoema

	d) Diretora Presidente
se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	 a) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A – USIMINAS Trata-se do próprio emissor. b) FEMCO – Fundação Cosipa de Seguridade Social Não integra o grupo econômico do emissor c) - d) Previdência Usiminas Não integra o grupo econômico e é acionista do emissor
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Oscar Montero Martinez
b. data de nascimento	03/08/1960
c. profissão	Engenheiro Industrial
d. CPF ou número do passaporte	AAD960333
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia

j. indicação se foi eleito pelo controlador ou	Sim
não	
k. se é membro independente e, caso positivo,	Não
qual foi o critério utilizado pelo emissor para	
determinar a independência	
I. número de mandatos consecutivos	2 mandatos
m. informações sobre:	
i. principais experiências	
profissionais durante os últimos 5	
anos, indicando:	
nome e setor de atividade da	a) Ternium México S.A. de C.V., Tenigal S. de R.L.
empresa	de C.V., Ternium USA Inc., Acerus S.A. de C.V.,
	APM, S.A. de C.V., Ternium Gas México S.A. de
	C.V., Ferropak Servicios S.A. de C.V., Ferropak
	Servicios S.A. de C.V., IMSA Monclova S.A. de C.V.,
	Las Encinas S.A. de C.V., Acedor S.A. de C.V.,
	Ferropak Comercial S.A. de C.V., Treasury Services
	S.A. de C.V;
	b) Consorcio Minero Benito Juarez Peña Colorada,
	S.A. de C.V.
	c) Ternium S.A.
• cargo	a) Membro do Conselho de Administração
	b) Membro suplente do Conselho de Administração
	c) Diretor Geral de Planejamento e Operações
• se a empresa integra (i) o	Não Informado
grupo econômico do emissor	
ou (ii) é controlada por	
acionista do emissor que	
detenha participação, direta ou	
indireta, igual ou superior a 5%	
de uma mesma classe ou	
espécie de valor mobiliário do	
emissor	
ii. indicação de todos os cargos de	Não Informado
administração que ocupe em outras	
sociedades ou organizações do	
terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes	
eventos que tenham ocorrido durante os	
últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.

Não há condenação em processo administrativo da
CVM.
Não há condenação transitada em julgado nas
esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Ronald Seckelmann
b. data de nascimento	26/02/1956
c. profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou número do passaporte	894.486.428-49
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no	Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com
emissor	Investidores, Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo,	Não
qual foi o critério utilizado pelo emissor para	
determinar a independência	
I. número de mandatos consecutivos	Não se aplica.
m. informações sobre:	
i. principais experiências	
profissionais durante os últimos 5	
anos, indicando:	
nome e setor de atividade da	a) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – USIMINAS
empresa	Setor de atividade: Siderurgia
• cargo	a) Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações
	com Investidores, Diretor Vice-Presidente de Subsidiárias
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por	a) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A – USIMINAS Trata-se do próprio emissor.

acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não se aplica.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo	Não há condenação em processo administrativo da
administrativo da CVM e as penas aplicadas	CVM.
iii. qualquer condenação transitada	Não há condenação transitada em julgado nas
em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Elias de Matos Brito
b. data de nascimento	28/07/1965
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	816.669.777-72
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Presidente do Conselho de Administração
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo,	Sim - Critério de Independência previsto no
qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Regulamento de Listagem do Novo Mercado

I. número de mandatos consecutivos	2 mandatos
m. informações sobre:	
i. principais experiências	
profissionais durante os últimos 5	
anos, indicando:	
nome e setor de atividade da	a) Brookfield Incorporações S. A., Companhia de
empresa	Seguros Aliança da Bahia, HRT Participações em
	Petróleo S. A., e PROFARMA S. A.
	b) 18ª Vara Cível da Capital - RJ, na 2ª Vara
	Empresarial da Capital – RJ, e na 1ª Vara Cível da
	Barra da Tijuca – RJ
	c) Associação dos Peritos do Estado do Rio de
	Janeiro
	d) Exato Assessoria Contábil Ltda.
• cargo	a) Membro do Conselho Fiscal
	b) Perito Judicial
	c) Diretor
	d) Sócio
• se a empresa integra (i) o	Não
grupo econômico do emissor	
ou (ii) é controlada por	
acionista do emissor que	
detenha participação, direta ou	
indireta, igual ou superior a 5%	
de uma mesma classe ou	
espécie de valor mobiliário do	
emissor	
ii. indicação de todos os cargos de	Não Informado
administração que ocupe em outras	
sociedades ou organizações do	
terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes	
eventos que tenham ocorrido durante os	
últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo	Não há condenação em processo administrativo da
administrativo da CVM e as penas	CVM.
aplicadas	
iii. qualquer condenação transitada	Não há condenação transitada em julgado nas
em julgado, na esfera judicial ou	esferas judiciais e administrativa.
administrativa, que o tenha	

suspendido ou inabilitado para a	
prática de uma atividade profissional	
ou comercial qualquer	

- Membros Suplentes

•	
a. nome	Hironobu Nose
b. data de nascimento	09/09/1962
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	238.640.728-40
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro do Comitê de Auditoria
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
I. número de mandatos consecutivos	2 mandatos
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
nome e setor de atividade da empresa	a) Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation Setor de Atividade: Siderurgia
	b) Nippon Steel & Sumitomo Metal Empreendimentos Siderúrgicos Ltda. Setor de Atividade: Pesquisa
	c) Nippon Steel Brasil Investimento Ltda. Setor de Atividade: Holding de Instituição Não Financeira

	d) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas
	Setor de Atividade: Siderurgia
• cargo	a) Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation
-	Março/2004 até abril/2013
	Cargo: Gestor de Grupo no Departamento de Relações Ambientais
	Abril/2013 até Jan/2016
	Cargo: Gerente Geral da Divisão Administrativa da Unidade de Kamaishi Works, Bar & Wire Rod
	Jan/2016 até Março 2016
	Cargo: Gerente Geral da Divisão de
	Desenvolvimento de Negócios no Exterior
	b) Nippon Steel & Sumitomo Metal Empreendimentos Siderúrgicos Ltda.
	Abril/2016 até a presente data
	Cargo: Diretor Presidente
	c) Nippon Steel Brasil Investimento Ltda.
	Set/2016 até a presente data
	Cargo: Diretor Presidente
	d) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas
	Abril/2016 até a presente data Cargo: Membro Suplente do Conselho de
	Administração
• se a empresa integra (i) o	a) Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation
grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por	Não integra o grupo econômico e é acionista do emissor.
acionista do emissor que	OTHIOGOT.
detenha participação, direta ou	b) Nippon Steel & Sumitomo Metal
indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou	Empreendimentos Siderúrgicos Ltda.
espécie de valor mobiliário do emissor	Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.

	c) Nippon Steel Brasil Investimento Ltda. Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.
	d) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas
	Trata-se do próprio emissor.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras	a) Nippon Steel & Sumitomo Metal Empreendimentos Siderúrgicos Ltda.
sociedades ou organizações do	Abril/2016 até a presente data
terceiro setor	Cargo: Diretor Presidente
	b) Nippon Steel Brasil Investimento Ltda.
	Set/2016 até a presente data
	Cargo: Diretor Presidente
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo	Não há condenação em processo administrativo da
administrativo da CVM e as penas aplicadas	CVM.
iii. qualquer condenação transitada	Não há condenação transitada em julgado nas
em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional	esferas judiciais e administrativa.
ou comercial qualquer	

a. nome	Hirohiko Maeke
b. data de nascimento	26/05/1957
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TK0437339
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)

h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
I. número de mandatos consecutivos	3 mandatos
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
nome e setor de atividade da	Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation
empresa	Setor de Atividade: Siderurgia
• cargo	a) Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation
	Out/2012 até Fevereiro 2014
	Cargo: Gerente Geral e Headda Divisão Jurídica
	Mar/2014 até Mar/2016
	Cargo: Gerente Geral da Divisão de Desenvolvimento de
	Negócios no Exterior
	Abril/2016 até Mar/2018
	Cargo: Conselheiro Executivo
	Abril/2018 até a presente data
	Cargo: Advisor
	b) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas
	Abril/2014 até a presente data
	Cargo: Membro Suplente do Conselho de Administração
• se a empresa integra (i) o	a) Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation
grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por	Não integra o grupo econômico e é acionista do emissor.

acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	b) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas Trata-se do próprio emissor.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Ichiro Sato
b. data de nascimento	19/02/1964
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	TR5017172
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para	Não

determinar a independência	
I. número de mandatos consecutivos	Não aplicável
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
nome e setor de atividade da	a) Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation
empresa	Setor de Atividade: Siderurgia
	b) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas
	Setor de Atividade: Siderurgia
	c) Nippon Usiminas
	Setor de Atividade: Investimentos em sociedades
	d) Kimitsu Cooperative Thermal Power Company
	Setor de Atividade: Energia
	e) Blazers Sports Club
	Setor de Atividade: Atividades Esportivas
• cargo	a) Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation
	Out/2012 até Mar/2014
	Cargo: Gerente Geral e Chefe da Divisão Administrativa
	Abril/2014 até Jul/2015
	Cargo: Gerente Geral da Divisão de Recursos Humanos
	Ago/2015 até Ago/2016
	Cargo: Gerente Geral do Setor de Desenvolvimento de Negócios Globais
	Set/2016 até Mar/2017
	Cargo: Gerente Geral e Chefe da
	Divisão de Desenvolvimento de Negócios Globais

Abril/2017 até Março/2018

Cargo: Consultor Executivo, Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Negócios Globais

Abril/2018 até a presente data

Cargo: Diretor, Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Negócios Globais, Líder dos Projetos CSVC e Wuhan Tin Mill

b) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas Set/2016 até Jul/2017

Cargo: Membro Titular do Conselho de Administração

Jul/2017 até a presente data

Cargo: Membro Suplente do Conselho de Administração

c) Nippon Usiminas

Set/2016 até a presente data

Cargo: Diretor, Conselho de Administração

d) Kimitsu Cooperative Thermal Power Company

Jul/2011 até Mar/2014

Cargo: Conselheiro Fiscal

e) Blazers Sports Club

Abril/2014 até Jul/2015

Cargo: Presidente

• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor

a) Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation

Não integra o grupo econômico e é acionista do emissor.

b) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas
 Trata-se do próprio emissor.

	c) Nippon Usiminas
	Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.
	d) Kimitsu Cooperative Thermal Power Company Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.
	e) Blazers Sports Club Não integra o grupo econômico e é controlada por acionista do emissor.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	 a) Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation Abril/2018 até a presente data Cargo: Diretor, Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Negócios Globais, Líder dos Projetos CSVC e Wuhan Tin Mill b) Nippon Usiminas Set/2016 até a presente data Cargo: Diretor, Conselho de Administração
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Gileno Antonio de Oliveira
b. data de nascimento	10/09/1957
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	441.159.206-10
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)

f. data de eleição	25/04/2018
i. data de cicição	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Gerente Geral de Engenharia Industrial
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	3 mandatos
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
 nome e setor de atividade da empresa 	a) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas
	Setor de Atividade: Siderurgia
	-
	b) Previdência Usiminas
	Setor de atividade: Previdência Complementar Fechada
• cargo	a) Gerente Geral de Engenharia de Processos e Gerente Geral de Engenharia Industrial
	b) Presidente do Conselho Deliberativo
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor	a) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A – USIMINAS
ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou	Trata-se do próprio emissor.
indireta, igual ou superior a 5%	b) Previdência Usiminas
de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não integra o grupo econômico e é acionista do emissor
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes	

eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Guilherme Poggiali Almeida
b. data de nascimento	22/01/1979
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	045.496.266-58
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no	Não exerce outro cargo na Companhia
emissor	
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou	Sim
não	
k. se é membro independente e, caso positivo,	Não
qual foi o critério utilizado pelo emissor para	
determinar a independência	
I. número de mandatos consecutivos	Não se aplica.
m. informações sobre:	
i. principais experiências	
profissionais durante os últimos 5	
anos, indicando:	
nome e setor de atividade da	a) Manucci Advogados
empresa	Setor de atividade: Prestação de serviços
	b) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – USIMINAS
	Setor de atividade: Siderurgia
• cargo	a) Sócio
	b) Diretor Jurídico, Gerente Geral Jurídico e Gerente

	Jurídico Comercial
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Jurídico Comercial a) Manucci Advogados Não integra o grupo econômico do emissor b) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A – USIMINAS Trata-se do próprio emissor.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não se aplica.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Mario Giuseppe Antonio Galli
b. data de nascimento	07/05/1951
c. profissão	Graduado em Filosofia
d. CPF ou número do passaporte	YA0314245
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou	Sim

não	
k. se é membro independente e, caso positivo,	Não
qual foi o critério utilizado pelo emissor para	
determinar a independência	
I. número de mandatos consecutivos	4 mandatos
m. informações sobre:	
i. principais experiências	
profissionais durante os últimos 5	
anos, indicando:	
nome e setor de atividade da	a) Grupo Techint
empresa	b) Comitê de Comunicação da Associação Mundial
·	do Aço
	c) Tenaris
	d) Tenaris Confab Hastes de Bombeio
	e) Ternium Brasil S.A.
• cargo	a) Diretor de Comunicação Corporativa
ŭ	b) Presidente (2009 – 2011)
	c) Diretor Corporativo de Comunicações
	d) Diretor
	e) Membro do Conselho de Administração
• se a empresa integra (i) o	Não Informado
grupo econômico do emissor	
ou (ii) é controlada por	
acionista do emissor que	
detenha participação, direta ou	
indireta, igual ou superior a 5%	
de uma mesma classe ou	
espécie de valor mobiliário do	
emissor	
ii. indicação de todos os cargos de	Nenhum
administração que ocupe em outras	
sociedades ou organizações do	
terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes	
eventos que tenham ocorrido durante os	
últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo	Não há condenação em processo administrativo da
administrativo da CVM e as penas	CVM.
aplicadas	
iii. qualquer condenação transitada	Não há condenação transitada em julgado nas
	, , ,

em julgado, na esfera judicial ou	esferas judiciais e administrativa.
administrativa, que o tenha	
suspendido ou inabilitado para a	
prática de uma atividade profissional	
ou comercial qualquer	

a. nome	Fernando Duelo Van Deusen
b. data de nascimento	05/04/1966
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	17.863.583 [Argentina]
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
I. número de mandatos consecutivos	Não aplicável
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
nome e setor de atividade da empresa	Ternium
• cargo	Diretor Jurídico
 se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou 	Sim

indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Membro de diferentes conselhos e/ou conselhos fiscais de afiliadas da Ternium
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

2. – Candidatos ao Conselho de Administração indicados pelo Acionista Minoritário Geração Futuro L. Par Fundo de Investimento em Ações

- Membro Efetivo

a. nome	Paulo Roberto Evangelista de Lima
b. data de nascimento	26/02/1957
c. profissão	Administrador
d. CPF ou número do passaporte	117.512.661-68
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018
data do ototção	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	AGO 2018

i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não.
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim. Critério de Independência previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.
I. número de mandatos consecutivos	01
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da	Banco do Brasil S.A. Setor de atividade: banco
empresa	2. Banco de Brasília
	3. CELESC- Centrais Elétricas de Santa Catarina
	4. Caixa de Assistência dos Funcionários do Branco do Brasil - Cassi
	5. Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.
	6. Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas
	7. JL Rodrigues, Calos Átila e Consultores Associados S.S.
• cargo	1. De Julho de 2010 a Janeiro de 2012: Diretor de Gestão de Riscos
	De Agosto de 2010 a Janeiro de 2012: Conselheiro de Administração do Banco do Brasil Securities
	De Agosto de 2007 a Janeiro de 2012: Membro do Comitê de Tecnologia
	De Julho de 2010 a Janeiro de 2012: Coordenador do Comitê de Riscos do Banco do Brasil
	2. De Janeiro de 2013 a Outubro de 2014: Presidente; Membro do Conselho de Administração; Presidente do Conselho de Administração da Cartão BRB S.A. e Coordenador do Comitê de Tecnologia
	3. Desde Maio de 2008: Conselheiro de Administração; Coordenador do Comitê Jurídico e de Auditoria
	4. Desde Fevereiro 2010: Conselheiro Fiscal
	5. Desde setembro de 2016: Conselheiro Fiscal
	6. Desde novembro de 2016: Conselheiro Fiscal
	7. Desde Março de 2015: Sócio

• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não informado.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não informado.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

- Membro Suplente

a. nome	Guilherme Silva Roman
b. data de nascimento	16/07/1979
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	005.856.599-07
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho de Administração
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018
adda do otorgao	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018
g. aata aa poooo	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)

h. prazo do mandato	AGO 2018
•	Não se aplica.
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Nau se aplica.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não.
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim. Critério não informado.
I. número de mandatos consecutivos	Não se aplica.
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Advogado. Graduado em Direito e Administração, com quase duas décadas de experiência jurídica junto a grandes companhias do setor de mineração, de telefonia e portuário. Conselheiro Fiscal da Tecnisa e da CELESC. Foi suplente do Conselho Fiscal da USIMINAS.
• cargo	
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não informado.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não informado.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

ANEXO 7 - INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS AO CONSELHO FISCAL (ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

1 - Candidatos ao Conselho Fiscal indicados pelos Acionistas Controladores

- Membros Efetivos

a. nome	Wanderley Rezende de Souza
b. data de nascimento	24/05/1961
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	634.466.267-00
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro do Comitê de Auditoria, Comitê de Recursos Humanos e Conselho de Administração
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim, é membro independente tendo em vista que não preenche nenhuma das hipóteses de comprometimento de sua independência previstas e sugeridas no item 2.2.1 do Código Brasileiro de Governança Corporativa, bem como quaisquer outras hipóteses que se assemelhem às situações ali descritas.
I. número de mandatos consecutivos	Não aplicável
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	a) Sete Brasil Participações S.A. Setor de atividade: Óleo e Gás
	b) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas

,	·
	Setor de atividade: Siderurgia
• cargo	a) Sete Brasil Participações S.A.
	Jul/2012 à Dez/2013
	Cargo: Gerente Executivo
	b) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas
	Abr/2014 à Out/2014:
	Cargo: Conselheiro de Administração
	Abr/2016 à Out/2016:
	Cargo: Conselheiro Fiscal
	Out/2016 até a presente data:
	Conselheiro de Administração
• se a empresa integra (i) o	a) Sete Brasil Participações S.A.
grupo econômico do emissor	Não integra o grupo econômico e nem é controlada
ou (ii) é controlada por acionista do emissor que	That integral o grape economics o nom o controlada
detenha participação, direta ou	b) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas
indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou	
espécie de valor mobiliário do	Trata-se do próprio emissor
emissor	
ii. indicação de todos os cargos de	Não há
administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do	
terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes	
eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo	Não há condenação em processo administrativo da
administrativo da CVM e as penas	CVM.
aplicadas	
iii. qualquer condenação transitada	Não há condenação transitada em julgado nas
em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha	esferas judiciais e administrativa.

suspendido ou inabilitado para a
prática de uma atividade profissional
ou comercial qualquer

a. nome	Lucio de Lima Pires
b. data de nascimento	19/03/1971
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	812.099.596-15
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
I. número de mandatos consecutivos	7 mandatos
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
nome e setor de atividade da empresa	a) Previdência Usiminas Setor: Previdência Complementar Fechada
• cargo	Gerente de Controladoria
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	a) Previdência Usiminas Não integra o grupo econômico e é acionista do emissor

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Paulo Frank Coelho da Rocha
b. data de nascimento	09/03/1971
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	151.450.238-04
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2019
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
I. número de mandatos consecutivos	7 mandatos
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
nome e setor de atividade da	a) Demarest e Almeida – Prestação de Serviços

empresa	b) Cravath, Swaine & Moore
• cargo	a) Sócio
	b) Foreign Associate
• se a empresa integra (i) o	Não
grupo econômico do emissor	
ou (ii) é controlada por	
acionista do emissor que	
detenha participação, direta ou	
indireta, igual ou superior a 5%	
de uma mesma classe ou	
espécie de valor mobiliário do	
emissor	
ii. indicação de todos os cargos de	Membro da International Bar Association, do
administração que ocupe em outras	Advisory Board do "Working Group on Legal
sociedades ou organizações do	Opinions" da American Bar Association; e da
terceiro setor	Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos
n. descrição de qualquer dos seguintes	
eventos que tenham ocorrido durante os	
últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo	Não há condenação em processo administrativo da
administrativo da CVM e as penas	CVM.
aplicadas	
iii. qualquer condenação transitada	Não há condenação transitada em julgado nas
em julgado, na esfera judicial ou	esferas judiciais e administrativa.
administrativa, que o tenha	
suspendido ou inabilitado para a	
prática de uma atividade profissional	
ou comercial qualquer	

- Membros Suplentes

a. nome	Masato Ninomiya
b. data de nascimento	17/11/1948
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	806.096.277-91
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)

g. data da posse	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2019
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
I. número de mandatos consecutivos	19 mandatos (desde 1999) como membro efetivo do Conselho Fiscal
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
 nome e setor de atividade da empresa 	a) Advocacia Masato Ninomiya S/C Setor de Atividade: Escritório de Advocacia
• cargo	a) Advocacia Masato Ninomiya S/C Cargo: Sócio fundador
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	a) Advocacia Masato Ninomiya S/C Não integra o grupo econômico e nem é controlada
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.

aplicadas	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	Ely Tadeu Parente da Silva
b. data de nascimento	21/07/1965
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	587.729.016-91
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2019
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
I. número de mandatos consecutivos	5 mandatos
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
nome e setor de atividade da empresa	Previdência Usiminas Setor de atividade: Previdência Complementar Fechada
• cargo	Gerente de Conformidade Diretor de Benefícios
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor	Previdência Usiminas Não integra o grupo econômico e é acionista do

ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	emissor
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não aplicável
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

a. nome	João Paulo Bueno Minetto
b. data de nascimento	23 de agosto de 1982
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	298.700.968-24
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018 (Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2019
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não exerce outro cargo na Companhia
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
I. número de mandatos consecutivos	Não aplicável
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
nome e setor de atividade da empresa	Demarest Advogados
• cargo	Sócio
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não aplicável
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

2. – Candidatos ao Conselho Fiscal indicados pelo Acionista Minoritário Geração Futuro L. Par Fundo de Investimento em Ações

- Membro Efetivo

a. nome	Aloísio Macário Ferreira de Souza
b. data de nascimento	10/04/1960
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	540.678.557-53
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2019
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não.
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim. Critério não informado.
I. número de mandatos consecutivos	Não se aplica.
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
nome e setor de atividade da	a) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas
empresa	b) PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
	c) Guarani S.A.
	d) CEMIG – Cia. Energética de Minas Gerais
• cargo	a) Vice-Presidente de Recursos Humanos (Novembro de 2014 a Setembro de 2015)
	Conselheiro de Administração (Maio de 2010 a Abril

	de 2014)
	b) Gerente Executivo (Junho de 2004 a Agosto de 2011)
	c) Conselheiro Fiscal (desde Junho de 2009)
	d) Conselheiro de Administração
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não informado.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não participa de organizações do terceiro setor.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

- Membro Suplente

a. nome	Luiz Fernando Sachet
b. data de nascimento	01/05/1979
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	004.726.099-80
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2019
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não.
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim. Critério não informado.
I. número de mandatos consecutivos	Não se aplica.
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Luiz Fernando Sachet possui graduação em Graduação em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (2002). Atualmente é professor convidado - LEX Magister Produtos Júrídicos e gerente geral de contencioso- Gasparino, Fabro, Lebarbenchon, Roman, Sachet e Marchiori Sociedade de Advs. Tem 8 anos de experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Tributário, Assessoria e Consultoria, e Contencioso.
• cargo	Gerente Geral de Contencioso - Gasparino, Fabro, Lebarbenchon, Roman, Sachet e Marchiori Sociedade de Advs
• se a empresa integra (i) o	Não informado.

grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não informado.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

3 - Candidatos ao Conselho Fiscal indicados pelo Acionista Minoritário Tempo Capital Principal Fundo de Investimento De Ações

- Membro Efetivo

a. nome	Domenica Eisenstein Noronha
b. data de nascimento	13/01/1977
c. profissão	Administradora
d. CPF ou número do passaporte	090.448.297-93
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018

	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2019
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não.
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim. Critério não informado.
I. número de mandatos consecutivos	2.
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da	a) Morgan Stanley
empresa	b) Tempo Capital Gestão de Recursos Ltda.
	c) Fibria Celulose S.A.
	d) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas
	e) Embratel Participações S.A.
• cargo	a) Executive Director
	b) Sócia Gestora (desde 2010)
	c) Conselheira Fiscal (Fevereiro/2017 a Abril/2018)
	d) Conselheiro Fiscal (Abril/2015 a Abril/2018)
	e) Conselheiro Fiscal (Abril/2012 a Agosto 2014)
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não informado.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do	Não informado.

terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

- Membro Suplente

a. nome	Mauricio Rocha Alves de Carvalho
b. data de nascimento	12/09/1961
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	709.925.507-00
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2019
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	No
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim. Critério não informado.
I. número de mandatos consecutivos	2

m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da	a) Intersmart Distribuidora de Equipamentos de T.I.
empresa	b) Grendene S.A.
	c) SLC Agrícola
	d) Mills S.A.
	e) Sonae Sierra Brasil
	f) Tupy
• cargo	a) Membro do Conselho de Administração (de 2009 a 2014)
	Presidente do Comitê de Finanças (de 2011 a 2014)
	b) Membro do Conselho Fiscal (de 2012 a 2015)
	c) Membro do Conselho Fiscal (de 2013 a 2016)
	d) Membro do Conselho Fiscal (de 2011 a 2014)
	e) Membro do Conselho Fiscal (de 2012 a 2013)
	f) Membro do Conselho Fiscal (de 2010 a 2012)
• se a empresa integra (i) o	Não informado.
grupo econômico do emissor	
ou (ii) é controlada por acionista do emissor que	
detenha participação, direta ou	
indireta, igual ou superior a 5%	
de uma mesma classe ou	
espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. indicação de todos os cargos de	Não informado.
administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.
ou comercial qualquer	

<u>4 – Candidatos ao Conselho Fiscal indicados pelo Acionista Minoritário Banco BTG Pactual S.A.</u>

- Membro Efetivo

a. nome	Paulo Roberto Batista Machado
b. data de nascimento	07/01/1968
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	014.009.347-88
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2019
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não.
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim, critério de independência previsto nos regulamentos de listagem da B3.
I. número de mandatos consecutivos	Não se aplica.
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da	O Sr. Paulo Roberto Batista Machado tem mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro

empresa	atuando como responsável pela área de Compliance
	do BTG Pactual de todos os segmentos de negócios (Investment Banking, Asset Management, Wealth Management, Research, Corretoras de B3).
	Anteriormente atuou como auditor e consultor externo da empresa Coopers & Lybrand Auditores Independentes (atual Pricewaterhouse Coopers), no período em 1992 até 1996.
	Possui Pós-graduação em Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas FGV-RJ e graduação em Economia pela Universidade Santa Úrsula-RJ. Atua como (i) Membro do Comitê de Normas da B3, (ii) Representante do mercado junto a Audiências Publicas da CVM, (iii) participante de Comitês técnicos da Anbima, (iv) Membro do Comité de Auditoria da PAN Seguros; Membro do Comité de Governança e Compliance da Associação Comercial do Rio de Janeiro e (v) Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Compliance Rio.
• cargo	
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não informado.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não informado.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

ou comercial qualquer	

- Membro Suplente

a. nome	Vanessa Claro Lopes
b. data de nascimento	11/01/1976
c. profissão	Contadora
d. CPF ou número do passaporte	162.406.218-03
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
f. data de eleição	25/04/2018
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
g. data da posse	25/04/2018
	(Sujeito à aprovação pela Assembleia Geral)
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2019
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não se aplica.
j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não	No
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim, critério de independência previsto nos regulamentos de listagem da B3.
I. número de mandatos consecutivos	Não se aplica.
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
nome e setor de atividade da	a) Via Varejo S.A.
empresa	b) Renova S.A.
	c) Terra Santa Agro S.A.
	d) Tegma Logística S.A.
	e) Gerdau S.A.
	f) TAM S.A.
	g) Globex Utilidades S.A.
	h) Grupo Telefônica

	i) PricewaterhouseCoopers
	j) Faculdade Objetivo
• cargo	a) Presidente do Conselho Fiscal
_	b) Membro titular do Conselho Fiscal
	c) Membro titular do Conselho Fiscal
	d) Coordenadora do Comitê de Auditoria
	e) Membro titular do Conselho Fiscal
	f) Diretora da Auditoria Interna Corporativa Brasil (2010 a 2014)
	g) Diretora de Auditora Interna Corporativa (2004 a 2010)
	h) Coordenadora da Auditoria Interna Corporativa (2001 a 2004)
	i) Supervisora do grupo de <i>Global Risk Management Solutions</i> (1995 a 2001)
	j) Professora titular da disciplina de Auditoria e Segurança da Informação
se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não informado.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não informado.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal.
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha	Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais e administrativa.

suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nos termos do Item 10.2.12, letra d, do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2018, informamos que, nenhum dos presentes candidatos, indicados aos cargos de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelos Acionistas Controladores, bem como os candidatos indicadas aos cargos de membro do Conselho Fiscal pelo acionista Banco BTG Pactual S.A., declarou ser considerado pessoa politicamente exposta, conforme definição prevista no artigo 3º - B da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, e alterações decorrentes da Instrução CVM nº 463, de 08 de janeiro de 2008. A Geração Futuro L. Par Fundo de Investimento em Ações e o Tempo Capital Principal Fundo de Investimento De Ações não informaram se algum de seus candidatos é pessoa politicamente exposta.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Conselho de	Total de reuniões	% de participação do
Administração	realizadas	membro
Kazuhiro Egawa	9	89%
Antonio Mendes	8	100%
Oscar Montero Martínez	18	88%
Guilherme Poggiali de	18	94%
Almeida		
Elias de Matos Brito	18	100%
Rita Rebelo Hora de Assis	18	100%
Fonseca		
Hironobu Nose	1	100%
Ichiro Sato	13	100%

Conselho Fiscal	Total de reuniões realizadas	% de participação do membro
Paulo Frank Coelho da		
Rocha	6	83%
Lúcio de Lima Pires	6	100%
Masato Ninomiya	6	100%
Mario Roberto Villanova	6	17%
Nogueira		
Paulo Roberto Evangelista	6	83%
de Lima		
Domenica Eisenstein	6	100%
Noronha		

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Comitê de Auditoria	Total de reuniões realizadas	% de participação do membro
Hironobu Nose	7	100%
Wanderley Rezende de Souza	7	100%

Comitê de Recursos	Total de reuniões	% de participação do
Humanos	realizadas	membro
Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca	6	83%
Wanderley Rezende de Souza	6	100%

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e administradores da Companhia.

b) (i) Administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e controladores diretos ou indiretos da Companhia.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável. Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos aos cargos de membros do conselho de administração e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

Não aplicável.

- b) Controlador direto ou indireto do emissor
 - (i) O candidato a membro titular do Conselho de Administração Antonio Mendes mantém relação contratual de Prestação de serviços com Nippon Steel & Sumitomo Metal Empreendimentos Siderúrgicos Ltda.;
 - (ii) O candidato a membro titular do Conselho de Administração Oscar Montero Martinez ocupa o cargo de Diretor Geral de Planejamento e Operações da Ternium S.A., e ainda é membro do Conselho de Administração de diversas subsidiárias da Ternium;
 - (iii) O candidato a membro suplente do Conselho de Administração Hirohiko Maeke manteve contrato de prestação de serviços para Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation no período de Abril/16 até Março/18 como Consultor Executivo e no período de Abril/2018 até a presente data como Advisor.
 - (iv) O candidato a membro suplente do Conselho de Administração Ichiro Sato manteve contrato de prestação de serviços para Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation no período de Abril/2017 até Março/2018 como Consultor Executivo.
 - (v) O candidato a membro suplente Conselho de Administração Guilherme Poggiali Almeida é sócio do escritório de advocacia Manucci Advogados, que mantém relação contratual de Prestação de Serviços Advocatícios com as empresas do Grupo Ternium, desde junho de 2015.
 - (vi) O candidato a membro suplente do Conselho de Administração Mario Guiseppe Antonio Galli mantém relação de emprego com certas subsidiárias da Tenaris S.A., também é Diretor Corporativo de Comunicação da Tenaris S.A., membro do Conselho de Administração da Ternium Brasil S.A e Diretor da Tenaris Confab Hastes de Bombeio S.A.;
 - (vii) O candidato a membro suplente do Conselho de Administração Fernando Duelo Van Deusen ocupa o cargo de Diretor Juridico da Ternium S.A.;
 - (viii) O candidato a membro suplente do Conselho Fiscal Masato Ninomiya mantém contrato de Prestação de Serviços com a Nippon Steel & Sumitomo Metal Empreendimentos Siderúrgicos Ltda., empresa do Grupo NSSMC, que compõe o Grupo de Controle do Emissor;
- c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladaras ou controladas de alguma dessas pessoas Não aplicável.